

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O ENSINO PROFISSIONALIZANTE EM SERGIPE: CONTRIBUIÇÃO
DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS (1922-1944)**



MARINA OLIVEIRA MALTA

**SÃO CRISTÓVÃO - SE
Maio de 2010**

Dissertação de Mestrado

Marina Oliveira Malta

**O ENSINO PROFISSIONALIZANTE EM SERGIPE:
CONTRIBUIÇÃO DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E
CAMPOS (1922-1944)**

**Dissertação apresentada ao
Núcleo de Pós-Graduação em
Educação da Universidade
Federal de Sergipe como
requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em
Educação, sob a orientação do
Prof. Dr. Jorge Carvalho do
Nascimento.**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
Maio de 2010**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Malta, Marina Oliveira
M261e O ensino profissionalizante em Sergipe: contribuição
do Instituto Profissional Coelho e Campos (1922-1944)
/ Marina Oliveira Malta. – São Cristóvão, 2010.
234 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de
Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-
Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de
Sergipe, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.

1. Educação – Sergipe – História. 2. Instituto
Profissional Coelho e Campos – Escola industrial. 3.
História cultural. I. Título.

CDU 377.36(813.7)(091)

AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre agiu como um guia nas minhas decisões, dando-me sempre, segurança, paz e tranqüilidade para realizar minhas tarefas. “Confia ao Senhor as tuas obras e os teus planos serão estabelecidos”. (Provérbios 16.3).

Ao meu marido Jessé Jr. que sempre esteve ao meu lado nesta caminhada e pensou nela tanto quanto eu. Ajudou-me nas pesquisas de Arquivos, fotografias, digitalizações, arrumações de texto, gravações, viagens; dando sempre o suporte necessário para a elaboração da pesquisa e da dissertação.

Ao meu orientador Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, em especial, porque a ele devo parte de minha formação acadêmica. Desde o ano de 2004, trabalhamos juntos em projetos de pesquisa voltados para a área da História da Educação.

Aos meus avós paternos Josias e Zenildes Matos (*in memoriam*) e maternos, Luiz Alves de Oliveira e Maria Hermínia (*in memoriam*), pelo exemplo de luta e determinação; e pela mensagem de “seguir sempre em frente, todos os dias, sob todos os pontos de vista”.

Aos meus pais Adoniran Judson e Aldete Hermínia, exemplos de luta, força e coragem. Com eles aprendi que precisava lutar pelos meus sonhos para poder realizá-los.

Aos meus irmãos Juliana e Judson Malta: pelos conselhos, carinhos trocados, por sempre estarem presente quando precisei e pelo seu amor incondicional. Destaco a ajuda que recebi do meu irmão no Arquivo Público Estadual de Sergipe, no uso de algumas tecnologias e nas criações artísticas.

Aos meus sogros Jessé Pereira e Dilma Gláucia, minhas cunhadas com seus respectivos maridos; e à família Malta e Matos pelas constantes orações, apoios e abrigo às minhas viagens e eventos científicos. Aprendi muito com cada um de vocês.

À numerosa família dos “Hermínios”, principalmente nas pessoas de Luiz, Alaíde, Anita, Anete, Angélica, Carlos, Eugênia e Andrea pelo apoio, conselhos e carinho em todos os momentos da minha vida. E aos meus incontáveis primos, que tanto amo, representados por Vitória Eugênia que se disponibilizou para fazer a correção ortográfica da dissertação.

À Alessany Dutra pelo carinho para comigo e pelo trabalho realizado no Arquivo Público Estadual de Sergipe ao fotografar as partituras da Banda Coelho e

Campos, pelas leituras do meu texto e incansáveis opiniões. Assim como a Carlos Rezende pelos conselhos e trocas de experiência.

À Prof. Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas que, com uma incrível competência, muito me acrescentou sobre a pesquisa em História da Educação. Sempre vibrando com as minhas conquistas, avanços, valorizando minhas competências individuais e estimulando minha participação em cursos, seminários e congressos.

À Prof. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, pelas orientações, sugestões de leituras, incentivos na pesquisa e questionamentos do trabalho durante a qualificação.

Ao Prof. Dr. Itamar Freitas de Oliveira pelas questões feitas na qualificação da dissertação, por ter observado as fragilidades do trabalho, trazendo grandes contribuições.

Aos demais Professores do Mestrado em Educação, especialmente a Prof. Dra. Eva Maria e o Prof. Dr. Miguel Berger, por terem acompanhado minha formação desde a graduação e pela competência com que sempre conduziram a relação ensino / aprendizagem ao longo de minha jornada.

À Roselusia Moraes amiga inseparável, que me apoiou em todos os momentos; deu sugestões para a elaboração da pesquisa; se disponibilizou para ler partes do texto e sempre esteve disposta a ouvir minhas dúvidas. Juntamente com ela, agradeço à Dra. Eliane Peres e à Ana Lucena que forneceram materiais sobre o ensino profissionalizante no Rio Grande do Sul, contribuindo com minha pesquisa.

À Ildete Grasielle pelas orações, apoio, carinho e contribuições com a pesquisa.

À Simone Amorim pela parceria na elaboração de pesquisas e artigos científicos, caronas, orações e troca de experiências.

À Maria José Dantas por ter contribuído com a realização do meu tirocínio docente na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino; pelo empréstimo de livros e dissertações; e pela parceria formada para a elaboração de estudos.

À Rita de Cássia Dias Leal por ter me ajudado a elaborar o projeto de seleção para o ingresso no Mestrado em Educação.

Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, em especial a Maria do Socorro Lima, Jussara Silveira, Suzana Mary, Fernanda Lima, Danielle Guimarães, Nadja Bonifácio, Vera Maria e Nayara Oliveira pelas discussões de textos, trocas de experiência, viagens em grupo. Vocês foram muito importantes para minha formação.

Aos amigos e colegas de Mestrado, em especial à Léo Mittaraquis, Claudileuza Conceição, Ana Paula Lima, Luiz Prado, Maria Santana, pelos debates e discussões enriquecedoras que tivemos ao longo do curso.

Aos amigos Ignez Rosal e Luiz Antonio Barreto por procurarem informações sobre o IPCC em jornais, na imprensa sergipana e nos mais variados suportes.

Aos amigos do Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe (ITPS) que participaram do projeto “Centro de Memória da Ciência e da Tecnologia de Sergipe”, especialmente, Joselúzia Azevedo, Cláudia Xavier, Maria da Penha, Laedna Nunes e Cleber Santana. Obrigada pelo carinho, apoio, discussões e por todo aprendizado trocado.

Aos irmãos da Congregação Batista em Aruana e da Aliança Bíblica Universitária pelas orações e apoio. Ao Pr. Jorge Barbosa, que com seu carisma e competência, soube me ajudar em momentos decisivos, visando meu crescimento pessoal e profissional dentro do Mestrado.

Aos funcionários do Arquivo do Poder Judiciário de Aracaju, na pessoa da Prof.^a Eugênia Andrade, que me orientou na condução da pesquisa; aos funcionários do PESQUISE – Pesquisas de Sergipe, na pessoa de Luiz Antonio Barreto, pela constante preocupação em contribuir com minha pesquisa, fornecendo livros, fotografias, recortes de jornais, dentre outros documentos.

Ao Memorial de Sergipe, na pessoa do Prof. Carlos Antonio dos Santos, pela ajuda na pesquisa.

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, da Biblioteca Pública de Sergipe, do Arquivo Público Estadual de Sergipe, da Faculdade de Direito de Recife, do Arquivo do Senado e da Câmara de Deputados, pela disponibilização de fontes sobre José Luiz Coelho e Campos e sobre o IPCC.

Aos familiares de Alcides Raupp, principalmente à Mônica Raupp e Eduardo Luiz Vianna Raupp, por terem disponibilizado informações sobre o mesmo.

À Lindalvo Santos Silva e Carlos Dantas por terem aberto suas oficinas de tornearia para me orientarem sobre o funcionamento das máquinas usadas no IPCC.

À Dalila Cortes Rolemberg, ex-professora do IPCC pela entrevista concedida e aos seus familiares, especialmente a José Aníbal Rolemberg.

Aos funcionários da empresa AGS - Consultoria, Comunicação e Marketing, Gabriel e Daniel, pelo tratamento dado às fotografias da dissertação.

À CAPES, por ter financiado minha pesquisa através de uma bolsa de estudos.

À equipe do NPGED nas pessoas de Edson e Geovânia pela funcionalidade em resolver os problemas burocráticos do Mestrado em Educação.

Acredito que essa pesquisa não teria sido realizada sem o apoio e as parcerias aqui citadas. Por último, agradeço a você leitor, porque certamente terá opiniões acerca deste trabalho, fazendo-se de alguma forma participante dele.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi investigar a trajetória do Instituto Profissional Coelho e Campos, visando perceber qual a contribuição dessa Instituição para a organização do ensino profissionalizante em Sergipe. O marco temporal da pesquisa foi o ano de 1922, data de criação do Instituto, seguindo até 1944, quando esse foi subordinado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Esta é uma pesquisa histórica, que se apóia nos pressupostos da Nova História Cultural. As categorias de análise foram os conceitos de “figuração e configuração” e “civilização” de Norbert Elias; de “campo, poder, capital e *habitus*” de Pierre Bourdieu; “apropriação e representação” de Roger Chartier. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a temática da educação profissional, para perceber os caminhos percorridos por esse tipo de instrução ao longo da História da Educação. As fontes foram localizadas no Arquivo Público Estadual de Sergipe, na Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, no PESQUISE – Pesquisas de Sergipe, na Biblioteca Pública Epiphâneo Dórea, no Arquivo do Poder Judiciário, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no Centro de Documentação e Informações da Câmara dos Deputados e no Arquivo do Senado Federal. Com este estudo, pretende-se contribuir com as pesquisas na área da História da Educação, ao propor considerações sobre o ensino profissionalizante e suas práticas de formação.

Palavras-chave: Educação Industrial, Ensino Profissionalizante, História Cultural, História da Educação, Sergipe.

ABSTRACT

The target of this study was to investigate the trajectory of “Instituto Profissional Coelho e Campos”, ordering to notice what the contribution of this Institution for the professional teaching in Sergipe. The period of the research was in 1922, date of creation of the Institute, until 1944, when this was subordinated to “Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial”. This is a historic research, which is based on the assumptions of New Cultural History. The categories of analysis are the concepts of “figuration and configuration” and “civilization” of Norbert Elias; “field, power, capital and *habitus*” of Pierre Bourdieu, such as “appropriation and representation” of Roger Chartier. It was made a bibliographic research on the thematic of professional education, to notice the ways of this teaching throughout History of Education. The sources were located in “Arquivo Público Estadual de Sergipe”, in “Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe”, in “PESQUISE – Pesquisas de Sergipe”, in “Biblioteca Pública Epiphâneo Dórea”, in “Arquivo do Poder Judiciário”, in “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe”, in “Centro de Documentação e Informações da Câmara dos Deputados” and in “Arquivo do Senado Federal”. The propose of this study, is to contribute with the researches in the area of History of Education to make considerations about professional teaching and their practical training.

KEYWORDS: Industrial Education, Professional Teaching, Cultural History, History of Education, Sergipe.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IPCC - Instituto Profissional Coelho e Campos

APES - Arquivo Público Estadual de Sergipe

IHGS - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

BICEN - Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe

PESQUISE - Pesquisas de Sergipe

EAA - Escola de Aprendizes Artífices

LIA - Liceu Industrial de Aracaju

LISTA DE QUADROS

INTRODUÇÃO

QUADRO 1 – Tipologia documental localizada sobre o Instituto Profissional Coelho e Campos.....	27
--	----

CAPÍTULO I

QUADRO 2 – Colégios de educação profissional criados no Brasil no século XIX.....	38
QUADRO 3 – Seminários e Casas de educação profissional criados no Brasil no século XIX.....	40
QUADRO 4 – Institutos de educação profissional criados no Brasil no século XIX.....	42
QUADRO 5 – Liceus de Artes e Ofícios criados no Brasil.....	53
QUADRO 6 – Escolas de educação profissional criadas no Brasil durante o Império.....	56
QUADRO 7 – Escolas de Aprendizes Artífices criadas no Brasil em 1910.....	61
QUADRO 8 – Contratos firmados para a criação do curso de Mecânica Prática no Brasil....	66
QUADRO 9 – Alguns profissionais envolvidos na construção do Instituto Profissional Coelho e Campos (1922 - 1923).....	75

CAPÍTULO 2

QUADRO 10 – Indústrias existentes em Sergipe (1907, 1920).....	80
QUADRO 12 – Número de alunos matriculados por idade.....	86
QUADRO 14 – Número de alunas matriculadas por idade.....	87
QUADRO 15 – Boletim mensal do Curso Primário Médio do Instituto Profissional Coelho e Campos.....	88
QUADRO 16 – Matrícula de homens e mulheres nos diversos Cursos	89
QUADRO 18 – Diretores do Instituto Profissional Coelho e Campos.....	96
QUADRO 19 – Fluxograma da realização de encomendas	97
QUADRO 20 – Pessoas físicas clientes do Instituto Profissional Coelho e Campos (1927-1930).....	99
QUADRO 21 – Pessoas jurídicas clientes do Instituto Profissional Coelho e Campos (1927-1930).....	100
QUADRO 22 – Funcionários e alunos da Seção de Construções Metálicas (outubro de 1927).....	103
QUADRO 23 – Programa do Curso de Mecânica Prática do Instituto Profissional Coelho e Campos.....	109
QUADRO 24 – Programa de ensino de “Português” do Curso de Mecânica Prática.....	111

CAPÍTULO 3

QUADRO 25 – Matérias dos cursos da Escola Normal Rui Barbosa.....	130
QUADRO 27 – Professoras e Cursos Profissionais Femininos do Instituto Profissional Coelho e Campos em 1927.....	134
QUADRO 28 – Programa do curso de “Trabalhos Manuais”.....	137
QUADRO 29 – Programa do curso de “Pinturas, Metaloplastia e Pirogravura”.....	139
QUADRO 30 – Programa do curso de “Rendas e Bordados, Flores, Confecção de Chapéus e Trabalhos Artísticos”.....	141
QUADRO 31 – Programa do curso de “Trabalhos de Agulha e Economia Doméstica”.....	148
QUADRO 32 – Programa do curso de “Confecções, Modas, Roupas Brancas e Grossas”..	150
QUADRO 33 – Inventário do almoxarifado geral da mercadoria em estoque da Seção Feminina do Instituto Profissional Coelho e Campos (1930).....	155
QUADRO 34 – Matrícula nos Cursos Profissionais Femininos em 1930.....	157

ANEXOS

QUADRO 11 – Primeiros alunos matriculados no Instituto Profissional Coelho e Campos.....209

QUADRO 13 – Primeiras alunas matriculadas no Instituto Profissional Coelho e Campos.....214

QUADRO 17 – Registro das carteiras profissionais dos operários do Instituto Profissional Coelho e Campos.....218

QUADRO 26 – Informações profissionais das professoras do Instituto Profissional Coelho e Campos.....225

LISTA DE FIGURAS

CAPA

Fachada do Instituto Profissional Coelho e Campos. Fonte: Acervo pessoal da autora.

CAPÍTULO 1

Figura I – Foto de José Luiz Coelho e Campos.....	46
Figura II – Foto de Alcides Feijó Raupp (1901-1957).....	65
Figura III – Fachada do Instituto Profissional Coelho e Campos.....	77

CAPÍTULO 2

Figura IV – Pavilhões do Instituto Profissional Coelho e Campos (1927).....	97
Figura V – Anúncio comercial do Instituto Profissional Coelho e Campos.....	98
Figura VI – Modelo de máquina de furar adquirida pelo Instituto Profissional Coelho e Campos em 1923.....	104
Figura VII – Respigadeira.....	106
Figura VIII – Torno copiador.....	107
Figura IX – Torno para molde	107
Figura X – Capa do livro Antologia Nacional ou Coleção de excertos dos principais escritores da língua portuguesa.....	113
Figura XI – Capa do livro Methodo de Analyse (léxica e logica) ou Syntaxe das Relações.....	114
Figura XII – Capa do livro “O meu idioma”.....	115
Figura XIII – Fachada da Seção de Construções Mecânicas (forno e fundição).	117
Figura XIV – Plaina para modelo.....	118

CAPÍTULO 3

Figura XV – Modelo de Renda Renascença – estilo antigo.....	144
Figura XVI – Modelo de Bordado árabe.....	145
Figura XVII – Trajes masculinos do início do século XX.....	152
Figura XVIII – Ambiente doméstico, trajes femininos e masculinos do início do século XX.....	153
Figura XIX – Anúncio de loja.....	156
Figura XX – Aprendizes do Instituto Profissional Coelho e Campos.....	169

ANEXOS

Figura XXI – Reportagem de jornal sobre o uso do chapéu.....	230
Figura XXII – Capa do <i>Hynnario dos Grupos Escolares e Escolas Singulares do Estado de Sergipe</i>	231
Figuras XXIII - Reportagem de jornal	233
Figura XXIV – Trabalho de Desenho um aluno do Instituto Profissional Coelho e Campos.....	234

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – Caminhos do ensino profissionalizante em Sergipe: do assistencialismo à criação do Instituto Profissional Coelho e Campos (1838-1923)	35
1.1 Sergipe e suas Instituições Imperiais de Educação Profissional: Colégios, Seminários, Institutos e Escolas.....	38
1.2 José Luiz Coelho e Campos e a defesa do ensino profissionalizante em Sergipe.....	45
1.3 A República e a organização do ensino profissionalizante: Agricultura, Comércio e Indústria.....	58
1.4 A organização do Ensino Industrial em Sergipe: a criação do Instituto Profissional Coelho e Campos.....	70
CAPÍTULO 2 – O “mercado de ofícios”: aspectos da formação profissional masculina no Instituto Profissional Coelho e Campos	80
2.1 O Curso de Adaptação e o perfil dos alunos do Departamento de Ensino Técnico Profissional.....	83
2.2 O Departamento Industrial do Instituto Profissional Coelho e Campos: os cursos profissionais masculinos	91
A) Seção de Construções Metálicas “Parobé”.....	102
B) Seção de Madeiras.....	105
C) Seção de Construções Mecânicas “Cincinato Braga”.....	108
D) Seção de Eletricidade: Curso de Montadores Eletricistas.....	120
E) Seção de Automóveis: aulas práticas do Curso de Condução de Máquinas e Motores.....	122
2.3 Serviço de Saúde e os acidentes de trabalho.....	124
CAPÍTULO 3 – Práticas escolares e funções sociais do Instituto Profissional Coelho e Campos: a profissionalização das mulheres e o ensino da música	126
3.1 As origens do Curso Profissional Feminino do Instituto Profissional Coelho e Campos.....	129
3.2 O Departamento Industrial do Instituto Profissional Coelho e Campos: os cursos profissionais femininos	133
A) Curso de “Trabalhos Manuais”.....	136
B) Curso de “Pintura, metaloplastia e pirogravura”.....	139
C) Curso de “Rendas e Bordados, Flores, Confecção de Chapéus e Trabalhos Artísticos”.....	140
C.1) As Rendas.....	142
C.2) Bordados.....	144
C.3) Flores e chapéus.....	146
D) Curso de “Economia Doméstica”	147
E) Curso de “Confecções, modas, roupas brancas e grossas”	149
3.3 O Curso de Música e a literatura.....	157
3.4 Trabalhos práticos e testes teóricos: formas de avaliar a aprendizagem.....	168
3.5 As exposições de trabalhos.....	173

A PESQUISA SOBRE O INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS: CONTRIBUIÇÕES, DIFICULDADES E POSSIBILIDADES – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	184
FONTES	194
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	198
JORNAIS.....	199
ANEXOS.....	200

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo foi investigar a trajetória do Instituto Profissional Coelho e Campos (IPCC), no período que vai de 1922 a 1944, visando perceber qual a contribuição dessa Instituição para a organização do ensino profissionalizante em Sergipe.

O Instituto foi criado em 1922 e funcionou na cidade de Aracaju, capital de Sergipe. Teve como finalidade principal capacitar jovens, de ambos os sexos, para as artes e os ofícios industriais necessários à época, como a formação de mecânicos, motoristas, fundidores, modeladores, marceneiros, costureiras etc. Assim, serviu para qualificar trabalhadores para atuar nos empreendimentos ligados aos serviços de urbanização, infra-estrutura, transporte, construção civil, vestuário que surgiram em Sergipe no início do século XX.

Em 1944, essa Instituição sofreu alterações regimentais resultantes da Lei Orgânica do Ensino Industrial e foi subordinada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), mudando sua denominação para Escola de Aprendizagem Industrial. Assim, as datas estabelecidas como marcos temporais remetem, respectivamente, ao ano de criação do IPCC e ao ano de sua mudança regimental.

As pesquisas em geral são movidas por curiosidades, questionamentos e necessidades de respostas. Esta não foi diferente. Ela foi motivada pela necessidade de saber como aconteceu o processo de implantação do IPCC em Aracaju; qual sua função social; como foi seu funcionamento; quais os cursos oferecidos; qual o público alvo; o quadro de funcionários; o perfil econômico dos alunos; dentre outras inquietações que emergiram no decorrer do estudo.

A idéia de pesquisar a trajetória de uma instituição educacional surgiu a partir de estudos realizados no projeto “Centro de Memória da Ciência e da Tecnologia em Sergipe¹”, que aconteceu no ano de 2003, orientado pelos Professores Drs. Jorge Carvalho do Nascimento e Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas.

Muitas leituras e discussões resultaram na inquietação sobre como se deu a organização do ensino profissionalizante oferecido no Estado. A partir daí, visando identificar o que já havia sido produzido sobre essa modalidade de ensino, foi realizado

¹ O projeto resultou na criação de um “Centro de Memória da Ciência e da Tecnologia – CMCTS”, que funciona nas dependências do Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe – ITPS.

o levantamento de uma bibliografia acerca da educação sergipana, dando ênfase ao ensino profissionalizante.

Outro fator que influenciou a identificação com a temática foram as reuniões de discussão com o “Grupo de Pesquisa em História da Educação: intelectuais, instituições e práticas escolares”, nas quais foi possível o aprofundamento dos conhecimentos sobre a História Cultural e a História da Educação em Sergipe, agindo como suporte teórico para a realização deste estudo.

Assim, após identificar as instituições criadas e as tentativas de organização desse ensino, o IPCC foi escolhido como objeto, por entender que ele muito contribuiu para a institucionalização da educação profissional no ramo industrial em Sergipe. Partiu-se também do pressuposto de que ele serviu para atender às necessidades sociais para qualificar trabalhadores, sem o caráter de dar assistência aos pobres, diferenciando-se das demais instituições criadas na época.

A partir dessas hipóteses, os objetivos da pesquisa foram: verificar a função social assumida pelo Instituto Profissional Coelho e Campos na sociedade aracajuana; investigar se houve o caráter assistencialista da educação profissionalizante nessa Instituição; analisar a cultura educativa e os processos de formação que nortearam as relações e atuações dos sujeitos/membros envolvidos no IPCC; discorrer acerca do Curso Profissional Masculino e Feminino que funcionou nas dependências do Instituto.

Esta é uma pesquisa histórica que se apóia nos pressupostos da Nova História Cultural. Tal abordagem começou a ser utilizada no Brasil em meados da década de 1980, instaurando mudanças no fazer histórico. Segundo Chartier (1988), essa linha “tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”(p.17).

Linha metodológica advinda de intelectuais pertencentes à terceira geração da Escola dos *Annales*², tem como seus principais representantes Jacques Le Goff, Georges Duby, Roger Chartier, Pierre Nora, Peter Burke, dentre outros. Suas principais características são: valorização da relação da história com outras ciências sociais; abrangência de todos os aspectos da vida social, como as mentalidades coletivas e a materialidade; ampliação da noção de fonte para além dos documentos oficiais;

² O termo “Escola dos *Annales*” origina-se de um movimento liderado Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929, na França, que lançou a Revista dos *Annales*, visando divulgar novas formas de escrever a história que se opunham à positivista e a idealista. Esse movimento, segundo Burke (1991), pode ser dividido em três fases. “A primeira de 1920 a 1945, conduziu uma guerra entre a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, iniciou a segunda fase, liderada por Fernand Braudel. A terceira fase inicia por volta de 1968, e está marcada pela fragmentação das idéias”(p.12).

questionamento do conteúdo dos documentos, uma vez que são produtos do homem, suscetíveis aos percalços e aos interesses da memória; construção de uma temporalidade não linear etc.

Em decorrência generalizou-se a aceitação de novas práticas de ofício: no que se refere às fontes ao ensinar que o interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar: interessa-se por todos os homens [...] (HILSDORF, 2001, p.68).

A “nova história” interessa-se por todos os aspectos da vida humana (morte, infância, mulher, corpo, gestos, silêncios etc), pelas mentalidades coletivas, pelas diversas expressões culturais. Nesse sentido, ela surge como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional que relacionava a escrita da história essencialmente à narrativa das mudanças políticas e econômicas, dos feitos dos “grandes” homens, ricos e de posses, que ocupavam altos cargos na sociedade.

[...] o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço. [...] A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente construída (BURKE, 1992, p.11).

Ao contrariar o caráter evolucionista da História³, valorizou-se as práticas educativas (a análise das estruturas) que se desenvolveram na própria Instituição, sem acreditar que foram herança de gerações passadas, ou que seriam uma lição para a posteridade. O pesquisador também ganhou um outro papel na construção do conhecimento histórico e passou a ser responsável pela elaboração de uma versão o mais próximo possível da verdade, colocando-se como sujeito e ator na história.

A aproximação entre a História Cultural e a História da Educação⁴ deu um novo vigor à historiografia, possibilitando, através dos vestígios colhidos das mais variadas

³ Segundo Le Goff (2003), “[...] a história é bem a ciência do passado, coma condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente reposta em causa [...]. Esta interação passado e presente é aquilo a que se chamou função social do passado ou da história”(p.26). A palavra “história” – de origem grega, significa inquérito, investigação – tanto designa uma certa realidade quanto o conhecimento dessa realidade (LOPES; MARTA, 2002, p.35). Sobre o conceito de história, segundo Le Goff (2003), “[...] a história é bem a ciência do passado, coma condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente reposta em causa [...]. Esta interação passado e presente é aquilo a que se chamou função social do passado ou da história”(p.26).

⁴ A primeira vertente da pesquisa em História da Educação no Brasil está atrelada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com respeito a uma postura positivista de escrita de história, voltada para a construção identitária da nação, pautada nos documentos oficiais, na legislação, como principal fonte de pesquisa. Nessa concepção “[...] a história é pensada como a sucessão ordenada de fatos em direção ao progresso, que seria atingido quando a humanidade alcançasse o terceiro estado (lei dos três estados), o

fontes, uma melhor compreensão do que ocorria no campo educacional em uma determinada época. Essa linha

[...] se instala numa linha multidisciplinar de estudos e pesquisas que têm como objetos desde instituições, tais como escola, imprensa e censura, até as práticas relacionadas à produção, difusão e apropriação dos textos nos seus mais variados suportes (OLIVEIRA, 2002, pg.106).

Assim, a História da Educação como campo de pesquisa vem ampliando a noção e a utilização de fontes e documentos sobre um objeto de pesquisa. Dessa forma, aumentaram as possibilidades de estudo a partir da definição de novos temas/problemas e da utilização de documentos e fontes não tradicionais.

[...] a evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas [...] (LE GOFF, 2003, p.469).

Para além da legislação educacional, dos relatórios produzidos por autoridades do ensino e do poder executivo, regulamentos, programas de ensino, dados estatísticos, como indicam Lopes e Galvão (2001), é possível perceber uma “revolução documental” que:

[...] também tenha atingido e marcado profundamente o campo da História da Educação, os pesquisadores têm insistido na necessidade de, mesmo para aqueles que abordam novos temas e

estado positivo, perfeito [...]”(LOPES, 2002, p.22). Sua produção acompanhou o desenvolvimento da pesquisa em educação no Brasil, sendo desenvolvida pelo INEP, pelos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais e pelos programas de pós-graduação em Educação criados no país, a partir de 1960. Nesse momento, as interpretações possuíam o viés marxista e “os trabalhos recorriam, em geral, a documentos impressos, primando pelo estudo da legislação. Os eixos de análise oscilavam entre as idéias pedagógicas e a organização do sistema público de ensino [...]”(VIDAL et al, 2003, p.13). Em 1984 surgiu no interior da ANPED o Grupo de trabalho em História da Educação, que foi um espaço de crítica, envolvimento e de difusão de novas perspectivas de investigação na área, como a história das mentalidades, o (pós) estruturalismo e a história cultural, seguindo tendências da terceira geração da Escola dos *Annales*. Dois anos após, foi criado o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), coordenado por Dermeval Saviani. Eles tinham a preocupação de investigar a História da Educação pela mediação da Sociedade, o que indica a busca de uma compreensão global da educação e seu desenvolvimento. A partir desse movimento, várias associações científicas de pesquisa surgiram, como foi o caso da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) em 1999, defendendo a linha metodológica da “Nova” História Cultural.

que se utiliza de fontes não-tradicionais, de recorrerem aos arquivos propriamente ditos. Mas, em vez de fetichizarem o documento acreditando que eles possam falar toda a verdade, os historiadores têm se esforçado para problematizar essas fontes (LOPES E GALVÃO, 2001, p.81).

Para a composição do estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a temática da educação profissional, visando perceber os caminhos percorridos por esse tipo de instrução ao longo da História da Educação e verificar as iniciativas de criação de Escolas Profissionais em Sergipe.

A grande maioria dos estudos sobre o ensino profissionalizante no Brasil dedica-se a apresentá-lo em uma trajetória cronológica de acontecimentos, dividindo suas características a partir das fases da História brasileira: Colônia, Império e República. Eles apresentam muitas contribuições para as pesquisas, uma vez que reúnem informações gerais sobre a configuração apresentada pela educação profissional em cada período.

Nessa linha estão os trabalhos de Freitas (1954) e Fonseca (1961) que narraram a trajetória do ensino profissional em cada estado brasileiro, a partir das leis e decretos, obedecendo a ordem cronológica dos fatos. Ambos fornecem dados que ajudam na composição de outros estudos, mais aprofundados sobre as iniciativas de implementação do ensino profissional em cada região do país.

Santos (2003) também apresentou a trajetória da educação profissional no período que vai da colônia à primeira República. Trouxe considerações sobre o modelo escravocrata de produção, o tratamento dado às ocupações manuais, os avanços industriais e como a educação profissional acompanhou esse processo até o século XX. Conclui que até o final do Império esse ensino permaneceu voltado para atender os pobres, imbricado de preconceitos, por se tratar de atividades manuais antes desenvolvidas por escravos.

Cunha (2000) estudou o ensino de ofícios artesanais e manufatureiros⁵ no Brasil escravocrata, a educação profissional nos primórdios da industrialização, a configuração assumida por essa educação no Estado Novo, a estruturação do SENAI, dentre outras

⁵ Cunha (2005) diferenciou os termos artesanato, manufatura e indústria. Segundo ele, a educação artesanal desenvolve-se mediante processos não sistemáticos a partir de um jovem aprendiz com um mestre de ofício em sua própria oficina. A educação industrial desenvolve-se mediante processos sistemáticos e estritamente regulamentados, destinados a produzir uma formação padronizada a vários jovens, podendo ocorrer em escolas, centros de formação profissional e fábricas. Já a educação manufatureira ocupa uma posição intermediária entre as duas outras. É o caso de processos educacionais orientados tanto para o trabalho artesanal, quanto para a produção industrial, ainda que incipiente (p.2-3).

temáticas. Seus trabalhos problematizam a questão da necessidade de mão-de-obra e a racionalização do trabalho em cada um desses períodos.

Além dos autores citados, destaca-se Laurindo (1962), que estudou o ensino profissional no Brasil, destacando a configuração apresentada por São Paulo. Para isso, dividiu o estudo em quatro fases compreendendo os anos de 1911 a 1961 e falou sobre as principais mudanças ocorridas em cada período a partir dos decretos-leis baixados e das alterações governamentais.

Moraes (2003) também discutiu a questão da qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934) a partir da temática da socialização da força de trabalho. Assim, versou sobre a instrução popular, apresentou métodos de ensino utilizados nas escolas de educação profissional existentes, dentre outros temas.

Em Sergipe, sobre a educação profissional, verifica-se que houve uma produção de trabalhos voltados para o entendimento do funcionamento das Escolas Profissionais existentes nos ramos da Indústria, da Agricultura e do Comércio. Nesse conjunto, enquadram-se os estudos de Nery (2006), sobre o ensino agrícola ministrado no Patronato Agrícola de Sergipe; de Patrício (2004), sobre a Escola de Aprendizizes Artífices de Aracaju; de Almeida (2009), sobre aspectos da Escola de Comércio Conselheiro Orlando; e de Ribeiro (2004), sobre a Escola Operária Horácio Hora.

Eles apresentaram informações sobre a educação profissional no Estado, inserindo-o no movimento nacional em prol da organização desse tipo de instrução. Em Sergipe, destaca-se também o estudo de Nascimento (2004) sobre o ensino agrícola. Ele problematizou o entendimento sobre a questão do assistencialismo da educação profissional: como ocorreu sua implantação e estruturação; além de apresentar propostas voltadas para esse ensino no século XIX. A pesquisa estende-se sobre a criação da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, seu funcionamento interno e suas trocas com a sociedade durante os oitenta anos de sua existência.

Todos os trabalhos citados demonstram que no Império houve tentativas de implementação do ensino profissional, permeadas pela função assistencialista de fornecer uma instrução aos pobres e órfãos, a fim de contribuir com a inibição da vadiagem e de fornecer jovens “úteis” ao avanço do país.

Também revelam que à medida que cresceu a industrialização e se intensificou o uso de máquinas nas fábricas, necessitou-se de outro tipo de educação profissional: a voltada para a formação de mão-de-obra para as indústrias. Isso resultou na oferta de

cursos profissionalizantes no Brasil com diversas finalidades, sem o predomínio da função assistencialista da educação.

O presente estudo, portanto, remonta para a criação da primeira Instituição sergipana de educação profissional que se caracterizou pela oferta de cursos de formação, voltados para as necessidades industriais, como operação e conserto de máquinas; realização de trabalhos na área da construção civil; fabricação de móveis e roupas, dentre outros elementos que são indicadores da função social assumida pelo Instituto Profissional Coelho e Campos e que o distanciaram do papel assistencialista assumido pelas escolas profissionalizantes criadas no Estado até então.

Neste estudo foram utilizados como categorias de análise os conceitos de “figuração e configuração” e “civilização” de Elias (1990; 1994); de “campo, poder, capital e *habitus*” de Bourdieu (1980; 1996); “cultura escolar” de Julia (2001); “cultura material escolar” de Souza (2007); “apropriação e representação” de Chartier (2002).

O uso desses conceitos foi necessário para entender o funcionamento da Instituição. Porque convém voltar a atenção para as estruturas internas da escola, seus sujeitos, materiais, espaços, tempos, relações sociais, para entender sua cultura própria e as relações estabelecidas em cada momento, sem perder de vista suas trocas com a sociedade.

Na perspectiva de análise histórico-sociológica realizada a partir da complementaridade entre as fontes e autores, foi possível estabelecer um diálogo entre os processos de formação/escolarização, projetos familiares e escolhas profissionais, bem como as redes de interdependência dos sujeitos. Sobre isso, Elias (1994) afirma que

[...] cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-se dependentes de outrem e tornaram outros dependentes dela. Ela vive, e viveu desde pequena, numa rede de interdependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal (ELIAS, 1994, p. 22).

Acredita-se, nesse sentido, que as famílias, as associações culturais, as instituições escolares e as relações profissionais possibilitam aos sujeitos investigados o desenvolvimento de um repertório de habilidades e atitudes a fim de ocupar os espaços

e posições diferenciadas, dentro do campo. Ademais, esses registros permitem perceber o *habitus* incorporado que, segundo Bourdieu (1996),

[...] é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo (BOURDIEU, 1996, p. 144).

Isso facilita a ação do pesquisador, pois suas perspectivas de análise podem ser ampliadas. A noção de *habitus* explica como se constituem as formas de distinção social, ligadas às estruturas mentais e sociais, incorporadas pela herança familiar. Ele seria um elemento mediador entre as relações do indivíduo e a sociedade. Segundo Bourdieu (2005), esse é o “[...] sistema de disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (p.191).

Acredita-se que esse é um conceito fundamental para o entendimento do funcionamento do IPCC e a atuação dos seus agentes, para que a força do sentido seja percebida pelo estudo desse campo e para o entendimento das suas práticas culturais.

Sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. A ação comandada pelo ‘sentido do jogo’ tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Esse Instituto foi um espaço de relações, um campo, em que atuaram diversas instâncias de poder. O “campo” é o local das batalhas engendradas pelos grupos e agentes sociais, que segundo Bourdieu (1980) é

[...] um espaço estruturado de posições cujas propriedades dependem das posições neste espaço. [...] para que ele funcione é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo [...]. A estrutura do campo é um estado de relação de forças entre os agentes ou as instituições engajadas na luta (BOURDIEU, 1980, p. 89-91).

O IPCC era composto por professores, alunos, diretores, serventes, pais, políticos, dentre outros agentes que compuseram sua trajetória. Esses exerciam um poder simbólico no campo, que “é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”(BOURDIEU, 2005, p.7-8). No campo, são realizadas as relações de força entre esses agentes e seus grupos ou entre grupos adversários. Essa noção de campo

[...] é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há de fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades (BOURDIEU, 2005, p.27).

A escola tem um importante papel no sentido de desenvolver e moldar as práticas civilizatórias, usando a educação para formar os *habitus*. Ela é responsável por uma grande parcela da formação moral, intelectual e física dos indivíduos, além de proporcionar o contato com a socialização e outras culturas, gerando valores e ideologias próprios àquela realidade. Assim,

Enquanto força formadora de hábitos a escola propicia ao que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação, aos quais pode-se dar o nome de *habitus* cultivado (BOURDIEU, 2005, p.211).

O IPCC enquanto espaço educativo atuou como espaço difusor de *habitus* da sociedade sergipana e outras culturas. Atendeu, portanto, a sua função social na medida em que formou profissionais para atuar nos diversos setores da economia, da indústria, do comércio, do Estado etc. Todos esses elementos fazem parte e resultam de um processo civilizador, que segundo Elias (1990) refere-se a uma grande variedade de fatos:

[...] ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às leis religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada (ELIAS, 1990, p.23).

Esse sociólogo remete ao processo de incorporação dos valores vividos pelos sujeitos em uma sociedade para se adequar a um conjunto de costumes e crenças necessários para a vida em comunidade. Nesse sentido, as ações escolares e educativas são civilizatórias, bem como as punições, leis, regras etc. Assim, acredita-se que

Em todas as sociedades o homem passa por um processo civilizador individual que é em função do processo civilizador social. O conceito de civilização, portanto, refere-se a uma grande variedade de fatos que dizem respeito a padrões de tecnologia, maneiras, conhecimentos científicos, idéias religiosas e costumes. [...]. As práticas educacionais, portanto são fundamentalmente práticas civilizatórias (NASCIMENTO, 2004, p.207).

Esse processo permite ao indivíduo apropriar-se dos valores culturais e projetar suas idéias e interpretações. Para Chartier (2002), “a apropriação tal como a entendemos visa a uma história social dos usos e das interpretações, relacionada às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem” (p.68).

Quando um aluno ou aprendiz se apropria de determinada informação e de valores culturais, ele formula uma imagem daquilo para si, construindo suas representações. Assim, a “representação” será a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou uma pessoa (CHARTIER, 2002, p.74).

A noção de “representação” permite analisar o papel dos agentes sociais na sociedade articulando, segundo Chartier (2002), as coletividades, as formas de exibição e de estilização da identidade e a delegação de representantes (indivíduos, particulares, instituições, instâncias abstratas).

Por um lado, representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ser reconhecidas; enfim, a delegação de representantes (indivíduos, particulares, instituições, instâncias abstratas), da coerência e da estabilidade assim afirmada. A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força (CHARTIER, 2002, p.11).

Para compor o estudo buscou-se documentos que versassem sobre o IPCC e o ensino profissionalizante. As fontes⁶ foram localizadas no Arquivo Público Estadual de

⁶ O primeiro levantamento das fontes resultou em dois artigos que foram apresentados em eventos de História da Educação. O primeiro deles intitula-se “Fontes para a pesquisa em História da Educação: o

Sergipe (APES), na Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe (BICEN), na Biblioteca Pública Epiphâneo Dórea, no Memorial de Sergipe, no Arquivo do Poder Judiciário, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), no Centro de Documentação e Informações da Câmara dos Deputados, no Arquivo do Senado Federal e no PESQUISE – Pesquisas de Sergipe.

Ao contrário do que ocorre com a maioria das pesquisas sobre o ensino profissionalizante, no tocante ao acesso às fontes, esta pesquisa foi marcada por uma diversidade documental que permitiu compreender: aspectos da legislação educacional; a prática profissional dos ofícios; as relações entre funcionários e alunos; o funcionamento da Instituição; o papel dos anúncios; os programas de ensino etc.

Dentre os documentos encontrados, destacam-se: atas, boletins, notas de compra, fichas de professores, livros de matrícula, fotografias, jornais, leis, decretos, portarias, telegramas, registros de despesa e receita, processos administrativos, estatutos, regulamentos, livros didáticos, dentre outros.

A pluralidade das fontes indica e expressa a especificidade do objeto pedagógico, seu caráter multifacetado, que exige o concurso de vários domínios de conhecimento para ser apreendido na complexidade das relações que estabelece na globalidade do social, nas dimensões política, administrativa, econômica, social e cultural (MORAES, 2000, s/pg.).

Devido a essa diversidade documental, esta pesquisa tem sido permeada por construções, interrogações e reconstruções, pois, “pelas escolhas que faz e pelas relações que estabelece, o historiador atribui um sentido inédito às palavras que arranca dos arquivos [...]”(CHARTIER, 2002, p.9).

No acervo do Arquivo do Poder Judiciário foi encontrado um processo envolvendo o IPCC, datado de 28 de outubro de 1930. Ele remete a acusações e denúncias feitas ao Diretor do instituto desse período, Sr. Octávio Espírito Santo e seu

caso do Instituto Profissional Coelho e Campos”, apresentado no II Encontro Norte e Nordeste de História da Educação, em 2007. O segundo chama-se “O Instituto Profissional Coelho e Campos nos Jornais Sergipanos: dados preliminares”, publicado nos anais do III Encontro de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, em 2007. No ano seguinte, mais dois artigos trazendo as fontes da pesquisa foram produzidos. O primeiro apresentou a documentação encontrada para o estudo do Curso Profissional Feminino do Instituto, intitulado “Subsídios para o estudo do curso profissional feminino do Instituto Profissional Coelho e Campos”, publicado nos Anais do III Seminário Internacional de Educação. E o segundo chamado de “Fontes para a composição da trajetória do Instituto Profissional Coelho e Campos”, publicado nos Anais do XII Encontro Sergipano de História, trouxe o levantamento atualizado das fontes encontradas. Todos foram escritos em parceria com o Professor Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, orientador do presente estudo.

escriturário Felino Fontes, de desvio da verba pública, abertura de firmas falsas, e usufruto do dinheiro arrecadado para a formação e manutenção da banda Coelho e Campos.

Diante disso, foi formada uma comissão de sindicância que inventariou os bens existentes no IPCC, nos setores: Portaria, Gabinete do Diretor, Departamento de Ensino (Curso Feminino, Curso de Mecânica Prática, Curso de Adaptação, Classe de Desenho Industrial, Curso primário, Cursos de música), nos estoques existentes no almoxarifado e na casa do Diretor, anexa ao Instituto.

Junto ao processo existem atas, jornais que noticiaram o fato, as defesas dos acusados, alguns depoimentos, a relação dos doadores de dinheiro para a Banda “Coelho e Campos”, além dos documentos pessoais do Dr. Octávio Espírito Santo e dos recibos e faturas referentes à compra de instrumentos e utensílios para o referido grupo musical. Esses documentos podem auxiliar na verificação dos bens pertencentes à Instituição; na investigação sobre as práticas da Direção; na compreensão de notícias circuladas na imprensa; no entendimento das relações estabelecidas entre o IPCC e a Banda etc.

Dentre os Acervos pesquisados, o APES foi o que reuniu o maior número de fontes sobre o IPCC. Foram localizadas 362 caixas com documentos pertencentes a essa Instituição, conforme inventário em anexo (ver Anexo 1). Por isso, realizou-se um agrupamento das fontes em categorias de acordo com a especificação da tipologia, como pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 1 – TIPOLOGIA DOCUMENTAL LOCALIZADA SOBRE O INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS

TIPOLOGIA DOCUMENTAL	QTDE. DE CAIXAS
Correspondência	34
Livro de Ponto de funcionários e professores	89
Movimento das Oficinas e departamentos	44
Contabilidade	97
Documentos de Alunos	64
Diversos	20
Almoxarifado	07
Documentos da Escrituração	02
Inventários	05

Fonte: Documentos do fundo E7 do Arquivo Público Estadual de Sergipe. Levantamento realizado no período de janeiro de 2007 a novembro de 2008.

Na categoria “Contabilidade” foram agrupados os documentos relacionados as finanças do IPCC, como: folhas de pagamento, cobranças, receitas, despesas, números de contas correntes, livro caixa, venda de produtos e o movimento geral das entradas e saídas de dinheiro do Instituto.

Esses documentos trouxeram informações sobre: a situação econômica da Instituição, as compras e importações realizadas, as carências materiais do Estado sergipano, os atrasos nos pagamentos das encomendas, a relação entre a Diretoria e os funcionários, as receitas e despesas, dentre outras coisas que apresentaram as relações do IPCC com a sociedade.

[...] compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1989, p.69).

Na categoria “Registro do Movimento das Oficinas” estão reunidos os documentos das Seções de: Construção Metálica, Construção Mecânica, Marcenaria, Oficina Dr. Cincinato Braga, a receita das obras realizadas por elas e o livro de aquisição de materiais.

A partir dessa documentação conheceu-se a produção de cada Oficina, os funcionários atuantes, as profissões existentes na época, a média salarial de cada perfil de operário, as encomendas feitas ao IPCC pela sociedade sergipana, as dificuldades de aquisição de materiais. Verificou-se que as Oficinas agiram, não só como instâncias de formação, mas também contribuíram para a geração de renda para a Instituição.

Através dos inventários dos bens da Instituição, elaborado anualmente pelo Conselho Escolar e Administrativo, puderam ser identificados os produtos utilizados pelas oficinas como: lenha, estopa, carbureto, gasolina, estanho, chumbo, breu, vassoura de piaçava, lâmina de serra, tijolo mosaico, cantoneiras, cimento, cravos, cola, limatões, luvas, folha flandres, telha, bronze fundido, torneira, álcool, cordão, fechadura, armadores de rede, espelhos, espelhos de cristal, latrina, oxigênio, giz em pedra, palha, potássio, porta escova, areia, sabão, cal, cravos, argolas para quadro, brocas americanas, grampos etc. Também os móveis, maquinismos e ferramentas utilizadas que compõem parte da cultura material da escola.

O conteúdo das caixas da categoria “Diversos documentos sobre o IPCC” é vasto e desorganizado⁷, englobando documentos da área administrativa, como atas, notas fiscais, livros de ponto dos funcionários, protocolos de ofícios e correspondências; e da pedagógica, como boletins, provas, notas dos alunos, lista de chamada, dentre outras fontes.

No IHGS foram encontrados estudos sobre a paisagem urbana de Aracaju no início do século XX, bem como jornais que versavam sobre esse período. Eles serviram para conhecer a configuração social em que o IPCC foi construído, ajudando a entender as finalidades assumidas pela Instituição na sua prestação de serviços ao Estado.

No acervo do Memorial de Sergipe foi possível o contato com fotografias desse período, que registraram as roupas e a vestimenta utilizada em Aracaju no momento da criação do Curso Profissional Feminino no Instituto.

No Acervo do PESQUISE foram localizados decretos, leis, mensagens presidenciais, anúncios de jornais, fotos do Almanack de Sergipe, referentes ao IPCC. Esses documentos apontaram para os indícios da criação do Instituto, para as intenções do Governo com essa obra e para a circulação das notícias da imprensa que anunciou os serviços oferecidos pelo IPCC e noticiou seus eventos.

Além dessa, outras fontes encontradas nesse Acervo foram os perfis biográficos do Engenheiro Alcides Raupp, primeiro Diretor do IPCC; e de José Luiz Coelho e Campos, patrono da instituição. Ter acesso à vida dessas personalidades foi importante para verificar suas atuações em prol da criação do IPCC.

Sobre Alcides Raupp, um contato por e-mail foi estabelecido com seus familiares, que cederam algumas fotos e informações sobre sua vida. Ele veio a Sergipe para orientar a instalação do Instituto, cedido pela Comissão de Remodelação do Ensino Profissional e Técnico, do Ministério da Agricultura, em 1922, e assumiu a direção do IPCC em 1923.

No *site* do Centro de Documentação e Informações da Câmara dos Deputados, foram localizados 416 documentos referentes ao período em que José Luiz Coelho e Campos foi Deputado (1876-1889). Foram eles: requerimentos, discursos, intervenções e apartes, projetos, nomeações, eleições, votações, emendas, aditamentos, pareceres, indicações, declarações de voto, resoluções, falas do secretário e felicitações.

⁷ Essa documentação foi caracterizada como desorganizada pela quantidade de folhas soltas e manchadas que estavam dentro das Caixas, com informações diversas sobre a parte administrativa e pedagógica da Instituição.

Além dessas fontes, sete discursos de Coelho e Campos foram localizados no *site* do Arquivo do Senado Federal, referentes ao período de 1891, 1892, 1907. Na Biblioteca Pública Epiphâneo Dórea foram encontrados mais quatro discursos dele e alguns jornais que publicaram algo a seu respeito, como o “Diário da Manhã”, o “Correio de Aracaju”, o “Estado de Sergipe”, “O Conservador” e o “Jornal de Sergipe”.

Nos diversos sebos existentes no Brasil foram localizados os livros didáticos utilizados no IPCC, tais como a “Gramática Expositiva da Língua Portuguesa” (Curso Elementar) e a “Gramática Expositiva” (Curso Superior) de Eduardo Carlos Pereira; “Antologia Nacional” de Carlos de Laet; “Methodo de Analyse” do Professor Carlos Góes; “O meu idioma” de Othoniel Motta; e a “*Encyclopédie des Ouvrages de Dames*” escrita por Thérèse de Dillmont.

A escolha desses livros como orientadores do ensino revela concepções de educação, de valores morais e sociais que deveriam ser transmitidos aos alunos por parte do professor. Em vista disso, constata-se que eles são importantes fontes de pesquisa e que merecem ser analisados cuidadosamente. A análise documental permitiu estabelecer um diálogo entre os processos de formação, a cultura material escolar e as relações com a sociedade. Segundo Souza (2007),

O uso do termo cultura material escolar é bastante recente no campo educacional. Historicamente, os profissionais da educação no Brasil utilizaram o termo materiais escolares para designar o conjunto dos artefatos materiais necessários para o funcionamento das escolas envolvendo mobiliários e acessórios, infra-estrutura do prédio escolar, equipamentos e utensílios destinados ao ensino das matérias como cartilhas, livros de leitura, mapas, globos, laboratórios de física e outros (SOUZA, 2007, p.169).

A esse conceito estão relacionados todos os elementos que servem de suporte material para o ensino-aprendizagem na escola, os quais, se somados a outros fatores e dispositivos, compõem a “cultura escolar” de cada instituição de ensino. Segundo Julia (2001): “a cultura escolar é um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar; e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (p.10). E essas normas e práticas variam segundo épocas e objetivos, não podendo ser analisadas sem se considerar o corpo docente que está presente na escola, bem como seus demais atores.

A essa definição acrescenta-se o fato de que a escola incorpora os espaços, tempos e a materialidade (Frago & Escolano, 2001; Vidal, 2005). Essas dimensões

foram contempladas na conceituação de cultura escolar elaborada por Faria Filho (2007). Para ele,

[...] a categoria cultura escolar é [...] a forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares (FARIA FILHO, 2007, p.195).

Portanto, entender a cultura escolar do ensino oferecido pelo IPCC é averiguar as práticas de formação, a arquitetura escolar, os utensílios, os tempos, o currículo, as disciplinas etc. Também significou conhecer⁸ o universo da construção civil, dos eletricitistas, ferreiros, fundidores, soldadores, marceneiros, mecânicos, das bordadeiras, costureiras do período.

Neste estudo foi considerado como fonte tudo aquilo que pode dar indício ao passado estudado. Ao pesquisador, coube o papel de dar sentido às mesmas, questionando-as e confrontando-as, com a certeza de que os documentos não são inofensivos. Para análise, portanto, levou-se em consideração as condições de produção das fontes, sabendo que estão carregadas de intencionalidades partidárias e ideológicas do campo.

As condições de produção dos documentos deve ser estudada. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. [...]. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade (LE GOFF, 2003, p.110).

Devido ao grande número de documentos levantados, ainda são muitas as fontes caladas sobre o IPCC que precisam ser interrogadas. Segundo Vidal, et al (2005), “debruçar-se sobre a história [...] não é tarefa fácil. Implica efetuar escolhas, constituir hierarquias, elaborar análises que, ao mesmo tempo que conferem inteligibilidade à narrativa, instituem um passado (portanto, erigem uma memória) para o campo”(p.75).

⁸ Esses conhecimentos foram adquiridos através de conversas informais realizadas com profissionais da área, egressos dos cursos profissionalizantes do SENAI. Os depoimentos de Lindalvo (2009), torneiro-mecânico, e de Carlos Dantas (2009) foram válidos para entender o funcionamento e a utilidade de algumas máquinas usadas no IPCC. Sabe-se que esses depoimentos trazem aspectos individuais, percalços da memória humana, que merecem ser investigados, confrontados com as outras fontes, em vez de serem tomados como verdades absolutas. “Por essa razão, é bom ter claro que a opção pela História Oral responde apenas a determinadas questões e não é solução para todos os problemas” (ALBERTI, 2006, p. 165).

O desvendar das fontes existentes sobre o IPCC contribuiu para questionar algumas interpretações da história da educação profissional no Brasil que caracterizam suas finalidades pedagógicas somente como voltadas para medidas assistencialistas de instruir pobres e indigentes.

Pois, ao demonstrar as funções sociais assumidas pelo IPCC, verifica-se que ele não se voltou para práticas assistencialistas, mas, ao contrário, contribuiu para o crescimento urbano, industrial, agrícola e comercial de Sergipe. Também articulou saberes e idéias de outras culturas, como a Européia e a Norte-americana, importando mobílias e maquinismos, modelos associativos, livros didáticos, dentre outros elementos que merecem ser estudados.

O manejo das fontes pode, portanto, propiciar a revisão de certos pressupostos teóricos e de método, que, por sua vez, conduza à busca de novas fontes de estudo, a leituras mais fecundas da documentação e à construção de novos conhecimentos sobre a trajetória da educação em nosso país, e, mais especificamente, sobre a história da relação trabalho – educação (MORAIS, 2000, s/p.).

As fontes encontradas, portanto, têm revelado aspectos do cotidiano da instituição, o currículo, a cultura material escolar, as finanças, os fornecedores, registros que contribuem para a composição da trajetória do centro formador que foi o Coelho e Campos. Essa História deve ser entendida, segundo propõe Chartier (1988),

[...] como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único [...], dirige-se as práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo (CHARTIER, 1988, p.27).

Este trabalho é fruto de escolhas efetuadas e visa apresentar alguns dos dados pesquisados, com a certeza de que foi lançado um olhar sobre o passado, sem a pretensão de recriá-lo, uma vez que não se modifica o que já passou. Através da pesquisa, foram feitas aproximações a partir de interpretações e opções teórico-metodológicas que incessantemente se transformam e se aperfeiçoam.

Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados a cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular. O relativismo cultural obviamente se aplica, tanto à própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções,

esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para a outra (BURKE, 1992, p.15).

O estudo sobre a trajetória do IPCC foi dividido em três capítulos que dialogam entre si, convergindo para o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Assim, o primeiro capítulo insere Sergipe no debate nacional em prol da organização do ensino profissionalizante, enfocando as instituições⁹ congêneres que foram criadas no Estado e as defesas feitas por José Luiz Coelho e Campos em prol da implantação desse ensino, no século XIX. Também apresenta o processo de instalação e criação do Liceu Profissional Coelho e Campos como marco inovador na educação sergipana. Porque ele ofertou Cursos profissionalizantes articulados aos interesses industriais da época sem o caráter assistencialista da educação.

O segundo e o terceiro capítulos apresentam as funções sociais assumidas pelo IPCC, através da explanação sobre os Cursos e serviços oferecidos. Assim, o segundo capítulo versa sobre o Curso primário ou de Adaptação, que era misto; e sobre o Departamento Industrial do Instituto, ressaltando o funcionamento do Curso Profissional Masculino: os programas de ensino, as Oficinas e suas maquinarias, as ferramentas de trabalho, os móveis, as produções, as encomendas realizadas, dentre outras coisas. Além disso, destaca as relações dessa Instituição com a sociedade sergipana na prestação de serviços necessários ao urbanismo, na construção civil, na fabricação de mobílias, na formação de motoristas, no fornecimento de paralelepípedos para o calçamento de ruas: serviços úteis para atender ao crescimento do Estado.

Complementando a apresentação das práticas de ensino e finalidades assumidas pelo IPCC, o terceiro capítulo apresenta o ensino oferecido no Curso Profissional Feminino, também pertencente ao Departamento Industrial da Instituição. Destaca a atuação das professoras e alunas; as disciplinas estudadas e os cursos oferecidos; as práticas disciplinadoras e de avaliação da aprendizagem.

Também trouxe considerações sobre duas importantes práticas: a musical, através da “Banda Coelho e Campos”; e a literária, com a “Sociedade Litteraria Olegário Dantas”. De acordo com Nascimento (2005), o estudo da História das instituições científicas e da difusão das suas práticas formativas e de pesquisa pode ser

⁹ Não houve a pretensão de falar sobre as peculiaridades de cada Instituição de educação profissional criada. A intenção do levantamento foi de mostrar o movimento ocorrido no Império, em Sergipe, para a organização desse ramo de ensino sob a forma escolarizada e suas principais características. Ação importante porque ajuda a compreender a configuração assumida por essa educação na República, quando o Instituto Profissional Coelho e Campos foi criado.

uma importante ferramenta para o desenvolvimento de cada um dos campos específicos, possibilitando o debate sobre os itinerários teórico-metodológicos e a reflexão sobre as formas de transmissão da cultura científica e tecnológica.

Pretendeu-se apresentar possibilidades para novos temas de investigação, considerações sobre o ensino profissionalizante e técnico feminino e masculino, as tecnologias empregadas para a aprendizagem dos ofícios, a maquinaria e os materiais necessários, as relações estabelecidas com a sociedade, dentre outros aspectos, que possibilitam a compreensão de uma época importante para a historiografia educacional sergipana.

A partir desta perspectiva a instituição escolar constitui um território demarcado, de limites mais ou menos estabelecidos, com diversos graus de porosidade em relação com o meio exterior [...], e internamente segmentado ou dividido em função dos distintos usos ou tarefas a realizasse nele (VIÑAO, 2005, p.18).

A partir desses pressupostos é possível afirmar que a pesquisa sobre o ensino profissionalizante em Sergipe, sobretudo o oferecido pelo IPCC, contribui com o entendimento de práticas de formação de jovens, da cultura material predominante em Aracaju, como também para a ampliação dos estudos em História da Educação.

CAPÍTULO 1 - CAMINHOS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE EM SERGIPE: DO ASSISTENCIALISMO À CRIAÇÃO DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS (1838-1923)

Este capítulo relata o processo de implantação do ensino profissionalizante em Sergipe, de forma institucional¹⁰, no período que vai de 1838 a 1923. O principal objetivo desse recorte foi realizar um levantamento das Instituições¹¹ de educação profissional criadas no Estado, anteriores à inauguração do IPCC, para: conhecer os caminhos percorridos por esse tipo de instrução nessa localidade; verificar se dialogavam com as surgidas no resto do país; e enfatizar a importância da criação do IPCC naquela configuração.

No Brasil, as primeiras Instituições de educação profissional foram criadas no Império. Antes disso, ela era ofertada através de disciplinas isoladas ou cursos com caráter profissionalizante, voltados para a instrução de técnicas agrícolas, trabalhos manuais, economia doméstica, desenho etc.

Esses, muitas vezes, realizavam-se no espaço doméstico ou em outro extra-escolar¹². Isso porque a oferta do ensino profissionalizante não foi incluída na Constituição de 1824 como responsabilidade de Colégios e Universidades. Ela previu no artigo 179, parágrafo 33, que “nos colégios e universidades fossem ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes”; mas nada apresentou para a educação profissional, revelando que naquele momento esse tipo de instrução não era uma preocupação do ensino oficial.

Os poucos cursos existentes foram criados a partir das necessidades sociais de formação, principalmente para trazer melhorias à Agricultura. Dentre eles, destacam-se os de Agricultura (1812), de Química (1817) e de Desenho Técnico (1881) da Bahia; e o

¹⁰ O termo “institucional” refere-se às instituições educativas, que no caso deste estudo, caracterizavam-se por serem Escolas Profissionalizantes. Isso significa dizer que o levantamento realizado não se dedicou a analisar as disciplinas isoladas de educação profissional, nem as práticas educativas “não-escolares”. Esse recorte foi realizado porque se averiguou que esse ensino se consolidou a partir de diversas formas, finalidades, instituições e nomenclaturas, ramificando-se para a Agricultura, a Economia Doméstica, o comércio, a indústria, os “trabalhos manuais”, dentre outras formas.

¹¹ “Instituição é um complexo integrado por idéias, padrões de comportamento, relações inter-humanas e, muitas vezes, um equipamento material, organizados em torno de um interesse socialmente reconhecido. A institucionalização é a transformação de um padrão de comportamento em instituição social” (WILLEMS, 1950, p.82).

¹² Segundo Cunha (1978), na Colônia, o ensino profissionalizante não teve a forma escolar e foi desenvolvido diretamente nas práticas de trabalho dos Engenhos, para qualificar o escravo em termos técnicos; e dos Colégios religiosos, para garantir sua subsistência e catequizar os silvícolas pelo trabalho. Segundo Vasconcelos (2005), dentre as práticas de educação doméstica estava o ensino dos trabalhos manuais.

de Agricultura (1814) no Rio de Janeiro. “Os quais todos se destinavam a suprir a deficiência absoluta de técnicos que satisfizessem às necessidades do meio brasileiro em transição para um tipo de vida mais urbana e industrial e por uma melhor organização da economia agrícola do país” (AZEVEDO, 1996, p.552).

Além deles, existiram as Corporações¹³ de Ofícios, os Arsenais de Guerra¹⁴, os Arsenais da Marinha¹⁵, as “Instituições Pias¹⁶”, que se ocuparam do ensino de técnicas voltadas para a subsistência local, treinamento militar e marítimo e formação para os ofícios de pintor, pedreiro, marceneiro etc.

Em Sergipe, assim como no restante do país, somente no Império aconteceram as primeiras iniciativas de institucionalização do ensino profissionalizante sob a denominação de Colégios, Seminários, Escolas, Institutos e Liceus. As Instituições criadas foram permeadas por disputas políticas, ideológicas e culturais. Elas revelam que houve uma preocupação com a oferta da educação profissional, aliada aos interesses assistencialistas¹⁷ e imbricada pelo preconceito existente em relação ao trabalho manual.

A economia do Império, predominantemente agroexportadora e fundada no trabalho escravo, pouco necessitava do concurso das ocupações técnicas. As poucas escolas de “artes e ofícios” que haviam sido criadas não prosperaram, pois destinavam-se mais à instrução de órfãos, aos filhos de escravos e a outras espécies de desvalidos sociais, em mais uma manifestação dos desprestígios das atividades mecânicas (COELHO, 1999, p.194).

Os planos assistencialistas adotados pelas Escolas profissionalizantes pretenderam muito mais solucionar o problema da pobreza e indigência do país do que formar profissionais para o mercado de trabalho.

¹³ As Corporações de Ofícios surgiram com a fundação de vilas e cidades para supri-las dos artefatos mais básicos necessários à sua manutenção. As corporações eram associações de todos os que se dedicavam a mesma profissão e, por isso, uniam-se pelos mesmos interesses. Elas são oriundas dos Colégios Romanos da Idade Média e das guildas germânicas e escandinavas. No Brasil, as Corporações foram extintas pela Constituição de 1824.

¹⁴ Nos “Arsenais de Guerra” o ensino profissionalizante esteve voltado para a qualificação dos militares e para o atendimento dos órfãos desprotegidos. Maiores informações, consultar Cunha (1978).

¹⁵ Os Arsenais da Marinha, em 1761, também foram centros de aprendizagem de ofícios que funcionaram na Bahia, Pará e Rio de Janeiro, interessados nos serviços da construção naval, como carpintaria de machado, de casas; ferreiro de forja, de lima, de fundição de cobre; tanoeiro; cavoqueiro; funileiro; pintor; tecelão; pedreiro, dentre outras, sem a preocupação com as diretrizes teóricas necessárias ao aprendizado das profissões. Maiores informações, consultar Cunha (1978).

¹⁶ Nas “Instituições Pias”, o ensino profissionalizante voltou-se para o atendimento e para a regeneração dos “necessitados desordeiros” através da prática de trabalhos. Maiores informações, consultar Cunha (1978).

¹⁷ O termo assistencialismo foi entendido como um sistema ou prática que se baseia no aliciamento político das classes menos privilegiadas através de uma encenação de assistência social dada a elas (HOUAISS, 2001).

[...] o ensino técnico-profissional é organizado com o objetivo expresso de atender às “classes populares”, às “classes pobres”, aos “meninos desvalidos”, “órfãos”, “abandonados”, “desfavorecidos de fortuna”. Figurava, portanto, menos como um programa propriamente educacional, e mais como um plano assistencial [...] (NAGLE, 1974, p.164).

As iniciativas de organização do ensino profissionalizante atenderam às necessidades da sociedade brasileira e às práticas educativas permearam esta relação. As Instituições que funcionaram vieram a atender importantes finalidades, como a instrução e alfabetização de pobres e órfãos e a difusão de métodos pedagógicos. Nelas foram adotadas estratégias de civilização que caracterizaram a formação oferecida.

Por isso, acredita-se que para entender as especificidades do ensino profissionalizante é necessário deslocar as atenções do eixo assistencialista para as práticas de formação. Pois, apesar das escolas profissionais, durante muitos anos, terem servido como “depósito” ou “abrigo” de pobres, órfãos, desvalidos, menores¹⁸ não se pode esquecer que elas tiveram outras funções educativas e foram instâncias de formação com influências de variados modelos educacionais que merecem ser estudados.

O presente estudo, portanto, defende que as Escolas criadas agiram como campos civilizatórios que difundiram valores morais e culturais aos seus alunos. Associado a isso, adotaram práticas disciplinadoras que contribuíram com a formação dos jovens ao enquadrá-los nas regras de convivência social.

Na passagem do século XIX para o XX, ocorreram mudanças que demandaram ofertas de cursos de formação e a criação de Escolas Profissionalizantes no Brasil. Elas foram decorrentes do aparecimento de novos postos de trabalho com a libertação dos escravos; da modernização de técnicas agrícolas; dos investimentos em indústrias; dos altos índices de imigração e analfabetismo; do desenvolvimento urbanístico de cidades; do crescimento do comércio; das obras de saneamento e infra-estrutura; dentre outros fatores.

Sergipe acompanhou esse movimento através da criação de escolas agrícolas, comerciais e industriais que refletiram as funções sociais que a educação profissional assumiu no país, ora voltadas para o assistencialismo, ora dedicadas a compor quadros industriais.

¹⁸ Segundo Moura (2003), a imagem de menor abandonado era caracterizada pela criança pobre desprotegida moral e materialmente (p.50).

1.1 SERGIPE E SUAS INSTITUIÇÕES IMPERIAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: COLÉGIOS, SEMINÁRIOS, INSTITUTOS E ESCOLAS

Em Sergipe, a primeira¹⁹ iniciativa para a institucionalização do ensino profissionalizante aconteceu em 1838, na presidência de José Elói Pessoa, com a criação do Colégio de Artes Mecânicas destinado ao ensino de órfãos, pobres e filhos de indigentes. Para seu funcionamento “previa-se a contratação de oito colonos artífices, preferentemente suíços, e entre eles dois agricultores para ministrarem práticas agrícolas, e os outros ensinariam ofícios mecânicos dos mais necessários e úteis” (NUNES, 1984, p.64).

Ele deveria ter sido instalado nas salas do Convento do Carmo, em São Cristóvão, porém, não chegou a funcionar. Mas sua criação demonstra que houve uma preocupação com a ministração de ofícios agrícolas e mecânicos aos pobres (público alvo), a partir da experiência educacional estrangeira trazida por profissionais suíços. Semelhantemente, em outros Estados brasileiros, foram criados Colégios²⁰ que ofereceram educação profissional aos pobres, como se observa no quadro 2.

QUADRO 2 – COLÉGIOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CRIADOS NO BRASIL NO SÉCULO XIX

Instituição	Ano / local	Finalidade
Colégio de Artes Mecânicas	1836 – Rio de Janeiro	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Colégio de Artes Mecânicas	1837 – Rio Grande do Sul	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Colégio de Artes Mecânicas	1838 – Sergipe	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Colégio dos Órfãos	1839 – Pernambuco	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Colégio de Artes e Ofícios Santa Rosa	1883 – Niterói, Rio de Janeiro	Destinado aos pobres. Ministrou cursos de carpintaria, alfaiataria e sapataria.

Fonte: estudos de Freitas (1954) e Fonseca (1961).

¹⁹ No Brasil, como primeira medida de institucionalização do ensino profissional, destaca-se a criação do Colégio das Fábricas em 1809, por D. João VI, através do decreto de 23 de março de 1809. Esse colégio “representa, em ordem cronológica, o primeiro estabelecimento que o poder público instalava em nosso país, com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes” (FONSECA, 1986, p.102). Ele fechou em 1812. Além dele, foi organizada a Companhia de Artífices, que tinha uma organização do tipo militar, voltada para as necessidades do Arsenal Real do Exército.

²⁰ Essas iniciativas foram estimuladas por determinação do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834. Criaram-se as assembléias legislativas provinciais, as quais passaram a ter poder de legislar e organizar vários setores da administração pública, dentre eles a instrução primária e secundária. Assim, as Províncias deveriam criar estabelecimentos próprios para promover a instrução pública primária.

Todas as Instituições citadas no quadro 2 tinham as mesmas finalidades do Colégio sergipano: dar assistência aos pobres e órfãos, oferecendo-lhes o curso primário e alguma formação profissional nos serviços agrícolas manuais, da sapataria, da carpintaria etc. Alguns deles não chegaram a funcionar, assim como aconteceu com o de Sergipe.

Segundo Nunes (1984), o fato das primeiras escolas de educação profissional criadas em Sergipe terem sido destinadas aos pobres, “[...] reflete o preconceito que acompanhou o ensino profissional no Brasil, reservando-o às classes desfavorecidas. Sendo as chamadas Artes Mecânicas sempre exercidas por escravos, socialmente não recomendava o seu desempenho por pessoas livres [...]” (p. 64).

O importante nesse processo de rejeição causado pela ordem escravocrata é o menosprezo ao trabalho manual e a qualquer ofício de subsistência, considerados como coisa de escravo (MORAES, 2003, p.40).

Fonseca (1986) reafirma esse preconceito, ao dizer que “[...] o trabalho manual não atraía as massas populares, pois era tarefa dos escravos” (p.154). Essa mentalidade acompanhou por muitos anos o processo de consolidação do ensino profissionalizante, que foi visto como formação inferior à de Humanidades²¹ e refletiu-se nas propostas de criação das Escolas Profissionais.

Vem, pois, dos primeiros tempos de nossa civilização a mentalidade de desprezo pelos trabalhos que requerem o uso das mãos. Agravaram-se o fato de ter sido o desempenho das profissões manuais entregue aos escravos e o ensino de ofícios ministrado aos índios e africanos, enquanto o de humanidades era destinado a uma camada mais elevada da sociedade (FONSECA, 1986, p.23).

Após a criação do Colégio de Artes Mecânicas, o estado sergipano demorou dezoito²² anos para ter outra Instituição de educação profissional. Ela foi criada na

²¹ O Curso de Humanidades foi alvo de inúmeras definições. Considerada como “antes e principalmente, uma educação estética, retórica, mas também igualmente cívica”, as Humanidades imprimiram um modelo de formação intelectual nos séculos em que vigorou [...]”. “No século XIX o termo Humanismo foi utilizado para designar “um ideal de educação voltado para a formação integral do homem, distinto, assim, do propósito de preparar os indivíduos para o exercício de tarefas especializadas” (GALLY, 2004, **apud** SOUZA, 1999, p.33). “A expressão ‘fazer humanidades’ podia significar fazer tanto o Curso de Letras (também conhecido como Cursos Superiores) quanto o Curso em que se ensinava apenas Filosofia [...]. As Humanidades tinham como objetivo primordial a construção de uma elite” (GALLY, 2004, p.33-34).

²² Em Sergipe, na presidência de Zacarias de Góis e Vasconcelos (1848 - 1849), foi criado o curso de Comércio, Contabilidade e Escrituração Mercantil, através da lei de 30 de março de 1849, como parte da instrução secundária ministrada no Liceu de São Cristóvão. Ele tinha a duração de dois anos e deveria ser

presidência de Salvador Correia de Sá e Benevides, sob a denominação de “Colégio dos Educandos”, através da resolução nº 441 de 31 de agosto de 1856.

Essa Instituição também destinou-se a instruir e dar assistência aos pobres, órfãos e desvalidos, com prescrições curriculares para ambos os sexos. Aos homens deveriam ser ensinadas as primeiras letras, desenho linear, ofícios mecânicos, música instrumental e vocal. E às mulheres: primeiras letras, técnicas de costura, bordado e música vocal. Porém, as obras do Colégio não terminaram no Governo desse Presidente e não foram continuadas pelo seu sucessor.

Instituições congêneres foram fundadas em outros Estados brasileiros, conforme quadro 3, sob a denominação de “Casa de Educandos Artífices” ou de “Seminários de Órfãos”, como foi o caso da Bahia.

QUADRO 3 – SEMINÁRIOS E CASAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CRIADOS NO BRASIL NO SÉCULO XIX

Instituição	Ano / local	Finalidade
Seminário de Órfãos	1819 – Bahia	Ministrar artes e ofícios mecânicos aos órfãos.
Seminário das Educandas ²³	1825 – São Paulo	Assistência e ensino de ofícios às órfãs.
Casa dos Educandos	1841 – Pará	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Casa dos Educandos de Itu	1845 – Itu, São Paulo	Destinado ao ensino de ofícios a meninas órfãs e pobres.
Casa dos Educandos Artífices	1847 – Piauí	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Casa dos Educandos Artífices	1848 – Maranhão	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Colégio dos Educandos Artífices	1854 – Alagoas	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Colégio dos Educandos	1856 – Sergipe	Destinados aos pobres, órfãos e desvalidos, com prescrições curriculares para ambos os sexos.
Casa dos Educandos Artífices	1858 – Rio Grande do Norte	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Casa dos Educandos Artífices	1864* – Ceará	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Casa dos Educandos Artífices	1859 – Amazonas	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Casa dos Educandos Artífices	1865 – Paraíba	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Seminário da Glória ou “das Educandas”	1896 – São Paulo	Instruir meninas pobres e órfãs nas prendas domésticas (costuras e bordados); música e canto; datilografia, tipografia e fotografia; economia doméstica etc.

Fonte: estudos de Freitas (1954), Fonseca (1961, 1986) e Moraes (2003). Obs.:*Segundo Freitas (1954), esse foi o ano em que apareceram os primeiros registros sobre a Casa de Educandos.

ensinado pelo Professor Euzébio Vanério. Verifica-se, portanto, que a formação para atuar no Comércio foi outro enfoque dado ao ensino profissionalizante, que até este momento esteve voltado para a área agrícola. Porém, com o falecimento do referido Professor, o Curso foi extinto do Liceu.

²³ Em 1870, essa instituição passou a funcionar sob a direção das Irmãs da Congregação de São José. E em 1935, essa instituição passou a manter uma Escola Profissional Secundária subordinada à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica.

As Instituições apresentadas no quadro 3 tinham em comum a função assistencialista da educação profissional que predominou e permaneceu em quase todas as iniciativas de organização desse ensino no Império.

Na evolução do ensino de ofícios, a aparição do Seminário dos Órfãos, da Bahia, representa um marco de incontestável importância. A própria filosofia daquele ramo de ensino foi grandemente influenciada pelo acontecimento e passou, daí por diante, a encarar o ensino profissional como devendo ser ministrado aos abandonados, aos infelizes, aos desamparados (FONSECA, 1986, p.114).

As Casas dos Educandos trouxeram duas inovações para a educação profissional: o ensino da música e a instrução de mulheres²⁴ com formação de habilidades para costura, bordado, trabalhos manuais, serviços domésticos e utilidades do lar. Essas atividades eram consideradas femininas e, por isso, destinaram-se a esse público.

Em Minas Gerais, as mulheres, principalmente de origem popular, desenvolviam atividades remuneradas em ofícios tidos como ocupações femininas. Segundo Gouvêa (2003), “fosse no comércio, fosse desenvolvendo ofícios como de costureira, fiandeiras, as mulheres desses extratos sociais da província tinham atividades remuneradas que possibilitavam-lhes certa participação na vida pública” (p.3).

O ensino profissional, oferecido às meninas pobres e de classe média baixa da capital e do país nos moldes dos países civilizados, visando ao trabalho no lar, seja enquanto dona-de-casa ou mesmo como empregada doméstica especializada, na indústria e no comércio, aqui se apresenta como parte das ações do Estado no que se refere a educação (BONATO, 2005, p.8).

Essas iniciativas demonstram que houve uma preocupação com a implantação do ensino profissionalizante no Brasil no século XIX, tanto para formar homens, quanto mulheres, sob os moldes do assistencialismo. Cada uma delas teve prescrições curriculares voltadas para atender às necessidades locais de mão-de-obra, subsistência e saneamento social.

²⁴ As artes consideradas femininas apareceram na legislação do ensino brasileiro sob a forma de trabalhos com agulhas. A Câmara de Deputados aprovou em 1827 o projeto da sua Comissão de Instrução, que “organizava o ensino público, pela primeira vez, em todo o país, e no qual estava incluída também, a obrigatoriedade, por parte das meninas, da aprendizagem de costura e bordados”(FONSECA, 1986, p.138).

Como aconteceu em quase todas as províncias, as casas ou seminários de educandos eram ao mesmo tempo um serviço beneficente, de ação social e uma escola de ofícios apropriados aos adolescentes preparando-os para o exercício de uma futura profissão (FREITAS, 1954, p.22).

Além das Casas e dos Seminários, outras iniciativas de formação para o público feminino criadas no século XIX foram os Institutos Profissionais. Essas Instituições, além de atender aos órfãos e pobres de ambos os sexos, atenderam outros públicos marginalizados, como os cegos e surdos, conforme se observa no quadro 4.

QUADRO 4 – INSTITUTOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CRIADOS NO BRASIL NO SÉCULO XIX

Instituição	Ano / local	Finalidade
Imperial Instituto de Meninos Cegos ²⁵	1854 – Rio de Janeiro	Ensinar tipografia em <i>braille</i> e encadernação aos cegos.
Imperial Instituto dos Surdos-Mudos ²⁶	1856 – Rio de Janeiro	Ministrar ofícios de sapataria e de encadernação aos surdos de ambos os sexos.
Instituto Baiano de Agricultura	1859 – Bahia	Formar técnicos para o trabalho agrícola.
Imperial Instituto de Agricultura Sergipano	1860 – Sergipe	Formar técnicos para o trabalho agrícola.
Instituto Imperial de Educandos Artífices	1861 – Goiás	Destinado ao ensino de ofícios aos órfãos, pobres e filhos de indigentes.
Instituto de Educandos Artífices ²⁷	1874 – São Paulo	Ministrar educação profissional aos pobres.
Instituto Profissional João Alfredo ²⁸	1875 – Rio de Janeiro	Cursos de alfaiate, carpinteiro, ferreiro etc.
Instituto de Menores Artífices	1876 – Minas Gerais	-
Instituto Profissional Feminino ²⁹	28 de outubro de 1898 – Rio de Janeiro	Ministrar os ofícios de costura, bordados, trabalhos domésticos e flores a meninas pobres.
Instituto Comercial e Profissional	1894 – Distrito Federal	-
Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca	1898 – Distrito Federal	-

Fonte: estudos de Freitas (1954), Fonseca (1961, 1986), Moraes (2003), Nascimento (2004) e Nery (2006).

²⁵ Em 1891 essa Instituição teve o seu nome alterado para Instituto Benjamin Constant.

²⁶ Fundado pelo francês Ernest Huet, com apoio financeiro do Governo brasileiro. Atualmente, o Imperial Instituto tem a denominação de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sendo esse um centro de referência na área de educação e tratamento da surdez.

²⁷ O Instituto de Educando Artífices foi criado em 1874 para substituir o Seminário dos Educandos Sant'Anna, extinto em 1868. Ele era voltado para a educação dos pobres e possuía as seguintes oficinas: primeiras letras; Geometria e Mecânica aplicada às Artes; noções gerais de Álgebra e Aritmética; escultura e Desenho aplicado às Artes; música e instrumentos de corda; ginástica, natação e jogo de armas; alfaiataria, sapataria, marcenaria, serralheria; e exercícios militares. Maiores informações, consultar Moraes (2003).

²⁸ O Instituto Profissional João Alfredo foi criado em 09 de janeiro de 1875 pelo decreto nº 5849, com a denominação de “Asilo de Meninos Desvalidos”, no Rio de Janeiro. Nele, os alunos aprendiam a instrução primária de 1º e 2º graus; Álgebra elementar, Geometria plana e Mecânica aplicada às Artes; escultura e Desenho; música vocal e instrumental; artes tipográficas e litográficas; ofícios de alfaiate, encadernador, carpinteiro, torneiro, funileiro, serralheiro, ferreiro, sapateiro, dentre outras profissões. Maiores informações, consultar Moraes (2003).

²⁹ Em 1912 passou a chamar-se Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca, em homenagem a esposa do Presidente da República Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1911-1914).

Sergipe tinha a Agricultura como sua principal economia, o que implicava na necessidade de mão-de-obra especializada para melhorar as produções. Assim, o Imperial Instituto de Agricultura Sergipano, criado sob as bases do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, veio atender a essa demanda com a formação de técnicos agrícolas. Apesar da efêmera duração, acredita-se que esse Instituto “[...] representou uma tentativa de modernização das práticas agrícolas da Província de Sergipe, através da formação escolar” (NASCIMENTO, 2004, p.60).

Além dele, outra tentativa de organização do ensino profissionalizante para as técnicas agrícolas e mecânicas ocorreu com Felisbello Freire. Ele baixou um regulamento em março de 1890, determinando que enquanto o ensino profissional não fosse instituído, “[...] seriam os alunos exercitados na prática de Horticultura e Arboricultura, ensinando-se, além disso, aos do sexo masculino sob a direção dos mestres locais, o emprego dos instrumentos mecânicos de uso mais geral” (NUNES, 1984, p.180).

A partir da criação dos Institutos de educação profissional, percebe-se a presença de outros objetivos e finalidades que foram agregados a esse ramo de ensino, como a instrução de fundamentos voltados para a Agricultura, o Comércio, a indústria de roupas etc. Apesar disso, nota-se que a grande maioria das tentativas de institucionalização do ensino profissionalizante do Império destinou-se à educação dos pobres, órfãos, desafortunados e indigentes.

Como já se observou a atuação do governo provincial, nos anos finais do Império, reduziu-se, no campo da instrução pública, a umas poucas aulas de ensino primário e à manutenção de duas casas para crianças órfãs e abandonadas, uma para o sexo masculino, e outra para o feminino, com características eminentemente assistencialistas (MORAES, 2003, p.67).

Isso porque nesse período a infância pobre constituía um problema social que precisava ser resolvido, principalmente, através da educação. Essa preocupação refletiu-se também nas iniciativas particulares espalhadas pelo país de educação dos “pobres”, como as Colônias Orfanológicas (1877); a Sociedade Protetora da Infância Desvalida: O Instituto Anna Rosa (1875); o Liceu dos Salesianos³⁰ (1885), que foi fundado pelos

³⁰ Para maiores informações, consultar ISAÚ, Manoel. **O Ensino Profissional nos Estabelecimentos de Educação dos Salesianos**. Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1976 (Dissertação de Mestrado em Educação).

padres Salesianos de São Paulo; as Escolas Noturnas da Maçonaria e a Sociedade Propagadora da Instrução Popular (1873).

A maioria das Instituições Imperiais de educação profissional serviu para instruir os pobres e, por isso, mantiveram sua função assistencialista. Mas as iniciativas de criação revelam que a educação escolar foi usada como forma de civilizar a população, através da instrução, práticas de ensino, normas disciplinadoras, regimes de trabalho e internato. “A proposta educacional proporcionaria aos pobres desvalidos uma ocupação sadia, afastando-os da ociosidade e da vagabundagem, oportunizando-lhes o convívio social e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho” (ALMEIDA, 2009, p.66).

Além disso, as iniciativas demonstraram que havia uma articulação da sociedade em prol da organização desse tipo de ensino, reunindo homens e mulheres, que representavam a igreja³¹, o Estado, as associações voluntárias³², como a maçonaria, o escotismo, dentre outros grupos sociais.

Reconhecendo a importância dessas implantações e dos debates realizados no Império em prol da caracterização da educação profissionalizante, destaca-se a atuação de José Luiz Coelho e Campos, Advogado e político sergipano que, nos congressos e em seus discursos defendeu a educação profissional como a melhor forma de modernizar o país.

³¹ NASCIMENTO (2007a) estudou as ações educativas dos protestantes no Brasil e destacou que “no período de 1859 a 1973, os missionários enviados pela Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos organizaram jardins de infância; escolas paroquiais primárias ao lado da igreja; os colégios, oferecendo educação secundária; escolas normais, agrícolas e industriais; escolas por correspondência; seminários teológicos; escolas bíblicas para leigos; escolas noturnas; escolas femininas de ciências e artes domésticas”(p.211). Dentre as Instituições, destaca-se as que ofereciam educação profissional, como o Colégio Internacional (1871), o Internato para Crianças Pobres e Órfãos (1877), o Instituto Ponte Nova (1906) e o Colégio Evangélico Buriti (1924).

³² As associações voluntárias constituíram-se principalmente durante o século XVIII. Foram formas modernas de sociabilidade que ofereceram “novos modelos associativos em meio de uma sociedade globalmente organizada em torno de uma estrutura corporativa hierárquica (ordens) e composta na essência por atores sociais coletivos”. Nos Estados Unidos, durante o século XIX, as associações voluntárias “eram instituições que promoviam o serviço público comercial, industrial, moral e religioso (NASCIMENTO, 2007a, p.55).

1.2 JOSÉ LUIZ COELHO E CAMPOS E A DEFESA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE EM SERGIPE

José Luiz Coelho e Campos³³ desempenhou muitos papéis na sociedade sergipana e deixou suas idéias registradas nos seus discursos, pareceres, votos e artigos. Entre os anos de 1862 e 1919, ocupou cargos políticos, escreveu artigos e discursos em jornais, registrando seus posicionamentos e concepções acerca da educação, trabalho, escravidão, República, dentre outras temáticas.

Bacharelou-se em Ciências Sociais e Jurídicas³⁴ na turma de 1862 da Faculdade de Direito de Recife. Pertenceu a uma geração de sergipanos que atuou nessa instância de formação, contribuindo com a constituição de idéias de correntes filosóficas pelo país. Segundo Silva,

As faculdades brasileiras, no Império, legitimavam a atuação dos intelectuais com formação superior que, através da ocupação de cargos no poder público e publicações de caráter científico, político, literário, religioso e social, constituíram o campo intelectual no Brasil (SILVA, 2004, p.1-2).

Foi Advogado, Promotor de Justiça de Capela, Primeiro Suplente do Juiz Municipal de Órfãos de Capela, Membro da Intendência Municipal de Capela, Deputado, Senador e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Em Sergipe, seguiu uma seqüência de três mandatos como Deputado Provincial (1863 a 1867). Nesse momento, ao analisar a realidade educacional sergipana, afirmou em um de seus discursos:

Desde 1838 os moços de minha província formam-se nas faculdades do Império. Desde então até hoje apenas 8 ou 10 tem sido juízes de direito, e 4 apenas presidentes de província. Em Sergipe, o moço faz seu primeiro ou segundo quadriênio como promotor ou juiz municipal, e, sem esperança de que em sua província possa ter acesso, se retira dela (COELHO E CAMPOS, 1877, p.36).

³³ Nasceu no Engenho Mata Verde, em Divina Pastora. Existem muitas divergências sobre o ano do seu nascimento. No dicionário organizado por Blake (1899), consta que nasceu em 1841. Nas fontes eletrônicas consultadas, a data marcada para o nascimento de Coelho e Campos é 4 de fevereiro de 1843. Nos registros produzidos por Barreto (2007) e Guaraná (1925), consta que ele nasceu em 1853. Além disso, segundo Barreto (2007), alguns documentos registraram que Coelho e Campos veio ao mundo em 1851. Segundo Silva (2004), “os equívocos dizem respeito à data de nascimento, naturalidade e mudanças de nome. Era comum à época, a existência de inexatidões quanto à data de nascimento, uma vez que não se registrava a criança assim que ela nascia, assim como se modificava a idade para matricular os meninos nas faculdades, cuja exigência mínima era de dezessete anos” (p.11)

³⁴ O curso de bacharel durava 5 anos e pautava-se no estudo do: Direito natural; Direito público universal e eclesiástico; Análise da Constituição do Império; Institutas de Direito Romano; Direito das gentes; Diplomacia; Direito pátrio civil, com análise e comparação do Direito romano; Direito criminal, inclusive o militar; Direito marítimo; Direito comercial; Hermenêutica jurídica; Processo civil e criminal, incluindo o militar e a prática forense; Economia política; e o Direito administrativo.

Essa foi a realidade vivida por ele. Em 1878, assumiu uma cadeira na Assembléia Geral Legislativa, no cargo de Deputado Geral, cumprindo mais três mandatos. Atuou como Senador no período entre 1891 a 1913, em nome do Partido Conservador, do Partido Nacional e do Partido Republicano de Sergipe.

Em 1913, renunciou ao cargo para assumir a vaga de Ministro do Supremo Tribunal Federal, no qual permaneceu até seu falecimento em 13 de outubro de 1919, no Rio de Janeiro.



Figura I – José Luiz Coelho e Campos (1843-1919).
Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=236> acesso em 12 de agosto de 2009.

O interesse de José Luiz Coelho e Campos pelo ensino profissionalizante apareceu em quase todos os seus discursos. Para ele, somente através deste ensino o Brasil poderia formar profissionais capazes de atuar nos engenhos e nas indústrias e, assim, desenvolver-se.

Quando Coelho e Campos estreou na tribuna em 1877, na discussão do Orçamento do Império, representando Sergipe como Deputado provincial, ao citar as reformas realizadas e as propostas para esse período, colocou-se a favor de um dos projetos concernentes à instrução pública, que iria satisfazer

[...] uma necessidade sentida desde os tempos do primeiro reinado, da criação de uma Universidade, e lançando fundamentos de uma reforma do ensino secundário, não composto, como até hoje, simplesmente de estudos clássicos, mas antes de tudo, principalmente do ensino profissional, como aquele mais adaptado às condições ordinárias da vida prática do cidadão (COELHO E CAMPOS, 1877, p.9).

Ele defendeu que deveria ser criada uma Universidade que oferecesse o ensino profissionalizante; propondo, portanto, reformas na estrutura do ensino secundário brasileiro, que se compunha somente dos estudos clássicos. Nesse sentido, ele foi um crítico da educação brasileira pautada no simples “abc” e no ensino propedêutico. Azevedo (1996), ao versar sobre a cultura brasileira remeteu muitas vezes à discussão entre o ensino literário, voltado para as humanidades, e o técnico. Segundo ele,

O ensino técnico, que se destina a fornecer a indústria, ao comércio e à agricultura os auxiliares indispensáveis à sua prosperidade, não se havia desprendido de suas formas embrionárias: nem a indústria rudimentar, quase inexistente, nem o comércio praticado segundo métodos empíricos, impostos pela tradição portuguesa, nem a lavoura, apoiada na rotina e no trabalho escravo, reclamavam a criação dessas escolas profissionais [...]. Se o ensino popular é escasso, mal orientado, e se não existe ensino técnico, aumenta o prestígio do ensino secundário, literário, como um ensino de classe e um valor de tradição (AZEVEDO, 1996, p.571).

O posicionamento tomado por Coelho e Campos, a favor do ensino profissionalizante, gerava tanto apertes, quanto apoios na Câmara. Esse fato configurava-se pelas disputas ocorridas no “campo” político, reforçado pela divergência polêmica entre interesses e idéias partidárias.

Isso faz com que os envolvidos no “campo” usem estratégias para ter maior visibilidade e convencer os ouvintes que suas idéias são as mais viáveis. Coelho e Campos, por exemplo, recheava seus discursos com argumentos comprobatórios das suas convicções. Na tribuna de 1887, sobre o Orçamento da Agricultura, ele utilizou sua história de vida para denunciar os problemas da lavoura de cana, afirmando ter respaldo no assunto por ser conhecedor das técnicas desse cultivo e pelo fato de ter nascido e se criado em um engenho. Segundo ele,

[...] por minha parte, senhores, natural dessa importante zona calcárea do Império, onde a lavoura da cana é a principal indústria; filho e eleito de uma província quase exclusivamente açucareira; membro de uma família que por si e seus antepassados tem feito profissão constante dos seus engenhos de açúcar, venho hoje [...] para ver se é possível, por via

de recursos que não lhe foram prestados, levar o conforto a esperança e a vida a essa indústria [...] (COELHO E CAMPOS, 1887, p.14).

Para ele, era necessário ter melhores métodos de cultura, maquinismos modernos, profissionais qualificados, dentre outras coisas, que servissem como incentivos para aprimorar as técnicas empregadas na Agricultura. E isso só seria possível através do ensino profissional.

O que há é que, em vez do ensino oficial, pretende-se o ensino pelos pais de família, deixado à iniciativa particular. Senhores, sabemos todos o que fizeram os nossos antepassados; preferiram a educação literária dos seus filhos; em vez da instrução profissional ou agrícola, queriam ter filhos cavalheiros, doutores [...] (COELHO E CAMPOS, 1887, p.34).

Coelho e Campos fazia uso da palavra para criticar o modelo educacional vigente, através de sutis expressões. Suas considerações foram tomadas após analisar a Agricultura dos Estados Unidos, França, Inglaterra, Rússia, Alemanha, Holanda, Cuba, dentre outros, percebendo que o sucesso da produção desses locais devia-se às políticas de incentivo à lavoura e ao investimento na educação profissional. Assim, afirmou no discurso: “a nova ordem de coisas impõe-nos diversa norma; o ensino profissional é um poderoso fator – saber é poder!”(COELHO E CAMPOS, 1887, p.35).

Esse ponto do debate foi polêmico, evidenciando as disputas do “campo” pela imposição de idéias. No meio da fala, Coelho e Campos foi interrompido pelo Sr. Andrade Figueira, que se demonstrou contrário à implantação do ensino profissionalizante. Para ele, “o melhor é acabar com esses estabelecimentos. Quem quiser aprender agricultura aprenda a sua custa”(p.38).

Ao ouvir o aparte, Coelho e Campos (1887), convicto da força do seu discurso, contra-argumentou, dizendo: “mas, então – quem quiser estudar direito, medicina, matemáticas, estude à sua custa” (p.38). Essa atitude ousada aumentou os apartes na Câmara, pois diferentes interesses estavam em jogo.

Verifica-se a partir destes debates, que “as propostas de lei, as indicações e os decretos, assim como os usos, o estilo e o conteúdo dos discursos revelam muito das orientações políticas e culturais que vão tomando forma e delineando a organização jurídico-política do Brasil independente” (CHIZZOTTI, 2005, p.31).

O debate³⁵ existente sobre “qual educação o Estado deveria ofertar” era pertinente. Pois, até as primeiras décadas republicanas, apenas o ensino superior era de responsabilidade do Governo Federal, ficando os demais níveis de ensino dependentes de cada Secretaria de Estado, conforme Ato Adicional de 1834³⁶. A legislação da escola pública primária, instituída em novembro de 1890, estabelecia a gratuidade e a instrução laica. Ela possuía a característica enciclopédica, tão criticada por Coelho e Campos.

Assim como no Rio de Janeiro, o currículo das escolas primárias de São Paulo era enciclopédico e se organizava de forma graduada [...]. O que havia de comum nesse nível de ensino, nos primeiros anos da República, era o método indutivo, as “lições de coisas” e a organização das aulas em séries graduadas de acordo com a idade e o aproveitamento (VEIGA, 2007, p.242).

Apesar disso, houve a inclusão dos debates sobre a necessidade de investimentos na área da educação profissional na Constituição brasileira de 1891. Em seu capítulo IV, no que se refere as atribuições do Congresso, expressou no artigo 35, que “animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e o comércio, sem privilégios que tolham a ação dos governos locais”(FÁVERO, 2005, p.304).

Verifica-se, portanto, que nesse momento muitos foram os discursos e embates em prol da organização que o ensino profissionalizante deveria assumir e de quem seria a responsabilidade de ofertá-lo. Fonseca (1986) narrou a defesa que Rui Barbosa fez a esse respeito, incentivando a criação de escolas profissionais e demonstrou que

[...] pairando sobre todos os aspectos, marcando como que o traço dominante desse período de nossa história, representada pelas profissões liberais, sobre qualquer outra forma de instrução, principalmente a que se baseava no emprego das mãos. Só a instrução geral e literária era considerada nobre (FONSECA, 1986, p.160).

Rui Barbosa também foi um crítico da existência apenas da educação humanística nas Escolas oficiais brasileiras. Segundo ele, “o nosso ensino reduz-se ao culto mecânico da frase: por ela nos advêm feitas, e recebemos inverificadas, as

³⁵ Cunha (2005) dedicou uma parte do seu livro para falar sobre “Os intelectuais do Império e o ensino de ofícios”, ressaltando que “o estudo do pensamento dos intelectuais do Império [...] permite a visão de um núcleo denso e coerente de idéias a respeito da importância do ensino de ofícios manufatureiros para a formação da força de trabalho”(p.178).

³⁶ Segundo o Ato Adicional de 1834, competia à União fixar os padrões da escola secundária e superior, enquanto os da primária e técnico-profissional competiam aos Estados privativamente (NAGLE, 1974).

opiniões que adotamos; por ela entranhamos em nós o vezo de não discernir absolutamente a realidade, ou de não discerni-la”(BARBOSA, 1882, p.17).

Para ele a noção de “civilização” estava atrelada ao ensino da arte industrial. Defendeu a inclusão do Desenho como base obrigatória na educação popular, além do ensino feminino e a formação para o trabalho de marcenaria, pintura, cerâmica etc. Também fez críticas à distribuição orçamentária do Estado, que não incluía gastos com a educação industrial. “O orçamento do ensino cresce gota a gota: tem direito a milhares de contos, e recusam-lhe centenas de mil-réis. Para tudo se contraem empréstimos, e abrem operações de crédito; para a educação do povo, nunca!”(BARBOSA, 1882, p.14).

A fala de Rui Barbosa revelou as finalidades pensadas por ele para a educação profissional: dar instrução aos pobres. Pois, para ele, a formação do povo significava o início da democracia e também a redução de gastos, uma vez que o Brasil aprenderia a transformar suas matérias-primas em produtos acabados, em vez de importar de outros países que investiam na educação industrial.

Ora, como nós não produzimos senão matéria bruta, o preço da nossa exportação ficará sempre imensamente aquém da importação de arte, a que nos obrigam as necessidades da vida civilizada. Nenhum país, a meu ver, reúne em si qualidades tão decisivas para ser fecundamente industrial, quanto aqueles, como o nosso, onde uma natureza assombrosa prodigaliza às obras do trabalho mecânico e do trabalho artístico um material superior, na abundância e na qualidade. Na adiantada civilização dos nossos tempos, a indústria é inseparável da agricultura (BARBOSA, 1882, p.15).

Nesse momento, o ensino profissional estava em todos os debates políticos e educacionais, uma vez que significava, além de sanar o problema da pobreza, familiarizar o povo com as indústrias e as “novas” tecnologias que surgiam. Era necessário, portanto, criar escolas que ensinassem Mecânica, Física, Química. Segundo Moraes (2003), “esse é um período farto de polêmicas realizadas por intermédio de artigos publicados pela imprensa sobre a importância do ensino profissional na constituição de um mercado livre de trabalho” (p.120).

Decorrente disso, a proclamação da República trouxe muitos debates e discussões no Congresso Nacional. Esse foi um momento de instabilidade política. Coelho e Campos, como Senador, demonstrou ser conhecedor das propostas norte-americanas de democracia, ao afirmar em um de seus discursos:

Senhores, se não me cabe a responsabilidade do celebrado evento de 15 de novembro, como quase todos os políticos do Brasil, como a nação em geral, aceitei o fato, e propugno por seus conseqüências lógicas e naturais para a reconstrução do país em moldes americanos pelo consórcio da ordem e da liberdade (COELHO E CAMPOS, 1890, p.2).

Assim, a inquietação pelo impulso ao ensino profissionalizante fez com que Coelho e Campos deixasse em seu testamento dois registros em prol dessa causa. A primeira foi a doação da sua casa em Capela para a instalação de um grupo Escolar; e a segunda, a quantia de 300 contos de réis deixada para a construção em Aracaju de um Liceu de Artes e Ofícios ou de um Instituto de Ensino Profissionalizante, como preferisse o Governo do Estado naquele momento.

Esse ato de “doar” verbas por parte de civis para a construção de prédios escolares era comum no período, tanto no Brasil, como em outros países. Ele caracteriza-se por ser uma forma de associação voluntária³⁷ que visava a criação de estabelecimentos educacionais.

Mesmo instituições da maior importância e tradicionalmente organizadas pela Igreja ou pelo Estado, como as universidades, na federação norte-americana foram organizadas por iniciativa da sociedade civil. O acúmulo de grande riqueza por parte de alguns empresários durante a segunda metade do século XIX os levou a doar quantias significativas destinadas a implantar e manter universidades associando seus nomes a uma iniciativa valorizada e aceita (NASCIMENTO, 2008, p.215-216).

Esse ato caracteriza-se como mais um indício da presença dos valores norte-americanos na vida de Coelho e Campos. Pois, nos Estados Unidos, através dessas associações voluntárias, foram criadas diversas Instituições. Elas expressavam a organização de camadas da sociedade que defendiam, voluntariamente, uma causa, objetivo ou finalidade. Assim, realizavam reuniões periódicas para discutir temas relacionados aos interesses comuns, nas quais aconteciam votações, eleições, baseadas nos princípios da democracia norte-americana.

Por intermédio das suas associações voluntárias, os norte-americanos de diferentes idades, sexo e condição social se reuniram em torno de associações comerciais, industriais, religiosas e morais, para criar

³⁷ Segundo Nascimento (2008, p.26) as associações voluntárias são também conhecidas como associações livres ou sociedades de idéias. É um modelo associativo que, apesar de ter começado a se constituir entre os ingleses, a partir do século XVII, teve na América do Norte seu principal centro de desenvolvimento.

escolas, hospitais, prisões e igrejas, fundar seminários, construir albergues, difundir livros (NASCIMENTO, 2008, p.213).

Além disso, Coelho e Campos demonstrou ser conhecedor desses valores porque nos seus discursos citou conceitos de Emílio Laveleve acerca da República; considerações de Tocqueville sobre a “Democracia na América”; pensamentos de Benjamim Constant; Hamlet; e referiu-se a aspectos da legislação norte-americana para falar sobre a república federalista, versus a unitária no Brasil.

Acredita-se, portanto, que ele incorporou aspectos da cultura norte-americana, as quais foram refletidas em suas ações. A partir delas foram criadas duas Instituições educacionais em Sergipe que colocaram seu sobrenome na nomenclatura dos estabelecimentos, reconhecendo-o como patrono. Foram elas: o Grupo Escolar Coelho e Campos e o Liceu Profissional Coelho e Campos.

O Grupo Escolar, criado pelo decreto 679 de 30 de setembro de 1918, durante o governo do General Oliveira Valadão, foi instalado na casa doada pelo patrono. Para o funcionamento do Grupo foi necessário adaptar as instalações da casa. Segundo Cruz, “o edifício mantinha características da arquitetura colonial, apesar de ter sofrido adaptações internas para o funcionamento de uma instituição escolar” (CRUZ, 2002, p.14).

Já o Liceu Profissional Coelho e Campos³⁸ foi criado em 1922, no Governo de Pereira Lobo, com o intuito de capacitar jovens, de ambos os sexos, para as artes e os ofícios necessários à época. Esse Instituto foi fruto do desejo de Coelho e Campos de ter uma escola profissionalizante no Estado para melhorar as técnicas agrícolas. Segundo Rolemberg, ex-professora dessa Instituição, o

Instituto Profissional, Escola Industrial ou Escola de Aprendizagem, será sempre “Coelho e Campos” e por ela passou, passa e passará legiões de aprendizes, que transformados em operários qualificados, hão de engrossar as fileiras dos que desejam realmente a independência, a liberdade e a paz do Brasil só adquirida pela sua industrialização (ROLEMBERG, 1957, p.163).

Seu segundo legado contribuiu para marcar o início de outro ramo de ensino profissionalizante em Sergipe: o industrial, voltado à capacitação de mão-de-obra para a

³⁸ A primeira nomenclatura da Instituição foi Liceu Profissional Coelho e Campos. Em 1923, passou a chamar-se Instituto Profissional Coelho e Campos. Em 1942, virou Escola de Aprendizagem Industrial Coelho e Campos.

construção de mobiliário; à atuação nas indústrias mecânicas, de carpintaria, sapataria, ferraria, serralheria, dentre outras; sem que houvesse a predominância do caráter assistencialista e de formação de pobres.

Esse movimento de renovação no campo do ensino profissionalizante aconteceu em quase todos os estados brasileiros, com as agitações do final do século XIX e as mudanças estruturais ocorridas. Assim, como em Sergipe, outros Liceus de Artes e Ofícios já haviam sido fundados no país, conforme se observa no quadro 5.

QUADRO 5 – LICEUS DE ARTES E OFÍCIOS CRIADOS NO BRASIL

Instituição	Ano / local	Finalidade
Liceu de Artes e Ofícios	1856 – Rio de Janeiro	Assistencialismo e formação de mão-de-obra.
Liceu de Artes e Ofícios	1872 – Bahia	Qualificar operários e artífices para o mercado de trabalho.
Liceu de Artes e Ofícios	1876 – Serro, Minas Gerais	Ministrar curso literário e profissional a meninos desvalidos. Duração efêmera.
Liceu de Artes e Ofícios	1880 – Pernambuco	Mantido pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco. Ministrava aulas de desenho, arquitetura, aritmética e primeiras letras.
Liceu de Artes e Ofícios	1882 – São Paulo	Inicialmente foi criado com o caráter assistencialista. Depois assumiu a forma de preparação de mão-de-obra para a indústria.
Liceu de Artes e Ofícios	1883 – Santa Catarina	-
Liceu de Artes e Ofícios	1884 – Alagoas	Ministrava os cursos de Desenho, tipografia e encadernação
Liceu de Artes e Ofícios São Gonçalo	1895 – Cuiabá, Mato Grosso	Ofereceu às elites o curso de ciências e letras, e às massas populares o curso profissional com as oficinas de ferraria, carpintaria, alfaiataria e curtição. Ele funcionou até 1909 e foi organizado pela Congregação Salesiana de Cuiabá, Mato Grosso.
Liceu Profissional Coelho e Campos	1922 – Sergipe	Formar mão-de-obra para a indústria automobilística, construção civil, têxtil.

Fonte: estudos de Freitas (1954), Fonseca (1961, 1986) e Moraes (2003).

Nas Escolas de Artes e Ofícios que surgiram ocorreram as primeiras experiências de ensino profissional escolarizado, distanciadas das práticas de trabalho de subsistência institucionais. Predominou a formação de mão-de-obra para as indústrias existentes nos seus Estados (CUNHA, 2000), com ou sem a presença do assistencialismo.

Para Rui Barbosa³⁹, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, criado em 1856, simbolizou o progresso do país, uma vez que ele ofereceu formação para as artes industriais, tanto aos homens, quanto para as mulheres. Assim, demonstrou ser defensor da educação feminina, ao afirmar que:

Ao inverso, portanto, do que até hoje se praticava, a cultura da mulher sobreleva em importância à do homem; todos os extremos, todos os sacrifícios, todas as honras do Estado são poucas para a educação feminina, e a proclamação da igualdade dos dois sexos perante o ensino impõe-se como a legenda suprema da nossa propaganda. [...]. Que diremos, pois, de uma instituição que alia em si, de modo como aqui as contemplamos, a cultura artística e a cultura feminina? Que essa instituição decifrou o segredo do nosso futuro (BARBOSA⁴⁰, 1882, p.22).

Para ele, “criar a indústria é organizar a sua educação. Favorecer a indústria é preparar a inteligência, o sentimento e a mão industrial para emular, na superioridade do trabalho, com a produção similar dos outros Estados” (BARBOSA, 1882, p.16).

Já o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo⁴¹, criado em 1882, foi fundado pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular, inicialmente para profissionalizar pobres, revelando seu caráter assistencialista. Porém, com o passar do tempo, adotou outros objetivos e assumiu nova configuração.

Segundo Arlindo (1962), esse “Liceu representava, de fato, aspecto novo no desenvolvimento do ensino profissional, pois visava ministrar gratuitamente ao povo os conhecimentos necessários às artes e ofícios, ao comércio, à lavoura e à indústria”

³⁹ Rui Barbosa nasceu na Bahia, em 5 de novembro de 1849, fixou-se no Rio de Janeiro em 1879, ao ser eleito para a Assembléia Legislativa da Corte Imperial. Ganhou prestígio como orador, jurista e jornalista defensor das liberdades civis e foi por duas vezes candidato à Presidência da República. Presidiu a Academia Brasileira de Letras após a morte de Machado de Assis. Em 1907, representou o Brasil na Segunda Conferência Internacional da Paz em Haia e, já no final de sua vida, foi eleito Juiz daquela Corte Internacional. A casa em que viveu de 1895 a 1923, ano de sua morte, foi adquirida em 1924, com todo o seu acervo, pelo governo brasileiro. Desde 1930 é o Museu Casa de Rui Barbosa, que conserva os móveis e objetos da família, a biblioteca de Rui e sua extensa produção intelectual reunida em arquivos. Fonte: http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=2.

⁴⁰ Discurso pronunciado no ato da comemoração dos vinte e seis anos de existência do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro.

⁴¹ O Liceu foi mantido pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular, criada em 1873, por Leôncio de Carvalho e outros cidadãos. Com idéias positivistas, ela pretendia atender às necessidades da precariedade da mão-de-obra especializada para trabalhar na crescente indústria paulista. Essa Escola aceitou mulheres e as aulas deveriam ser gratuitas. O currículo era composto por: um “Curso primário”, que ensinava caligrafia, língua portuguesa, leitura, aritmética; um “Curso Secundário” composto pela Gramática Portuguesa, Geografia, Matemática, Física, História do Brasil, Língua Francesa, escrituração mercantil, música vocal; e um “Curso Superior”, que ofertava os cursos de Arquitetura e Construção, Agrimensura, Mecânica Industrial, Agricultura, Moral e de Direito Natural e Público.

(p.103). Em 1882 ele foi reformado⁴² e ofertou os ofícios de carpinteiro, marceneiro, pedreiro, serralheiro, gravador, estucador, abridor, alfaiate, canteiro, chapeleiro, dourador, entalhador, fundidor, litógrafo, maquinista, ourives, oleiro, modelador, sapateiro e seleiro. E em 1895, sob a administração de Francisco Ramos de Azevedo, houve a inclusão de cursos voltados para a indústria da construção civil.

A educação do trabalhador, neste período anterior à imigração subsidiada pelo Estado, apesar das tentativas da introdução dos cursos profissionalizantes, parece confundir-se com as aulas preliminares noturnas de alfabetização criadas nesta mesma época pelos mesmos agentes sociais. Posteriormente, na vigência do Estado Republicano e após a implantação da imigração em massa, desencadeado o processo de desenvolvimento comercial, urbano e industrial, o Liceu vai constituir-se em escola profissionalizante dirigida a categorias bastante específica de trabalhadores, aqueles requisitados pela indústria da construção civil: carpinteiro, marceneiro, mestre de obras (MORAES, 2003, p.34).

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi estruturado de forma a suprir as necessidades da indústria de construção, na medida em que fabricou estilos internacionais, obras de arquitetura interna e externa de residências, mobiliários e decorações para bancos, hospitais, edifícios públicos, hotéis, igrejas, atendendo diversos tipos de encomendas.

Essas finalidades expressavam a inserção de valores na oferta da educação profissional, divergentes dos que foram apresentados até então. Pois, à medida que se distanciava das práticas assistencialistas e de subsistência, o ensino profissionalizante aproximava-se da industrialização e urbanização ocorrida a partir do final do século XIX.

As instituições profissionalizantes criadas desde o final do século XIX sustentaram-se sob o discurso da regeneração pela educação, oferecendo, para tanto, a educação primária e o aprendizado de um ofício, que seriam, por sua vez, a base do saneamento social (ALMEIDA, 2009, p.63).

Além desses, outros empreendimentos que ofereceram a educação profissional no final do Império brasileiro e início da República foram as “Escolas” agrícolas,

⁴² As oficinas dessa Instituição se equipavam e se expandiam para disputar o mercado interno, pretendendo substituir os produtos de luxo importados. O produto de trabalho dessas oficinas vai se tornando responsável por parte da manutenção da escola, reafirmando não só os objetivos de auto-suficiência da instituição, como também seus propósitos de lucratividade (MORAES, 2003, p.361).

industriais, mecânicas, de Engenharia e Arquitetura, que tinham diversos objetivos, conforme informações do quadro 6.

QUADRO 6 – ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CRIADAS NO BRASIL DURANTE O IMPÉRIO

Instituição	Ano / local	Finalidade
Escola de Arquitetos Medidores	1836 – Rio de Janeiro	Formar arquitetos medidores.
Escola Militar da Corte ⁴³	1839 – Rio de Janeiro	Criada para substituir a Academia Real Militar. Dava formação de bacharel ou de doutor em Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais. E possuía no currículo disciplinas de engenharia civil, como: Arquitetura, hidráulica e construção. O público era composto por civis ou militares.
Escola Industrial	1848 – Pernambuco	Formar mestres nas artes mecânicas. A Escola não chegou a funcionar.
Escola Rural Pedro II	1861 – Pará	Destinada a formar meninos desvalidos para trabalhos práticos ligados à Agricultura.
Escola de Geometria Prática	1875 – Pernambuco	Construída anexa à Repartição das obras públicas. Tinha o objetivo de oferecer educação profissional primária aos empregados da repartição.
Escola Agrícola da Bahia	1877 – Bahia	Ministrar curso elementar para formar operários agrícolas e curso superior destinado à formação de engenheiros agrônomos.
Escola Central	1887 – Alagoas	Instrução de órfãos e desvalidos. Cursos de sapateiro, marceneiro, alfaiate, dentre outros.

Fonte: estudos de Freitas (1954), Fonseca (1961) e Coelho (1999).

As polêmicas e discussões resultantes dos problemas com a imigração, capacitação de mão-de-obra, de libertação dos escravos, crescimento da indústria, urbanização, modernização técnicas agrícolas, dentre outras, nortearam os rumos tomados pelo ensino profissionalizante no período republicano, inserindo mais objetivos para sua organização.

Nesse processo, foram criadas a Escola de Engenharia do Mackenzie College e a Escola Politécnica de São Paulo. Ambas trouxeram a experiência educacional de outros países, como dos Estados Unidos, e interferiram nos métodos de ensino usados até então

⁴³ Essa Instituição, em 1858, passou a chamar-se “Escola Central”. Ela ofereceu os seguintes cursos: teórico de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais; Engenharia e Ciências Militares; Engenharia Civil voltado para as técnicas de construção de estradas, pontes, canais e edifícios. Em 1874, a Escola Central transferiu-se do Ministério do Exército para o Ministério do Império, com o nome de Escola Politécnica, atendendo apenas alunos que não eram militares. Maiores informações, consultar Coelho (1999).

no Brasil. Houve uma ênfase no ensino prático baseado, principalmente, no pragmatismo⁴⁴ das escolas de Engenharia norte-americanas e européias.

É bastante provável, portanto, que as necessidades industriais, principalmente aquelas originárias de um setor em franca expansão, como era o caso da construção civil, e as exigências de modernização das técnicas utilizadas na agricultura, procuraram ser atendidas pelo Estado através da organização da Escola Politécnica e do seu Gabinete de Resistência de Materiais, assim como pela criação do Instituto Agrônomo de Campinas e da Escola Agrícola de Piracicaba [...] (MORAES, 2003, p.181).

Vale ressaltar que as alterações ocorridas ao longo do tempo na organização do ensino profissional não foram decorrentes da substituição do modelo político do país, uma vez que foram registrados os debates em torno da configuração que essa educação deveria apresentar desde o Império; mas, sim, das circunstâncias advindas com a industrialização, urbanização, economia etc. Pois, “o século XX chegou anunciando maior amplitude tecnológica, social e cultural que ultrapassaria todos os limites físicos e alteraria crenças, costumes e padrões” (SANTOS, 2004, p.15).

⁴⁴ “O termo Pragmatismo foi cunhado por Charles Sanders Peirce e popularizado por William James. Para Pierce, o pragmatismo era uma teoria do significado, coerente com as práticas dos cientistas e dos laboratórios. Uma das suas principais características era a de desenvolver uma relação dinâmica com as culturas liberais, capaz de conceber um projeto de reforma intelectual e moral e de buscar mudanças políticas. O Pragmatismo entendia que as mentes deveriam ser utilizadas para resolver problemas e que as conseqüências práticas das idéias poderiam determinar seu valor e significado” (NASCIMENTO, 2008, p.219-220). “O Pragmatismo compreende que a realidade é criada, é a soma das experiências; daí a ênfase na interação da pessoa em seu meio ambiente. O mundo só passa a ter sentido à medida que o homem lhe atribui significado” (NASCIMENTO, 2007a, p.208).

1.3 A REPÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE: AGRICULTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

As mudanças ocorridas nas primeiras décadas republicanas, oriundas da abolição do modelo escravocrata, da crescente urbanização e da industrialização que vinham ocorrendo desde o Império, influenciaram os debates sobre a demanda da educação profissional.

As mudanças registradas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX são, assim, parte de um processo que se produziu no Brasil ao longo dos anos oitocentos e que obedece a uma dinâmica própria que não se subordina diretamente ao processo de substituição do regime monárquico pelo republicano (NASCIMENTO, 2004, p.71).

Acreditava-se que a República deveria trazer a modernidade para o país. E muitos investimentos foram feitos para que isso acontecesse. Ela carregou consigo mudanças no perfil de trabalho e das relações sociais. Na leitura de Carvalho (1998), foi possível perceber uma articulação por parte dos intelectuais da época (1924 a 1931) para elaborar projetos educacionais que abrangiam não só a formação do trabalhador, mas também a busca do ajuste das camadas populares à construção de um cidadão, sob os moldes que a nação “precisava” ter. Assim, segundo ela,

[...] a elaboração desse “ideal civilizatório da sociedade” sob a empresa da fábrica constitui, neste trabalho, um campo discursivo que ele se propõe mapear com a finalidade de configurar os projetos dos reformadores sociais atuantes na ABE. Ensino técnico, métodos pedagógicos “modernos”, dispositivos de seleção de “aptidões” e de encaminhamento profissional são alguns dos signos que possibilitarão observar a redefinição da escola operada pela ABE, segundo o paradigma da fábrica (CARVALHO, 1998, p.28).

A crença na educação como o principal fator para a modernização do Brasil, a intensa urbanização e os incentivos tecnológicos resultaram na criação de institutos científicos, os quais serviram de suporte técnico-científico e estrutural, além de serem espaços de discussão da comunidade científica no sentido de promover o progresso do país.

No início da década de 1920, intelectuais e profissionais liberais [...] utilizaram a educação como instrumento privilegiado para a implementação de novas práticas, valores e saberes pedagógicos. Idealizaram um país pautado na racionalização científica do espaço

urbano, da saúde, da educação, isto é, da normalização e disciplinarização da população através da escola pública estatal (NASCIMENTO, 2007a, p.157).

Muitos foram os debates em torno da necessidade de se tomar providências para capacitar a mão-de-obra desqualificada existente para trabalhar nas indústrias. Tornou-se recorrente a preocupação com a situação das crianças pobres, que ficavam ociosas nas ruas, analfabetas, que acabavam por atrapalhar o processo de modernização do país. Diante disso, houve a necessidade da intervenção do Governo Federal, no sentido de tomar as providências para o custeio da formação do trabalhador.

Em todo país, ao longo das primeiras décadas do século XX, foram criados Abrigos, Asilos, Casas de Correção, Institutos, todos com a finalidade de prestar amparo às crianças, revestindo-se também de uma ótica corretiva / regeneradora, por meio da qual a instituição educacional deveria transformar não só as crianças, mas também a sociedade da qual faziam parte [...] (NERY, 2006, p.14).

Para reordenar a população e inculcar padrões de “sociedades civilizadas”, foram difundidas no país propostas higienistas através de reformas urbanas, sanitárias, educativas e várias fiscalizações.

Os princípios médicos e higienistas tiveram uma forte caracterização moralista. Eram pautados pela associação entre as condições de higiênicas da vida e de moradia dos pobres e a condição moral [...]. Buscou-se a integração dos pobres aos valores burgueses, tendo como referência o trabalho, o lar e a escola, valores esses necessários para seu saneamento moral (VEIGA, 2007, p.260).

O crescimento industrial, a presença das fábricas, resultou em mudanças na organização social do trabalho e instaurou uma racionalidade técnica, que demandou outros comportamentos e formação, justificando a necessidade dos investimentos na educação profissional. Ela incorporou novos métodos de ensino e agregou áreas da Agricultura, Indústria, Comércio, criando uma organização específica para cada um desses ramos.

A preparação intelectual associada à preparação técnica, ao “adestramento” e cultivo de “hábitos de trabalho profícuo” garantiria aos futuros e aos que já eram trabalhadores melhores condições para o bem-estar, ao mesmo tempo em que formaria um corpo qualificado de profissionais necessários ao desenvolvimento da indústria nacional, condição para o progresso do país (KUNZE, 2006, p.57).

Esse movimento resultou na criação de escolas Agrícolas, Comerciais e Industriais, visando atender, através da educação profissional, as demandas de mão-de-obra que o país necessitava. Cada Estado brasileiro teve suas escolas e instituições voltadas para essa necessidade e a questão do assistencialismo caminhou junto com esta organização. Segundo Patrício (2003), “o tema do ensino profissionalizante leva a reflexões que incluem a questão da dualidade dos objetivos como um mecanismo que pode tangenciar a formação do indivíduo para ocupar cargos na sociedade, sejam de direção ou de submissão” (p.2).

No final dos anos 20 e início dos anos 30 o ensino profissionalizante esteve presente na maioria das legislações estaduais com oferta de cursos públicos ou particulares para o comércio e a indústria e escolas profissionais secundárias (VEIGA, 2007, p.252).

A primeira iniciativa de oficialização⁴⁵ do ensino profissional aconteceu com o decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, conhecido como Lei Nilo Peçanha, que criou dezenove escolas de Aprendizes Artífices no país, mantidas pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria.

Essas escolas foram criadas nos Estados brasileiros para dar uma profissão às crianças pobres da sociedade e, segundo Patrício (2003), “educar para o trabalho e inculcar valores que dizem respeito à ordem, à disciplina e ao reconhecimento da autoridade, eis um projeto implícito na prática das EAAs, ao qual se somou a educação cívica da escola republicana”(p.7).

A finalidade dessas escolas era a formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício, em oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais (CUNHA, 2005(A), p.63).

⁴⁵ O termo “oficialização” foi usado porque, pela primeira vez na História do Brasil, foi criada uma rede federal de Escolas profissionais, com regulamentação nacional, que chegou a funcionar em diversos Estados, sob a denominação de Escola de Aprendizes Artífices. A criação dessas Escolas certamente não aconteceu de forma pacífica, uma vez que “[...] os anos 10 e 20 do século passado, na plena vigência do regime republicano são marcados pelas divergências de interesses políticos e econômicos internos aos grupos dominantes, cujas facções se apresentam conjuntamente mais diferenciadas e autonomizadas, e por intensos conflitos sociais, provocados por revoltas militares, por movimentos grevistas dos trabalhadores do campo e das cidades” (MORAES, 2003, p.25).

Mesmo com todos os investimentos que foram lançados, percebe-se que muitas foram as dificuldades estruturais apresentadas pelas EAAs que se caracterizaram pelos altos índices de evasão escolar. Segundo Santos (2003), “a escassez de mestres de ofícios especializados e de professores qualificados foram fatores decisivos, que influenciaram diretamente na baixa eficiência apresentada pela rede de Escolas de Aprendizes Artífices”(p.213). Mas, apesar dos problemas, esse modelo de ensino profissional foi se consolidando ao longo do tempo.

QUADRO 7 – ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES CRIADAS NO BRASIL EM 1910

Escola	Data de criação
Aprendizes Artífices do Piauí	01 de janeiro de 1910
Aprendizes Artífices de Goiás	01 de janeiro de 1910
Aprendizes Artífices do Mato Grosso	01 de janeiro de 1910
Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte	03 de janeiro de 1910
Aprendizes Artífices da Paraíba	06 de janeiro de 1910
Aprendizes Artífices do Maranhão	16 de janeiro de 1910
Aprendizes Artífices do Paraná	16 de janeiro de 1910
Aprendizes Artífices de Alagoas	21 de janeiro de 1910
Aprendizes Artífices de Campos	23 de janeiro de 1910
Aprendizes Artífices de Pernambuco	16 de fevereiro de 1910
Aprendizes Artífices do Espírito Santo	24 de fevereiro de 1910
Aprendizes Artífices de São Paulo	24 de fevereiro de 1910
Aprendizes Artífices de Sergipe	01 de maio de 1910
Aprendizes Artífices do Ceará	24 de maio de 1910
Aprendizes Artífices da Bahia	02 de junho de 1910
Aprendizes Artífices do Pará	01 de agosto de 1910
Aprendizes Artífices de Santa Catarina	01 de setembro de 1910
Aprendizes Artífices de Minas Gerais	08 de setembro de 1910
Aprendizes Artífices do Amazonas	01 de outubro de 1910

Fonte: FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. vol.1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

A EAA de Sergipe foi a primeira instituição federal que ofereceu educação profissional industrial no Estado. Nasceu como um reflexo da organização urbana, industrial que Aracaju, a capital, vivia nesse período. Serviu para dar assistência e uma formação profissional aos pobres. Observou-se com essa medida a institucionalização do ensino profissionalizante industrial, ainda permeado pelo caráter assistencialista da educação. De acordo com Ribeiro (2005), até 1920,

As Escolas de Aprendizes Artífices seguiam as mesmas características do período Imperial e Colonial, sendo voltadas para a aprendizagem de ofícios artesanais, tais como alfaiates, sapateiros, marceneiros, com

reduzida ligação com a indústria, e atendendo mais a objetivos assistenciais do que profissionais (RIBEIRO, 2005, p.218).

Além dela, Sergipe teve sua primeira escola Agrícola que chegou a funcionar. Criada em 19 de março de 1902, pelos padres salesianos de Dom Bosco, chamada Escola Agrícola Salesiana São José⁴⁶, também chamada de Escola São José da Tebaida, localizada em São Cristóvão. Destinava-se a dar instrução aos pobres, com a oferta dos conteúdos de Português, Aritmética, Escrituração Mercantil, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Geografia, Agricultura Teórica. Além dessas, os aprendizes realizavam “atividades agrícolas, práticas de marcenaria, sapataria, alfaiataria, serralheria, carpintaria e padaria” (NASCIMENTO, 2004, p.76).

Semelhantemente, em São Paulo, além das Escolas de Aprendizes Artífices, começaram a funcionar as primeiras escolas profissionais oficiais, para ensinar os filhos dos operários, e o Patronato Agrícola, sem o caráter assistencialista. Elas surgiram como resposta às demandas do mercado nacional e internacional, que necessitaram de outros tipos de trabalhadores e de escolas com caráter técnico-profissionalizantes que qualificassem seus alunos para consertar máquinas das indústrias, construir mobília etc. Isso demonstra que a organização dos trabalhos manuais nas oficinas, escolas e institutos estava diretamente ligada à dinâmica das atividades de construção.

O crescimento demográfico, o surto econômico provocado pelo café, o desenvolvimento da urbanização, do comércio e, por fim, da indústria, foram acompanhados da implantação de condições jurídicas, políticas e ideológicas necessárias à instauração e consolidação da ordem social competitiva (MORAES, 2003, p.347).

Segundo Queluz (2000), a educação era vista agora não só como elemento primordial para a constituição da nação e para a qualificação dos seus operários, mas também como fator de independência de outros povos. Tal visão agregou⁴⁷ valores à educação profissional e amenizou a ênfase nos discursos em prol da salvação dos desafortunados. Mesmo presente na legislação como uma das finalidades da educação

⁴⁶ Essa criação foi estimulada pelo presidente de Sergipe, monsenhor Olímpio Campos. Funcionou até o ano de 1922.

⁴⁷ Vale ressaltar que as escolas profissionalizantes que tinham o caráter assistencialista da educação não deixaram de existir. Ao contrário, muitas foram fundadas: foi o caso do Instituto João Pinheiro, criado em 1909, para ministrar o ensino agrícola aos pobres de Minas Gerais. Essa Instituição aderiu aos valores republicanos, como ordem, progresso, disciplina, moral, civismo, trabalho, educação e, por isso, atuou como um espaço de propagação desses ideais (FARIA FILHO, 2001).

profissional, procurou-se estabelecer uma nova filosofia de ensino, voltada para o padrão da produtividade industrial e para a formação eficiente do operário qualificado⁴⁸.

O crescimento de escolas dedicadas a esse tipo de educação demandou a oferta de Cursos de formação de Professores e Mestres de oficinas. Assim, para suprir tal carência, foi criada a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás⁴⁹ no Distrito Federal, pelo decreto nº 1790, de 08 de janeiro de 1917.

Ela ofereceu formação no Curso “Técnico Profissional” para homens e “Trabalhos Manuais” para mulheres que desejassem ministrar aulas nos cursos profissionalizantes existentes no país. Além dessa Instituição, nesse período outras Escolas foram fundadas em todo o Brasil. Elas serviram não só como espaço para o suporte teórico e técnico, mas também para o avanço nas discussões da comunidade científica sobre a promoção do progresso do país.

[...] enquanto, de fato, as gerações jovens que, em algumas escolas superiores, começaram a receber o benefício de uma formação científica mais severa, já apresentam os primeiros resultados, francamente animadores, dessa renovação cultural, os que se dedicam à ciência, antigos e novos, principiam a organizar-se em associações centradas sobre as suas especialidades ou interessadas no desenvolvimento de todos os ramos científicos (AZEVEDO, 1971, p. 425).

Como resultado dessas discussões, foi criado o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, em 1920, composto pelos seguintes técnicos especializados no ensino de ofícios: Engenheiro João Lüderitz (coordenador); Antonio Hilário Travassos Alves; Engenheiro Licério Alfredo Schreiner; Luís de Oliveira Santos; Paulino Diamico; Cirilo Fiume; Ladislau Stawinski; Otelio Batista e Alcides Feijó Raupp.

Todos os integrantes do Serviço de Remodelação pertenciam ao Instituto Parobé⁵⁰ de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Ele foi o “embrião da organização do

⁴⁸Entende-se por trabalhadores qualificados aqueles trabalhadores que aperfeiçoaram a habilidade manual e a precisão na execução e na concepção do trabalho, não somente com a prática, mas com os conhecimentos técnicos e científicos adquiridos de maneira formal, fora da fábrica, nos cursos industriais (RIBEIRO, 2005, p.210).

⁴⁹ Até 1915, no Brasil, não existiam cursos de formação para a prática do magistério do ensino profissional. Pelo decreto nº 13.721 (federal), de 13 de agosto de 1919, a Escola Normal Wenceslau Brás passou para a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, “com o objetivo específico de formar mestres para as Escolas de Aprendizes Artífices” (CUNHA, 2005^a, p.83). Ela funcionou até 1937.

⁵⁰ “O Instituto Parobé era um dos seis Institutos que, juntamente com outros estabelecimentos de ensino, constituíam a Escola de Engenharia de Porto Alegre. Ele tinha por finalidade proporcionar, gratuitamente, aos meninos pobres e filhos de operários, uma educação técnica e profissional capaz de habilitá-los a se

ensino industrial sustentada no âmbito do governo federal destinada a atender à demanda do setor industrial por trabalhadores com qualificação” (RIBEIRO, 2005, p.218).

As atribuições da equipe eram examinar e propor melhorias para a remodelação do ensino profissionalizante no país. Assim, para cumprir tais tarefas, elaboraram compêndios relativos à tecnologia de ofícios em português; incluíram merenda escolar nas escolas profissionais, visando diminuir a evasão; abriram Seções de interesse feminino nas Escolas; e criaram uma Inspeção do Ensino Técnico Profissional para fiscalizar as Escolas existentes no país.

O Serviço de Remodelação do Ensino Técnico conseguiu, através de um contrato assinado em 14 de fevereiro de 1924, com o Ministério da Agricultura, na pessoa de Miguel Calmon du Pin e Almeida, consolidar dispositivos referentes às escolas de Aprendizes Artífices, autorizando seus diretores a aceitar encomendas, desde que as partes fornecessem a matéria-prima e custeassem a mão-de-obra dos alunos. Com isso, “estava, assim, oficializada a industrialização nas escolas federais, sendo aceita a solução de fazer funcionar as oficinas fora das horas regulamentares, com os alunos e com o pessoal estranho” (FONSECA, 1986, p.208).

Autorizaram, pois, a inserção da industrialização nas Escolas profissionais federais, através da *Consolidação*⁵¹ dos dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices. Esse processo consistia na autorização dada aos diretores para “[...] aceitarem encomenda das repartições públicas ou de particulares, se quem as fizesse fornecesse a matéria-prima e pagasse à própria escola a mão-de-obra e outras despesas necessárias” (CUNHA, 2005a, p.76).

Outra mudança trazida por esse Serviço foi a uniformização e o estabelecimento do programa de ensino⁵² para a aprendizagem nas oficinas, composto por: Português,

to-narem operários e contramestres [...]” (CUNHA, 2005a, p.67). O Instituto Parobé teve influência de concepções positivistas. “A maior influência veio da combinação do ideário positivista com a concepção de formação técnica da escola técnica superior de Berlim” (RIBEIRO, 2005, p.213). Esse Instituto formou mulheres através da sua Divisão Feminina, que foi criada com o objetivo de preparar as mulheres para a “condução de trabalhos domésticos e rurais”(MUNIZ *et all*, s/ano, p.26). O ensino era ministrado por quatro anos, englobando aulas de conhecimentos gerais, noções de desenho, jardinagem, cultura física e educação sanitária. Além do curso técnico que conferia a suas alunas o título de “Conductoras de trabalhos domésticos rurais”, através do estudo de atividades domésticas e rurais, como horticultura, criação de animais etc.

⁵¹ Para maiores informações sobre a referida Consolidação, consultar Cunha (2005a).

⁵² Em 1919, pelo decreto 1711, de 27 de dezembro, foi introduzido o ensino de Português, Geografia, História da Pátria e a Instrução Moral e Cívica nas escolas profissionais. Isso gerou polêmicas entre alunos e professores, pois esses acreditavam que a inclusão das aulas teóricas iria prejudicar a aprendizagem da prática das tarefas.

Aritmética, Geometria Prática, Lições de Coisas, Desenho e Trabalhos Manuais, Caligrafia, Ginástica e Canto Coral, Corografia e História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Elementos de Álgebra, noções de Trigonometria, rudimentos de Física e Química, Desenho Industrial e a tecnologia de cada ofício específico.

Dentre os membros do Serviço de Remodelação, merece destaque o Engenheiro Alcides Feijó Raupp⁵³, que veio a Sergipe em 1922, a fim de orientar as obras da construção do Liceu Profissional Coelho e Campos. E, posteriormente, ser seu primeiro Diretor, no governo de Maurício Graccho Cardoso.



Figura II - Alcides Feijó Raupp (1901-1957). Fonte: Acervo pessoal da autora.

O surto industrial brasileiro pode ser percebido, principalmente, após a Primeira Guerra Mundial. Pois, esse acontecimento na medida em que reduziu as importações, tornando escasso o material estrangeiro que circulava no país, “forçou” a instalação de indústrias no Brasil. Aumentou, assim, a necessidade da especialização dos ofícios e as minúcias de cada área. Uma das repercussões foram os acordos firmados com Escolas profissionais para a criação de cursos de Mecânica Prática.

⁵³ Nasceu em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, em 08 de março de 1901 e faleceu em São Paulo, no dia 27 de maio de 1957. Casou-se com Eunice Dulce Cardoso de Campos, em Aracaju, Sergipe (MANGANELLI, 2006, p.221).

QUADRO 8 – CONTRATOS FIRMADOS PARA A CRIAÇÃO DO CURSO DE MECÂNICA PRÁTICA NO BRASIL

Escola	Local	Data do Contrato
Escola de Engenharia de Porto Alegre	Porto Alegre	26 de junho de 1921
Câmara Municipal de Araraquara	São Paulo	05 de julho de 1921
Escola de Engenharia de Belo Horizonte	Minas Gerais	25 de julho de 1921
Liceu de Artes e Ofícios da Bahia	Bahia	09 de setembro de 1921
Escola Técnica Fluminense de Niterói	Rio de Janeiro	17 de outubro de 1921
Liceu Profissional Coelho e Campos	Sergipe	24 de agosto de 1922
Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo	São Paulo	10 de outubro de 1922
Escola Profissional dos Salesianos	-	25 de outubro de 1922
Câmara Municipal de Jaboticabal	-	13 de novembro de 1922
Câmara Municipal de São João de Boa Vista	-	13 de novembro de 1922

Fonte: FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. vol.1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

Sergipe acompanhou o movimento nacional de capacitação e organização do ensino profissionalizante e teve seu curso de Mecânica Prática autorizado a funcionar em 1922, nas dependências do recém-criado Liceu Profissional Coelho e Campos, no final do Governo Pereira Lobo. Esse curso veio reforçar a necessidade da formação de profissionais qualificados nas artes industriais nesse Estado, que até esse momento possuía apenas a EAA.

[...] as primeiras medidas tomadas pelo Estado de Sergipe para a institucionalização do ensino profissionalizante, ocorreram no final do governo do Presidente Pereira Lobo com a criação, em 1922, do Liceu Profissionalizante Coelho e Campos, cujo objetivo era oferecer formação para o trabalho por meio do ensino prático (NASCIMENTO, 2004, p.33).

Muitos foram os projetos de políticos que tentavam definir, caracterizar o ensino profissionalizante no país, principalmente baseado em modelos educativos internacionais. Merece destaque o decreto 5.241, de 22 de agosto de 1927, elaborado por Fidélis Reis, que disserta sobre como o ensino profissional deveria ser ministrado nas escolas; também o projeto de Belisário de Sousa, em 1928, que pretendia enviar jovens egressos de escolas profissionais aos Estados Unidos.

Na década de 1930, com a substituição do modelo de industrialização agro-exportador para o de larga escala, intensificou-se o processo de crescimento das fábricas e indústrias e, conseqüentemente, a urbanização. Isso fez com que se adotassem novas estratégias para a preparação da força de trabalho e novas profissões surgissem. Segundo Krüger (2007), nesse período “[...] o processo de industrialização começa a ter grandes avanços, o que traz como conseqüência a necessidade de mudanças na estrutura

do Estado, voltadas principalmente para a preparação de uma nova força de trabalho” (p.156).

A criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 foi uma das providências tomadas para a reestruturação do sistema educacional brasileiro. No que diz respeito ao ensino profissional, esse Ministério instituiu a Inspeção do Ensino Profissional Técnico (1931) e extinguiu o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, que funcionava sob o regime de contrato com o governo.

O novo serviço de inspeção deveria fiscalizar, dirigir e orientar todos os estabelecimentos que oferecessem ensino profissional técnico e de aprendizes artífices. Seu primeiro Diretor foi o Engenheiro Francisco Montojos. Em 1934, pelo decreto 24.558, de 03 de julho, a Inspeção transformou-se em Superintendência do Ensino Profissional. Horta (1994), ao estudar esse período (1930-1945), demonstra as transformações ocorridas no Brasil e sua influência nos projetos educacionais. Para ele,

Ao mesmo tempo, ao nível do discurso e ao nível da legislação, esses temas evoluirão sempre no mesmo sentido: colocar o sistema educacional a serviço da implantação da política autoritária. São os seguintes: a concepção da educação como problema nacional, a ligação entre a educação e saúde e a ênfase na educação moral (HORTA, 1994, p.2).

Nesse período o ensino Comercial foi estruturado, através do decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que o instituiu como um sistema paralelo, tendo um grau pós-primário, um técnico e um superior. Assim,

Para os portadores de certificados de conclusão da escola primária havia, no ensino comercial, a possibilidade de ingresso no curso de auxiliar de comércio (dois anos) ou no propedêutico (três anos), este constituindo condição, ao lado do curso secundário, para ingresso nos cursos técnicos [...] compreendendo as seguintes modalidades: secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e perito-contador (CUNHA, 2000a, p.22).

Outra mudança significativa para o ensino profissional foi a constituição do Código de Educação, em 1933, que acrescentou aulas teóricas de Português, Geografia, História do Brasil, Desenho técnico, Matemática, noções de Física Mecânica e de Eletricidade, Tecnologia, plástica, Educação Física, Canto Orfeônico e hinos patrióticos.

Em 1934, foi criada a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, pelo decreto nº 6.605, de 13 de agosto que unificou as diretrizes gerais administrativas e pedagógicas a serem seguidas pelas escolas profissionais; criou o serviço de

psicotécnica⁵⁴ nessas escolas; instituiu a carreira do magistério profissional⁵⁵ e colônias de férias para os alunos, dentre outras realizações.

O Ministro Gustavo Capanema reformou o Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1937, chamando-o de Ministério da Educação e Saúde, e extinguiu a Superintendência do Ensino Profissional, passando suas atribuições para a Divisão do Ensino Industrial, permanecendo o mesmo Diretor Francisco Montojos. Porém, o ensino Agrícola manteve-se subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Após a mudança, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a se denominar Liceus Industriais com a finalidade de ministrar o ensino profissional a todos os ramos e graus. Assim, a EAA de Sergipe passou a ser chamada de Liceu Industrial de Aracaju (LIA) e deixou de ser voltado para o ensino de pobres.

Verifica-se que muitos foram os embates político-ideológicos para organizar a educação nacional, uma vez que o Estado Novo colocou a industrialização como meta, o que resultou na preocupação com a formação da força de trabalho. “O envolvimento direto da Europa na guerra e dos Estados Unidos [...] criaram condições propícias para a substituição das importações por mercadorias produzidas no Brasil. Por isso, abriram-se novas fábricas e expandiram-se as já existentes” (CUNHA, 2000a, p.27).

Isso foi expresso na Constituição de 1937, que introduziu uma disposição específica relativa ao ensino profissional, no artigo 129: “O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpra-lhe dar execução a este dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativas dos estados, dos municípios ou associações profissionais”.

Segundo Fonseca (1986), “nenhuma Constituição anterior tratara do ensino industrial”(p.231). Esse fato representou um marco para a educação profissional, apesar de ainda ser destinado, legalmente, às “classes menos favorecidas”.

Houve também a preocupação com a educação profissional dos trabalhadores das indústrias e ficou prevista a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Esse

⁵⁴ Esse serviço estava previsto no Código de Educação (decreto 5.884, de 21 de abril de 1933). Era estabelecido que caberia ao Gabinete de Psicotécnica indicar aos alunos-aprendizes matriculados no 1º ano de curso industrial um ofício adequado a suas aptidões, mediante julgamento psicológico, social, econômico e profissional.

⁵⁵ Ficou estabelecido que a partir de 1935 o provimento de cargos para docentes nas escolas profissionais passaria a ser efetuado através de concursos.

último para oferecer cursos profissionalizantes aos empregados de empresas comerciais. Sobre essas ações, afirma Sousa (2000) que “sua concretização resultou de uma aspiração conjunta do Estado e do empresariado industrial e pela carência de operários mais qualificados” (p.240).

A Lei Orgânica do Ensino Industrial elaborada pelo Ministro Gustavo Capanema, através do decreto-lei nº 4.078, de 30 de janeiro de 1942, dispunha que esse ensino deveria atender os interesses do trabalhador, das empresas e da Nação, com as finalidades de formar profissionais aptos ao exercício de ofícios e técnicas; dar aos trabalhadores uma qualificação profissional que lhes aumente sua eficiência e produtividade; divulgar conhecimentos de atualidades técnicas e, ainda, formar, aperfeiçoar ou especializar os professores de determinadas disciplinas próprias desse ensino.

O ensino industrial, então, passou a ter dois ciclos: o primeiro básico e destinado à formação do aprendiz; o segundo, complementar, destinado à formação do técnico, do trabalhador, do professor e do administrador para o ensino profissional. “Os primeiros destinados a dar treinamento rápido e os de aprendizagem, destinados à qualificação de aprendizes industriais” (SILVA, 2003, p.3).

Também a partir dessa “lei”, as escolas industriais seriam destinadas aos “menores que não trabalhavam, enquanto que as escolas de aprendizagem era voltada para os que estivessem empregados” (CUNHA, 2000a, p.37).

Nesse sentido, a partir de 1942, o ensino industrial pode ser dividido em dois: “um que compreendia a aprendizagem que ficava sob o controle patronal, ligado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e um outro ramo que estava sob a responsabilidade direta do Ministério da Educação e da Saúde, que era constituído pelo ensino industrial básico” (SANTOS, 2003, p.217).

Apesar de ter sua criação prevista na Constituição de 1937, o SENAI foi efetivamente criado no Governo de Getúlio Vargas em 1942, por meio do decreto 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Ele era representado pela Confederação Nacional de Indústria (CNI), paralelo ao sistema oficial de ensino. Foi estruturado por Gustavo Capanema a partir da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 30 de janeiro de 1942.

A promulgação dessa lei é o marco final desse estudo, uma vez que reorganizou o ensino profissional. Sua principal repercussão em Sergipe foi a subordinação do Instituto Profissional Coelho e Campos ao SENAI, o que ocasionou mudanças, passando a chamar-se “Escola Industrial Coelho e Campos”.

1.4 A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO INDUSTRIAL EM SERGIPE: A CRIAÇÃO DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS

Sergipe, a partir do início do século XX, assim como ocorreu em outros Estados brasileiros, passou a investir no crescimento da indústria local, realizar obras de infraestrutura e saneamento em suas cidades. Isso gerou uma maior urbanização e a necessidade tanto de qualificar pessoas para trabalhar nos novos postos quanto de empregar a população ociosa a fim de evitar vadiagens.

Nesse momento, Aracaju, a capital sergipana, passava por momentos de organização de suas redes sanitárias e de esgoto, de construção da linha ferroviária (1913), implantação de centrais de telefonia (1911), instalação de Usinas de eletricidade (1913), realização de calçamentos de ruas com paralelepípedos (1919), substituição dos bondes a tração animal pelos elétricos (1926), a chegada dos automóveis, dentre outras coisas.

Verifica-se também que a partir da década de 1920, Sergipe viveu momentos de prosperidade econômica, possuindo a seguinte estrutura industrial: “[...] 85 indústrias mineiras não metálicas; 2 metalurgia; 1 madeira; 9 química/ farmacêutica; 55 têxteis; 27 de vestuários, calçados e artigos de tecidos; 86 de produtos alimentares; 26 de bebidas e 10 de fumo” (SANTANA, 1997, p.152).

Em Aracaju, no setor têxtil, já existiam duas fábricas: a “Sergipe Industrial”, criada em 1882, pertencente a Cruz, Ferraz e Cia; e a “Confiança” (1918) da Ribeiro Chaves e Cia. Nos interiores do Estado havia as fábricas: “Santa Cruz” (1891) e a “Senhor do Bonfim” (1914) em Estância; a “Empresa Industrial de Propriá” (1913) em Propriá; a “Empresa Industrial de São Cristovão” (1915) em São Cristovão; e a Fábrica de fiação e Tecidos de Algodão” (1906) em Vila Nova⁵⁶.

Todas as fábricas e indústrias citadas precisavam de mão-de-obra, de peças de reposição, de máquinas e de consertos, fato que impulsionou a criação de Cursos de formação para atender a tal finalidade. Assim, no Governo de Maurício Graccho Cardoso, foram criados muitos estabelecimentos que visavam sanar as carências profissionais do Estado e contribuir com avanços na área da educação e saúde.

As Instituições criadas nesse período foram o Instituto Parreiras Horta, o Hospital de Cirurgia, o Instituto de Química Industrial, as Faculdades de Direito

⁵⁶ Atual Neópolis.

“Tobias Barreto” e de Farmácia e Odontologia “Aníbal Freire”; os Grupos Escolares de Aracaju: “General Valadão”, “José Augusto Ferraz” e “Manoel Luiz”.

Na área da educação profissional, criou-se o Instituto Profissional Coelho e Campos (1923) para atender as indústrias; a Escola de Comércio Conselheiro Orlando⁵⁷ (1923) que formou para a profissão de guarda-livros, para o Comércio; e o Patronato Agrícola São Maurício, inaugurado em 31 de outubro de 1924, visando instruir pobres e menores desvalidos para as técnicas agrícolas. Como afirma Nery (2006), essa instituição “não foi nenhuma invenção do governo sergipano, haja vista que, antes mesmo da criação do Patronato sergipano, já haviam sido construídos pelo Governo Federal catorze estabelecimentos congêneres em outros estados brasileiros”(p.1).

Essa última Escola foi criada anexa ao Centro Agrícola Eptácio Pessoa que se destinava à colonização, ao ensino agrícola e à pesquisa. Nele, eram realizados ensaios de adaptação de cultivos como aveia, feijão, milho, mandioca, café, fumo etc. Segundo Bravo (1984), “nos trabalhos com a cana de açúcar foram introduzidas diversas variedades como a Salangôr, Caiana, Flor de Cuba, Louzier, Manteiga, Pitú e C 2443, além de diversos cruzamentos etc”(p.112-113).

Essas três Instituições criadas dialogaram com as funções sociais assumidas pelo ensino profissionalizante na República e atuaram, respectivamente, na formação de mão-de-obra para as áreas da Indústria, Comércio e Agricultura. Elas vieram atender as necessidades de seu tempo e espaço urbano, advindas das mudanças ocorridas nas áreas de infra-estrutura, saneamento, construção civil, agrícola e comercial do Estado.

Todas as Instituições criadas e as obras realizadas em Sergipe precisaram de profissionais para construí-las, o que demandava o emprego de trabalhadores; móveis e equipamentos para atender suas finalidades; funcionários e uniformes de trabalho, dentre outros elementos que vieram a ser atendidos com a criação do IPCC.

Com o auxílio de técnicos competentes locais e de fora, comandou empreendimentos que mudaram a face de Aracaju e melhoraram o quadro de diversos municípios do interior. Providenciou novos aterros e sobretudo calçamentos a paralelepípedo. Reconstruiu a rede de abastecimento⁵⁸ de água [...]. A parte dos esgotos, que fora iniciada na

⁵⁷ O Curso Comercial do Atheneu foi desintegrado, através do decreto nº 798, de 09 de abril de 1923, para a criação de uma Escola de Comércio, que chamou-se “Escola de Comércio Conselheiro Orlando”.

⁵⁸ Segundo Barreto (2003), Graccho contratou o engenheiro Francisco Saturnino, em 02 de fevereiro de 1923, para a realização de estudos e reformas dos serviços de abastecimento de água em Aracaju, “considerando a imperícia no assentamento da linha adutora, o diâmetro demasiado estreito das tubulações, o cálculo errôneo da quantidade de água a prover por habitante, não se tendo levado em conta

gestão de Siqueira de Menezes, foi planejada e executada em grande parte da cidade (DANTAS, 2004, p.39-40).

Essas modificações estruturais necessitavam tanto de mão-de-obra qualificada, quanto de produtos e máquinas para completar seus serviços. O crescimento urbano⁵⁹ gerado por estes fatores demandou trabalhos na área da construção civil para fazer moradias, casas comerciais, escolas, hospitais que precisavam de mobiliário, instalações sanitárias e elétricas, vestuário e enxovais.

Se as indústrias do mobiliário e da construção civil exerciam uma demanda sobre um determinado núcleo de trabalhadores qualificados, o qual dificilmente era passível de ser encontrado no mercado ou mesmo de ser preparado no próprio local de trabalho, uma outra indústria irá lhes fazer companhia – a indústria metal-mecânica e, em especial, as pequenas oficinas mecânicas de manutenção de máquinas e equipamentos instalados nas próprias fábricas e ferrovias (RIBEIRO, 2005, p.214).

Assim, destaca-se a criação do IPCC como um marco para a efetiva organização de uma concepção industrial do ensino profissionalizante em Sergipe. Isso porque todos os seus Cursos de formação voltaram-se para a qualificação de profissionais para as carências industriais do Estado, sem a presença da função assistencialista. Segundo Barreto (2003), essa formação “[...] visava preparar técnicos para as indústrias sergipanas e o Instituto Profissional Coelho e Campos fabricou e forneceu, por muito tempo, móveis e equipamentos às repartições do Estado”(p.37).

A quantia doada por José Luiz Coelho e Campos foi depositada na conta do Liceu Profissional Coelho e Campos, no dia 12 de janeiro de 1921. Fato que impulsionou o presidente de Sergipe, José Joaquim Pereira Lobo⁶⁰ (1918-1922), a tomar as devidas providências para o funcionamento da Instituição: local, data de início da construção do prédio, cursos a serem oferecidos, profissionais para atuação, maquinismos etc.

O local escolhido para sua construção foi um terreno situado na Rua de Itaporanga, cruzando com Simão Dias, em Aracaju/Sergipe, conforme mensagem presidencial de 7 de setembro de 1921:

o desenvolvimento da cidade. Estudos preliminares tinham sido feitos por Saturnino de Brito e pelo norte-americano J.W.Billingsley”(p.73-74).

⁵⁹ Segundo Dantas (2004), esses investimentos no crescimento da indústria fizeram com que houvesse um aumento no número de habitantes de Aracaju, que passou de 16.336 em 1890 para 50.564 em 1930 (p.55).

⁶⁰ Esse Presidente foi considerado bem-feitor por ter contribuído para a existência do Instituto.

Consoante disposição da última vontade do eminente e saudoso sergipano, Dr. José Luís Coelho e Campos, estou providenciando para construção do Instituto do Ensino Profissional, tendo por decreto n° 723, de 16 de junho do corrente ano, desapropriado por utilidade pública, o prédio e terreno, situados à Rua Itaporanga, de propriedade de d. Maria Emília Melo, e a área com uma extensão de 622,50m de terreno situado à Rua Simão Dias, de propriedade do cidadão Tito Gomes de Araújo Pinto, para ali ser construído o Instituto Profissional Coelho e Campos (LOBO, 1921, p. 22 e 23).

Para a instalação do Liceu, foi escolhida uma localização próxima ao centro da cidade, inserida nos espaços de visibilidade e prestígio social. Isso revela o grau de importância atribuído à recém-criada Instituição.

Tanto o lugar de edificação quanto o próprio prédio escolar, estrategicamente posicionado no local em que lhe permite o terreno, entre as vias centrais da cidade e não à margem do núcleo urbano, são portadores de uma intencionalidade pedagógica: de projeção e de influência sobre a sociedade – a capital do estado [...] (CINTRA, 2006, s/pg.).

O Governo do Estado pagou pelos terrenos o valor de 28:000\$000 (vinte e oito mil contos de réis) no dia 29 de julho de 1921. As propostas para a construção e divisões do edifício do Liceu foram similares aos edifícios escolares de São Paulo. Esse mesmo fato foi observado na construção dos Grupos Escolares sergipanos.

Helvécio de Andrade representou em Sergipe o entusiasmo que contaminou os governos dos demais estados em face das reformas que se irradiaram a partir de São Paulo, pela visibilidade que estes ganharam na opinião pública, em função do seu caráter moderno, que se exprimia por meio de um discurso de racionalidade técnica dos profissionais de educação [...], e pelo caráter espetaculoso do modelo arquitetônico dos grupos escolares que passaram a adotar, inspirando-se na arquitetura escolar adotada em São Paulo (NASCIMENTO, 2006, p.155-156).

Além da compra do terreno, outros gastos ocorreram com a medição do mesmo e com obras de fiscalização. No ano seguinte, o Liceu recebeu um benefício do Governo Federal no valor de 100 contos de réis para a criação do Curso de Mecânica Prática. Assim, foi iniciada a montagem das oficinas e dos primeiros cursos que seriam oferecidos na inauguração da Instituição.

No Governo de Graccho Cardoso, a construção do Liceu Profissional Coelho e Campos foi dinamizada. Pois, apesar de possuir o curso de Mecânica Prática, essa

Instituição ainda se encontrava em fase de construção e de adaptação das Oficinas, conforme decreto n° 814, de 24 de maio de 1923.

O Presidente de Estado, usando da Faculdade que lhe confere a lei n.476 de 09 de novembro de 1904 e na conformidade do artigo 826, letra j da lei n.793 de 05 de outubro de 1920, decreta: é declarada de utilidade pública para a construção de novos pavilhões do Lyceu Profissional Coelho e Campos, a desapropriação da área medindo 4.424,25 metros quadrados, do terreno lançado como propriedade de Tito Gomes de Araújo Pinto, contíguo ao referido Lyceu e com faces para a rua de Simão Dias e Própria desta capital, numa extensão de 65, 69,4, 62,5 metros, respectivamente, ficando aprovados os planos e plantas das indicadas obras (CARDOSO, 1923, p.134).

A denominação dessa Instituição foi alterada, através do decreto n° 823, de 25 de junho de 1923, com a justificativa de transformá-lo em um verdadeiro instituto de ensino técnico-profissional. Assim, sua nomenclatura de Liceu foi substituída por Instituto Profissional Coelho e Campos (IPCC), e deram-lhe as finalidades de ministrar e desenvolver, no Estado, o ensino técnico profissional, orientando as vocações e educando as aptidões industriais.

Para dirigir o Instituto, foi contratado o Engenheiro Dr. Alcides Raupp, cedido pela Comissão de Remodelação do Ensino Profissional e Técnico, do Ministério da Agricultura. Ele ficou responsável por tomar todas as providências necessárias para inaugurar o IPCC, desde a compra de materiais até a contratação de profissionais para a construção das oficinas. Também teve a incumbência de inspecionar fábricas do Estado, emitindo pareceres com informações sobre suas condições de funcionamento.

Os gastos⁶¹ com a montagem do IPCC eram empregados em compra de materiais, móveis, transportes, carretas, gratificações dadas ao Diretor Alcides Raupp, pagamentos dos operários, dentre outras coisas. No mês de junho de 1923, o Tesouro do Estado pagou 4:780\$000 (quatro contos, setecentos e oitenta mil réis) aos “Srs. Underman Salponik”, proveniente do fornecimento de móveis para o Instituto.

Sob a supervisão do Engenheiro Alcides Raupp, pagou-se a quantia de 2:767\$100 (dois contos, setecentos e sessenta e sete mil e cem réis) aos profissionais que estavam envolvidos na construção. Eram eles: Contramestre, pedreiros, mecânicos, ferreiros, serralheiros, serventes, soldadores, auxiliares técnicos, modeladores,

⁶¹ Informações obtidas a partir dos dados coletados no Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixa n°222.

carpinteiros, masseiros, caiadores, apontadores, pintores e diversos ajudantes, conforme se observa no quadro 9.

QUADRO 9 – ALGUNS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS (1922-1923)

Nome	Função	Observações
João Neponucemo	Mecânico	-
Manoel Amâncio	Ferreiro	-
Homino Silva	Mecânico	Trabalhava no Centro Agrícola
Adolpho do Bonfim	Ferreiro	-
Francisco José dos Santos	Servente/Serralheiro	Trabalhava no Centro Agrícola
José Ferreira Bonfim	Aj. Ferreiro/aprendiz	-
Waldemar Ferreira Bonfim	Aj. Ferreiro/aprendiz	Trabalhava no Centro Agrícola
Nicanor Silva	Aj. ferreiro	-
João Gomes da Silva	Aj. Ferreiro/aprendiz	Trabalhava no Centro Agrícola
João Oliveira	Soldador	-
Ulysses Wiltshire	Serralheiro/Mecânico	Trabalhava no Centro Agrícola
José Felisardo Santos	Aj. ferreiro	Trabalhava no Centro Agrícola
Manoel Luciano da Costa	Ajud. Mecânico/serralheiro	-
Bernardo Crygan	Aux. Técnico	Trabalhava no Centro Agrícola
Aníbal Oliveira	Modelador	-
Feliciano José dos Santos	Carpinteiro	-
Manoel Francisco Nery	Carpinteiro	Trabalhava no Centro Agrícola
Antonio Cavalcante	Carpinteiro	-
Sebastião Ribeiro Dias	Carpinteiro	-
Roberto J. dos Santos	Carpinteiro	-
José Felix	Carpinteiro	-
Manoel dos Santos	Carpinteiro	-
José Emigdio	Carpinteiro	-
Julio Santos	C. Mestre Pedº.	-
Juvêncio Vieira de Melo	Pedreiro	Transporte
Francisco Xavier Fidelis	Pedreiro	Transporte. Trabalhava no Centro Agrícola
Antonio Alves	Pedreiro	Transporte
Jacintho Marques	Pedreiro	Transporte
Manoel Antonio da Cruz	Pedreiro	Transporte. Trabalhava no Centro Agrícola
José Candido	Pedreiro	Transporte
João Antonio	Pedreiro	Transporte
Manoel Messias dos Santos	Pedreiro	Transporte
Manoel Luiz dos Anjos	Pedreiro	Transporte
Ismael Marques	Pedreiro	Transporte
Pedro Isaac	Pedreiro	Transporte
José Baptista da Cruz	Pedreiro	Transporte
Manoel Guilherme	Pedreiro	Transporte
Possidônio Teophilo	Pedreiro	Transporte
José Vieira dos Santos	Pedreiro	Transporte
José Francisco dos Santos	Masseiro	Transporte
Josias da Silva	Masseiro	Transporte
Manoel Gomes	Caiador	Transporte
João Baptista dos Santos	Servente	Transporte
Antonio Fernandes Santos	Servente	Transporte
Rivadavia Antonio Santos	Servente	Transporte
Levandio Santos	Masseiro	Transporte
Devocides Santos	Servente	Transporte
Bernardino Santos	Servente	Transporte
Durval Pinheiro	Servente	Transporte. Trabalhava no Centro Agrícola
Felix Rodrigues	Masseiro	Transporte
Milton Regis	Apontador	Transporte
Antonio Amaral Canuto	Pintor	-
Aristão Santos	Pintor	-
Pedro Mecias	Servente	-
Isidoro Andrade	Servente	-

Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixa nº209.

A maioria desses funcionários trabalhava no Centro Agrícola Epitácio Pessoa e na EAA. Eles foram cedidos pelo Governo do Estado e trabalharam sob o regime de diárias, contratados como empreiteiros. Nesse movimento, muitos foram os gastos compreendidos para a instalação das oficinas, montagem do jardim e das demais dependências da Instituição, bem como com a aquisição de maquinarias e madeiras, que vinham de Recife e do Rio de Janeiro, através dos vapores Itaituba, Itaperuna e Íris.

Os principais fornecedores de móveis e materiais que compuseram os utensílios do Instituto foram: Silva Ribeiro & Cia, Rocha & Leite (barricas de cimento), José Alcides Leite (taboas, tabocas, pranchões), Alfred H. Schutte do Rio de Janeiro representada em Sergipe por Wilh Schevell (letras de câmbio provenientes do fornecimento de máquinas), A. Foneca & Cia, José Lopes dos Santos (plantas para o jardim), Manoel José de Sant'Anna (material para o jardim – barro, terra), Edgar Menezes & Cia (vidros em lâminas), H. Dantas & Cia (tábuas para andaimes), Durval Esteves (madeira de lei), Saul Sampaio (saveiros de terra de moldagem para oficinas de fundição e modelagem), Cel. Celso Sobral Garcez (sacos de areia para moldagem), Álvaro do Nascimento (material para o jardim), Centro Agrícola Epitácio Pessoa (máquinas), Sociedade de Motores Deutz (máquinas), Otto legítimo (máquinas), Estabelecimentos & M. Blatgé (máquinas), Calcidio Ludovice, Gallovey Terra Cotta Co., *American Wood Working Machinery, Mechanics Institute*.

O Dr. Raupp solicitou que seus familiares residentes em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, procurassem profissionais competentes, engenheiros, para atuarem no ensino do IPCC como Mestres de Seção. Fato que revela a carência de pessoas qualificadas em Sergipe para esse tipo de trabalho naquele período.

Em Porto Alegre o maior correspondente era Jorge Raupp, seu irmão, que conseguiu profissionais para virem a Sergipe, especialistas em construções metálicas e mecânicas, formados pelo Instituto Parobé. Ele se comunicou com Otto Heinnuhe, chamando-o para dirigir a Seção de Construções Mecânicas e receber a quantia de 400\$000 (quatrocentos mil réis), mas esse negou o convite. Quem aceitou o chamado para dirigir a Seção de Construções Metálicas foi Sezefredo Blascke, que teve todas as despesas com passagem pagas pelo IPCC, bem como a remuneração no valor de 400\$000.

Solicitou também ao Dr. João Muricy, Diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Florianópolis, que falasse com Othelo Baptista, considerado uma pessoa competente

para dirigir a Seção de madeiras do IPCC. Porém, recebeu um telegrama do Dr. Muricy informando que Othelo estava em Porto Alegre prestando serviços militares.

Imediatamente, o Dr. Raupp solicitou que Jorge Raupp, seu irmão, procurasse Othelo Baptista em Porto Alegre, oferecendo arcar com despesas de passagem e transferência para que ele ocupasse o cargo de Mestre da Seção de Madeiras. Mas esse não pode vir.

Tais contatos revelam que o primeiro Diretor do IPCC era legitimado pelo campo para o exercício dessa função. Soube articular a experiência que adquiriu no Serviço de Remodelação do Ensino Técnico com os contatos que estabeleceu para compor redes de sociabilidade que contribuíram com a organização do IPCC e sua atuação.

Assim, em meio às construções e contratações, o IPCC foi inaugurado no dia 28 de julho de 1923 com os Cursos de Adaptação, Mecânica Prática, Montadores Eletricistas, Condução de Máquinas e Motores. O fornecimento de energia elétrica do Instituto foi dado pela Usina de Eletricidade.

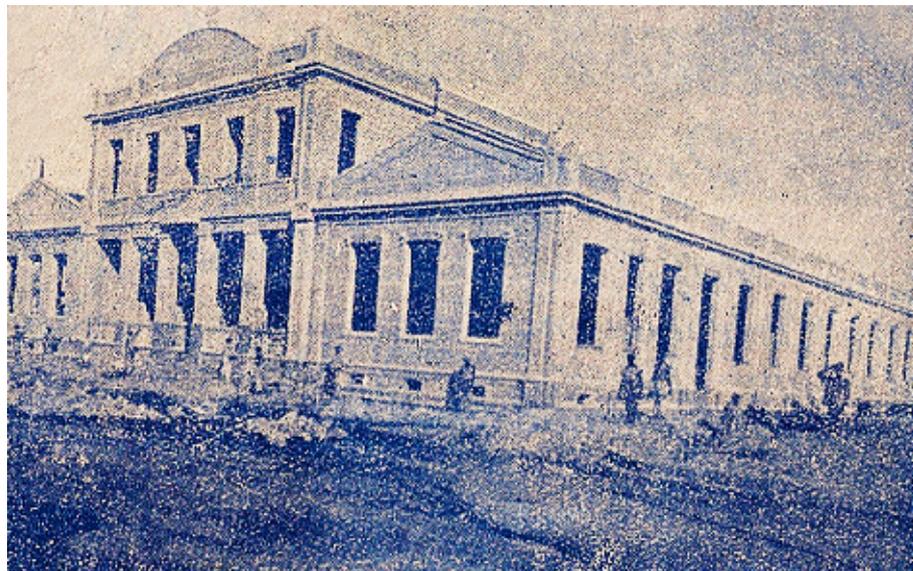


Figura III– Fachada do primeiro prédio inaugurado (1927). Fonte: **Almanack de Sergipe**. p.308.

Os gastos empreendidos, a quantidade de profissionais contratados, os investimentos em equipamentos feitos revelam a importância dada pelo Governo ao IPCC. Na inauguração, a fachada ampla com grandes janelas ostentou sua estrutura,

expressando monumentalidade⁶² e princípios higienistas, tais como ventilação, iluminação e amplitude do espaço.

A estrutura física do prédio escolar deveria estar associada à idéia de progresso, de evolução da sociedade, de avanço do conhecimento, da natureza e da sociedade. A imagem da escola deveria ser suntuosa e ser representada, antes de tudo, como o local de formação do homem civilizado (ALMEIDA, 2009, p.53).

Sabe-se, portanto, que a arquitetura escolar é uma linguagem que, através de suas formas, expressa valores, intenções e discursos de uma época. Por isso, no início do século XX, as construções dos prédios educacionais de Aracaju diferenciaram-se das demais da cidade. Através delas, deu-se destaque ao progresso que a educação traria ao Estado.

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos mais técnicos (ESCOLANO, 1998, p.26).

No discurso de inauguração proferido por Graccho Cardoso foi ressaltada a importância de uma Instituição como o “Coelho e Campos” para a profissionalização de rapazes e moças para o Estado. Segundo ele,

O curso profissional, mera aspiração até hoje, entre nós, passa a ser um fato. Orientados por esse roteiro, cogitamos ainda de outras fundações, inclusive a Escola Profissional Feminina, como elemento de instrução industrial da mulher sergipana, no objetivo de armá-la de meios de defesa na luta pela vida e, ao mesmo tempo, vigiar por sua emancipação econômica (DIÁRIO OFICIAL, 1923, p. 1082).

Em meio ao processo de matrícula e organização dos programas dos cursos, a Instituição foi ganhando forma administrativa e pedagógica, estabelecidas em seus Estatutos, que no artigo 40 previa: “o ensino profissional técnico professado no Instituto

⁶² A aparência monumental também esteve presente em outros prédios públicos construídos em Sergipe, como o da Escola Normal e os dos Grupos Escolares.

tem o caráter de aprendizado industrial, isto é, obriga ao trabalho efetivo em todos os cursos” (SERGIPE, 1923, p.46).

Em outubro de 1923, o Governo do Estado abriu uma conta corrente no Banco Estadual de Sergipe, com a quantia de dez contos de réis, para cobrir as despesas do IPCC. O auxílio necessário que o Estado deu ao Instituto era uma subvenção anual que foi incorporada ao seu patrimônio sem o caráter de tutela financeira. Enquanto o Instituto não se emancipasse, o Governo estava obrigado a acudir-lhe para qualquer emergência, uma vez que no início o patrimônio era insuficiente.

Em 1926 foi aprovada uma subvenção mensal, já que pelo decreto nº 951, de 09 de setembro de 1926, ficaram incorporadas as oficinas gráficas da extinta Imprensa Oficial. As primeiras dependências da Instituição foram: portaria, secretaria, almoxarifado, arrecadação, diretoria, biblioteca, laboratórios, seções e oficinas. Todas essas dialogavam entre si, realizando venda de produtos, ferramentas, peças de máquinas e entrega de materiais e encomendas.

No IPCC o ensino ficou dividido entre aulas teóricas, organizadas pelo Departamento de Ensino Técnico-Profissional, e práticas, gerenciadas pelo Departamento Industrial, conforme organização descrita nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 – O “MERCADO DE OFÍCIOS”: ASPECTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL MASCULINA NO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS

O IPCC, ao longo de sua existência, atuou como um espaço civilizador. Ele atrelou a educação ao trabalho e inculcou nos alunos práticas disciplinadoras de tempo e produção ao estabelecer regras de conduta, normas, horários de trabalho, noções de higiene e limpeza, sempre visando preparar o sujeito para a convivência social.

A civilização que estamos acostumados a considerar é como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-las [...]. Todas as características distintivas que lhe atribuímos – a existência da maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento (ELIAS, 1994, p.73).

O estudo sobre o funcionamento do IPCC demonstrou que ele atuou, além disso, como espaço de formação para as necessidades industriais de Sergipe. Nele imperou um tipo de “mercado de ofícios” que direcionava as ações da Instituição, no sentido de ditar quais Cursos ofertar e o que fabricar nas Oficinas.

Assim, a partir das necessidades de formação de mão-de-obra, os Cursos eram pensados. Nesse período, dentre os setores industriais sergipanos destacam-se a indústria têxtil, a da construção civil, a metal-mecânica, as oficinas mecânicas das ferrovias e a de vestuário. Todas elas demandavam força de trabalho qualificada para operar com as máquinas e fabricar os produtos.

QUADRO 10 – INDÚSTRIAS EXISTENTES EM SERGIPE (1907, 1920)

Gêneros da indústria / número de estabelecimentos	1907	1920
Minerais não metálicos	-	85
Metalurgia	09	02
Madeira	05	01
Química e Farmacêutica	04	09
Têxtil	04	55
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	11	27
Produtos alimentares	63	86
Bebidas	03	26
Fumo	04	10

Fonte: Tabela nº13 apresentada por Subrinho (1987, p.88).

O IPCC, com a oferta de seus serviços, atendeu praticamente a todos os segmentos industriais apresentados no quadro 10. Assim, contribuiu para o crescimento do Estado, ao fornecer mobília para as escolas; apresentar técnicas de construção civil; produzir roupas; fabricar artigos para cozinha, motores, máquinas; consertar peças de carros, de ferramentas; dentre outras atividades necessárias ao desenvolvimento industrial do período e que são reveladoras da função social assumida pela Instituição.

Para atender a essa realidade, no IPCC foi montada uma estrutura de capacitação de pessoas, de forma teórica e prática, distribuindo as tarefas como uma “*oficina-escola*”⁶³, baseada na aprendizagem metódica⁶⁴ dos processos de cada ofício. Essa modalidade

[...] formava o operário no próprio trabalho para o mercado, de modo que um aprendiz ia dominando as tarefas do seu ofício à medida que auxiliava um operário na produção. Nesse modelo, a educação geral (da alfabetização ao desenho geométrico) era-lhe ministrada apenas na medida das necessidades imediatas (CUNHA, 2005a, p.117).

Além disso, o espaço escolar foi organizado como um “mercado de ofícios”, visando atender ao público externo, através de visitas e encomendas de produtos. Os espaços do IPCC foram usados para variadas formas de convivência social, bem como para a formação profissional dos sujeitos. Isso gerou uma relação identitária e de pertencimento por parte de quem os utilizou. Nele, “representações” de mundo foram construídas e regras morais “apropriadas”.

Um dos elementos-chave na configuração da cultura escolar de uma determinada instituição educativa, juntamente com a distribuição e os usos do tempo, os discursos e as tecnologias da conversação e comunicação nela utilizados, é a distribuição e os usos do espaço, ou seja, a dupla configuração deste último como lugar e como território (VIÑAO, 2005, p.17).

O IPCC foi organizado de forma a oferecer a formação primária, através da alfabetização, da literatura, da música; e a profissional, nas Oficinas e Cursos. Para

⁶³ Cunha (2005a) apresenta dois modelos de educação profissional que prevaleceram até 1925: “o de *oficina-escola*, que já foi descrito; e o de *escola-oficina*, na qual os conhecimentos científicos [...], assim como conhecimentos e práticas da “arte”, sobressaíam no currículo, sem, contudo descartar-se a prática de oficina. Esta, no entanto, familiarizava o aprendiz com seu ofício [...] num ritmo que não era o da produção efetiva, nem tinha a preocupação com a competição de seus produtos no mercado de bens manufaturados” (Cunha, 2005a, p119).

⁶⁴ A aprendizagem metódica ou racional acabou prevalecendo sobre os modelos da *escola-oficina* e *oficina-escola*. “Nela, as séries metódicas de ofício tinham na aprendizagem seu objetivo principal, aliando a prática de oficina (especialmente desenhada para efeitos do ensino profissional) com os conhecimentos científicos e tecnológicos”(CUNHA, 2005a, p.120).

melhor atender as especificidades da formação teórica e prática foram criados dois Departamentos: o Industrial e o Técnico-Profissional.

O primeiro compunha-se pelas Seções e Oficinas. Elas eram responsáveis por oferecer a parte prática do ensino e atender as encomendas da sociedade. O segundo, chamado de Técnico-Profissional, ofertava os Cursos de Adaptação (primário) e as disciplinas teóricas dos Cursos profissionais masculinos e femininos.

O Curso Profissional Masculino abrangia as seguintes profissões: Marceneiro, Ferreiro, Serralheiro, Fundidor, Modelador, Torneiro, Fresador, Mecânico, Condutor de Máquinas e Motores e Montadores Eletricistas. Elas eram ministradas de forma teórica nas salas de aula e prática nas diversas Oficinas.

O Curso Profissional Feminino era composto pelas seguintes cadeiras: Rendas, Bordados, Flores, Confeções de chapéus e Trabalhos artísticos, Confeções, Modas, Roupas brancas e grossas, Desenho e Trabalhos manuais, Economia Doméstica, Pintura, Metaloplastia e Pirogravura. Todos eles serão caracterizados no próximo capítulo.

Os Cursos do IPCC foram estudados a partir das suas disciplinas, dos materiais didáticos utilizados, das ferramentas de trabalho, dos maquinismos, enfim: da sua cultura material que compõe parte da cultura escolar. Segundo Julia (2001), o estudo destes elementos “[...] abre, em todo caso, para retomar uma metáfora da aeronáutica, a ‘caixa preta’ da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular”(p.13).

2.1 O CURSO DE ADAPTAÇÃO E O PERFIL DOS ALUNOS DO DEPARTAMENTO DE ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL

Antes de ingressar nos Cursos e nas disciplinas profissionalizantes, os alunos eram matriculados no Curso de Adaptação ou Primário para serem alfabetizados. Por isso, seu programa de ensino obedeceu ao dos Grupos Escolares do Estado, Escolas responsáveis por esse tipo de instrução em Sergipe.

O Curso de Adaptação era comum aos dois sexos e durava três anos. Suas Professoras deveriam ser, de preferência, normalistas diplomadas pela Escola Normal “Rui Barbosa”. Assim, as primeiras foram Joanna Petrina de Souza, Zoé Silva de Oliveira e Anna Joelina Cardoso Campos, responsáveis respectivamente pelo 1º, 2º e 3º ano. Elas recebiam os vencimentos anuais no valor de três contos de réis e gozavam dos direitos e garantias que cabiam aos professores primários efetivos.

Essas profissionais atuaram na Instituição como agentes sociais responsáveis pela transmissão de valores morais e culturais aos alunos sob a forma de conhecimento escolarizado aos alunos. Portanto, devem ser reconhecidas pela ação civilizadora que realizaram no campo educacional sergipano.

O programa do Curso de Adaptação dedicou-se ao ensino da leitura, escrita e cálculo. Ele estruturou-se da seguinte maneira: primeiro ano – leitura escrita; numeração e operações de números inteiros; caligrafia; recorte de silhuetas; ginástica; trabalhos manuais feitos em cartão e recortes de madeira. Segundo ano – leitura corrente e ditado (caligrafia); cálculo aritmético sobre números inteiros e frações; Geometria (elementos); desenho a mão livre e de silhuetas; ginástica; trabalhos manuais realizados em madeiras, chumbo e folhas de flandres⁶⁵. O terceiro ano do curso compreendia os conteúdos de Português (ditado e redação); Aritmética (frações decimais, ordinárias, proporções, juros, raiz quadrada e cúbica), Geometria Plana e conhecimentos dos sólidos; Geografia geral e do Brasil; História do Brasil.

Para o ensino do Português utilizava-se ditado, redação, cópias, caligrafia, leitura de textos em voz alta, dentre outros elementos que revelam práticas educativas vigentes no período. Através do programa, nota-se a inserção de atividades manuais, com diferentes graus de dificuldade, e da Geometria, que dava fundamentos para que os alunos realizassem as atividades práticas de desenho.

⁶⁵ Folha flandres ou “de flandres” é um material laminado composto por aço de baixo teor de carbono revestido com estanho.

O cálculo era ensinado através de operações numéricas e a Aritmética, manuseando esquadros, compassos, réguas, plantas etc. As aulas de Geografia e História enfocavam as características do Brasil, usando manuais cívicos, planisfério, globo terrestre, cartas geográficas etc. Segundo Souza (2007), “da articulação entre saberes, práticas e materiais escolares é que se concretiza o fazer pedagógico que está no cerne da compreensão do funcionamento interno da escola e se sua função no tempo e espaço sócio-histórico”(p.180).

No inventário⁶⁶ dos bens do Instituto constavam os seguintes materiais didáticos pertencentes ao curso de Adaptação: seiscentos e vinte e oito cadernos; cem canetas; volumes do manual cívico; volumes de Coração; mapa do Brasil; um planisfério; estojos simples para desenho; esquadros de diversos tamanhos; resmas de papel; caixas de giz; lápis timbrados; dicionário “Augusto Moreno”; duas cartas geográficas e uma régua com 50 centímetros.

Essa materialidade, juntamente com a ênfase no ensino prático, permite afirmar que o método de utilizado no IPCC era o “intuitivo”. Ele pressupunha que através da observação e da intuição dos sentidos, construir-se-ia o aprendizado, partindo dos elementos mais simples aos abstratos e complexos. Assim, “os exercícios devem priorizar a observação, criando as condições para que sejam desenvolvidos o raciocínio, a linguagem e a escrita, sempre tendo os sentidos humanos como instrumentos postos a serviço da produção do conhecimento” (VALDEMARIN, 2004, p.120).

Os móveis do Curso de Adaptação eram: um *bureau* com quatro gavetas; um relógio de parede; duas cadeiras austríacas; um tinteiro de vidro; um quadro negro com cavalete; uma mesa com uma gaveta; um armário para livros; uma cadeira empalhada; uma jarra com pé de ferro; um lavatório com bacia; um banco com pés de ferro; um porta-chapéus com espelho; doze bancos de quatro assentos com braço.

Esses mobiliários revelam os materiais mais usados na época para a fabricação de móveis: o ferro e a madeira. Destaca-se também o banco escolar utilizado, que era pesado e, por isso, difícil de ser locomovido, o que atrapalhava a livre circulação dos alunos pelos espaços, mantendo-os nos seus devidos lugares. A presença do “porta-

⁶⁶ Essa descrição foi realizada a partir dos dados encontrados no Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, volume 103. Livro protocolo nº79, com o registro geral dos bens móveis, imóveis, utensílios, maquinismos e materiais existentes nas oficinas e departamentos em 1927. E no acervo do Arquivo do Poder Judiciário, fundo: AJU 1ª V.CRI. Série: PENAL. Volume nº1. Inventário do Instituto Profissional Coelho e Campos de 1930, Caixa 2523.

chapéus” no Curso de Adaptação configura aspectos das vestimentas usadas no período, quando o uso de chapéu era fundamental.

O edital com o período de matrícula era publicado de 15 a 31 de janeiro e informava que as datas da solicitação de reserva de vaga eram do dia 1º a 15 de fevereiro. Para a matrícula no curso de Adaptação, o candidato deveria fazer um requerimento solicitando uma vaga na Instituição e comprovar: consentimento paterno ou legal e ter pago a taxa respectiva.

Recebiam isenção dessa taxa os alunos que fossem reconhecidamente pobres, aos quais o Instituto deveria fornecer o material necessário para estudo e trabalho; os alunos indicados por cada benfeitor do IPCC; e os que fossem filhos órfãos dos ex-professores ou de ex-diretores da Instituição, desde que preenchessem as demais condições de matrícula. Esses alunos “gratuitos” poderiam perder o direito à respectiva matrícula no caso de não revelarem aproveitamento no ano em que cursassem.

Além disso, respeitando as concepções de higiene que vigoravam na época, para a realização da matrícula o candidato deveria ter sido vacinado e não sofrer defeito físico inibitório ou moléstia contagiosa, fato verificado e atestado por um dos médicos do Serviço Sanitário do Estado.

Os primeiros alunos matriculados no curso de Adaptação, no ano de 1923, eram brasileiros, com as idades entre dez e dezoito anos, somando um total de 156 aprendizes do sexo masculino, como se verifica no quadro nº 11 (Anexo 2). Alguns dos alunos eram egressos da escola de Aprendizes Artífices e muitos provinham de uma mesma família. A predominância foi de alunos com a idade⁶⁷ entre doze e catorze anos, obedecendo a seguinte proporção:

⁶⁷ Com a idade destacada, os alunos entraram no Curso de Adaptação que durava três anos. Em seguida, eram encaminhados para os cursos profissionalizantes, nos quais realizavam atividades nas oficinas, com ou sem remuneração. Sobre a legislação do trabalho de menores, predominou no período entre 1927 e 1934 as diretrizes estabelecidas no Código de Menores. Ele previa que os menores de doze anos não podiam trabalhar. Também não poderia aqueles que possuísem entre os doze e catorze anos sem instrução primária, a não ser que possuísem autorização legal, caso a atividade remunerada fosse julgada indispensável à manutenção do sustento próprio ou dos pais e irmãos (CUNHA, 2000, p.45).

QUADRO 12 – NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR IDADE

Idade	Número de alunos	(%)
10	19	12,18
11	18	11,54
12	16	10,26
13	36	23,1
14	36	23,1
15	24	15,38
16	06	3,8
17	0	-
18	01	0,64
Total	156	100

Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe. Fundo E7, caixa n°183. **Livro de matrícula de 1923.**

A partir do quadro de matrícula foi realizado um levantamento dos bairros e das ruas que os primeiros alunos residiam, visando identificar o perfil sócio-econômico desses aprendizes, com o intuito de verificar se o IPCC seguiu ou não a linha assistencialista da educação profissional, como aconteceu com a maioria das Instituições de ensino profissionalizante criadas em Sergipe até então.

Essa análise baseou-se nos estudos de Cabral (1955), Diniz (1963), Fortes (1955), Castro (1967), Melins (2007), Porto (2003) e Vilar (2006), que analisaram a estrutura urbana de Aracaju no início do século XX, destacando os nomes de ruas, o formato das casas construídas, o comércio, as paisagens geográficas, dentre outros aspectos.

O estudo⁶⁸ revelou que a maioria dos alunos residia em ruas que ficavam dentro do quadrado de Pirro⁶⁹, onde havia regras para construir casas; o que tornava esse processo caro e afastava os pobres desses locais. “Ora, as construções dentro do quadrado de Pirro tinham que seguir a severa legislação municipal. Assim sendo, as terras que ficavam em frente ao rio passaram a pertencer a pessoas de mais recursos: os menos aquinhoados iam levantar seus casebres além do Caborge⁷⁰” (CASTRO, 1967, p.51). Nota-se que a maioria morava em ruas comerciais, como as de Laranjeiras, Itaporanga, Itabaianinha, Arauá, Santa Luzia, Maruim, Pacatuba fato que pode ser sinônimo da presença de um poder aquisitivo considerável alto para a época.

⁶⁸ Nas ruas que tiveram alterações na nomenclatura foi difícil traçar o perfil econômico dos alunos residentes.

⁶⁹ Sebastião José Basílio Pirro foi o responsável pelo desenho da planta da cidade de Aracaju em formato de um tabuleiro de xadrez. Segundo Castro (1967), “era a primeira cidade brasileira a nascer artificialmente, idealizada em linhas retas perpendiculares a uma linha também reta que retificasse o rio Sergipe”(p.50).

⁷⁰ Rio que originou a depressão da Rua Itabaianinha, desaparecido em 1920 (Castro, 1967).

Aracaju é fruto de um projeto político e, portanto, coube à administração criar as condições básicas para o desenvolvimento urbano. Ao regular os tipos de construções e obrigar alinhamentos, as intervenções públicas limitavam socialmente a ocupação da cidade. A população que vivia na área *planejada* era a que podia pagar os preços inflacionados do solo e cumprir as famosas posturas. Em contrapartida, aos pobres e aos negros recém-libertos restavam os espaços fora do quadrado de Pirro [...] (VILAR, 2006, p.49).

Também se percebeu que muitos alunos residiam em bairros “operários”, chamados assim pela presença de fábricas, como o Aribé e o Bairro Industrial, considerados como intermediários entre os bairros “ricos” e os extremamente humildes, como os becos e ruelas. Assim, apenas uma minoria morava na zona de prostituição composta por casas de palha, como a rua do “Pega prá lascar”.

Em 1927, foram matriculadas as primeiras alunas⁷¹ no curso de Adaptação do IPCC. Elas somaram um total de 152 aprendizes, todas brasileiras, como se verifica no quadro nº13 (Anexo 3). Através do sobrenome das alunas, percebeu-se que muitas provinham de uma mesma família, revelando graus de parentesco. Em relação às idades, houve um predomínio de estudantes nas faixas etárias entre onze e dezesseis anos, obedecendo a proporção apresentada no quadro 14.

QUADRO 14 – NÚMERO DE ALUNAS MATRICULADAS POR IDADE

Idade	Número de alunas	(%)
5-6	02	1,32
7-8	09	5,92
9-10	16	10,53
11-12	36	23,7
13-14	38	25
15-16	31	20,4
17-18	15	9,86
19-20	02	1,32
21-22	-	0
23-24	01	0,65
25-26	01	0,65
Não informada	01	0,65
Total	152	100

Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe. Fundo E7, caixa nº183. **Livro de matrícula de 1927.**

⁷¹ O uniforme usado pelas alunas era saia grená e blusa creme.

A partir do endereço⁷² residencial informado no quadro de matrícula em anexo, verificou-se que a maioria residia nas ruas São Cristovão, Siriri, Laranjeiras, Estância, Maruim. Essas ficavam dentro do quadrado de Pirro e demandavam, portanto, alto investimento na construção de casas. Isso revela que muitas alunas tinham elevadas condições econômicas.

Por outro lado, nota-se que uma parcela expressiva de alunas morava na rua do Bonfim, periférica ao Centro de Aracaju, habitada por pessoas que não tinham condições financeiras de atender as exigências impostas para a construção de casas, como as pertencentes ao quadrado de Pirro, revelando que o Curso Profissional Feminino era composto tanto de moças ricas, quanto pobres.

Esses alunos foram os primeiros a se matricularem no IPCC no curso de Adaptação. Ao longo do funcionamento do Instituto, esse Curso sofreu modificações e suas matérias foram englobadas em dois outros: o Primário⁷³ e o Técnico, com a duração total de quatro anos.

Os Professores desses Cursos eram Othilia Cardoso, a Lente Marina Motta, o Lente José Carmello, Marina Marsilac, Zulnara Ribeiro, dentre outros. Eles deveriam ministrar uma matéria do Curso e ao final de cada mês, fazer relatórios mensais destinados à Direção do IPCC, com informações sobre as notas dos alunos, o número de matrículas, a nacionalidade, a média e o comportamento, como se verifica no quadro 15.

QUADRO 15 – BOLETIM MENSAL DO CURSO PRIMÁRIO MÉDIO DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS

Mês	Data	Alunos matriculados	Alunos eliminados	Alunos dispensados	Alunos brasileiros	Alunos estrangeiros	Média por aproveitamento	Comportamento
Março	31	50	0	0	50	0	3,10	-
Abril	30	50	0	0	50	0	3	-
Maio	31	49	1	0	49	0	3,40	-
Junho	30	49	0	0	49	0	3,10	-
Julho	31	49	0	0	49	0	3,04	-
Agosto	31	48	0	0	48	0	3,25	3,9
Setembro	30	48	0	0	48	0	3	3,5
Outubro	31	44	0	0	44	0	3,31	3,61
Novembro	30	44	0	0	44	0	3	3,5

Fonte: **Boletins mensais de 1928**. Curso Primário. Professora Zulnara Ribeiro. Arquivo Público Estadual de Sergipe. Fundo E7, caixa 223. Aracaju, SE.

⁷² Vale ressaltar que no livro de matrícula houve um número expressivo de inexistência de endereço. Fato que dá margem a outras investigações.

⁷³ Através da documentação encontrada até o momento, não há consenso sobre as matérias do Curso Primário e sua duração. Porque a Direção da Instituição fazia muitas modificações em face à quantidade de alunos matriculados.

O registro mensal das informações fazia com que houvesse um maior controle, por parte da Direção, sobre o trabalho do Professor; e desse, em relação aos alunos, porque acompanhava o número de matrícula, as eliminações, dispensas, as notas por aproveitamento e comportamento, facilitando o registro anual do movimento escolar.

A partir do quadro 15, verifica-se que os alunos tinham uma média por aproveitamento e outra por conduta. Essa última variava entre sofrível, mau, regular, boa, muito boa e ótima. Mesmo assim, muitos eram os casos de indisciplina. Para amenizar tal situação, adotou-se a suspensão como uma das medidas de punição e contratou-se um Inspetor de alunos.

No Curso Primário as aulas aconteciam de segunda à sábado. O ano letivo iniciava-se no mês de março, com pausa para a comemoração das festividades de São João no período de 23 de junho até 03 de julho. E encerrava-se no dia 15 de novembro, com a realização da cerimônia de entrega dos certificados aos que completassem os cursos e das exposições ao público dos trabalhos executados nas oficinas.

As férias regulares abrangiam os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, nos quais acontecia o período de matrícula e exposição das atividades produzidas na Instituição. Após definir qual Curso Profissional fazer, começava a divisão entre aulas teóricas e práticas. Os professores as ministravam em sala de aula e também nas oficinas, aí com a orientação dos Mestres e Contra-mestres.

Em 1928, sob a direção do Dr. Octavio Espírito Santo, foram matriculados 441 alunos no IPCC. Porém, com a resolução do Governo de encaminhar aos Grupos Escolares da Capital as crianças cujas idades ainda não permitiam a aprendizagem profissional, a matrícula no IPCC foi reduzida a 82 alunas em 1929 e 247 em 1930, distribuídas nos cursos oferecidos pela Instituição.

QUADRO 16 – MATRÍCULA DE HOMENS E MULHERES NOS DIVERSOS CURSOS

ANO/ SEXO	1927	1928	1929	1930	1931	1932
Homens	272	229	152	176	110	76
Mulheres	152	212	82	247	77	86
Total	424	441	234	423	187	162

Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe. Fundo E7, caixa n°183. Livro de matrícula de 1923.

Através do quadro 16, nota-se que a matrícula feminina superou a masculina somente em 1930 e 1932. Apesar de sempre haver um número expressivo de mulheres

matriculadas, conclui-se que houve uma predominância de formação para homens na Instituição.

Após a conclusão do Curso Primário ou de Adaptação, o aluno que fosse homem optava por uma das profissões oferecidas no Curso Profissional Masculino e as mulheres, pelas ofertadas no Curso Profissional Feminino. Nesse sentido, a especialização era dada por meio da formação do operário com o domínio de uma função restrita ou de parte do ofício.

[...] não se trata mais da formação do mecânico integral, mas do trabalhador parcial – o ajustador; torneiro-fresador torna-se o operário mecânico; o caldeireiro-ferreiro desdobrou-se em vários ofícios especializados: caldeireiro-cobre, caldeireiro-cobre, caldeireiro-ferro, ferreiro modelador e fundidor etc. A especialização como um segundo elemento formador da racionalização preconizada por Mange era um objetivo distinto daquele concebido no Instituto Parobé e nas Escolas Profissionais do Estado de São Paulo onde se defendia a formação integral do trabalhador, o domínio de um ofício completo (RIBEIRO, 2005, p.224).

O estudo das práticas de formação do Curso Profissional Masculino revela que houve a preocupação com a formação de profissionais. Principalmente para os serviços requisitados pelas indústrias mecânica, metálica, elétrica e automobilística, que se instalavam no Estado em meio ao processo de urbanização e industrialização.

2.2 O DEPARTAMENTO INDUSTRIAL DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS: OS CURSOS PROFISSIONAIS MASCULINOS

O Departamento Industrial do IPCC além de cuidar do ensino prático era responsável pela execução das encomendas de produtos, tanto para o Governo, quanto para particulares. A aprendizagem resultava da combinação entre a prestação de serviços à sociedade, aulas teóricas e práticas, e obtenção de receita para a manutenção do Instituto.

O Departamento compunha-se de professores, mestres, operários⁷⁴, contra-mestres e aprendizes. Eles estavam subordinados às regras elaboradas pela Diretoria do Instituto, que admitia ou dispensava funcionários de acordo com a conveniência do serviço, a quantidade de matrículas, e a oferta de Cursos.

A matrícula nas Oficinas podia ocorrer em qualquer época do ano. Nelas, os alunos ingressavam como aprendizes e recebiam noções gerais sobre a profissão escolhida de forma prática. Geralmente, o aprendiz começava trabalhando ao lado de um operário experiente, sob a supervisão do Mestre de Oficina, até que conseguisse realizar suas tarefas sozinho.

Nesse momento, ele começava a receber um pequeno salário que variava de acordo com sua produção. O valor aumentava gradativamente conforme o tempo de serviço, até alcançar a quantia paga aos operários “profissionais”.

As Seções Masculinas existentes eram: Construções Metálicas; Construções Mecânicas, responsável pelas aulas práticas do curso de Mecânica Prática; Madeiras; Fundição; Modelação; Galvanoplastia; Niquelagem; Automóveis, responsável pelas aulas práticas do Curso de Condutores de Máquinas e Motores; Eletricidade, criada a partir da existência da Usina Elétrica, responsável pelas aulas práticas do Curso de Montadores Eletricistas.

Algumas dessas não fizeram parte das primeiras instalações do Instituto e foram construídas ao longo dos anos de sua existência (1923-1944), a partir das necessidades e carências industriais e de formação observadas em Sergipe. Como foi o caso da Seção de Artes Gráficas, integrada ao IPCC, mediante decreto n° 951, de 09 de setembro de

⁷⁴ Os operários que trabalhavam no IPCC possuíam carteira de trabalho, jornada de 8 horas diárias de serviço, intervalo para descanso, férias anuais e remuneradas. No Brasil, esses direitos foram conquistados ao longo do tempo pelas categorias trabalhadoras, por meio de lutas e reivindicações em prol de melhorias das condições de trabalho. Em Sergipe, consultar Ribeiro (2004), que estudou a Escola Operária Horácio Hora. Apesar de reconhecer a importância de tais movimentos, no presente estudo optou-se por não adentrar nessas questões, a fim de evitar o desvio da análise do objeto de estudo.

1926, para a impressão do Diário Oficial. Nesse processo de transferência, houve o aproveitamento dos operários com nomeação de mais de dez anos de serviço e foi assegurada a autonomia de seu corpo redatorial. Além de serem utilizadas as máquinas pertencentes à Imprensa Oficial.

No IPCC, as aulas eram divididas entre teóricas e práticas. Por isso, montou-se a organização do ensino em dois turnos. Pela manhã, aconteciam as teóricas com as disciplinas de Desenho e Tecnologia; e à tarde, as práticas, realizadas nas Oficinas.

Havia uma diferenciação entre os professores dos cursos teóricos e os dos cursos práticos, como prescreveu o artigo 37 do regimento da Instituição: “não pode ser acumulado o lugar de mestre ou dirigente de oficinas com o de professor do curso teórico, salvo condições excepcionais de reconhecida competência quanto aos respectivos lugares, provada por trabalhos práticos e profissionais”.

Assim, havia os docentes que eram professores catedráticos ou adjuntos, das disciplinas teóricas, e os mestres e contra-mestres das oficinas e seções, responsáveis pelas aulas práticas. Além do Diretor que ministrava uma disciplina nos cursos profissionais. O professor deveria ter reconhecida capacidade moral, intelectual e prática.

As oficinas foram montadas com duas finalidades: para os alunos exercitarem de forma prática os ofícios de cada profissão, por meio da aprendizagem metódica; e para fabricar e vender produtos ao público externo, gerando renda para a Instituição e funcionando como uma “indústria”.

Essa organização auxiliava a formação do aprendiz. Pois, na medida em que, na sala de aula, aprendia teoricamente as técnicas profissionais, na Oficina ele podia observar a execução na prática e realizar as atividades, a partir dos diversos graus de dificuldade, com o auxílio do Mestre ou de um operário experiente. Além de familiarizar-se com a rotina de uma fábrica, disciplinando-se ao cumprimento dos horários, normas de funcionamento, cuidados com as ferramentas de trabalho, dentre outras coisas.

Para isso, cada Oficina tinha seu dirigente. A ele cabia contratar mão de obra, prescrevendo os respectivos horários de trabalho; receber e despachar as encomendas; solicitar compra de material; zelar pela ordem e disciplina, informando à Diretoria qualquer irregularidade; cuidar de todo o material existente na sua seção; fazer orçamentos, elaborar os programas de ensino, dentre outras funções.

A depender da quantidade de encomendas e consertos, o número de funcionários do IPCC aumentava, sendo necessário fazer contratações temporárias, sob o regime de empreitada. Dessa forma, os operários diferenciavam-se entre mensalistas e diaristas. A efetivação do contrato ficava a critério do Mestre da Oficina.

Os vencimentos do pessoal docente e dirigentes das oficinas do Instituto eram fixados pelo Conselho Escolar. Os salários aumentavam gradativamente, conforme tempo de serviço. Os profissionais contratados como operários prestavam serviços de pedreiro, fundidor, serralheiro, mecânico, ajudantes, niquelador, modelador, jardineiro, servente, vigia, lustrador, dentre outros.

Dentre esses últimos, a média salarial variava de acordo com a formação e o tempo de estadia na Instituição, como pode ser observado no quadro nº 17 (Anexo 4). A carga horária dos operários era das sete horas da manhã às dezesseis horas, com uma hora de intervalo para refeição e descanso, informações que ficavam registradas nas carteiras de trabalho. Isso ajudava a manter um controle sobre a vida do operário, uma vez que nela eram registrados os antecedentes trabalhistas, férias, faltas e os dados pessoais, como nome, endereço, filiação, idade etc.

As receitas permanentes dos serviços e trabalhos executados no Instituto eram baseadas em orçamentos organizados pelos dirigentes das seções das oficinas, que incluíam no pagamento os operários empreiteiros, diaristas, mensalistas e aprendizes. Esses últimos recebiam o percentual de 40% sobre o valor total dos trabalhos executados nas oficinas. As folhas de pagamento eram remetidas ao Secretário de Justiça do Estado.

Havia um rigoroso controle sobre o horário de entrada e saída dos operários, bem como o registro da produção diária de cada um. Isso gerava muitos problemas dentro da Instituição, ocasionando recorrentes ofícios destinados aos funcionários, como foi o caso da transcrição abaixo, endereçada ao Sr. Antonio Vila-nova de Menezes:

Efetivamente, em janeiro de 1932, a Diretoria do Instituto Coelho e Campos resolvera, para controle da produção estipular a tarefa de cada um, ou seja, a paga do valor da mão de obra independente do tempo gasto em executá-la. Adotado este critério selecionador e estimulador da capacidade do artista não teve em vista esta Diretoria um ponto rigoroso, punindo qualquer infração tendente a relaxar o horário de trabalho, ponto este que abrange indistintamente todos empregados desta casa, inclusive os chamados operários empreiteiros. A superioridade, hierarquia, como as obrigações disciplinares existem e a elas ainda estão sujeitos os chamados operários empreiteiros (JESUS, p.22-23, 1933).

Sobre o rigor em relação ao horário de cada Professor, previa-se que: quem faltasse quatro aulas consecutivas deveria ser substituído imediatamente na cadeira; poderia ser licenciado por mais de 08 dias, nos casos de tratamento de saúde ou de interesses, sendo que em relação ao último, perderiam os vencimentos por completo; aquele que faltasse durante um mês as aulas sem justificar, uma vez não estando em gozo de licença, deveria ser substituído para o resto do ano letivo.

Como espaço que reúne um grande número de pessoas e que tem objetivos civilizatórios de transmissão dos padrões culturais em circulação, a escola inclui dentre os seus procedimentos disciplinadores o ensino da renúncia à violência física, estabelecendo convenções destinadas a controlar a conduta, modelar os afetos e regular as maneiras (NASCIMENTO, 2004, p.195).

Diante disso, pode-se afirmar que havia uma rigidez no que se refere à disciplina dos funcionários. Todos esses casos eram resolvidos pelo Diretor e pelo Conselho Escolar, que chegavam a aplicar penas de suspensão e exclusão perpétua, conforme a necessidade de cada situação.

No caso de penas resultantes de danificações no prédio, mobiliário, máquinas ou ferramentas de trabalho, compreendia-se a necessidade de indenização, conforme a gravidade do fato. Esses procedimentos revelam o exercício de um poder simbólico por parte da administração da Instituição sobre os demais agentes. Segundo Bourdieu (1989), “o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”(p.15).

Todos os Diretores do IPCC exerciam esse poder através das normas, regulamentos, ofícios e da constante necessidade de estabelecer as hierarquias dentro da Instituição. Nada podia ser comprado e nenhum serviço realizado sem sua autorização. Esse exercício do poder ficou evidenciado na comunicação interna, realizada entre as seções e os demais departamentos, feita mediante ofícios datados, que tinham suas respostas registradas em um livro de protocolo. Ao final do expediente, o Diretor tomava conhecimento das ocorrências e despachava os serviços.

Cada setor era responsável pelo seu material e deveria prestar contas à Direção, em caso de sumiço. Os mestres e alunos não podiam, em caso algum, retirar qualquer material, ferramenta ou utensílio das oficinas para serviço externo, sem o consentimento da Diretoria. Para controlar tal situação, anualmente, a cada primeira quinzena do mês

de janeiro era realizado um minucioso inventário de todos os bens e objetos existentes nas várias dependências do IPCC.

Era comum a venda de produtos, peças, ferramentas entre as oficinas. Todas realizavam consertos, fabricação, vendas para o Governo do Estado e para fábricas, lojas, cabeleireiros. Os materiais entregues nas oficinas tinham o valor debitado da conta corrente das mesmas e creditado na conta do almoxarifado. As importâncias provenientes desses serviços eram escrituradas no Tesouro como renda do Instituto.

A alta demanda justificava esse rigoroso controle sobre os produtos que entravam e saíam da Instituição. Na documentação do Instituto foram encontrados diversos registros provenientes da Direção, reforçando a regra que o Chefe de Seção não poderia receber uma encomenda por sua conta, de forma autônoma, mas, sim, respeitar as autoridades e hierarquias da Instituição.

O IPCC possuía um Conselho escolar e administrativo composto pelo Diretor, por professores dos cursos teóricos e práticos e por dois cidadãos reconhecidos pela realização de serviços industriais, escolhidos pelo Presidente de Estado.

As funções do Conselho eram: aprovar os regimentos internos elaborados pelo Diretor; aprovar a regulamentação do serviço escolar, administrativo e econômico; formular os programas de exame; criar, alterar e suprimir taxas de admissão à matrícula; aplicar penas de exclusão, de tempo, e / ou perpétua aos alunos; fiscalizar os serviços do Diretor, caso houvesse infração, com autonomia para suspendê-lo; examinar a contabilidade e a escrita e reunir a documentação todo dia 31 de janeiro de cada ano. Essa organização, baseada em princípios democráticos, possuía hierarquias.

Nela, o cargo de Diretor era o que tinha maior autonomia e prestígio, devendo ser o elo de comunicação entre o Governo do Estado e a Instituição. Sua nomeação era feita pelo Governador e tinha como funções: propor nomeação de professores, mestres e dirigentes de oficina; organizar os serviços oferecidos pelo IPCC, inclusive aceitando ou recusando encomendas; fazer aquisição de material; instalar as oficinas e departamentos; prestar contas do dinheiro sob sua gestão; inspecionar os trabalhos em execução nas oficinas; expedir ordens de serviço; autorizar a venda de objetos em depósito; atender pessoalmente todos os fregueses do IPCC; providenciar para que os produtos do Instituto tornassem-se conhecidos; organizar e expedir o regimento dos departamentos, como também os programas concernentes aos cursos letivos.

QUADRO 18 – DIRETORES DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS

Nome	Período da gestão	Observações
Alcides Feijó Raupp	1922 -1926	Cedido pela comissão de Remodelação do Ensino Profissional
Octavio Espírito Santo	1927 -1930	-
Josué Baptista de Jesus	1931-1935	-
Carlos dos Santos Corrêa	1936-1944	Diretor interino: Aurelino Pereira de Azevedo Diretor em comissão: Mons. Carlos C. Costa (1942)
Jorge de Oliveira Netto	1944*	Nesse período, o IPCC chamava-se de Escola Industrial Coelho e Campos

Fonte: documentos encontrados no Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, correspondente à educação profissional. Obs.: *Não foi localizado o período de conclusão da sua gestão.

A secretaria do IPCC, outro setor administrativo, estava subordinada diretamente ao Diretor e deveria preparar todo o expediente, ter em dia o livro de matrícula dos alunos, o de correspondência, o de registro de trabalhos, o de contratos, o de escrita comercial e o de patrimônio. Nesse setor ficavam os quadros de homenagens aos patronos e bem-feitores da Instituição.

O edifício escolar manteve historicamente a função de servir também como suporte para outros símbolos que estivessem de acordo com os valores e interesses religiosos, morais e nacionais da sociedade da época. Suporte para escudo e bandeiras, imagens de pessoas ilustres, imagens religiosas e aqueles mais próximos da história da instituição, como quadros de honra, fotografias de ex-alunos, imagens de patronos da escola ou de festividades consideradas marcantes (IWAYA, 2005, p.189).

A secretaria ficava na entrada da Instituição e a disposição de elementos, como quadros e bandeiras, servia, portanto, como símbolos legitimadores das informações e dos discursos ocultos que queriam transmitir aos visitantes. Além disso, fazia parte das obrigações do setor informar todos os papéis e petições que entrassem no IPCC; preparar e efetuar o pagamento das folhas de pessoal após serem examinadas pelo Diretor; apresentar a esse as contas dos materiais adquiridos; mandar publicar pela imprensa todos os editais e boletins ordenados pelo Diretor; e superintender os serviços da portaria e da biblioteca do Instituto.

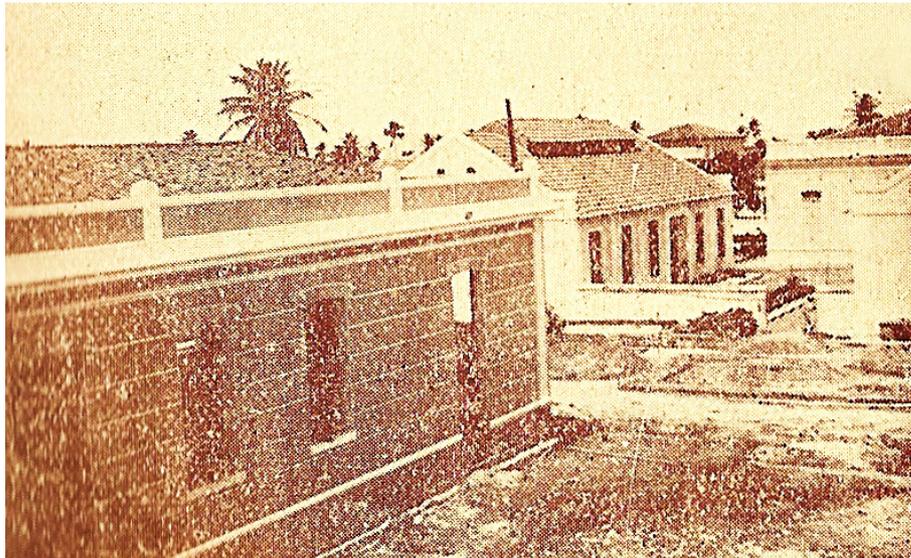
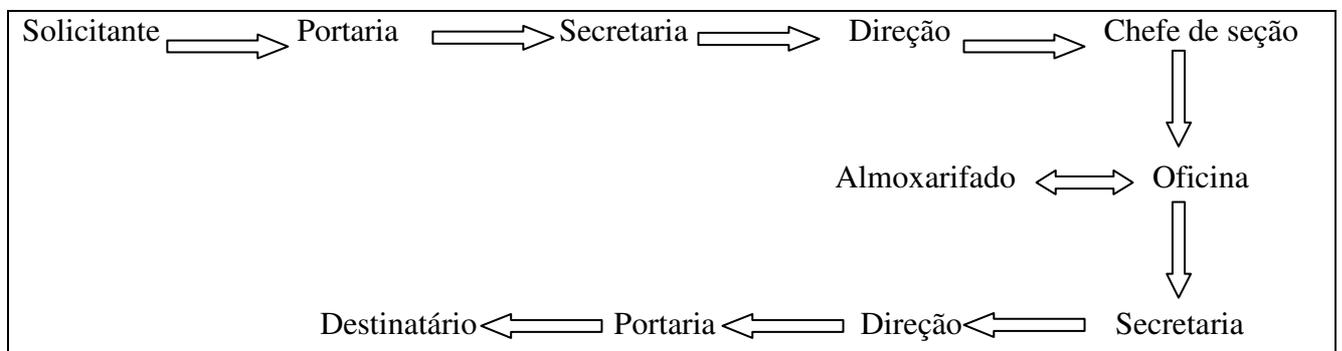


Figura IV – Pavilhões do Instituto Profissional Coelho e Campos (1927). Fonte: *Almanack de Sergipe*. p.53.

As encomendas eram feitas por pessoas e instituições. Segundo Nunes (1984), tentava-se atender através do Instituto às necessidades locais do Estado, e “não fazer da escola técnica profissional um centro de assistência social para os carentes de recursos”(p. 251), tal como costumava acontecer com as instituições de ensino profissionalizantes.

Para realizar uma encomenda no IPCC, o interessado deveria fazer seu pedido, mediante ofício endereçado a Instituição. Esse, ao chegar, passava por quase todos os setores administrativos até ser entregue ao responsável pela execução do serviço. Ao concluir a tarefa, o executante deveria prestar contas à Direção e encaminhar o produto final ao comprador. Esse processo pode ser visualizado no esquema do quadro 19.

QUADRO 19 – FLUXOGRAMA DE PRODUÇÃO DAS ENCOMENDAS



Fonte: Documentos contábeis do Instituto Profissional Coelho e Campos.

Essa relação revela que a comunicação era imprescindível para o bom funcionamento da Instituição. Também demonstra que para haver uma estrutura organizacional é necessário a participação de vários indivíduos com atuações interdependentes, que precisam ser consideradas para o entendimento da configuração estabelecida.

Todas essas funções interdependentes [...], são funções que uma pessoa exerce pra outras, um indivíduo para outros indivíduos. Mas cada uma dessas funções está relacionada com terceiros [...]. Em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos [...], precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades (ELIAS, 1994, p.23).

No “Almanack de Sergipe” e no “Album commercial” de Aracaju foram localizados anúncios de vários estabelecimentos comerciais, inclusive do IPCC. Ofereciam seus serviços: a Escola Remigton Official (formação de datilógrafos); diversas fábricas de tecidos, roupas, calçados e de bebidas; Bancos; sapatarias; a Companhia Nacional de Navegação Costeira; padarias; farmácias; fotógrafos; tinturarias; cafés; cine-teatro; vinícolas; advogados; médicos; dentistas; chapelarias; armarinhos; cooperativas de crédito; livraria; papelaria; tipografia; louças; porcelanas; cristais; armazéns de fazendas; talco etc.



Figura V – Anúncio comercial do Instituto Profissional Coelho e Campos. Fonte: Álbum Commercial. S/p. 1924.

Os contratantes dos serviços do Instituto eram Grupos Escolares, instituições e repartições do Estado, estabelecimentos particulares ou pessoas autônomas que necessitavam de algum conserto ou mobília. Os principais clientes, no período que vai de 1927 à 1930, eram: Epiphaneo Dórea, Hugo Bozzi, Messias Pereira, Octacílio Sant’Anna, Etelvina Menezes, Ivete Carvalho, Acrísio Cruz, dentre outros que foram listados no quadro 20.

**QUADRO 20 – PESSOAS FÍSICAS CLIENTES DO INSTITUTO
PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS (1927-1930)**

HOMENS	PRODUTOS
Dr. Edgar Ferreira	Mesa elástica
Theófilo Dantas	Conserto de máquina de ralar côco
Augusto Jorge	Solda para automóvel pequeno
Dr. Luiz Freire	Mesa elástica, cadeiras, cama para solteiro, mesa para máquina de escrever, mobiliário para sala de visita
Dr. Macedo Costa	Conserto de um carro de mão e um depósito para lixo
Lourenço Nunes	Lavatório de parede e tranca para portão
MULHERES	PRODUTOS
D. Rosa Maciel	Encomendas de cadeiras em canela
D. Laira Dantas Azevedo	Almofadas, vestidos, panos
Dr. Maria Rita	Estantes para livros, berço
Quintina Diniz	Adaptação de tampa para depósito
D. Maria Penna	Conserto de máquina de ralar côco
D. Maria Luisa Nogueira	Cama em canela

Fonte: documentação localizada no Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixas 04, 08, 73, 89, 216, 273, 346.

As mulheres, em geral, compravam enxovais de roupas e móveis produzidos pelo Instituto. Os homens buscavam na Instituição conserto de peças e utensílios. Esses clientes eram médicos, Professores, lojistas, costureiras que precisavam mobiliar seus locais de trabalho ou realizar reparos em automóveis, camas, estantes, comprar roupa etc. Muitos usavam a amizade e o prestígio social para realizar as encomendas e agilizar o processo da entrega das mesmas.

Além desses clientes, também utilizavam os serviços do IPCC, a Diretoria de Segurança Pública, o Banco do Brasil, a empresa Freire Vieira e Cia, a Associação Atlética, a Igreja “Baptista”, a Escola de Aprendizizes Artífices, dentre outras instituições, empresas e órgãos públicos, que precisavam de mobílias, peças, diversos materiais e consertos.

**QUADRO 21 – PESSOAS JURÍDICAS CLIENTES DO INSTITUTO
PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS (1927-1930)**

Instituição	Serviços prestados pelo Instituto: consertos, fabricações e vendas
Hospital Santa Isabel	Conserto em carroça, ambulâncias, bomba de catavento
Chefiatura de polícia	Revólver, venda de peça de automóvel Chevrolet, apitos, estrelas de níquel e de latão
Penitenciária do Estado	Um mestre do IPCC foi cedido para ajudar na oficina de marcenaria da Penitenciária, venda de camas de ferro e portinholas para cubinhos, depósito de ferro zincado, tábuas de canela
Diretoria de Segurança Pública	37 pares de estrelas amarelas e 31 estrelas amarelas de metal branco
Força Pública do Estado	60 pares de fivela para cinto
Batalhão de Polícia	Camas de ferro
Horto Botânico	Regador
Palácio do Governo	Aro para lavatório de parede; venda de chuveiro
Tesouro do Estado	Venda de vasos para lixo
Quartel da Polícia	Venda de chuveiros
Diretoria de Obras Públicas	Conserto de aparelho telefônico; venda de apitos
Centro Agrícola	Conserto de encanamento
Esquadrão de Cavalaria	Venda de freios, fivelas; e conserto de carroça
Patronato Agrícola São Maurício (1924) ⁷⁵	Venda de ferro para emendar madeira, trancas; reparos em camas de ferro, dínamo, foices, trancas de ferro para porta, regadores
Palácio de São Cristóvão	Venda de grades
Hospital de Cirurgia	Colocação de fundo em bacia e caldeirão; venda de bandeiras
Colégio Tobias Barreto	Cama de ferro, grelha
Asilo Rio Branco	Chapa com as iniciais A.R.B.
Atheneu Pedro II	Mobiliário, tampas para depósito de água
Correio e Telégrafos	Conserto de caminhão
Centro Operário	Conserto de armário
Batalhão de Caçadores	Conserto de uma chaminé
Usina Elétrica de Annapolis	Válvula de motor de explosão
Leal & Cia	Braço para prensa de copiar
Escola de Aprendizes Marinheiros	Encomenda de um depósito
Diretoria de Meteorologia	Construção e instalação de um mastro para catavento na Estação Climatológica de 2ª classe Especial de Aracaju
Hospital de Caridade do Rosário	Construção de camas de ferro, cadeiras, bancas
F. Porto & Sobrinho	Encomendas de porta-panela, grelhas, lavatórios
Escola Normal Rui Barbosa	Armário, regadores
Escola de Aprendizes Artífices	Fornecimento de mobília
Silva Ribeiro & Cia	Chapas para fogão, grelhas
A. Fonseca & Cia	Conserto de carro de mão, fornos para fogão, peça para moinho de fundição
Bar Barahamar	Cadeiras de ferro, tamboretas
Intendência Municipal de Propriá	Placas para a praça Fausto Cardoso
Banco de Crédito Popular “Sergipense”	<i>Bureau</i> ; porta-moringues; tamborete para prensa; banca para máquina de escrever; estante; mesa; grade
Inspetoria Agrícola Federal	Funil e confecção de discos para arado; solda a oxigênio
Fábrica Confiança	Peça de bomba
Grupo Escolar General Valadão	Cata-ventos; colocação trancas com cadeados nas portas; confecção de um porta-bandeiras; depósitos de lixo; molduras para mapas do Brasil
Imprensa Oficial	Solicitação de um mecânico para consertar a máquina de impressão do jornal e a confecção de pinças
Hospital de Caridade da cidade de Maruim	Camas
Grupo José Augusto Ferras	Carteiras e mobília
Escola de Comércio Conselheiro Orlando	Bancos e carteiras
Departamento de Propaganda	Confecção de um balcão pequeno para compartimento da mesa de controle, cadeiras para o estúdio, uma banca para o ventilador do estúdio, bancos para o salão do auditório, portas para vãos, prateleiras, moringueiro, <i>Bureau</i> para o estúdio da emissora
Escola Oliveira Campos da Barra dos Coqueiros	Armários

⁷⁵ Na documentação foram localizadas encomendas dessa Escola quando ela tinha as seguintes nomenclaturas: Patronato Francisco Sá (1926), Patronato de Menores “Ciro de Azevedo” (1931), Aprendizado Agrícola de Sergipe (1934), Aprendizado Agrícola Benjamin Constant (1939) (NASCIMENTO, 2004, p.83).

Banco Estadual de Sergipe	Mesa com gavetas; <i>bureau</i> com gavetas; uma secretaria para a caixa com prateleiras e duas gavetas. Os móveis foram feitos com madeira bem seca e lustrados a caju escuro.
Grupo Escolar de Rosário	Carteiras escolares; cadeiras de braço; grupo estofado com cinco peças; <i>bureau</i> ; uma cadeira giratória
Escola de Escurial	Carteiras escolares
Instrução Pública	Carteiras escolares do tipo americano
Instituto de Química Industrial	Fornecimento de Mobiliário
Instituto Parreiras Horta	Fornecimento de Mobiliário

Fonte: documentação localizada no Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixas 04, 08, 73, 89, 216, 273, 346.

Nota-se que havia uma diversidade de clientes, o que revela que muitas foram as relações estabelecidas com a sociedade e as necessidades de aquisição e suprimento de produtos industriais nesse período. Também demonstra a importância que o IPCC teve para a construção de móveis, peças, motores, roupas no Estado de Sergipe.

As lojas e fábricas que existiam em Aracaju com produtos necessários ao funcionamento do IPCC eram: a fábrica de motores e máquinas *The for Motor Company*, representada por “Cruz, Irmãos & Cia”; a “Andrade de Almeida & Cia” que oferecia serviços de instalação de usina elétrica de luz e força (dínamos, motores, máquinas e material elétrico); José Alcides Leite, prestando serviços de serraria a vapor, fábrica de óleos e gelo, venda e compra madeiras do país e do estrangeiro, exportador de cocos e sal; “Sabino Ribeiro & Cia”, exportador de açúcar, algodão, sal, cereais e importador de maquinismos para lavoura; “J. Mattos & Cia”, oficina de marcenaria, armazém dos móveis, cofres, espelhos, molduras, quadros, louças e vidros, únicos recebedores de “zonophones” e discos da Casa Edison; “Santinha Leite”, que oferecia serviços de galvanização, trabalhos de douramento e prateamento.

Porém, essas lojas não conseguiam atender a demanda da Instituição, sendo necessário realizar importações dos Estados Unidos e de países da Europa, como a Alemanha e a França (*Societè D’Outillage Mecanique Trebor - Paris*), o que possibilitou uma ampliação no arsenal de utensílios à disposição do ensino nessa escola e mostrou as relações comerciais, econômicas e os intercâmbios com outras culturas.

No Brasil, as principais empresas que forneceram materiais para o Instituto se localizavam em Recife, como a “S.A.White Martins”; e no Rio de Janeiro, como a “Mestre & Blatgé”; “Alfred H. SCHÜTTE”, que fornecia máquinas e ferramentas para a indústria; a “Sociedade de Motores Deutz OTTO Legitmo LTDA.”; a “Companhia Brasileira Siemens Schuchert S.A”, dentre outras.

Essas empresas e fábricas se comunicavam com o Instituto pela “central de telegraphos” ou através de “agentes de representação”. Ambos atuavam como elos de

ligação entre Sergipe e as demais localidades para a realização de importações e exportações de produtos e/ou máquinas.

Em Aracaju, no ano de 1924, as principais agências de representação eram: “J. Nogueira Fontes” - maquinismos e eletricidade - ; “A. Fonseca & Cia” (sucessores de José Quintiliano da Fonseca, fundada em 1867), casa importadora e exportadora; “G. Vasconcellos & Companhia”, importadora e exportadora de ferragens, cimento, breu, solda, pixe, arame: liso e farpado, abos, óleos, material elétrico; “M. Hilpert & Cia”, do Rio de Janeiro, representada em Aracaju por “Mario Guimarães & Cia”, responsável por fornecer turbinas hidráulicas, usinas de açúcar e refinação; Agentes da Companhia brasileira de Eletricidade “SIE”.

As encomendas eram transportadas nos vapores, como o caso do Itaperuna e do Íris. O pagamento era realizado por meio de depósito bancário, pelos bancos do Brasil e Estadual de Sergipe. Em meio a tramitação de importação de máquinas e do transporte até o porto de Aracaju, foram registradas pelo IPCC reclamações de atraso ou de danificação do material recebido.

Isso gerava transtornos e ocasionava demora na instalação das Oficinas e na execução das tarefas. Assim, as maiores dificuldades encontradas pela Instituição para honrar com seus compromissos foram: a lentidão no pagamento dos serviços realizados, principalmente, quando eram prestados aos órgãos públicos; a falta de materiais no Estado; e o atraso das importações.

Para atender as encomendas do público externo, as oficinas foram montadas e equipadas “como estabelecimentos industriais, com sua contabilidade organizada à sua imagem. Procurava-se produzir mercadorias vendáveis, assim como aceitar encomendas remuneradoras [...]” (CUNHA, 2005a, p.124).

A) SEÇÃO DE CONSTRUÇÕES METÁLICAS “PAROBÉ”

Essa Seção era responsável por ministrar os cursos de Funilaria: formação para a confecção de peças em folha flandres, visando reparar ou confeccionar chapas metálicas; Forja: preparava o profissional para atuar no metal aquecido, a fim de gerar uma forma desejada; Serralheria: capacitava para a produção de utilidades, a partir dos metais, como grades, janelas etc; Cutelaria: fabricação de instrumentos de corte, como, por exemplo, facas.

A partir desses cursos, os operários e aprendizes realizavam consertos em móveis e automóveis; faziam diversos trabalhos com ferro, aço e cobre; fabricavam produtos como janelões, grades, vergalhões, porcas.

O nome dessa Seção foi escolhido em homenagem à memória do propagandista do ensino profissionalizante, Dr. João José Pereira Parobé⁷⁶. Ela foi criada em 1923 e teve como Mestre responsável o Sr. Antonio Menezes. Os primeiros funcionários, suas funções e salários estão relacionados no quadro abaixo.

QUADRO 22 – FUNCIONÁRIOS E ALUNOS DA SEÇÃO DE CONSTRUÇÕES METÁLICAS (OUTUBRO DE 1927)

Nome	Valor da diária	Função
Adulfo Santos	9\$000	Contra-mestre / Soldador
Agostinho Santos	8\$500	Serralheiro
Francisco Simões	7\$500	Serralheiro
Manoel Cícero	6\$000	Serralheiro
João Mario de Souza	6\$000	Serralheiro
Ulysses Vithichire	5\$000	Serralheiro
Manoel Vieira da Silva	3\$500	Serralheiro
José Bispo	4\$700	Ajudante
Gervásio José dos Santos	4\$000	Ajudante
Polibio Oliveira	4\$000	Ajudante
Salustiano Gomes Aragão	6\$000	Ajudante
João Antonio dos Santos	8\$200	Ferreiro
Vicente Bispo	4\$000	Ferreiro
Eustaquio dos Santos	3\$500	Ferreiro
Salomão Dias	6\$200	Funileiro
Aureliano Rolemberg	5\$500	Funileiro
Pedro Ramos	4\$500	Funileiro
Manoel Penedo	4\$500	Funileiro
Oscar Ribeiro	4\$000	Pintor
Pedro Souza	2\$000	Aprendiz
Valdomiro Santos	2\$000	Aprendiz
Alcibíades Telles	1\$200	Aprendiz
Antonio Correia dos Santos	\$800	Aprendiz
Romualdo Fontes	\$700	Aprendiz
Theodolino Gomes	\$700	Aprendiz
Paulo José Almeida	\$700	Aprendiz
José Mendonça do Nascimento	\$500	Aprendiz
José dos Santos	\$500	Aprendiz
João Travaços	\$500	Aprendiz
João Augusto Carvalho	2\$000	Aprendiz

Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe. Fundo E7, caixa n° 21. Livro n° 85 Protocolo n° 69. Livro de ponto da seção de Construções Metálicas. 1927 a 1930.

⁷⁶ João José Pereira Parobé era Engenheiro Civil e Diretor da Escola de Engenharia de Porto Alegre, fundada em 1896 por professores da Escola Militar – Engenheiros Cívicos e Militares, oriundos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, da *Ponts et Chaussées* de Paris, da Escola Superior Técnica de Berlim (*Technische Hochschule*) e na Universidade de *Grand* na Bélgica (RIBEIRO, 2005).

Na relação dos funcionários, destacam-se os chamados de “aprendizes”. Porque eles eram os alunos da Instituição que trabalhavam nas Oficinas. Para orientá-los e compor o quadro de profissionais dessa Seção, além do Mestre e Contra-mestres, contou-se com o trabalho de soldadores, ferreiros, funileiros e pintores com seus ajudantes.

Após 1927, os profissionais que entraram nessa Seção foram: José Omigdio da Cunha, com a função de caldeireiro de cobre e Manoel Torquato, função de caldeireiro destilador. Como acontecia em todas as seções, esses profissionais eram contratados em regime de diárias ou mensalidades, a depender da necessidade da Instituição de efetivar ou não o operário.

Os salários pagos aos trabalhadores variavam de acordo com a profissão e o tempo de serviço na Instituição. Por isso, de acordo com o quadro 22, para os Serralheiros e Ferreiros pagava-se de 3\$500 (três mil e quinhentos réis) a 8\$500 (oito mil e quinhentos réis). Em relação a esses, os Funileiros recebiam valores iniciais maiores, uma média de 4\$500 (quatro mil e quinhentos réis), porém alcançavam um limite final menor, por volta de 6\$200 (seis mil e duzentos réis). Já os salários dos aprendizes começavam em \$500 (quinhentos réis) e chegavam até 2\$000 (dois mil réis).

A maquinaria existente nessa Seção era: motor com transmissores; forja fixa; máquinas (para furar, para esmeril, para cortar ferro); aparelho completo para solda oxigênio, para serrar e para cortar chapas; cantoneiras.

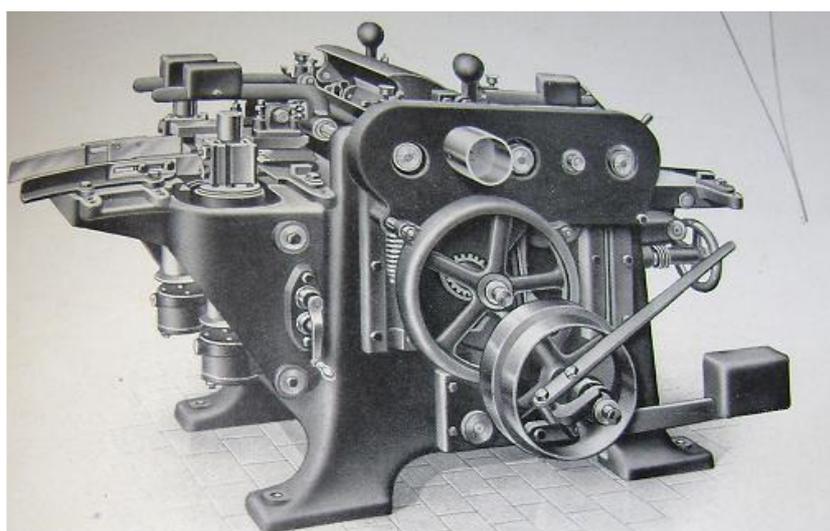


Figura VI – Modelo de máquina de furar adquirida pelo Instituto Profissional Coelho e Campos em 1923. Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixa n° 209.

Essa máquina de furar servia para deixar as superfícies côncavas dos materiais. As ferramentas utilizadas eram: cavaletes; martelos; catraca; chaves de redução para porcas e tubos; talhadeiras; brocas americanas e portuguesas; trinchas; bigorna; vazadores; maçarico para álcool; limas; corta-fio; degaladores; assentadores; malho de madeira; porta-tenazes; sucata; escavadeiras; encontradores de aço; ganchos de aço; monômetro; chaves de fenda e de aço fenda; fôrmas de ferro fundido para confecção de pás; navalha; enxadas.

As máquinas e ferramentas usadas revelam as tecnologias empregadas na época para a realização e aprendizagem dos ofícios. Elas fizeram parte da cultura material escolar do IPCC e serviram como utensílios didático-pedagógicos disponíveis para o uso escolar.

[...] tomados em sua materialidade, esses objetos não apenas favorecem a percepção dos conteúdos ensinados, com base numa análise dos enunciados e das respostas, mas sobretudo suscitam o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola [...] (VIDAL, 2005, p. 64).

Eles compuseram o arsenal de utensílios que possibilitaram a execução das encomendas para fins comerciais, além de contribuírem com a parte pedagógica da Instituição através do seu manuseio e uso pelos alunos e funcionários.

B) SEÇÃO DE MADEIRAS

O Mestre responsável pela Seção era Vicente Correia Filho. Ele ministrava os cursos profissionais de marcenaria, obras de entalhe e torno. O mobiliário existente nessa Seção era: *bureau* de madeira; cadeiras; estrado para cadeira; cabides de madeira; jarra com pé de madeira; bancos para marceneiros; tinteiro de vidro com suporte; lavatório simples com bacia; armários; bancadas para os aprendizes; porta-chapéus.

A presença dos lavatórios e das jarras nas Oficinas de Marcenaria demonstra as concepções de higiene e limpeza vigentes no ambiente de trabalho. Nessa Seção, os operários realizavam suas atividades utilizando os seguintes maquinismos: motores diversos; engenho com lâminas de serra; serra circular com bancada e outra com lâminas; polia de madeira; tupia; desempenadeira; máquina de serra fita, que servia para cortar madeira e carnes; amolador de serra fita; respigadeira com navalha, para grampear materiais; esmeril para navalhas; torno para modelar raio e um torno copiador.

Eles serviam para cortar e modelar a madeira, fazendo trabalhos de decoração, contornos em mobília, que resultavam na confecção e reparos de móveis escolares, domésticos, como: cadeiras, mesas, armários, quadro negro, prateleiras, cabides, tábuas, ripões, pranchetas etc.

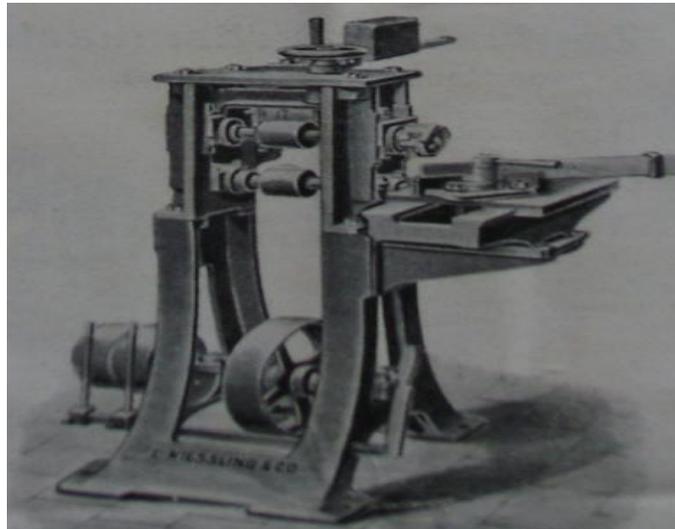


Figura VII – Respigadeira fabricada pela Maschinenfabrik E. Kiessling & Co., Leipzig-Plagwitz Spezialitat: Holzbearbeitungs - Maschinen. Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixa n° 209. Oficinas de 1922 e 1923.

O torno foi uma das máquinas mais utilizadas pelas Oficinas do IPCC. Era manual e trabalhava fazendo girar a peça a ser usinada, enquanto outras ferramentas de corte eram pressionadas em movimento regulável de avanço de encontro à superfície da peça, removendo o material de acordo com as condições técnicas adequadas. Esse processo de torneamento, retífica ou usinagem é necessário porque as peças fabricadas pela fundição saem com rebarbas e imperfeições que precisam ser consertadas para que se obtenha o resultado desejado.

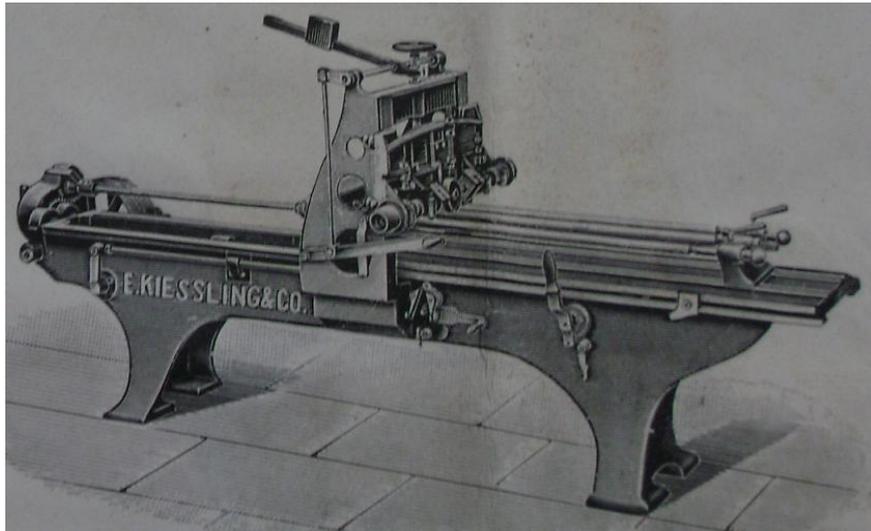


Figura VIII – Torno copiador fabricado pela Maschinenfabrik E. Kiessling & Co., Leipzig-Plagwitz. Spezialitat: Holzbearbeitungs - Maschinen. Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixa nº 209. Oficinas de 1922 e 1923.

O torno copiador servia para a realização de trabalhos com madeira e possibilitava a transformação do material bruto em peças que podem ter seções circulares e quaisquer outras combinações. Podia, assim, fabricar eixos, polias, pinos, roscas, cones, esferas etc. Além disso, se o torno fosse acoplado a outros acessórios, poderia, ainda, desempenhar as funções de outras máquinas, como a fresadora e a plaina.

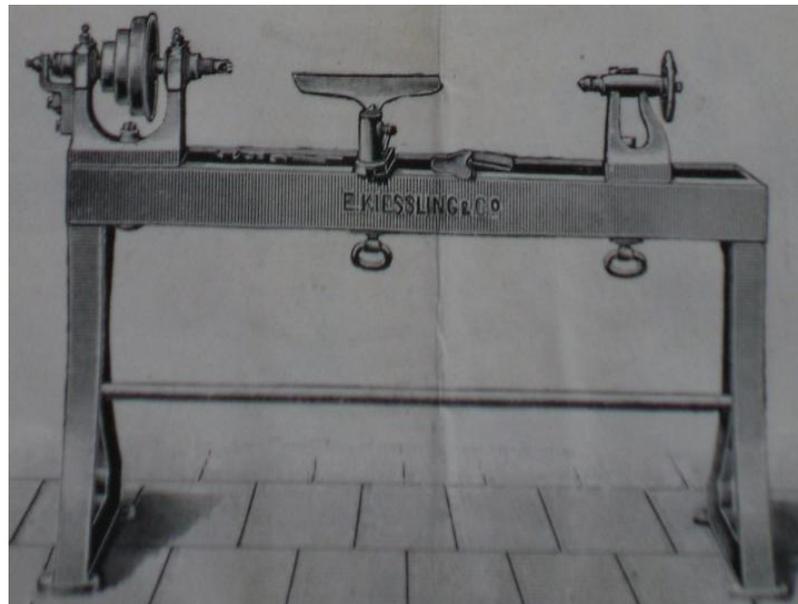


Figura IX – Torno para molde fabricado pela Maschinenfabrik E. Kiessling & Co., Leipzig-Plagwitz. Spezialitat: Holzbearbeitungs - Maschinen. Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixa nº 209. Oficinas de 1922 e 1923.

Para a confecção dos móveis, utilizava-se diversos tipos de madeiras, tais como, paraíba, pinho, canela, jequitibá, cedro, macaúba, peroba, sucupira, louro. Algumas delas, quando não eram encontradas em Sergipe, tinham que ser importadas de outras localidades.

Ao chegar no IPCC, as madeiras eram modificadas com o auxílio das seguintes ferramentas: arco de pia; chaves francesas; brocas; nível em madeira; martelos; grampos; esquadros (de ferro e madeira); serra; alicate; chaves de parafuso; serrotes; garlopins; plainas que serviam para resolver problemas ocorridos em peças e componentes mecânicos planos e retos; ferros; compassos de diversos tamanhos; limas; escada de metal; pedra de afiar e amolar; raspadeiras; graminhas; torquês; meia esquadilha.

Esses materiais auxiliavam no processo de fabricação dos móveis, adequando-o às exigências do comprador. Vale ressaltar que os móveis fabricados no IPCC destinaram-se aos prédios escolares de Sergipe e aos órgãos públicos e privados que foram criados no período.

C) SEÇÃO DE CONSTRUÇÕES MECÂNICAS “CINCINATO BRAGA”

O nome dessa Seção de “Cincinato Braga” foi dado em homenagem à iniciativa desse homem, no sentido de favorecer o auxílio aos cursos de Mecânica Prática. Assim, essa Seção responsabilizou-se por ministrar todos os cursos profissionais voltados para as artes mecânicas, como a Modelação, a Fundição e a Mecânica Prática.

O Curso de Mecânica Prática fez parte de um movimento nacional em prol da organização do ensino profissionalizante. Foi criado através do decreto de 24 de abril de 1922, com a duração de dois anos, subvencionado pelo governo da União segundo as cláusulas do contrato estabelecido para ambos, nas dependências do Liceu Profissional Coelho e Campos. Segundo Nunes (1984), esse curso significava “[...] um marco inovador na Educação Sergipana [...]” (p.237).

Para admissão no Curso de Mecânica Prática eram preferidos os alunos que completassem o Curso de Adaptação oferecido pelo IPCC. As vagas excedentes eram preenchidas mediante exame de admissão ou exibição de certificado de aprovação no curso primário, devendo os candidatos possuir entre 14 e 18 anos de idade e apresentar atestado de não sofrer moléstia infecto-contagiosa, de acordo com as exigências determinadas no regulamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio,

estrutura que validava e reconhecia o caráter profissional dos alunos formados pelas instituições de ensino profissional.

QUADRO 23 – PROGRAMA DO CURSO DE MECÂNICA PRÁTICA DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS

ANO/ PERÍODO	1º ANO	2º ANO
1º período	<p>O período durava dois meses.</p> <p>Disciplinas teóricas: Português; Aritmética; Geometria; exercícios de Desenho Geométrico com mão livre apropriada; materiais da técnica Mecânica, ferramentas, medidas e unidades (especialmente as usadas na Agricultura).</p> <p>Aulas práticas: trabalhos mecânicos manuais; processos de montagem, desmontagem e ajustagem de aparelhos mecânicos simples, como veículos, rodas, máquinas agrícolas, moinhos simples, talhas, sarilhos etc.</p>	<p>O período durava quatro meses.</p> <p>Disciplinas teóricas: complementos de motores térmicos, incluindo métodos para verificação de gastos de combustível e seus rendimentos. Máquinas a vapor especiais, locomotivas. Motores: a base de óleo, querosene, a gás, de automóveis e máquinas agrícolas; fundição do ferro, do bronze e demonstração prática dos processos de sondagem. Duas horas de aula semanais de desenho de máquinas.</p> <p>Aulas práticas: construção, conserto, ajustamento de motores térmicos, ensaios e assentamento. Realização de visitas às instalações industriais e de motores térmicos.</p>
2º período	<p>O período durava três meses.</p> <p>Disciplinas teóricas: Português; noções de Mecânica geral elementar; elementos de máquinas e órgãos de transmissão (eixos, polias, engrenagens, correias, cabos etc).</p> <p>Duas horas de aula por semana de Desenho, nos quais estudavam os esboços de peças de máquinas.</p> <p>Aulas práticas: mesmos processos descritos no primeiro período.</p>	<p>O período durava cinco meses.</p> <p>Disciplinas teóricas: complementos de diversos motores hidráulicos e bombas; métodos para verificação de potência e rendimento de máquinas hidráulicas; aparelhagem elétrica de usinas; geradores e seu funcionamento; diversas máquinas especiais de beneficiamento de produtos agrícolas, assentamento, funcionamento, produção e seu custo.</p> <p>Aulas práticas: construção, conserto e ajustamento em conexão com máquinas elétricas; ensaios; assentamento. Realização de visitas às instalações hidro-mecânicas e hidro-elétricas das indústrias.</p>
3º período	<p>O período durava três meses.</p> <p>Disciplinas teóricas: Português; a primeira parte dos conteúdos de Mecânica Aplicada elementar, juntamente com noções de termodinâmica; geradores de vapor; motores a vapor e de explosão (aplicação a veículos, tração, lavoura e indústrias conexas).</p> <p>Duas horas por semana para estudar o uso de aparelhos para verificação e funcionamento de motores; manômetros etc.</p> <p>Aulas práticas: funcionamento, montagem, desmontagem e ajustagem de motores a vapor e de explosão.</p>	-
4º período	<p>O período durava três meses.</p> <p>Disciplinas teóricas: conteúdos da primeira parte de Mecânica Aplicada elementar; a segunda parte de noções de hidráulica e hidrodinâmica; os motores hidráulicos e bombasarietes; os aparelhos e máquinas elétricas; as noções de eletrotécnica; e as demonstrações práticas do funcionamento de motores e geradores elétricos.</p> <p>Oficinas: funcionamento, a montagem, desmontagem e ajustagem de motores hidráulicos e bombas, seus desenhos e plantas.</p>	-

Fonte: Decreto-lei de 24 de abril de 1922. Mensagem do Presidente Pereira Lobo. Assembléia Legislativa. Aracaju, 07 de setembro de 1922.

O programa de ensino do Curso de Mecânica Prática abrangeu aulas de disciplinas teóricas e práticas. As aulas teóricas duravam, em média, uma hora por dia. Ao passo que os alunos dedicavam seis horas às aulas práticas realizadas nas Oficinas. À medida que avançavam nos estudos, aumentava-se a carga horária de Desenho para duas horas diárias, uma vez que necessitavam aprimorar as técnicas de visualizar, copiar e reproduzir peças.

Os períodos se seguiam, alternando teoria e prática. Fato que também acontecia no ensino agrícola: “todo o discurso dos dois primeiros períodos que caracterizam o ensino agrícola em Sergipe (1836-1924 e 1924-1957) é marcado pela defesa do ensino prático a fim de formar cultivadores capazes de fazer a exploração racional das propriedades rurais” (NASCIMENTO, 2004, p.97).

Verifica-se que no programa de ensino a presença de peças de motores que estavam sendo usados na Agricultura, nas Indústrias, nos automóveis daquele período. Essa formação caracterizava a função social assumida pelo Instituto, que se preocupou em formar profissionais para atender às necessidades da sociedade sergipana, atendendo suas obras de infra-estrutura, saneamento básico e rede de transportes.

O corpo docente era constituído pelo Diretor, que lecionava “Mecânica Aplicada e Resistência dos Materiais”, pelos chefes das Oficinas e por Professores. Eles alternavam a ministração dos conteúdos conforme o grau de dificuldade de cada profissão. Os Mestres das Seções de Construções Mecânicas e Construções Metálicas explicavam “Tecnologia” com programa fornecido pela diretoria.

Tecnologia é a ciência das artes e ofícios em geral. Tem por finalidade ilustrar o educando e o aprendiz por um método racional, descrevendo, resumindo, traçando a história e a técnica das artes e ofícios, analisando os processos e particularidades empregados nas indústrias em geral [...] (FREITAS, 1954, p.12).

O estudo da “Tecnologia” se fez presente em muitos Cursos de Escolas profissionais do Brasil. Porque seus conteúdos visavam familiarizar os alunos à linguagem tecnológica e industrial utilizada na realização de cada profissão dentro das fábricas, oficinas e indústrias.

As aulas de eletricidade do Curso de Mecânica Prática deveriam ser dadas por um encarregado da Usina Elétrica. Já as disciplinas teóricas, como Português,

Geometria, Aritmética, Desenho, Álgebra e Elementos de Mecânica tinham seus Professores designados pela diretoria com prévia autorização do Governo.

O programa de Português do Curso de Mecânica Prática pode ser visualizado no quadro 24. A nota dessa disciplina advinha dos exercícios ortográficos realizados sob a forma de ditado; descrições (fornecidos pelo professor os subsídios necessários); leitura e recitação de trechos de prosadores e poetas contemporâneos; análise lógica, prova escrita, dentre outros elementos avaliativos.

QUADRO 24 – PROGRAMA DE ENSINO DE “PORTUGUÊS” DO CURSO DE MECÂNICA PRÁTICA

1º ano	2º ano	3º ano
<p>1º ponto – Como fala o homem: palavras, gestos, sinais, linguagem e línguas. Língua portuguesa. Por que falamos o português.</p> <p>2º ponto – O que é Gramática. Divisões da Gramática. Leitura e os requisitos de uma boa leitura. Pronúncia correta. Vozes. Consonâncias. Timbre.</p> <p>3º ponto – Ditongo. Hiatos. Grupos consonantais. Acentuação. Acentuação prosódica. Palavras de acentuação duvidosa. Grafia. Letras.</p> <p>4º ponto – Prosódia. Sílabas, sua estrutura.</p> <p>5º ponto – Taxionomia. Funções lógicas: subjetiva, predicativa e objetiva.</p> <p>6º ponto – Palavras nominativas (substantivo). Substantivação.</p> <p>7º ponto – Pronomes: pessoais, sua morfologia; demonstrativos e conjuntivos.</p> <p>8º ponto – Palavras modificativas. Adjetivos qualificativos, determinativos. Artigos.</p> <p>9º ponto – Adjetivos possessivos, nominativos.</p> <p>10º ponto – Adjetivos numerais, indefinidos.</p> <p>11º ponto – Advérbio. Palavras conjuntivas. Preposição. Relações indicadas pelas preposições.</p> <p>12º ponto – Conjunção. Estudo prático de cada classe, com exercício.</p> <p>13º ponto – Verbo. Vozes verbais. Voz passiva. Conjugação.</p> <p>14º ponto – Verbo perifrástico, pronominal, irregular.</p> <p>15º ponto – Verbo abundante, defectivo. Particularidades gráficas de certos verbos.</p> <p>16º ponto – “Campanomia”. Noções de flexão. Classificação das flexões.</p> <p>17º ponto – Formação do feminino: por flexão, significação, acepção.</p> <p>18º ponto – Feminino dos adjetivos. Formação do plural, plural dos compostos e dos adjetivos.</p> <p>19º ponto – Formação dos graus e os graus dos adjetivos.</p> <p>20º ponto – Formação dos tempos. Significação dos modos e tempos.</p> <p>21º ponto – Formas de conjugação. Verbos irregulares. Formas “heterotlicas”.</p> <p>22º ponto – Verbos irregulares da 1ª conjugação.</p> <p>23º ponto – Verbos irregulares da 2ª conjugação.</p> <p>24º ponto – Verbos irregulares da 3ª conjugação.</p> <p>25º ponto – Particípios e seu emprego. Uso do infinito.</p>	<p>1º ponto – Revisão dos pontos de nº 1 e 2 do programa do 1º ano.</p> <p>2º ponto – Revisão dos pontos de nº 3 e 4 do programa do 1º ano.</p> <p>3º ponto – Revisão dos pontos de nº 5 e 6 do programa do 1º ano.</p> <p>4º ponto – Revisão dos pontos de nº 7 e 8 do programa do 1º ano.</p> <p>5º ponto – Revisão dos pontos de nº 9 e 10 do programa do 1º ano.</p> <p>6º ponto – Revisão dos pontos de nº 11 e 12 do programa do 1º ano.</p> <p>7º ponto – Revisão dos pontos de nº 13 e 14 do programa do 1º ano.</p> <p>8º ponto – Revisão dos pontos de nº 15 e 16 do programa do 1º ano.</p> <p>9º ponto – Revisão dos pontos de nº 17 e 18 do programa do 1º ano.</p> <p>10º ponto – Revisão dos pontos de nº 19 e 20 do programa do 1º ano.</p> <p>11º ponto – Revisão dos pontos de nº 21 e 22 do programa do 1º ano.</p> <p>12º ponto – Revisão dos pontos de nº 23, 24 e 25 do programa do 1º ano.</p> <p>13º ponto – Estudo da função subjetiva.</p> <p>14º ponto – Estudo da função predicativa.</p> <p>15º ponto – Estudo da função objetiva, direta e indireta.</p> <p>16º ponto – Estudo da função adjetiva. Do adjunto atributivo. Da oração adjetiva. Da aposição.</p> <p>17º ponto – Estudo da função adverbial. Do adjunto adverbial e da oração.</p> <p>18º ponto – Estudo da função interjetiva. Do vocativo.</p>	<p>1º ponto – Período. Construção da lógica. Concordância. Três modos elementares de construção (coordenação, subordinação, correlação).</p> <p>2º ponto – Construção passiva (com o verbo “ser”, com a partícula “se”, com o infinitivo).</p> <p>3º ponto – Prefixos e sufixos.</p> <p>4º ponto – Estudo dos radicais.</p> <p>5º ponto – Parônimos e homônimos.</p> <p>6º ponto – Colocação de pronomes.</p> <p>7º ponto – Concordância nominal.</p> <p>8º ponto – Concordância verbal.</p> <p>9º ponto – Emprego, omissão e repetição do artigo.</p> <p>10º ponto – Funções do pronome “se”.</p> <p>11º ponto – Variedades e funções de “que”.</p> <p>12º ponto – Emprego do impessoal e pessoal.</p> <p>13º ponto – Empregos do gerúndio.</p> <p>14º ponto – Figuras de sintaxe.</p> <p>15º ponto – Vícios de linguagem.</p> <p>16º ponto – Pontuação.</p>

Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe. Fundo E7, Caixa nº 328. Diversos: conteúdos e programas. 1926.

No primeiro ano, o programa apresentado enfatizava o conhecimento da Língua Portuguesa a partir dos conteúdos da gramática. O qual era reforçado com revisões no período posterior. Elas eram realizadas a partir de sabatinas orais e escritas. Após isso, acrescentavam-se os conteúdos das funções: subjetiva, adjetiva, predicativa etc. No último ano, os alunos estudavam a concordância verbal e nominal e empregos de pronomes e artigos.

O livro indicado no primeiro ano era “Antologia Nacional ou Coleção de excertos dos principais escritores da língua portuguesa⁷⁷”, escrito por Carlos de Laet⁷⁸ e Fausto Barreto. Ele serviu para auxiliar a formação literária dos alunos. Compõe-se de duas partes que versam, respectivamente, sobre a “prosa” e a “poesia”, a partir de escritores brasileiros e portugueses, representantes das fases: contemporânea (século XIX, depois de 1820), acadêmica (século XVIII e primórdios do fluente), seiscentista (século XVII) e quinhentista (século XVI).

⁷⁷ O livro também foi adotado no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, na Escola Normal do Distrito Federal, no Colégio Militar, dentre outros. Sua primeira edição foi escrita em 1895.

⁷⁸ Carlos Maximiliano Pimenta de Laet Carlos foi jornalista, professor e poeta, nasceu em 3 de outubro de 1847 e faleceu no dia 07 de dezembro de 1927, no Rio de Janeiro. Aos 14 anos matriculou-se no 1º ano do Colégio Pedro II. Laureado bacharel em letras, matriculou-se na Escola Central, depois Politécnica. Formado em Engenharia, não quis seguir a carreira, preferindo voltar-se para o magistério e exercer o jornalismo.

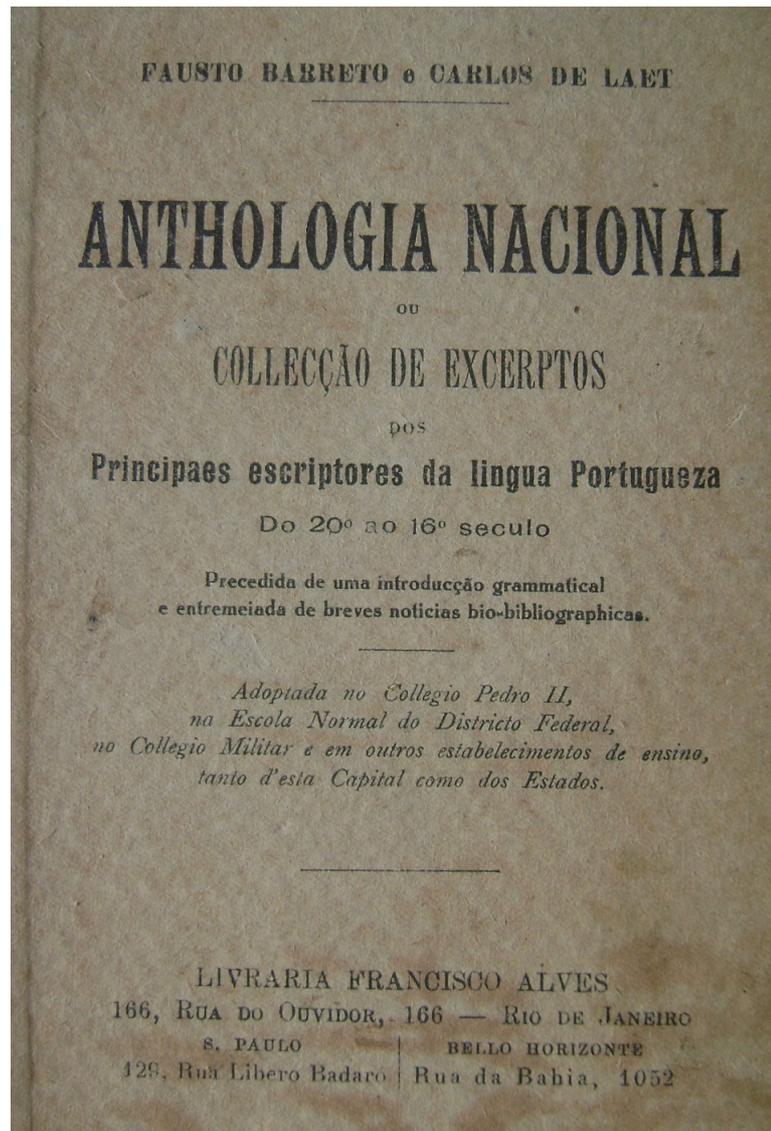


Figura X – capa do livro Antologia Nacional ou Coleção de excertos dos principais escritores da língua portuguesa.

Outro livro adotado no IPCC para o estudo da língua portuguesa foi “Methodo de Analyse (léxica e logica) ou Syntaxe das Relações”, do Professor Carlos Góes⁷⁹. A obra destinava-se ao ensino da gramática, abrangendo conteúdos do 1º, 2º e 3º anos do Curso Secundário. Está dividida em vinte e nove lições ilustradas com esquemas e diferentes modelos de análise lógica (sintática) e léxica (morfológica). No livro, após cada “lição”, há notas explicativas dos termos utilizados e orientações didáticas para o “adulto” ou docente que irá usá-lo.

⁷⁹ Carlos Góes (1881 – 1934) nasceu no Rio de Janeiro. Era Poeta e filólogo, formado em Direito, porém não seguiu a advocacia. Dedicou-se ao magistério, tendo obtido por concurso a cátedra de Português do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. Escreveu: "Método de Análise"; "Syntaxe de Concordância"; "Syntaxe de Regência"; "Syntaxe de Construção"; "Dicionário de Afixos"; "Dicionário de Raízes e Cognatos"; "Método de Redacção"; "Gramática Expositiva Primária"; a tese "Da Linguagem em Suas Modalidades"; "Crótalos"; "Cítara"; "Espelhos", dentre outros.

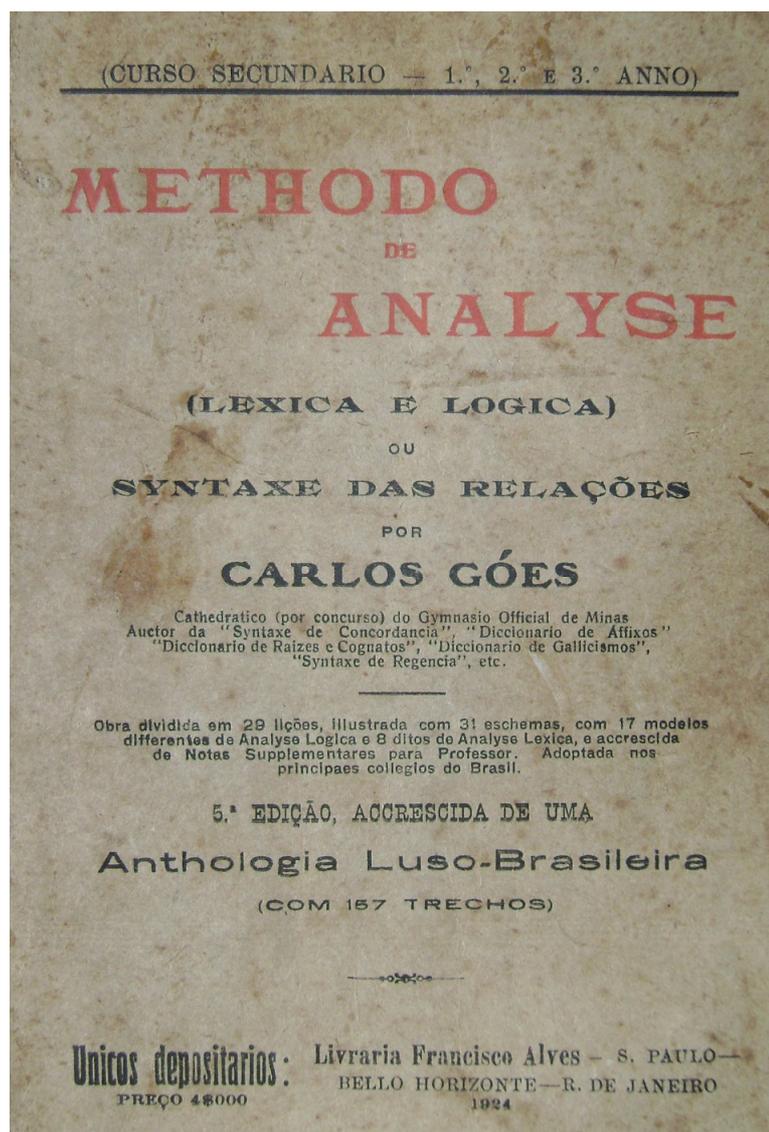


Figura XI – capa do livro *Methodo de Analyse (léxica e logica) ou Syntaxe das Relações*.

No programa de Português do terceiro ano do Curso de Mecânica Prática foi incluído o livro “O meu idioma”, de Othoniel Motta. A singularidade de seu conteúdo está no objetivo da obra: “tornar a gramática expositiva, a rudimentar, iluminada pela gramática histórica”(MOTTA, 1937, p.05). Isso significa dizer que o autor se propôs a apresentar a “evolução” das palavras, dos idiomas, demonstrando suas raízes e modificações que foram incorporadas ao longo do tempo, conforme as mudanças ortográficas e regionais.

Essa obra dialoga com a de Carlos Laet, complementando-a com a explicação da origem das palavras e termos usados nas palavras brasileiras. Ela transmite ao leitor a

questão identitária posta entre: a fala, a região e a cultura. E, assim, fazia com que o aluno conhecesse de onde vem o “idioma” usado no Brasil.

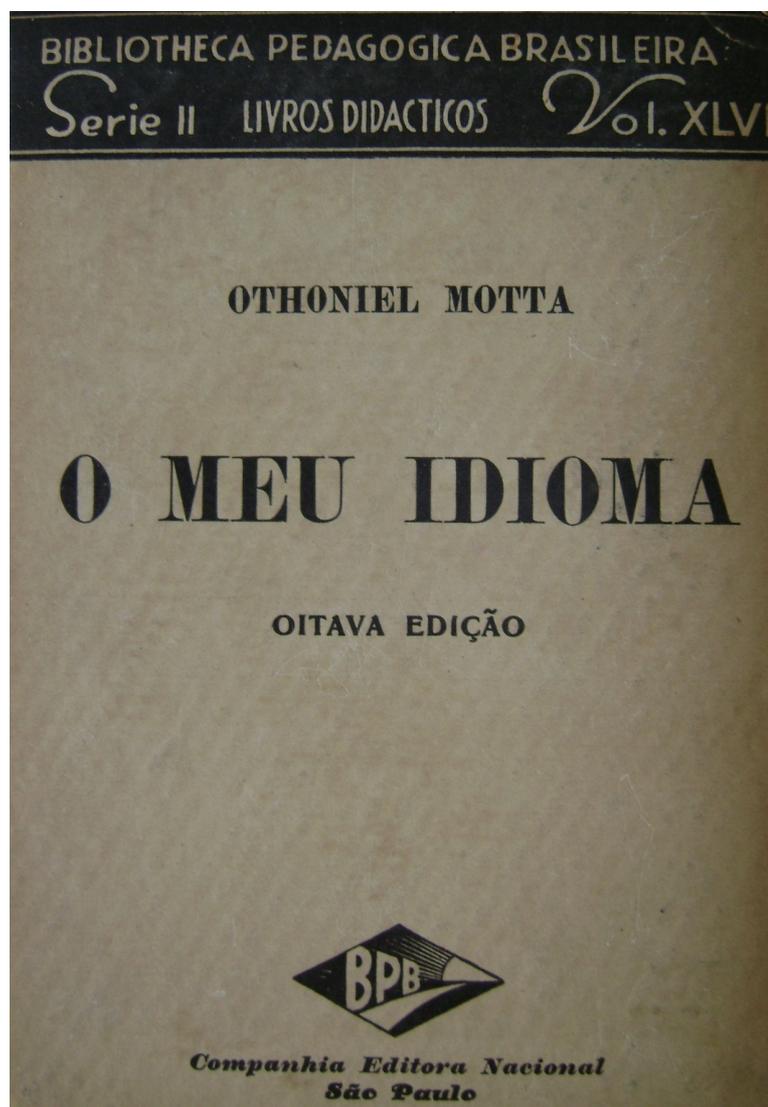


Figura XII – capa do livro “O meu idioma”.

Além desses livros, no programa do Curso de Mecânica Prática, estava prevista a utilização das Gramáticas de Eduardo Carlos Pereira⁸⁰, sendo a “Gramática Expositiva da Língua Portuguesa” (Curso Elementar) para o primeiro ano; e a “Gramática Expositiva” (Curso Superior) para o segundo. Para as aulas de Aritmética e Álgebra

⁸⁰ Eduardo Carlos Pereira nasceu em Caldas, Minas Gerais, em 1855. Entre 1870 e 1873, estudou no Colégio Ipiranga, em Araraquara, e acompanhou essa escola, já como professor, quando a mesma transferiu-se para Campinas e para São Paulo. Em Campinas, foi influenciado pelo Rev. George N. Morton, o diretor do Colégio Internacional, que recomendou-o ao seu amigo George W. Chamberlain, o pastor da Igreja Presbiteriana de São Paulo. Foi recebido por profissão de fé nessa igreja em 7 de março de 1875, matriculou-se na Academia de Direito e em março de 1877 passou a lecionar na Escola Americana. Após isso atuou no Instituto Teológico, no Seminário Presbiteriano, dentre outras instituições. Fonte: <http://www.ebenezer.org.br/Download/Alderivulto13.pdf>.

eram usados respectivamente os livros “Arithmetica Progressiva” e “Álgebra Elementar”, escritos por Antonio Trajano.

Os três últimos autores citados: Othoniel Motta, Eduardo Carlos Pereira e Antonio Trajano tinham em comum a ligação com o movimento protestante⁸¹ do Brasil, através da Igreja Presbiteriana⁸². Isso significa dizer que todos comungavam dos valores cristãos de fé, moral, trabalho e educação, que, no caso dos presbiterianos, eram inspirados na cultura norte-americana.

Na mensagem presidencial de Lobo (1922), proferida no ato de criação do Curso de Mecânica Prática, consta que as informações acerca dos seus utensílios, aparelhos e da maquinaria foram buscadas nos Estados Unidos. Por isso e pelo uso dos livros didáticos⁸³ de autores presbiterianos, acredita-se que a formação oferecida no Curso de Mecânica Prática foi influenciada por padrões culturais estrangeiros que circulavam no Brasil.

Outros materiais⁸⁴ utilizados no curso de Mecânica Prática foram: 23 cadeiras americanas com braços, um quadro negro com cavalete e outro de parede, uma mesa com duas gavetas, um tinteiro de vidro, uma cadeira austríaca, um sino com suporte e um mapa geográfico. Segundo Souza (2007), “[...] os artefatos materiais vinculam concepções pedagógicas, saberes, práticas e dimensões simbólicas do universo educacional constituindo um aspecto significativo da cultura escolar” (p.165).

Nas aulas práticas do curso de Mecânica predominou o uso de ferramentas e não das máquinas. Ou seja, a qualidade final do produto dependia muito mais das habilidades e competências do trabalhador do que dos materiais utilizados para isso.

⁸¹ Segundo Nascimento (2004), “quando se fala em protestantismo, alude-se ao movimento de natureza religiosa, porém com profundas implicações sociais, políticas, econômicas e intelectuais, que resultou da chamada Reforma do Século 16, ocorrida na Europa. A Reforma representou uma contestação ao catolicismo medieval e uma ruptura da sociedade unificada, política e religiosamente, até então vigente. [...]. Entre seus líderes iniciais estavam personagens como Martinho Lutero, João Calvino, Menno Simons e Thomas Cranmer [...]” (p.13).

⁸² Os primeiros presbiterianos que chegaram ao Brasil eram norte-americanos. A partir de 1870 eles começaram a criar escolas no país para difundir seus valores e ideais, através da educação. Assim, as escolas que fundaram, os livros que escreveram e as estratégias de evangelização que adotaram, agiram como “veículos de propagação e consolidação dos ideais de progressismo e liberalismo [...]” (NASCIMENTO, 2004, p.64). Para essa autora, toda a infra-estrutura construída pelos missionários no Brasil atuou como pólo “irradiador de um modelo cultural norte-americano [...]” (NASCIMENTO, 2007, p.23).

⁸³ Acredita-se que os livros didáticos trazem consigo discursos políticos, étnicos, culturais que são transmitidos às futuras gerações, através dos seus usos nas escolas. A função social dos livros adotados é inculcar valores e transmitir cultura através de uma rede de conteúdos.

⁸⁴ Fonte: **Inventário do Instituto Profissional Coelho e Campos de 1930**. ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO. Fundo: AJU 1ª V.CRI. Série: PENAL. Volume nº1. Caixa 2523.

Eram necessárias, portanto, muitas horas de dedicação nas Oficinas para que o aprendiz aprimorasse as técnicas.



Figura XII I– Fachada da Seção de Construções Mecânicas (forno e fundição). S/ data.
Fonte: *Almanack de Sergipe*. p.84. S/ data.

Ao longo dos anos de funcionamento do IPCC⁸⁵, com o aumento dos pedidos de encomendas e a especialização das atividades, houve a necessidade de aprimorar os trabalhos de galvanoplastia, fundição e modelação. Então, na Seção de Construções Mecânicas foram criadas Oficinas específicas para a realização dessas atividades. A de fundição chamou-se “João Luderitz”, em homenagem a ter esse industrial fundado no Estado a primeira oficina de trabalhos em ferro.

A fundição era o conjunto de atividades realizadas para dar forma aos materiais, através da fusão. Porém, antes desse processo, era necessário preparar o molde, através da modelação. Isso consistia na recepção do produto liquefeito para transformá-lo por solidificação na peça correspondente ao modelo que se queria ter.

Para a realização desses serviços, o Mestre o Sr. James Smith adquiriu as seguintes máquinas: motor elétrico com ligação para ventilador; estufa para secar machos⁸⁶; tornos mecânicos de fenda; máquina para furar coluna de ferro; limador; cavalete com esmeril; motores elétricos; transmissão geral com engradações; forja com ventilador; prensa de bancada; dínamo com três ventiladores; um forno de cúpula; serra circular com transmissores; uma serra de fita com transmissão sem correia; um engenho

⁸⁵ O Instituto funcionou no período de 1923 a 1942, quando teve a nomenclatura modificada para Escola de Aprendizagem Industrial Coelho e Campos.

⁸⁶ O “macho” é um elemento refratário colocado no molde para definir uma cavidade ou espaço vazio no fundido final.

de esmeril com pedra; um torno para marceneiro; forno de fundição; plaina “Woltan”, do fabricante “Otto Deutz”, que servia para deixar as superfícies planas.

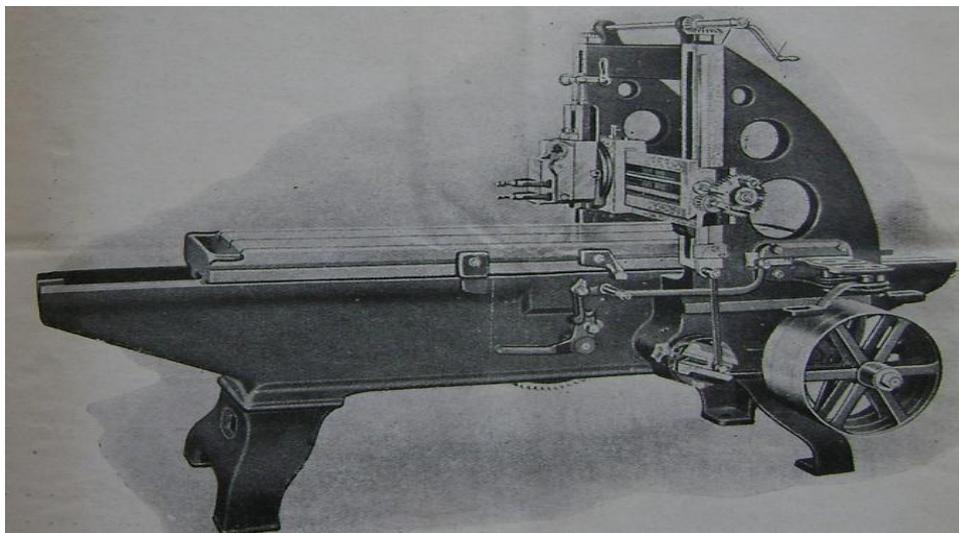


Figura XIV – Plaina para modelo “Wotan 26”, fabricada pela Sociedade de Motores Deutz – OTTO Legítimo Ltda. Fornecida com contramarcha. Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixa n° 209.

De acordo com um levantamento⁸⁷ realizado pelos funcionários do IPCC em 1931, os objetos existentes nessa Seção eram: um *bureau* de canela com quatro gavetas; uma bancada para trabalho; um armário para ferramentas; uma prateleira de madeira; grades de pinho; escadas; cadeiras empalhadas; mesa com gavetas; cabides de pinho e de madeira com suporte de ferro; jarra com pé de madeira; mala e caixa para transportar ferramentas; tinteiro de vidro; régua de madeira; pia de louça; vasos para carregar água e regadores; talha com torneira; madeira para machos de bucha que eram usados em carroças etc.

Os usos desses equipamentos revelam aspectos do cotidiano da Seção. A presença das bancadas de trabalho e das caixas de ferramentas denotam a idéia de movimento no trabalho. Os outros objetos existentes remetem à cultura material da sociedade sergipana, que utilizava a tecnologia de empalhar cadeiras e usava materiais com ferro e madeira para fabricar seus móveis.

Na Oficina de Fundição as ferramentas utilizadas eram macacos de ferro; catraca; chaves inglesas; maçarico de álcool; chaves de caixa; alargadores sortidos; acessórios para carros; máquinas para apertar tubos; esquadros e régua de aço; nível de madeira; calibre niquelado; compasso grande com pernas de madeira; armação de serra;

⁸⁷ Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixa n° 42. Livro de registro geral dos móveis existentes nas diversas dependências do Instituto Profissional Coelho e Campos.

trena com 25 metros; martelos; moitões; brocas americanas e portuguesas; jogo em caixa de consinetes; tarraxa para cano; chaves de boca; ferro para soldar; arcos de serra; tesoura de mão; escalas de aço; parafusos machos; pinos; buchas; caixas para fundição e para moldação; escumadeiras; pesos para as caixas; espetos para o forno; painéis para a descarga; caixas de madeira; cavaletes para fabricar machos; abraçadeiras para as painéis; pilão para carvão; tampa sobressalente para o forno; fole para a limpeza de obras; peneiras de ferro zincado; pás para areia e caixão para areia fina; cabos; atracadeira.

A Oficina de modelação recebeu o nome de “João Smith” pelas contribuições que esse profissional deu para os avanços dessa modalidade no país. A maquinaria existente era torno para madeira; armação de serra de fita; banco de serras circulares; motores elétricos com transmissores; dentre outros. As ferramentas utilizadas eram serrotes; garlopim; arco de pina; chave de fenda; martelos; esquadro de ferro; limas velhas; ferros grossos para torno; alicate de corte; arco de serra; pedra de afiar; graminho; plaina de ferro para madeira.

Assim, além de aprofundar a formação em Mecânica Prática, a Seção de Construções Mecânicas ficou responsável por gerenciar as obras de fundição, modelação dentre outras. Elas eram necessárias para realizar as tarefas dessa Seção na fabricação de brinquedos (carrosséis, locomóvel, cata-ventos, chalés); de ferros para animais; de moldes para paralelepípedos; de quadros em madeira para janela etc.

Também realizavam consertos de regadores, banheiras, roldanas, caminhão; faziam atarrachamento em camas; a conclusão de forno; a fundição de peças em bronze; conserto e manutenção de motor; eixos para manivela; dentre outros serviços que atendiam a demanda da sociedade sergipana.

O tipo de formação profissional oferecida nessa Seção representou um marco para Sergipe, que freqüentemente buscava de outros Estados do país pessoas habilitadas para consertar as máquinas, automóveis e o mobiliário das indústrias. Serviu também para auxiliar o calçamento das ruas de Aracaju com paralelepípedos. Para suprir as carências de eletricitistas em Sergipe foi elaborado no IPCC o curso de Montadores Eletricitistas, com a configuração apresentada abaixo.

D) SEÇÃO DE ELETRICIDADE: CURSO DE MONTADORES ELETRICISTAS

O Curso de Montadores Eletricistas deveria ser realizado em três anos. De acordo com o programa⁸⁸ de ensino, os conteúdos do primeiro ano eram os mesmos do Curso de Mecânica Prática e, por isso, deveria ser ministrado conjuntamente. O que também ocorreu com o primeiro período (durava 04 meses) do segundo ano do Curso de Montadores Eletricistas.

No segundo ano, o outro período durava cinco meses, divididos em três horas de aula teórica por dia e quatro horas diárias de práticas nas Oficinas. Os conteúdos das aulas eram: estudo das máquinas e motores a vapor, hidráulicos e de explosão, que eram usados como máquinas motrizes em usinas elétricas; a eletricidade: correntes e circuitos elétricos, gasto, intensidade, força eletro-motriz e diferença de potencial, resistência elétrica, lei de Ohm, unidade de trabalho, lei de Joule, queda de potencial e correntes derivadas, sistema de unidade “C.G.S.”, pilhas e acumuladores elétricos; conteúdos de desenho e diagramas de aparelhos elétricos simples.

Na Oficina, os alunos aprendiam na prática a fazer instalações de campanhas, luz e força, carga de acumuladores, consertos e construção de aparelhos elétricos simples. O terceiro ano do curso durava dez meses, divididos em dois períodos, cada um com cinco meses.

No primeiro período do terceiro ano, o aprendiz passava três horas diárias assistindo aulas teóricas e quatro horas tendo aulas práticas nas Oficinas. Os conteúdos das aulas teóricas do primeiro período eram de: eletricidade, como campo magnético produzido pela corrente eletros-ímã e aplicações, aparelhos de medida da corrente elétrica, produção da corrente por campos magnéticos, geradores de eletricidade, motores elétricos; de eletro-técnica: cálculo de condutores, voltagem, intensidade, resistência, cálculo de eletros-ímã, enrolamento de motores e geradores elétricos; o estudo do desenho de máquinas elétricas e projetos de instalação de luz e força.

Na Oficina, os alunos, juntamente com os operários, realizavam consertos, condução e conservação de máquinas elétricas, de telefonia e telegrafia. Além disso, no programa de ensino também se previa a realização de visitas a usinas elétricas para que conhecessem suas reais estruturas.

⁸⁸ Para visualizar a grade do Curso de Mecânica Prática, consultar os quadros 23 e 24.

No segundo período, o tempo das aulas teóricas era reduzido para duas horas diárias e o das práticas aumentava para cinco horas por dia. Os conteúdos das aulas teóricas eram: eletricidade – correntes alternativas, transformadores, aparelhos de medida da corrente alternativa, alternadores e alterno-motores, correntes de alta tensão, transmissão de energia a distância, contadores elétricos industriais, correntes de alta frequência, princípio de telegrafia sem fios –; eletro-técnica – cálculo de transformadores, potência das máquinas elétricas, sistemas de tração elétrica, anúncios e adornos elétricos –; desenhos de máquinas elétricas, plantas, projetos de telegrafia, telefonia e pequena usina.

Nesse momento do Curso os alunos aprendiam nas Oficinas a prática de instalações eletro-mecânicas em geral; instalação e confecção de aparelhos para anúncio e adornos elétricos. Para obtenção de um certificado de conclusão desse curso, o aluno deveria apresentar um projeto de instalação eletro-mecânica ou simplesmente elétrica, que mostrasse o aproveitamento obtido com o ensino ministrado. Esse projeto deveria ser escolhido um mês antes e entregue para ser examinado dois meses após a conclusão do curso.

Assim, formava-se o “montador eletricista”, que estava habilitado para trabalhar com as instalações elétricas. Ramo relativamente novo em Sergipe, uma vez que a energia elétrica chegou ao Estado em 1913. O Curso de Montadores Eletricistas do IPCC beneficiou também os meios de transporte, pois, até o início dos anos de 1950, Aracaju possuía bondes elétricos de origem alemã, dirigidos por um motoneiro e que estavam sob a responsabilidade técnica do Serviço de Tração Elétrica, Diretor do serviço de luz e força de Aracaju. Eles eram “pequenos, vagarosos e abertos em ambos os lados” (MELINS, 2007, p.165).

A energia chegava ao bonde através de um arco preso ao teto com um cabo de força suspenso e apoiado em braços pendentes dos postes de ferro. “No tempo em que a energia elétrica era gerada por motor a óleo e dotado de grande volante, eixos e tantas engrenagens, esses sempre quebravam, provocando falta de energia para movimentar os bondes e iluminar a cidade” (MELINS, 2007, p.167).

Além das medidas de infra-estrutura, aterros, instalações sanitárias (água e esgoto), calçamento de ruas com paralelepípedo, implantação de redes de telefonia e de

ferrovia; outro fator demandou a oferta da educação profissional no Estado: a presença dos primeiros automóveis⁸⁹ em Aracaju. Porém,

[...] na época, as condições aracajuanas não eram favoráveis a nenhum automóvel. Área calçada pequena, com pedras irregulares, de baixa resistência e que por destruição de suas arestas, sob o impacto dos aros de ferro das numerosas carroças, tornaram-se abauladas ou arredondadas, resultando um piso de trânsito muito incômodo. Fora daí, era a areia, muitas vezes de aterros mal compactados e onde se enterravam os pneus dos carros [...] (PORTO, 2003, p.175).

Essa realidade começou a mudar a partir de 1920, com as obras para a comemoração do centenário de Aracaju e com os investimentos lançados na área de calçamento das ruas e melhorias estruturais. Assim, aumentou-se o número de automóveis que transitavam na cidade e a demanda por motoristas. Para atender tal realidade, foi criado o curso de “Condução de máquinas e motores” no IPCC.

E) SEÇÃO DE AUTOMÓVEIS: AULAS PRÁTICAS DO CURSO DE CONDUÇÃO DE MÁQUINAS E MOTORES

No início do século XX, os poucos carros existentes em Aracaju eram das marcas Ford, Doublé Phaetons V-8, Stadbakers, Pontiacs, Buicks, De Sotos, Sinkas, Chevrolets e Fords, Gordines, Austins, Morris e Vemags. Segundo Melins (2007), no final dos anos de 1920, começou o serviço de aluguel de automóveis em Aracaju, na Praça Fausto Cardoso, com o nome de “Praça de Carros 131” (número do telefone que servia aquele local).

Os meios de transporte existentes em Aracaju, nesse período, eram navios e outras embarcações, bondes, carruagem, carroças, trens, carros e caminhões. Esses, além de necessitarem de condutores, precisavam de peças de reposição e de pessoas habilitadas para consertá-los, que soubessem resolver serviços complexos, como o manuseio com motores ou até reparar danos pequenos, como o aperto de parafusos.

Então, no ano de 1923, foi criado o curso que viria a ser o responsável por oferecer esse tipo de formação no Estado, o de “Condutores de máquinas e motores”. Ele era composto por aulas teóricas, que duravam uma hora por dia, com os seguintes conteúdos: máquinas e motores a vapor, hidráulicos e de explosão, seu funcionamento e conservação; eletricidade, elementos, ímãs, bobinas de indução, geradores elétricos,

⁸⁹ Segundo Melins (2007), os primeiros automóveis vistos em Aracaju são de março de 1913.

iluminação, ignição, magnetos; Física – generalidades, rudimentos de atração universal, de hidrostática, de barologia e de termodinâmica –; Mecânica – transmissão dos movimentos, velocidades, uniões, veios e diferenciais, potência das máquinas e aparelhos aplicados à condução de máquinas.

Nas aulas práticas, os alunos passavam uma hora por dia na oficina da “Seção de Automóveis”, realizando consertos em peças de motores, montagem e desmontagem de máquinas e motores e reparos urgentes. Além disso, os alunos faziam testes de condução de máquinas do seguinte modo: condução de máquinas fixas – deveria cumprir noventa e seis horas de exercícios individuais –; condução de lanchas e automóveis – uma hora por dia, perfazendo o total de 16 horas.

A matrícula nesse curso só poderia ser feita depois de o aluno ter prestado o exame de admissão, que versava sobre: Português – leitura corrente em prosa e verso e ditado –; Aritmética – numeração, quatro operações fundamentais de números inteiros, frações ordinárias e decimais –; Geometria elementar até circunferência e círculo; Desenho elementar geométrico e a mão livre.

Para a inscrição no exame de admissão, o aluno deveria apresentar documentos que provassem ter mais de 15 anos de idade. Além disso, o candidato a vaga não poderia sofrer de moléstias infecto-contagiosas, nem ter defeitos físicos nas mãos, pés, órgãos auditivos, visuais ou em outros que o inibissem de exercer a profissão de condutor de máquinas e veículos. Após a conclusão do curso, o aluno obtinha um certificado, acompanhado da caderneta de identificação passada pela polícia, permitindo livre condução de veículos dentro do Estado.

No dia 14 de junho de 1924, o Sr. João Smith apresentou-se como candidato à carteira de condutor de automóveis, segundo determinação do Chefe de Polícia. Ele foi arguido sobre a parte mecânica dos automóveis e em seguida procedeu o exame de direção e disposições de tráfego, sendo aprovado em ambos.

Percebe-se que todos os Cursos profissionais Masculinos foram ofertados visando atender e suprir carências de pessoas qualificadas no Estado para operar com os avanços da industrialização e da urbanização. Fato que caracterizou a função social assumida pelo IPCC, colocando-o como um importante centro formador de mão-de-obra e fornecedor de mobília e máquinas para as diversas instituições e personalidades de Sergipe.

2.3 O SERVIÇO DE SAÚDE E OS ACIDENTES DE TRABALHO

Nas dependências do IPCC funcionou um Serviço de Saúde⁹⁰. Ele destinava-se a atestar as condições de segurança no trabalho e higiene, de modo a minimizar possíveis problemas de saúde de funcionários e de alunos na Instituição. A presença de um setor como esse revela a preocupação por parte da Direção com as condições de salubridade do ambiente escolar e do local de trabalho.

O Serviço de Saúde era dirigido por um médico contratado pelo estabelecimento, cujas funções eram atender o estado de saúde dos alunos e funcionários; fazer receitas; examinar o estado de higiene do estabelecimento e os acidentes de trabalho; dar um atestado de saúde aos candidatos à matrícula ou para funcionários, a efeito de licença.

As licenças para tratamento de saúde e interesses não podiam ser concedidas por mais de seis meses. No caso dos Professores, quando solicitavam afastamento para tratamento de saúde perdiam-se: nos primeiros dois meses, a gratificação; nos dois seguintes, além da gratificação, um terço do ordenado; nos outros dois meses, a gratificação e metade do ordenado; e no restante, todos os vencimentos.

Assim, controlava-se o tempo de afastamento do docente de suas atividades na Instituição. Apesar da existência do Serviço de Saúde, muitos foram os registros dos acidentes de trabalho ocorridos nas dependências do IPCC. Decorrentes, principalmente, da falta de utilização de equipamentos de segurança, como luvas e óculos; do descuido no transporte de peças; e dos excessos de peso nas cargas.

Na Seção de Mecânica, os acidentes ocorriam em geral pelo uso do esmerilho, que frequentemente jogava fragmentos que atingiam quem o manuseava; na plaina mecânica, no momento de tornear peças; na máquina de frezar; no transporte de peças, pelo excesso de peso ou queda; na limagem de objetos; nos trabalhos na forja, dentre outros.

Na Seção de Metálica, ao usar a serra mecânica, ao malhar peças ou ao bater barras de ferro, ocorriam cortes. As queimaduras eram recorrentes ao manusear a forja, além dos acidentes gerados pelo transporte de peças. Na Seção de Fundição, os cortes eram recorrentes pelo manuseio de peças de ferro; uso do esmeril; no transporte de peças (excesso de peso ou queda); queimaduras por extrair ferro fundido do forno.

⁹⁰ Foi criada uma “caixa de socorro” para as despesas com medicamentos, na qual todos os funcionários e alunos contribuía somando a quota mensal de 2\$000, descontada na ocasião dos pagamentos em folha.

Na Seção de Niquelagem, ocorriam muitos acidentes ao desbastar e polir peças. Na de Modelação e nas Oficinas da Imprensa Oficial, as pancadas eram frequentes. Na Seção de Marcenaria, as incidências de acidentes ocorriam ao utilizar o esmeril; ferrar peças de madeira; acidentes na bancada de trabalho, com pregos; quedas de pedaços de madeira, que resultavam em cortes, arranhões, contusões etc.

Verifica-se que os acidentes de trabalho eram diversos, com operários, alunos e mestres. Talvez, por isso, a maioria dos funcionários eram assegurados pela empresa “Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes”, com sede no Rio de Janeiro, representada em Aracaju por Manoel Messias de Almeida, no endereço da Rua São Cristóvão, n.12, caixa postal 153. Quase todos os acidentados eram atendidos no Hospital Cirurgia e no Instituto “Parreiras Horta”.

Esses acidentes eram registrados em fichas, nas quais constavam os dados do acidentado, a seção de trabalho, o motivo do acidente, onde e como ocorreu, o que fazia a vítima no momento, se sofreu ferimentos e lesões, dentre outras informações. Os relatos revelam aspectos do cotidiano de cada Seção, bem como a atuação dos operários em suas atividades, utilizando os equipamentos e suas ferramentas de trabalho.

Demonstram também que o IPCC, mesmo enquanto espaço civilizador, não conseguiu conscientizar seus funcionários sobre a importância de se tomar alguns cuidados no momento da realização das atividades nas Oficinas, a fim de evitar acidentes de trabalho e conseqüentes perdas na produção.

A partir da descrição das práticas realizadas nos Cursos Masculinos, verifica-se que, de fato, o IPCC não possuiu a função assistencialista da educação profissional. Nela, não se buscou formar pobres e órfãos, promovendo a “limpeza” de ruas através da instrução.

Ao contrário, houve a preocupação em atender a outras finalidades que foram incorporadas ao ato educativo, no início da República, como a qualificação de trabalhadores para compor as indústrias, a fabricação de peças automobilísticas, o conserto de motores, dentre outras coisas.

O mesmo aconteceu com o Curso Profissional Feminino, analisado no capítulo seguinte. Ele foi um campo de formação de mulheres para as áreas domésticas; de confecções de roupas; fabricação e ornamento de peças decorativas; dentre outras coisas que atenderam as necessidades profissionais daquele tempo, dentro do campo das atividades que se esperava que fossem realizadas por membros do sexo feminino.

CAPÍTULO 3 – PRÁTICAS ESCOLARES E FUNÇÕES SOCIAIS DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS: A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS MULHERES E O ENSINO DA MÚSICA

O IPCC, enquanto espaço civilizador, atuou na profissionalização de homens e mulheres. Ao sexo masculino foi dada uma formação voltada para as áreas da eletricidade; construção civil; da indústria de madeiras, metais, automobilística e artefatos mecânicos. Esperava-se que os profissionais egressos atuassem nas obras de infra-estrutura e saneamento básico ou na fabricação e conserto de móveis e peças industriais.

Já as mulheres tiveram outro tipo de instrução. Voltaram-se as atenções para a formação profissional em áreas consideradas “femininas”, tais como o cuidado com o lar, a fabricação de roupas e enxovais, a realização de remendos em tecidos, a pintura de peças decorativas, a confecção de uniformes e de objetos de enfeite, dentre outros trabalhos manuais.

O imaginário social forjava os sentidos e estabelecia as fronteiras feminino/masculino. Outros locais definidos para os sexos eram mais visivelmente delimitados, nos sanitários, nas filas e em determinadas aulas, ginástica para meninos, trabalhos de agulha para as meninas (SCHIMMELPFENG, 2005, P.141).

Dessa forma, o ensino oferecido às mulheres no IPCC foi diferenciado, apesar de predominar o modelo educacional de uma *oficina-escola*. O Curso Profissional Feminino começou a funcionar nas dependências da Instituição em 1927, sob a responsabilidade do Departamento de Ensino Industrial.

Criado em um momento de mudanças na área urbana e industrial de Aracaju, o Curso Profissional Feminino do IPCC foi reconhecido como um espaço legitimado pela sociedade para o preparo de moças para os serviços da “economia doméstica” e para bordar, costurar, pintar, tocar instrumentos, cantar, dentre outras coisas.

Assim, vê-se que profissionalização das mulheres também foi uma necessidade advinda das circunstâncias sociais, que demandaram a qualificação de pessoas para a realização das atividades domésticas, tanto nas indústrias, quanto nas residências. Atividades que aos homens não cabia executar.

Tem-se a certeza que esse fato esteve imbricado por relações conflitantes e de poder. Uma vez que os espaços públicos foram conquistados pelas mulheres em meio a disputas que exigiram das mesmas renúncias de projetos de vida. Elas alcançaram

visibilidade social à medida que passaram a lutar por sua participação na vida política e em profissões que as colocavam “para fora” do espaço doméstico. Questões que resultaram em polêmicas e debates em prol da sua profissionalização.

Além do magistério, público e particular, as mulheres estavam presentes nas fábricas de tecelagem, no comércio, em atividades ligadas à enfermagem, no campo das artes, e nas atividades relacionadas com o âmbito doméstico (governantas, cozinheiras, arrumadeiras, engomadeiras, lavadeiras, doceiras, entre outras) (FREITAS, 2003, p.137).

A educação idealizada pelos intelectuais para o público feminino relacionava-se ao perfil de mulher que se queria formar, com ênfase no preparo para as tarefas de ler, escrever, contar, coser, bordar e tocar. Por isso, a situação educacional feminina permeava-se pelos valores sociais e culturais que restringiam seus espaços de atuação e formação.

O empenho em alcançar lugar na esfera pública e a conseqüente conquista das mulheres pelo reconhecimento entre grupos de elites culturais constituíam uma prática articulada e bem sucedida desde o final do século XIX, ao ocupar cátedras em escolas públicas, fundar e dirigir colégios particulares, participar de grupos de intelectuais, manifestar-se através das práticas de escrita, dentre outras atividades (ALMEIDA, 2009, p.48).

Na temática sobre a educação profissional feminina⁹¹, este trabalho procurou compreender como a oferta desse ensino no IPCC se apropriou dos discursos presentes na sociedade sergipana e produziu uma oferta de profissões que deveriam ser executadas por mulheres naquele período.

A educação é um processo pelo qual se modelam comportamentos, valores, crenças. Através dela o indivíduo é capaz de apreender os significados do grupo social no qual está inserido e, ao incorporar esse

⁹¹ Ao longo da História da Educação, percebe-se que muitas foram as dificuldades encontradas pelas mulheres que buscaram uma formação escolarizada no Brasil. Pois, no campo educacional existiram disputas permeadas por interesses e relações postas por quem ocupava certas posições. Em meio a abrangência temática da educação da mulher, foi necessário definir os caminhos que este estudo iria percorrer para não fugir aos objetivos propostos de apresentar o Curso Profissional Feminino do IPCC a partir de 1927. Assim, mesmo reconhecendo a importância das lutas pela conquista dos espaços públicos pelas mulheres, das relações de gênero e dos movimentos feministas não se elaborou uma discussão acerca destas questões. “O movimento feminista pode ser entendido como um movimento sócio-político, que teve repercussões nos diversos campos epistemológicos, com influência na esfera pública e privada, alterando representações e simbologias nos papéis sociais diferenciados, reservados a homens e mulheres”(ALMEIDA, 2009, *apud* ALMEIDA, 2007,p.48).

aprendizado à sua singularidade, é formado por essa sociedade, transformando-a também (NASCIMENTO, 2007a, p.26).

Percebe-se, mais uma vez, que o IPCC atuou como um espaço civilizador, através do qual se transmitiam formas de comportamento, valores éticos e profissionais. Além disso, a formação oferecida contribuiu para a divulgação de ideais cívicos, através da comemoração do dia da Bandeira, Independência do Brasil; para a propagação de ações higienistas vigentes no início da República, dentre outros elementos.

Civilização vai além das crenças religiosas. Diz respeito a uma grande variedade de fatos que tratam de padrões de tecnologia, maneiras, conhecimento científico, idéias religiosas, costumes. Refere-se a um processo. Enfatiza as regularidades, o que é comum a todos os homens (NASCIMENTO, 2007(A), p.26).

Para isso, variados recursos didáticos foram utilizados, os quais apareceram nas práticas de ensino. Dentre elas, destacam-se três: as avaliações da aprendizagem, o ensino da música e da literatura.

Essas práticas foram importantes porque auxiliaram a formação profissional oferecida a ambos os sexos. Pois, na medida em que colocavam os alunos em contato direto com os conhecimentos da Língua Portuguesa, da História do Brasil, das regras morais e de boa conduta; possibilitaram-lhes o acesso ao mundo das artes lúdicas, através de apresentações poéticas e musicais da “Sociedade Litteraria Olegário Dantas” e da “Banda Coelho e Campos”.

As apresentações geralmente aconteciam em festividades e comemorações, exposições de prendas e trabalhos, o que diminuía as horas de dedicação ao trabalho nas Oficinas. Eram momentos escolares de descontração em meio às exigências das tarefas teóricas e práticas dos Cursos Profissionais. Além de garantir a visibilidade das produções e a propaganda da escola através das visitas recebidas de autoridades e personalidades da sociedade.

3.1 AS ORIGENS DO CURSO PROFISSIONAL FEMININO DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS

O IPCC foi criado para atender as necessidades industriais de Sergipe. Por isso, foi intencional a reunião de Cursos profissionalizantes nessa Instituição. No discurso de inauguração, Graccho Cardoso previu que seriam ofertadas profissões para ambos os sexos e ressaltou a importância da criação da Escola Profissional Feminina para a emancipação econômica da mulher.

[...] o curso profissional, mera aspiração até hoje, entre nós, passa a ser um fato. Orientados por esse roteiro, cogitamos ainda de outras fundações, inclusive a Escola Profissional Feminina, como elemento de instrução industrial da mulher sergipana, no objetivo de armá-la de meios de defesa na luta pela vida e, ao mesmo tempo, vigiar por sua emancipação econômica (SERGIPE, 1923, p. 1082).

Porém, os Cursos profissionais femininos só começaram a funcionar no IPCC a partir de 1927. Antes disso, essa formação acontecia na Escola Normal Rui Barbosa⁹², de forma complementar à voltada para o magistério. Eles representavam uma forma digna e legitimada de ocupação dos espaços públicos por parte da mulher.

Para as jovens sergipanas dessa época, a possibilidade de realizar o curso normal era uma das únicas oportunidades de continuarem estudando e se prepararem para exercer uma atividade profissional fora do ambiente doméstico, uma vez que o magistério era socialmente aceito e entendido como prolongamento dos papéis femininos exercidos no lar (FREITAS, 2003, p. 37).

O ensino pedagógico da Escola Normal, além de apresentar-se como uma oportunidade socialmente aceita para mulheres que buscavam independência econômica, desempenhou, concomitantemente, um papel decisivo na formação intelectual feminina, possibilitando uma crescente valorização social [...] (VALENÇA, 2005, p. 46).

⁹² Em Sergipe, muitas foram as tentativas de implantação do ensino Normal para a formação de professoras. A primeira ocorreu em 1877, quando o presidente João Ferreira de Araújo Pinho criou uma Escola Normal feminina, anexa ao Asilo Nossa Senhora da Pureza. Assim, “o despertar da mulher para a missão do ensino elementar, tornou possível a consolidação do ensino normal no Estado, com a criação em 1877, do curso normal feminino [...]” (MENDONÇA, 1958, p.171). Apesar disso, a Escola Normal em Sergipe passou por muitas mudanças e foi, diversas vezes, suprimida e restaurada. Essa Instituição, em 1910, funcionou em prédio próprio, próximo a catedral, no centro de Aracaju. E em 1923 passou a denominar-se Escola Normal Rui Barbosa.

O Curso Complementar (primeira nomenclatura do Curso Profissional Feminino) começou a funcionar em 1916, anexo a Escola Normal. Inicialmente teve a duração de um ano letivo, sendo como intermediário para o Curso Normal, até que em 1922, foi ampliado para dois anos.

O primeiro ano tinha o caráter de preparatório para a Escola Normal e o segundo “enfaticava a formação das jovens que não pretendiam se preparar para o magistério e dessa forma, há ênfase no currículo, na perspectiva de formação da boa dona-de-casa”(FREITAS, 2003, p.35). Em meio ao processo de organização e estruturação da Escola Normal, foi baixado o decreto n° 934, de 04 de maio de 1926, que regulamentou seus cursos.

QUADRO 25 – CONTEÚDOS ESTUDADOS NOS CURSOS DA ESCOLA NORMAL RUI BARBOSA

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Português Aritmética Geografia Geral Música Trabalhos de agulha; rendas e bordados; confecções de roupas brancas e grossas; flores, ornamentação de chapéus; trabalhos artísticos, pintura, foto-pintura, foto-miniatura, pirogravura; economia doméstica Desenho Educação Física Trabalhos manuais	Português Aritmética Geografia (Corografia do Brasil e de Sergipe, noções de Cosmografia) História do Brasil e de Sergipe Música Desenho Trabalhos de agulha; rendas e bordados; confecções de roupas brancas e grossas; flores, ornamentação de chapéus; trabalhos artísticos, pintura, foto-pintura, foto-miniatura, pirogravura; economia doméstica Educação Física Trabalhos manuais	Português Aritmética Educação Moral e Cívica Agricultura Música Desenho Trabalhos de agulha; rendas e bordados; confecções de roupas brancas e grossas; pintura, foto-pintura, foto-miniatura, pirogravura; economia doméstica Educação Física Trabalhos manuais	Português Francês Inglês Álgebra e Geometria Física e Química História Natural Pedagogia Trabalhos de agulha; rendas e bordados; confecções de roupas brancas e grossas; pintura, foto-pintura, foto-miniatura, pirogravura; economia doméstica	Português Francês Inglês Álgebra e Geometria História Geral Pedagogia História Natural Elementos de Psicologia Trabalhos de agulha; rendas e bordados; confecções de roupas brancas e grossas; pintura, foto-pintura, foto-miniatura, pirogravura; economia doméstica

Fonte: Decreto n° 934, de 04 de maio de 1926.

A partir do quadro 25, verifica-se que as disciplinas oferecidas revelavam a preocupação com a formação para atividades consideradas meramente femininas, relacionadas ao magistério, à maternidade e ao espaço doméstico.

As aulas de cada cadeira tinham a duração de duas horas. As matérias de conhecimento geral eram Português, Aritmética, Geografia (Geral, Corografia do Brasil e de Sergipe, noções de Cosmografia), História (Geral, do Brasil, de Sergipe, Natural),

Educação Moral e Cívica, Francês, Inglês, Álgebra e Geometria, Física e Química. Nos cursos também estava presente o ensino da Pedagogia, Elementos de Psicologia, música e a prática da Educação Física.

Dentre as matérias voltadas para a formação de ofícios, destaca-se o ensino de: “Rendas, bordados, flores, confecção de chapéus e trabalhos artísticos”; “Confecção, modas, roupas brancas e grossas”; “Pintura, metaloplastia e pirogravura”; “Trabalhos manuais” (compreendendo os rudimentos do trabalho com agulhas); “Economia Doméstica”; Desenho e Agricultura.

O Curso de Trabalhos Manuais foi criado através do decreto nº 819, de 06 de junho de 1923, visando capacitar professoras para as atividades que envolvem os ofícios dessa formação. Os “trabalhos de agulhas, rendas e bordados” compreendiam crochês, tricôs, crivos, filés; rendas bordadas e finas; bordados a branco, a cor, a tule; bordados ingleses, a prata, a ouro, a miçangas, a cabelos.

As “Confecções de roupas” deveriam se ocupar na produção de peças do vestuário de homens, senhoras, enxovais, aplicações em geral; roupas brancas para meninos, senhoras, homens, operários e soldados - uma vez que a lei nº 958, de 16 de outubro de 1926 incumbiu às alunas do Curso Profissional da confecção do fardamento da Força Militar do Estado, dos alunos dos grupos escolares e do Patronato “Francisco Sá”, além do vestuário dos detentos da Penitenciária.

A matéria de “Flores e Ornamentação de chapéus e trabalhos artísticos” era composta por trabalhos com flores de seda, de pano, de veludo, de palha, de côco, miçangas, conchas, penas e escamas. Voltava-se para a fabricação de enfeites e objetos de decoração, de acordo com as exigências da moda.

Essas matérias compuseram o Curso Profissional Feminino da Escola Normal. Ele deveria funcionar fora do espaço destinado aos Cursos diurnos da Instituição e possuir uma Seção Industrial para a realização dos trabalhos práticos. Para organizá-lo, foi criado o cargo de Inspetor Geral, no dia 13 de outubro de 1926.

Ele deveria elaborar o regimento interno do curso, de acordo com o programa de cada aula, sob a aprovação da Direção da Escola. Fora do horário escolar tinha que organizar a Seção Industrial aproveitando as alunas que se destacassem para atribuir-lhes um percentual sobre o valor das obras que executassem. O Inspetor deveria ser nomeado pelo Governador, com os mesmos direitos e vantagens dos Professores da Instituição.

A Seção Industrial não chegou a ser criada. Mas previu-se que ela deveria ser mantida com a renda dos trabalhos executados, podendo o Inspetor dar percentuais às professoras, contanto que não ultrapassasse o valor de 3% do total, mediante autorização prévia do Diretor da Instituição.

Com essas ações, verifica-se que o Curso Complementar da Escola Normal teve interesses na formação profissional das mulheres para atividades que se diferenciavam do magistério. Porém, esse curso foi suspenso pelo decreto nº 997, de 04 de dezembro de 1926. O que significa que não teve tempo suficiente para começar a funcionar, uma vez que foi regulamentado em maio de 1926.

Não se sabe os motivos do fechamento do Curso Complementar. Tem-se que o Presidente Maurício Graccho Cardoso, desanexou-o da Escola Normal, transferindo-o para as dependências do IPCC, por determinação do decreto nº 1.014, de 01 de fevereiro de 1927.

Talvez essa transferência⁹³ possa ser justificada pelo fato de que o IPCC era o responsável pela oferta da educação profissional pública no Estado, naquele período, tanto de homens, quanto de mulheres, como estava previsto no ato de sua criação e confirmado pelo discurso pronunciado por Graccho Cardoso.

Assim, somente quatro anos após a inauguração do IPCC foi que efetivamente o Curso Profissional Feminino começou a funcionar, em 1927. Tem-se a certeza de que a conquista de uma profissão por parte mulher foi construída a partir de acordos, ambigüidades, tensões, conflitos, abnegação, contradições a partir de suas redes de interdependência.

⁹³ Foi iniciada uma pesquisa nos diversos jornais que circulavam em Aracaju para investigar as repercussões dessa mudança. Já foram consultados alguns números do Jornal “Correio de Aracaju” e “Sergipe Jornal”, porém nada foi encontrado sobre a transferência. O silêncio ou o esquecimento de fatos são mecanismos da memória que precisam ser questionados. Uma vez que, segundo Le Goff (2003), “[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é um das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva” (p. 422). Nos jornais pesquisados, verificou-se a presença de anúncios de lojas vendendo artigos de corte e costura; propagandas de atelier de modas; matérias sobre a beleza da mulher; anúncios de profissionais autônomas, informando que confeccionavam fantasias e roupas etc. Mas nada foi localizado sobre a profissionalização feminina oferecida pelo IPCC, nem sobre a transferência do Curso Complementar da Escola Normal.

3.2 O DEPARTAMENTO INDUSTRIAL DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS: OS CURSOS PROFISSIONAIS FEMININOS

O Departamento Industrial do IPCC ficou responsável pelos Cursos Profissionais femininos. Esses, assim como ocorreu com os Masculinos, voltaram-se para atender as encomendas da sociedade aracajuana. Os produtos fabricados pelas mulheres eram roupas, objetos de decoração, quadros, enxovais, jarros, brinquedos, dentre outros.

Ao ingressar no IPCC, as alunas eram matriculadas no Curso de Adaptação (primário), seguindo as mesmas exigências postas para os homens. Nele, eram alfabetizadas, através das aulas de Português, Matemática, História, Geografia. Após concluírem, seguiam para os Cursos profissionalizantes, definindo qual formação seguir.

Nesses Cursos, os primeiros programas de ensino foram idênticos aos que deveriam ter sido utilizados na Escola Normal Rui Barbosa. Por isso, para analisá-los foram utilizadas as diretrizes fixadas em 1926 para os Cursos daquela Escola. Além disso, verificou-se também que as professoras do Curso Complementar da Escola Normal foram transferidas para o IPCC por decreto baixado no dia 31 de janeiro de 1927, desfrutando dos mesmos direitos e vantagens dos catedráticos daquela Instituição.

Isso significa dizer que o Curso Profissional Feminino chegou ao IPCC com uma organização de conteúdos montada e um corpo docente definido. Existiram duas categorias de Professora: a “catedrática”, que era a responsável vitaliciamente pelo Curso, seguida de uma auxiliar para a elaboração das atividades, chamada de “adjunta”. Elas tinham que entregar relatórios mensais à Direção do Instituto contendo informações sobre suas atividades e o andamento do Curso.

O processo de feminização do magistério significou para a mulher a possibilidade de exercício de uma função remunerada, pública, dotada de maior legitimidade social [...]. Ser professora significava ter acesso a um novo espaço social, bem como a aquisição de maior respeitabilidade (GOUVÊA, 2003, p.9).

Dessa forma, as primeiras Professoras do IPCC não fizeram concurso para ingressar, sendo nomeadas para assumir os cargos. Nas suas fichas profissionais contêm informações pessoais como: nome completo, estado civil, cor dos olhos e da pele,

nacionalidade, endereço, altura, filiação, se era portador de defeito físico e a naturalidade.

Além disso, a ficha possui um campo para a colocação de uma foto⁹⁴ do tamanho 3x4, espaços específicos para descrever a experiência profissional e os cargos ocupados no serviço público pela funcionária, dentre outras observações relevantes que possibilitaram a elaboração do quadro 26 (Anexo 5).

No Instituto, era comum a troca ou a substituição de Professoras, por licença para tratamento de saúde, afastamento ou remanejamento no serviço público. Por isso, a rotatividade era grande e, nos registros documentais da Instituição, verifica-se a presença o nome de uma mesma docente em vários Cursos. As primeiras Professoras do IPCC que atuaram nos Cursos profissionalizantes podem ser visualizadas quadro 27.

QUADRO 27 – PROFESSORAS E CURSOS PROFISSIONAIS FEMININOS DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS EM 1927

CURSO⁹⁵	PROFESSORA*
Trabalhos manuais	Mariana Dinis Barreto – catedrática Ziná Montes – adjunta
Pintura, metaloplastia e pirogravura	Julieta de Castro Almeida Jesuína Eulália Coelho
Flores e ornamentação	Cordelia Lacerda Ferreira
Rendas, bordados etc.	Maria Isolina de Souza Freire – catedrática Elvira Diniz – adjunta
Modas, confecções de roupas brancas e grossas	Anaide Cardoso – catedrática Daria Alves Gomes – adjunta
Economia Doméstica	Anna Araújo de Souza e Silva – catedrática Marianna Cardoso de Campos – adjunta

Fonte: Livro de Ponto do Curso Profissional Rui Barbosa, localizado no Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.68. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe. *Obs.: ao longo do funcionamento houve mudanças na distribuição das professoras.

A partir do quadro 27 também se pode visualizar os primeiros cursos profissionalizantes oferecidos no IPCC. Eles eram diversificados e caracterizavam o tipo de mulher que a sociedade queria ter: apta para a execução das prendas domésticas, realização das tarefas de decoração de roupas e objetos, fabricação roupas e enxovais etc.

⁹⁴ Optou-se por não colocar as fotos no estudo porque estavam estragadas, não sendo possível visualizar o rosto das Professoras.

⁹⁵ De acordo com a necessidade da época e com a demanda de alunos, muitos Cursos sofreram modificações de nomenclatura e outros foram extintos ou acrescentados, ao longo do funcionamento da Instituição.

O Instituto atendia aos meninos nas oficinas de Mecânica, Marcenaria, Niquelagem e Construções Metálicas, enquanto ensinava corte, costura, rendas, bordados e chapéus às meninas. Assim, também as moças sergipanas começaram a ser atendidas pelo ensino industrial (FONSECA, 1986, p.160).

Os Cursos oferecidos formavam para a realização de trabalhos manuais ligados ao desenho e costura; a confecção de pinturas, flores e outros objetos de ornamentação; fabricação de roupas a partir da moda da época; propiciavam a aprendizagem de diversas rendas e bordados; e davam conhecimentos sobre a economia doméstica.

Se por um lado, o currículo escolar revelado pelas imagens nos demonstra as atividades didático-pedagógicas voltadas para o lar, para a atividade doméstica a formação para o casamento, para a ratificação de uma imagem da mulher como “rainha do lar”, por outro contribuía para a formação de mão-de-obra feminina para o emprego no comércio, na indústria e mesmo como empregada doméstica “especializada” (BONATO, 2005, p.21).

Tudo que as alunas aprendiam a confeccionar nos Cursos estava de acordo com os padrões culturais da época. “O vestuário, por exemplo, é a cada momento um equilíbrio processivo, ao mesmo tempo produzido e desfeito por determinismos de natureza, função e amplitudes variadas, uns internos, outros externos ao próprio sistema” (BARTHES, 2005, p.281).

As aulas aconteciam nas Oficinas e em salas. Esses espaços foram organizados de forma a atender às necessidades de cada profissão e disciplina. Vigoraram concepções republicanas de educação, fundamentadas em ideais escolanovistas, caracterizadas pela presença de gabinetes dentários, museus, painéis com fotografias, quadros na parede, dentre outros elementos nas salas de aula.

Assim, em 1930, os objetos pertencentes à Seção Feminina eram: relógio de parede; armário com porta de vidro e um de madeira; uma instalação elétrica com campainha; cinco carteiras escolares grandes; três mesas com gavetas; onze bancos para alunos; nove bancos para alunos menores; sete cadeiras simples; um quadro negro; dois bancos com pés de ferro; uma mesa com grade e duas gavetas; um lavatório com bacia e jarro de zinco; um balde de zinco; uma jarra com pé de ferro e torneira; uma cadeira austríaca; um tinteiro de vidro; um sofá empalhado com duas cadeiras de braço e duas simples, dentre outros.

Esses objetos coadunavam com a concepção de educação que foi disseminada no início da República, atrelada às concepções higienistas, que dedicavam atenção à

presença de vestiário, lavatório, banheiro nas escolas. O tempo das aulas era controlado por um relógio que ficava na parede da sala, de forma que as pessoas pudessem ser conduzidas a permanecer um determinado espaço de tempo em uma sala de aula ou oficina de trabalho.

Os programas⁹⁶ de ensino dos Cursos Femininos permitiram o acesso ao conjunto de saberes que eram transmitidos e elaborados naquele período, auxiliando no processo civilizador operado pela Escola. As matérias estudadas revelam que houve uma preocupação com a profissionalização da mulher, situação essa, que foi construída a partir das necessidades sociais.

Além de permitirem o acesso aos conteúdos dos Cursos, os programas de ensino também davam orientações às Professoras, quanto à maneira de organizar e ministrar cada lição, instruindo a começar pelos aspectos mais simples da matéria e, gradativamente, chegar aos complexos.

Nos Cursos teóricos, obedeceu-se o método intuitivo, baseado na experimentação dos sentidos. E nos práticos, utilizou-se a aprendizagem metódica, na qual o aluno primeiro observa os processos, depois executa-os partindo do menor para o maior grau de dificuldade, com o auxílio do Professor.

Todos os Cursos Profissionais Femininos oferecidos caracterizaram a função social assumida pelo IPCC, enquanto espaço civilizador responsável pela inculcação de *habitus*. Através das apropriações, as mulheres adquiriram não só uma profissão, mas, também, construíram representações de mundo baseadas na incorporação de valores morais e ideais cívicos.

A) Curso de “Trabalhos Manuais”

No Curso de “Trabalhos Manuais” eram ensinadas utilidades da vida prática e cortes de roupa, que envolviam o estudo de trançados, desenho, cartonagem, modelagem, recortes e prendas. Inicialmente, as aulas foram ministradas pelas professoras Mariana Dinis Barreto, catedrática, e por Ziná Montes, adjunta. O decreto

⁹⁶ Sobre os programas de ensino não foi feito um estudo detalhado abrangendo as peculiaridades de cada profissão para evitar o risco de desviar o foco da análise. Uma vez que cada matéria tinha uma maneira de ser aprendida, códigos de postura, como posicionamento de mãos, materiais de trabalho, escolha correta das linhas, proporções e medidas de desenho geométrico, dentre outras coisas que dão margem a especificidades para o aprofundamento de outros estudos.

nº 876, de 17 de maio de 1924⁹⁷ regulamentou o programa desse Curso no formato apresentado no quadro 28.

QUADRO 28 – PROGRAMA DO CURSO DE “TRABALHOS MANUAIS”

SEMESTRE / ANO	1º semestre	2º semestre
1º ano	Trabalhos em papel e papelão: a) Noções de desenho geométrico; b) Corte de papel em tiras retas, curvas e mistas; c) Trama de papel formando mosaicos de forma especialmente geométrica; d) Corte de papelão e execução de capas de livros e pastas enfeitadas com silhuetas recortadas em papel colorido. Trabalhos em fibras e fios: e) Preparo das diversas fibras encontradas no Estado; f) Estudo e observação das linhas quanto a sua posição; g) Execução de modelos representando as linhas horizontal, vertical, inclinada, perpendicular, oblíqua etc.; h) Confeção de cordas, nós, trançados, laçadas e emendas; i) Trabalhos de malha (redes, balaies, cestos, esteiras e empalhamento).	Trabalhos em arame: a) Desempenar o arame e confecção de ângulos; b) Estudos dos ângulos e linhas curvas até a circunferência; c) Execução de diversos modelos em arame até a argola; d) Trabalhos em arame onde sejam aplicadas as linhas retas, curvas, mistas e argolas.
2º ano	Trabalhos de cartonagem: a) Estudos dos sólidos geométricos; b) Confeção de um cubo em papelão ou papel duro; c) Confeção de objetos com a forma derivada do cubo; d) Observação da esfera e execução de sólidos aproximados da esfera; e) Cilindro e confecção de objetos iguais ou aproximados do cilindro; f) Estudo dos prismas e confecção de objetos de forma prismática.	Trabalhos em modelagem: a) Modelagem simples em barro e cera; b) Cópia de objetos simples que representem sólidos geométricos; c) Modelagem de folhas, flores, frutos e outros objetos, com o emprego da imaginação; d) Reprodução de objetos simples em metais moles.
3º ano	Trabalhos em folha: a) Tração e corte da folha; b) Sistema de dobrar a folha e diversos modos de emendas; c) Confeção de objetos de uso comum, tais como: canecas, latas e outros; d) Aplicação da solda em cobra, zinco ou alumínio; e) Trabalhos com metais compostos.	Trabalhos em madeira: a) Exercícios com a serra de recorte; b) Confeção de caixas com a forma geométrica; c) Aplicações de plaina, formão, coiva e puas.

Fonte: Decreto nº 876, de 17 de maio de 1924. Localizado no Arquivo Público Estadual de Sergipe. Catálogo E7. Caixa 343. Aracaju, Sergipe.

A partir do programa do Curso verifica-se que ele era composto por atividades em diversos materiais como: papel, papelão, arame, barro, cera, fibras e fios, metais moles, folhas, madeira, metais compostos etc. Cada material desse tinha sua peculiaridade de utilização e manejo.

No Curso de Trabalhos Manuais, as alunas utilizavam matérias têxteis e aprendiam a preparar as fibras⁹⁸ encontradas em Sergipe, provenientes do côco, do

⁹⁷ Como foi dito anteriormente, o primeiro programa de cada Curso foi idêntico ao estabelecido para funcionar na Escola Normal Rui Barbosa. Por isso a data do programa de ensino é retroativa ao ano de instalação do Curso de “Trabalhos Manuais” no IPCC.

algodão, de pêlos de animais, piaçaba etc; para a confecção de objetos. As “matérias têxteis” são “[...] todos os filamentos animais, vegetais, minerais e artificiais ou sintéticos que podem ser utilizados na fabricação de tecidos, fios para trabalhos (costura, bordados, rendas etc.) cordas, papel etc. [...]” (FREITAS, 1954, p.76).

Para trabalhar com cada uma das matérias têxteis empregavam-se técnicas diferentes de extração e preparação⁹⁹. Elas podiam ser reduzidas a fios, desde que reunissem as capacidades de resistência, comprimento, plasticidade, flexibilidade etc. As alunas do Instituto utilizavam esses materiais para a confecção de redes, malhas, balaios, cestos, esteiras; também realizavam trabalhos de empalhamento de cadeiras e de outros objetos que faziam parte da cultura material do Estado.

O barro foi outro material usado no Curso do IPCC. Ele era modificado através da modelagem. Essa técnica consiste no ato de fabricar artigos à base do barro endurecido pelo calor. Utilizada em Sergipe para a confecção e reprodução de objetos a partir desse material, como vasos, porcelana, esculturas, caricaturas, tijolos, pias, bancos etc.

As alunas do IPCC, além de aprender a copiar e criar objetos utilizando o barro e a cera, também faziam trabalhos de pintura e decoração nos mesmos. Nas atividades com madeira eram utilizadas a serra e a plaina, para a confecção de caixas e objetos de decoração. Os trabalhos com arame, folhas e a cartonagem serviam para aprender a reproduzir e criar objetos a partir de metais, utilizando o desenho geométrico.

Para a utilização de cada material citado, era necessário aplicar determinadas técnicas que possibilitavam sua transformação em objetos. Dentre as peças confeccionadas, destacam-se as de enfeites e decoração, capas de livros e pastas, redes, esteiras, canecas, latas etc. Todos esses produtos eram colocados à venda para as diversas camadas da sociedade.

Em 1928, a professora Zaira Dantas de Azevedo foi nomeada para ser adjunta dessa Cadeira, tornando-se catedrática em 1930. Verificou-se que nesse ano, o nome do

⁹⁸ As fibras são matérias têxteis que podem ter a procedência animal (lã e outros pêlos, cabelos e crinas, seda etc.); vegetal (algodão, linho, cânhamo, juta, Ramí ou capim da China, fibras extraídas do côco etc.); mineral (amianto, lã de vidro ou fios de vidro, fios metálicos); artificial ou sintética obtida por transformação química (nylon, vidro, fibras a base de celulose - como o algodão artificial -, lãs artificiais obtidas de proteína animal).

⁹⁹ Segundo Freitas (1954), as fibras de algodão, por exemplo, podiam ser preparadas a partir de três etapas: inicialmente pela manipulação e tratamento mecânico de limpeza, separação, encordamento e penteado; depois, ocorria a preparação da fibra visando dar-lhe homogeneidade para que pudesse ser fiada; e, por último, a transformação da matéria em fio. Somente após essa etapa, o algodão poderia virar tecido, convertendo-se em cassas, chitas, fustões, filó, linhas, rendas etc.

Curso foi modificado para “Desenho e Trabalhos Manuais”, pela importância dos estudos das técnicas de Desenho para o desenvolvimento das atividades manuais.

As aulas começavam em março, pausavam em junho para as férias, e depois seguiam normalmente até 30 de novembro. Nesse último mês, acontecia o encerramento das atividades letivas, com a exposição dos trabalhos confeccionados pelas alunas ao longo do ano.

B) Curso de “Pintura, metaloplastia e pirogravura”

Esse Curso teve duração efêmera, pois, fechou em 1928 por causa do abandono do cargo por parte da serventúria. Ele deveria ter sido ministrado pelas Professoras Julieta de Castro Almeida e Jesuína Eulália Coelho. Destinava-se a preparar as jovens para trabalhos de decoração de objetos, usando pintura, metaloplastia e pirogravura.

A metaloplastia era a arte de trabalhar os metais, como o alumínio, latão, cobre, bronze, dentre outros, para dar formas decorativas. As peças fabricadas e pintadas serviam como ornamentação de capelas, quartos, salas, gabinetes etc. Através de objetos podiam criar diferentes abajures, *cache-pots*, bandejas, vasos, jarros, venezianas, vidros, guarda-louças, porta-retratos etc.

QUADRO 29 – PROGRAMA DO CURSO DE “PINTURAS, METALOPLASTIA E PIROGRAVURA”

PERÍODO / ANO	1º período (de março a 31 de maio)	2º período (de junho a 31 de agosto)	3º período (de setembro a 30 de novembro)
1º ano	Pintura a óleo de flores e frutos em tela e madeira.	Pintura a óleo de objetos e animais: em vidro, liso, opaco.	Pintura a óleo de paisagens em seda, veludo etc; e de aplicações em utensílios domésticos.
2º ano	<i>Vitraux</i> – pintura a verniz no vidro: flores e frutos.	<i>Vitraux</i> – pintura a verniz no vidro: animais e paisagens.	<i>Vitraux</i> – pintura a verniz no vidro: figuras religiosas e crianças. Aplicações em abajur, <i>cache-pots</i> , bandejas, venezianas, vidros, para guarda-louças, porta-retratos etc.
3º ano	Pintura a aquarela de flores e frutos em papel e em tela.	Pintura a aquarela de objetos e animais em linho e algodão.	Pintura a aquarela de paisagens, figuras, crianças e motivos religiosos, em seda. Aplicações em quadros, vestidos e ornamentos domésticos.
4º ano	Fotominiatura de quadros sacros.	Fotominiatura de quadros de figuras.	Fotominiatura: quadros de paisagens. Aplicações: ornamentação de capelas, de quartos, de salas, gabinetes etc.
5º ano	Pirogravura – metaloplastia. Pirogravura em madeira.	Pirogravura – metaloplastia. Pirogravura em veludo.	Metaloplastia.e pirogravura em pelica e pano vitória. Aplicações em cofres de madeira, em almofadas, em porta-retratos, em gorros, chapéus, pastas, carteiras.

Fonte: Decreto nº 937, de 26 de maio de 1926.

As técnicas de pintura que deveriam ter sido ensinadas no IPCC eram: a óleo, a verniz e a aquarela. Realizadas sobre diferentes superfícies, como tela e madeira, vidro, papel, objetos lisos e opacos, linho, algodão, seda, veludo etc. Para a ornamentação das peças, as alunas aprendiam a desenhar e a pintar flores, frutos, objetos, animais, elementos sacros e religiosos, paisagens, figuras, crianças, dentre outros motivos expostos no quadro 29.

No Instituto a técnica de “pirogravar”¹⁰⁰ era feita em cofres de madeira, almofadas, porta-retratos, gorros, chapéus, pastas, carteiras em veludo, no pano vitória etc. Ela era utilizada para decorar a madeira, gravando um desenho ou outro motivo de decoração, com o auxílio de um estilete ou de ponteiro de metal levado ao rubro vermelho pelo fogo (FREITAS, 1954, p.697).

Essa técnica também podia ser aplicada em outros materiais, como ossos, couro, tecidos, veludo, pelica, feltro etc. Para isso as ferramentas que deveriam ser utilizadas eram: pontas de platina ou aço, com diferentes formas, guarnecidas com cabo de cortiça (para proteger as mãos do calor); um carburador ou lâmpada de álcool ou gasolina para aquecer as pontas de platina.

C) Curso de “Rendas e Bordados, Flores, Confecção de Chapéus e Trabalhos Artísticos”

Inicialmente o Curso de Rendas, Bordados e Flores foi ministrado pelas Professoras Maria Isolina de Souza Freire, catedrática, e por Elvira Diniz, adjunta. Ele instruía acerca do uso e confecção das flores de pano, de seda e dos diversos arranjos que se podiam formar a partir delas, conforme programa de ensino.

¹⁰⁰ Segundo Freitas (1954), os processos da pirogravura são: sombreado, que consiste em contornar os motivos decorativos por um traço pirogravado e sombrear, em seguida, o interior com um pincel com uma pequena abertura para que o gás em combustão passe e produza o efeito que se quer; depois, deve-se queimar os fundos com uma decoração repetida, chamada de “jogo de fundo”; por último, é necessário fazer a piroescultura, que é o ato de queimar fortemente o fundo a ponto de rebaixá-lo em relevo.

QUADRO 30 – PROGRAMA DO CURSO DE “RENDAS E BORDADOS, FLORES, CONFEÇÃO DE CHAPÉUS E TRABALHOS ARTÍSTICOS”

PERÍODO / ANO	1º período (de março a 31 de maio)	2º período (de junho a 31 de agosto)	3º período (de setembro a 30 de novembro)
1º ano	Rendas – <i>Crochê</i> – nós ou malhas, sapatinhos, casacos, toucas, vestidos, entremeios, toalhinhas, aplicações diversas em linha ou lã. Rendas – <i>Macramê</i> – nós ou malhas, franjas, bolsas, toalhinhas, entremeios, guarnições para vestidos.	Bordados: sobre o branco, pontos russos, ponto de cadeia, ponto de cruz em talagarça, pontos diversos que se apresentem a ornamentos de vestidos.	Flores: de papel, agrupadas em ramalhetes, em cestas ou em outro motivo de ornamentação.
2º ano	Rendas – <i>Frivolité</i> – nós ou malhas, pontos diversos em sapatinhos, casacos, toucas, entremeios, toalhinhas, guarnições para vestidos e outras aplicações. Rendas – <i>Filé</i> – nós ou malhas, pontos variados. Filé bordado em panos, vestidinhos, toalhinhas, entremeios etc.	Bordados: sobre a seda e veludo; ou “ <i>au passé</i> ”, ponto do Oriente, ponto de Mosaico, ponto árabe e outros que se adaptem à confecção de almofadas, quadros e demais obras de uso doméstico.	Flores: de pano, veludo, seda, de penas etc. Aplicações diversas em ramos, grinaldas, ramalhetes para chapéus, vestidos etc.
3º ano	Rendas – <i>Tricô</i> – nós ou malhas, pontos diversos. Aplicações em meias, gorros, chapéus, casacos, vestidinhos etc. E Renda de Tenerife – nós ou malhas, com aplicações nos motivos diversos.	Bordados: à fita e aplicação de seda e veludo em filó, à máquina “Vitória”.	Flores: de maravilhas, de lã, aplicações a critério da professora.
4º ano	Rendas: de Veneza, Irlanda, Renascença; motivos diversos, entremeios, aplicações em vestidos, panos etc.	Bordados: em alto relevo, a miçangas, a flóco etc. Motivos: almofadas, guarnições de vestidos e ornamentos domésticos.	Flores: de conchas, escamas, “pedra-hume”, em aplicações a contento da aluna.
5º ano	Renda: à brasileira, confeccionadas sobre papelões, picotados em almofadas com bilros; confecções de entremeios, aplicações, guarnições em fios de algodão, seda etc.	Bordados a ouro e a prata, com aplicações fio de ouro e de prata, lantejoulas sobre veludo ou seda; confecções de bordas e franjas. Bordados: a máquina em relevo, em aplicações diversas, bainhas, crivos.	Flores de cera, pelicas, aplicadas em grinaldas, capelas, ornamentos de igrejas etc. E todo trabalho artístico de uso doméstico e de utilidade da vida social: confecção e ornamentação de chapéus, gorros e bonés.

Fonte: Decreto nº 937, de 26 de maio de 1926.

Antes de iniciar as atividades práticas de bordados e rendas era necessário ter um desenho-guia para direcionar o trabalho a ser realizado. Em seguida, as alunas faziam a reprodução do desenho através dos seguintes processos: “delineação ou traçado a lápis; decalcagem com o auxílio do papel carbono; esterzizir ou papel perfurado; decalcagem a ferro quente; pontuação ou picagem mecânica; reprodução por via de alinhavos” (FREITAS, 1954, p.429).

A matéria prima utilizada tanto para as aulas de rendas, como para as de bordados, era linho, lã, algodão, prata, ouro, pérolas etc. Os instrumentos usados eram: agulhas (curtas, médias e longas); bastidores (tambor ou suíço, quadrados, retangulares, de tapeçaria); furadores (de osso, marfim, aço), que serviam para dar os acabamentos

aos trabalhos; bilros, para enrolar e desenrolar os fios; almofadas; enche dedeiras de bobinas, para facilitar o processo de enrolamento das linhas nos bilros; alfinetes; agulhas de filé (para execução de redes); agulhas de crochê; navetes (lançadeiras) para *frivolité*; dentre outros.

Os materiais utilizados variavam de acordo com o trabalho a ser realizado e a técnica empregada (tricô, crochê etc.). Assim, dentre os mais usados para as profissões de bordadeira, rendeira e chapeleira destacam-se: alicates chatos e cortantes para latão, agulhas diversas e de chapeleiras (longas); alfinetes finos, compridos e flexíveis; tesoura; máquina de costura; fita métrica para tirar as medidas; fôrmas ou modeladores de madeira ou alumínio; dentre outros materiais.

O livro adotado para a aprendizagem dos ofícios foi a “*Encyclopédie des Ouvrages de Dames*” (Enciclopédia de Livros para Senhoras) escrita por Thérèse de Dillmont. Nela, constam orientações em francês sobre costuras, cortes, fabricação de prendas, bordados, trabalhos com rendas, materiais usados, dentre outras informações necessárias aos ofícios femininos. O uso desse material didático revela que houve influência de concepções da educação francesa para a formação de mulheres no IPCC.

C.1) As Rendas

O primeiro período do Curso era destinado a aprendizagem de trabalhos com rendas, usando malhas, que abrangiam aulas de crochê, macramê, filé, *frivolité*, tricô, Tenerife (*nhanduti*¹⁰¹) e “à brasileira”¹⁰²”. Para a execução de cada uma dessas rendas existiam técnicas diferentes que variavam de acordo com as finalidades pedagógicas das Professoras.

As rendas são tecidos de uma categoria particular. [...] São constituídas de pontos iguais ou diferentes formados pelo cruzamento de fios, de sorte a produzir um desenho ou motivo. Enquanto que o bordado é um trabalho de ornamento em um tecido já existente, a renda é um trabalho

¹⁰¹ *Nhanduti* é uma palavra de origem guarani que significa “teia de aranha”. Muito utilizada na ilha de Tenerife, maior das ilhas do arquipélago das Canárias e pertencente a Espanha. Segundo Freitas (1954), a execução dessa renda começava colocando um fio sobre o tear deixando uma ponta suficiente para amarrar no final da armação, a teia no centro. Em seguida o fio que formou a teia ia sendo preso na ranhura do tear ou bastidor, com o auxílio de um segundo fio. Formado o entrecruzamento dos fios, a teia ficava pronta.

¹⁰² Chama-se de “renda à Brasileira” a que era realizada no Norte e Nordeste do Brasil, originadas das rendas portuguesas. Para sua execução usa-se uma almofada com invólucro de pano de estopa recheado de palha ou de folhas secas de bananeira, palmeiras etc. Nela, colocam ou ajustam o desenho que será executado, que deve ser picado para facilitar a execução, quer dizer, marcado por alfinetes ou espinhos de cardeiro ou mandacaru, que vão prendendo os pontos ou cruzamento dos fios formando os motivos diversos (FREITAS, 1954, p.532).

em fio, executando-se inteiramente o fundo e ornamento ao mesmo tempo (FREITAS, 1954, p.499).

No primeiro ano do curso de Rendas, era ensinado o crochê, que é um tipo de renda de malhas usada para a fabricação de sapatinhos, casacos, toucas, vestidos, entremeios, toalhas, aplicações diversas em linha ou lã. Além dele, as alunas aprendiam a fazer as rendas *Macramê*, à base de nós. Elas serviam para fazer franjas¹⁰³, bolsas, toalhinhas, entremeios, guarnições para vestidos.

No segundo ano do Curso aprendiam a renda *Frivolité*, à base de nós, para criar pontos diversos em toalhas, sapatinhos, toucas, entremeios, casacos, guarnições para vestidos e outras aplicações. Nesse período as alunas também estudavam os pontos do Filé, que é uma espécie de renda de malhas à base de nós. Assim, executavam pontos variados para a fabricação de panos, vestidinhos, toalhinhas, entremeios etc.

No terceiro ano aprendiam o Tricô, que é um tipo de renda de malhas usada para fazer aplicações em meias, gorros, chapéus, casacos, vestidinhos etc, a partir de linhas ou lã e duas agulhas. “As malhas que formam o tricô são contíguas, umas às outras, sem solução de continuidade, de forma que o trabalho resultante é elástico, especialmente recomendado para peças de vestuário que precisam aderir bem ao corpo para conservá-lo quente” (DILLMONT, 1987c, p.60).

Além do Tricô, as alunas também executavam a renda de Tenerife, considerada exótica para a realização de aplicações e entremeios com os diversos motivos. No quarto ano estudavam as rendas de Veneza¹⁰⁴ ou “ponto *tagliati*” (executada com agulhas), as da Irlanda¹⁰⁵ e as da Renascença¹⁰⁶ (a base de laces e alinhavos). Elas eram usadas para serem aplicadas nos diversos motivos, como entremeios, vestidos, panos, lençóis etc.

¹⁰³ Segundo Dillmont (1987d), a franja é considerada a guarnição ou arremate mais natural de uma peça em tecido. Elas podem ser confeccionadas com procedimentos simples ou serem desfiadas, acrescentando fios de cor ou pingentes. Também podem ser amarradas (*macramê*), ter base em crochê e ainda serem feitas de bilros (p.61).

¹⁰⁴ A renda de Veneza teve origem nessa cidade. Pode ser usada para realizar motivos geométricos, artísticos (flores, figuras), pastorais e mitológicos. Segundo Freitas (1954), as principais fases de operação dessa renda são: modelo ou desenho, picar ou picagem, armar ou urdir, barretes ou bridas, motivos ou ornamentos, remates e aprontamento final (p.516).

¹⁰⁵ Na renda Irlandesa devem ser aplicados pontos de fantasia e pontos transparentes ou abertos, copiados da renda de Veneza. Quanto às barretes, são executadas de preferência com ponto torcido, cuja particularidade fica acentuada com a execução de pequenas argolas em caseado ou cordão, que são ajustadas ao remate dos motivos (FREITAS, 1954, p.522).

¹⁰⁶ Segundo Freitas (1954), essa renda apareceu no século XVIII. Sua particularidade consiste na execução de motivos e barretes. Essas últimas são feitas em ponto caseado simples ou duplo, com picos de ponto torcido ou cordão, que pela combinação e disposição formam o fundo cortado ou transparente (p.522).



Figura XV – modelo de Renda Renascença – estilo antigo. Fonte: FREITAS, Maria Vitorina de. **Tecnologia: artes e ofícios femininos**. 2ª ed. São Paulo: 1954. p.522.

No quinto ano, aprendiam a fazer a renda à Brasileira, confeccionada sobre papelões, picotados em almofadas com bilros¹⁰⁷; confecções de entremeios, aplicações, guarnições em fios de algodão, seda etc. Todos esses elementos contribuíam para enfeitar salas, quartos e outros ambientes, através da riqueza dos detalhes apresentados.

C.2) Bordados

No Curso, o segundo período do primeiro ano era dedicado ao estudo e confecção de bordados. Eles eram realizados sobre o canhamação (talagarça), o branco, a seda, o veludo, a fita, a ouro e à prata. Os tipos de ponto trabalhados no IPCC eram: de

¹⁰⁷ Os bilros ou fusos para renda são instrumentos de trabalho constituídos por uma haste em madeira, formando uma bobina com cabo (DILLMONT, 1987d, p.15).

cadeia¹⁰⁸; de cruz em talagarça¹⁰⁹; russo; do Oriente; de Mosaico; árabe; dentre outros que se apresentassem propícios para o ornamento de vestidos, confecção de almofadas, quadros etc.

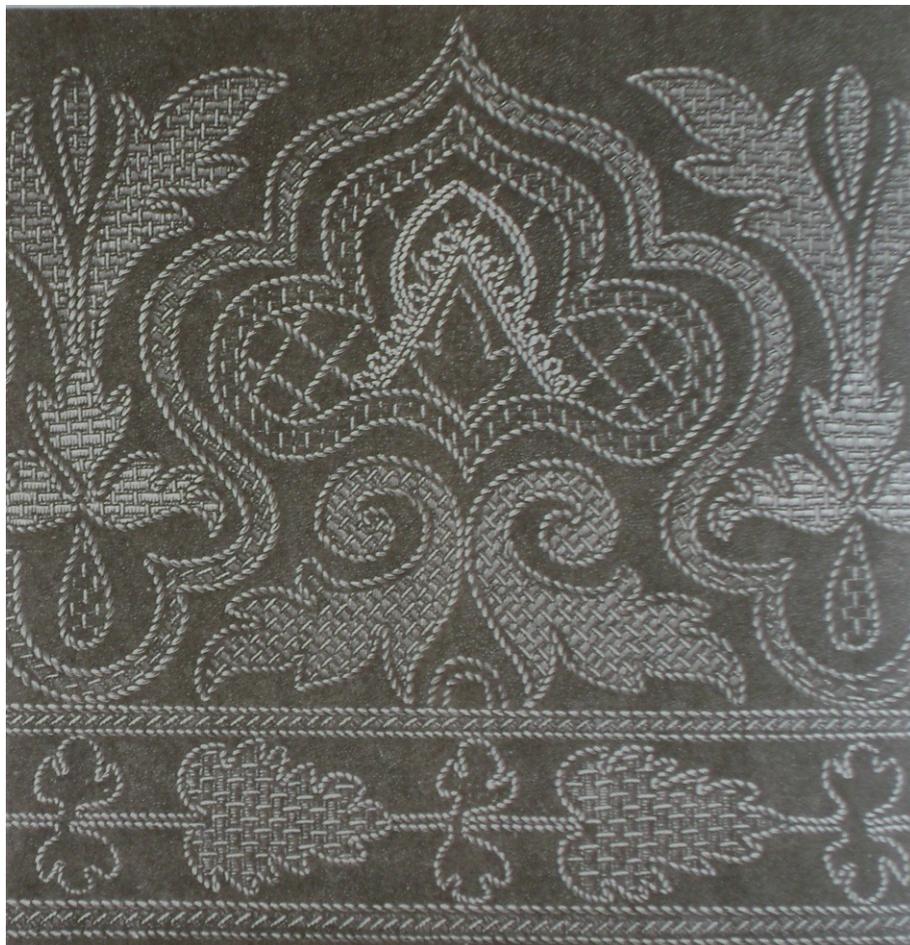


Figura XVI – modelo de Bordado árabe. Fonte: DILLMONT, Thérèse de. **Trabalhos de agulha:** bordado a cores, em seda e veludo. BEGOSSI, Ligia Junqueira (Trad.). Vol.2. Rio de Janeiro, RJ: EDIOURO Editora Tecnoprint S.A, 1987. p.80.

No primeiro ano do Curso, as alunas aprendiam as técnicas do bordado branco a partir dos pontos russos, ponto de cadeia, ponto de cruz em talagarça (dois pontos oblíquos, cruzados um sobre o outro), dentre outros que servissem para ornamentar vestidos.

No segundo ano, aprendiam a fazer bordados sobre a seda e veludo; ou “*au passé*” (aplicado na execução da pintura de agulha), a partir do ponto do Oriente (feito

¹⁰⁸ Segundo Freitas (1954), o ponto de cadeia deveria ser feito em bastidor ou sobre os dedos. Ele era “[...] obtido picando a agulha em um determinado lugar do tecido e fazendo sair um pouco adiante dentro de uma laçada que serve para formar o ponto” (p.437).

¹⁰⁹ Utensílio que auxilia o puxamento dos fios no momento de realizar os pontos.

com o fio em espiral, em alto ou baixo relevo), ponto de Mosaico¹¹⁰, ponto árabe e outros que se adaptem à confecção de almofadas, quadros e demais obras de uso doméstico.

No terceiro ano, as alunas aprendiam a fazer bordados de fita de seda ou rococó, que consistia no ato de “lançar sobre o tecido pequenas fitas, que formando pétalas e folhas, são fixas com ponto cadeia [...]”(FREITAS, 1954, p.471). As fitas serviam para enfeitar os tecidos. Além disso, também aprendiam a realizar aplicação de seda e veludo em filó, à “máquina Vitória”.

No quarto ano, faziam bordados em alto relevo, à miçangas, à floco etc. Eles eram usados para enfeitar almofadas, guarnições de vestidos e ornamentos domésticos. No quinto ano, realizavam bordados à ouro e à prata, com aplicações de fios desses materiais ou metálicos, dourados e prateados; lantejoulas sobre veludo ou seda; confecções de bordas e franjas.

Os materiais eram bordados à máquina em relevo, com aplicações diversas, bainhas, crivos (bordado rendado) etc. Usados para enfeitar roupas, almofadas e criar fantasias, como, por exemplo, as usadas no carnaval. Nas lições, para melhorar e aperfeiçoar o aprendizado, as Professoras deveriam dar orientações sobre a boa postura de realizar as tarefas, a correta escolha dos materiais, como agulhas, dedais, linhas, tesouras, a almofada para prender o trabalho, o cuidado com os instrumentos utilizados, as partes da máquina de costura e sua conservação, dentre outras coisas.

C.3) Flores e chapéus

O terceiro período do Curso era voltado para a aprendizagem da fabricação de flores e ornamentação de chapéus. Esses dois elementos faziam parte da moda da época, conforme reportagem em anexo nº 6. Eles eram considerados acessórios indispensáveis aos trajes femininos e masculinos, além de servirem para enfeitar peças, roupas e objetos domésticos.

O chapéu é um acessório indispensável a um traje fino e de alta classe, daí sua importância. Sendo um acessório que muito implica na aparência e personalidade da pessoa, a sua escolha deve ser feita, observando certos e determinados requisitos considerados como fatores primordiais à sua finalidade (FREITAS, 1954, p.645).

¹¹⁰ Segundo Dillmont (1987b), no Mosaico cada ponto é executado separadamente e passa por baixo da urdidura que forma o fundo, para que fique levemente levantado, com um pouco de relevo, em vez de se mostrar plano e achatado.

Os chapéus e/ou gorros podiam ser pequenos e simples ou grandes e enfeitados. A aba e o material usado para fabricá-los variavam de acordo com os costumes, as ocasiões e a classe social da pessoa. Segundo Freitas (1954), “os efeitos ornamentais obtidos por vivos, franzidos, faixas, tiras bordadas, rendas aumentam o atrativo de um traje e devem ser de qualidade, para não darem uma sensação de pobreza excessivamente simples” (p.656).

Nos chapéus, empregava-se tecido de seda, linho, algodão, organdi, tela impermeável, organza; também materiais como couro, crinas, camurça, elásticos etc. Dentre os enfeites mais utilizados destacavam-se as fitas e as flores.

Por isso, as alunas do IPCC aprendiam a fabricar os mais variados modelos desses adornos. De acordo com o programa do Curso, elas estudavam a aplicação e fabricação de flores de veludo, cera, pelica, lã, penas usando conchas, escamas. Também faziam ramos, ramalhetes e outros objetos de decoração.

D) Curso de “Economia Doméstica”

O Curso de Economia Doméstica era ministrado pela professora Anna Araújo de Souza e Silva, nomeada vitaliciamente, e pela adjunta Marianna Cardoso de Campos. Ele compreendia lições de corte e costura, remendos e princípios de organização do lar, como: limpeza, higiene, cuidados com as roupas, culinária, uso de móveis e objetos, dentre outros aspectos que sugeriam técnicas para melhorar o serviço. Segundo Freitas (1954), “[...] os trabalhos domésticos, na aparência corriqueiros e sem importância, requerem conhecimentos técnicos que visem poupar quem trabalha, com maior rendimento”(p.755).

Assim, as alunas estudavam a história da origem do lar; as diferenças entre as casas do campo e da cidade; as dependências de uma casa (parte social, íntima e de serviço), suas características e organização dos cômodos; detalhes sobre a melhor posição para as janelas, corredores e portas, seguindo as orientações do Código Sanitário; os tipos de piso disponíveis para cada ambiente; sugestões de mobiliário; a arrumação e conservação do jardim; culinária; dentre outros temas que podem ser visualizados no quadro 31.

QUADRO 31 – PROGRAMA DO CURSO DE “TRABALHOS DE AGULHA E ECONOMIA DOMÉSTICA”

PROGRAMA / ANO	PROGRAMA
1º ano	Alinhavos, pontos e pós-pontos, choleados, franzidos; modos de pregar colchetes, botões, pressões, abrir casas, fazer alças. Noções de economia doméstica.
2º ano	Consertos de rasgões, remendos, cerzidos diversos em meias ou em fazenda de algodão, linho, também em lã e seda. Lições de economia doméstica.
3º ano	“Debruns”, assentar palas em camisas, aplicando pontos de “repolêgo”, roquetes, bainhas abertas à mão, “perblos”. Economia doméstica.
4º ano	Pontos de agulha; espinha simples e dupla; pontos cruzados simples e duplos; pontos de orlar ou fazer acabamentos nas obras; “reulé”, “a festons”, pontos de arroz. Economia doméstica.
5º ano	Pontos diversos que poderão ser aplicados em talagarça, papel talagarça, linho e outras fazendas. Pontos de agulha: <i>Gobelindroit, obliqué, contrarie</i> . Pontos de <i>nattes, fougères, tige, arêtes, tissages, coquilles, mosaïque, Florence, noué, diable, étoile, Jacquart</i> . Pontos: de Milão, do Oriente, da Renascença, da França. Pontos: bizantino, grego, húngaro, escocês. Economia doméstica. Nota: convém fazer experiência desses pontos em pedaços de panos e depois em aplicações outras a critério da professora. Como guia pode ser usado o livro “ <i>Encyclopédie des Ouvrages de Dames</i> ” por Thérèse de Dillmont.

Fonte: Decreto nº 937, de 26 de maio de 1926.

A partir do quadro 31, percebe-se que o estudo dos “pontos” era o primeiro passo para a formação de uma costureira. Nas aulas, as alunas aprendiam a fazer ponto corrido ou de alinhavo; pontos e pós-pontos; chuleados ou de bainha para emendar ou remendar tecidos; franzidos; pontos de orlar ou fazer acabamentos nas obras; “reulé”, “a festons”, pontos de arroz, de agulha; espinha simples e dupla; pontos cruzados simples e duplos; pontos de repolêgo ou de amarra.

Além disso, para “serem boas donas de casa”, as alunas deveriam estudar os modos de pregar colchetes, botões, pressões; abrir casas em roupas; fazer alças; realizar consertos de rasgões, remendos, cerzidos diversos em meias ou em fazenda de algodão, linho, lã e seda, “debruns”; assentar palas em camisas aplicando roquetes; fazer bainhas abertas à mão nas roupas desgastadas, “perblos”, dentre outras coisas.

Dessa forma, as alunas, através do programa do Curso, adquiriam conhecimentos para cozinhar; costurar; lavar, engomar e passar roupas; limpar móveis; decorar objetos e ambientes etc. Assim, recebiam uma série informações sobre os cuidados que o lar necessitava para se manter em ordem, uma vez que naquele momento, esse ambiente estava sob a responsabilidade da mulher.

Através da portaria nº 20, de 20 de julho de 1927, o Diretor do IPCC, Octavio Espírito Santos, considerando que o curso de Economia Doméstica não tinha eficiência precisa para ser conservado sem número suficiente de alunas, designou a Professora responsável, Anna de Araújo Souza e Silva, para ajudar no curso de “Rendas, Bordados, etc”. No ano seguinte, o Curso foi fechado com a justificativa de que a Professora responsável havia sido exonerada.

As causas que levaram a esse desfecho ainda são desconhecidas. Mas muitos aspectos precisam ser considerados nesse ato, principalmente os motivos expostos pelo Diretor, que dão margem a estudos sobre os interesses femininos pelo espaço doméstico nesse período, as possibilidades de trabalho existentes para esse público, as relações de gênero, os valores culturais, a ação dos movimentos feministas, dentre outros temas que merecem ser aprofundados.

E) Curso de “Confecções, modas, roupas brancas e grossas”

Esse Curso era ministrado pelas professoras Anaide Cardoso, catedrática, e por Daria Alves Gomes, adjunta. Elas ensinavam aplicações gerais em roupas e dispunham de um conjunto de materiais próprios para isso, como agulhas, linhas, tecidos, cordados etc. Todo o aprendizado partia dos modelos mais simples aos mais complexos, respeitando o grau de dificuldade e as séries metódicas de execução das atividades.

Para a aprendizagem prática dos ofícios de costureira, bordadeira, trabalhos com agulhas, muitos materiais eram utilizados, dentre eles: linhas, panos, madeira, pincéis, tecidos, agulhas, mesas, armários etc. “A execução de trabalhos depende em parte do instrumental, não sendo possível coser, bordar, tecer rendas das mais diversas, se não estivermos de posse do instrumental adequado à particularidade de cada espécie de trabalho” (FREITAS, 1954, p.185).

As alunas do Curso, juntamente com as Professoras, desenhavam modelos de roupas e confecções que estavam na moda em Sergipe. A partir deles, fabricavam artigos de vestuário, cama, mesa e banho, à mão ou usando a máquina de costura. Conforme instruções apresentadas no programa de ensino (quadro 32).

**QUADRO 32 – PROGRAMA DO CURSO DE “CONFECÇÕES, MODAS,
ROUPAS BRANCAS E GROSSAS”**

PERÍODO / ANO	1º período (de março a 31 de maio)	2º período (de junho a 31 de agosto)	3º período (de setembro a 30 de novembro)
1º ano	Confecções – roupetas de crianças até 07 anos, sob os moldes dados pela professora, aplicação de preguinhas e pontos feitos à mão. Roupas brancas: camisinhas, saiotas e chambres, começando dos modelos mais simples aos mais complexos.	Confecções: toucas de renda, em filó, seda, cambraia, com preguinhas à mão, dos moldes mais simples aos mais difíceis. Roupas brancas: lençoizinhos, fronhas, colchas pequeninas, enfeitadas a critério da professora.	Confecções: vestidinhos, calcinhas, casacos e “fôfas” para criança. Roupas brancas: camisolas e calças enfeitadas com preguinhas, rendinhas, bicos, bordados e pós-pontos à mão. Enxovais completos para recém-nascidos. Nota: devem ser empregados moldes para melhor orientação das alunas.
2º ano	Confecções: vestidinhos e roupetas para meninas de 12 anos, empregando-se rendinhas, galões, para aplicações de modelos diversos. Costuras à mão. Roupas brancas: camisas e camisolas ornadas de bicos, bordados ou rendas, modelos variados, costuradas à mão.	Confecções: capotes e agasalhos em lã, veludo e casimira, para uso de crianças. Roupas brancas: combinações e calças para meninas até 12 anos, enfeitando-se com preguinhas, rendas, em diversos modelos e aplicações, tudo costurado à mão.	Confecções: roupas para meninos de 08 a 12 anos. Palitós, coletes e calças. Roupas brancas: lençóis, toalhas, fronhas e colchas costurados à mão, enfeitados a critério da professora. Enxovais completos para colegiais. Costuras à mão e início de costuras à máquina. Nota: devem ser empregados ainda moldes adequados.
3º ano	Confecções: aventais simples e complexos sob os moldes dados pela professora. Bordados a sutache. Roupas brancas: camisas e camisolas para mocinhas, enfeitadas com rendas, bicos e bordados, presos à mão.	Confecções: blusas e juponas, casacos para senhoras, sob moldes, saias pregueadas ou plissadas. Roupas brancas: combinações, calças, modelos variados, com aplicações de rendas, bicos, bordados e preguinhas.	Confecções: vestidos para senhorinhas; modelos à japonesa, à marinheira, execução de figurinos simples; roupinhas de meninos à marujo, em lã, brim ou casimira. Ternos completos: calça, colete e casaco para meninos até 12 anos. Roupas brancas: saias brancas, modelos variados, com aplicação de rendas, entremeios e bicos, bordados e preguinhas. Lençóis, fronhas e toalhas segundo a orientação da professora. Enxovais completos para o dia da primeira comunhão. Nota: poderão ser dispensados, aos poucos, os moldes e serão esses trabalhos costurados à mão e também à máquina.
4º ano	Confecções: vestidos para senhoras feitos em lã, sob a aplicação direta dos figurinos. Roupas brancas: camisas de dia e noite para senhoras, com aplicação e preguinhas bem finas e rendas, tudo costurado à mão.	Confecções: roupas de brim para meninos e vestidos variados para meninas, seguindo figurinos. Roupas brancas: calças, combinações sob os moldes e obedecendo diretamente o figurino; costuras feitas à mão ou e à máquina	Confecções: pijamas, ceroulas ou cuecas, em sarjas, tricolines etc; com aplicações de cadarços. Confecção de uniformes para os Grupos Escolares e a Escola Normal. Nota: devem ser dispensados os moldes e serão costurados à máquina ou à mão.
5º ano	Confecções*: aplicação direta de figurinos na confecção de “rabats”, “jabots”, golas de feitios variados, “fichês”, penteadores, mandriões, chambres etc.	Confecções: vestidos à fantasia executados sem aplicação de moldes e sob a orientação direta dos figurinos.	Confecções de uniformes para a Força Policial e Guarda Civil. Confecções de “manteaux”, “tailleur”, a gosto da aluna com corte sob a direção da professora,

	Roupas brancas*: camisas, camisolas de feítios variados e difíceis, enfeitadas de rendas, bicos, a gosto da discípula, seguindo figurinos. Enxovais para noivas.	Roupas brancas: combinações, calças, corpinhos bem ornamentados.	com aplicação direta do figurino; trabalhos esses forrados e costurados à mão e à máquina. Roupas brancas: camisas para homens; lençóis, colchas e fronhas, sob modelos mais desenvolvidos e difíceis. Nota: emprego da máquina de “Singer”. Os moldes devem ser postos à margem, indicando e guiando a professora à aluna, os melhores e mais práticos processos do corte.
--	--	--	---

Fonte: Decreto nº 937, de 26 de maio de 1926. *Obs.: No documento original, consta que no 5º ano existiam dois momentos do segundo período. Porém, como não há referência ao primeiro período, resolvi distribuir as informações em primeiro e segundo período, supondo que houve um erro de escrita naquele momento, gerando a repetição da expressão “segundo período”, no lugar de “primeiro período”.

Para a fabricação de cada peça citada, existiam normas, materiais e peculiaridades que precisavam ser considerados, como postura, higiene, atenção para a moda, escolha dos tecidos etc. Por exemplo, no caso da confecção das roupas encomendadas, as alunas tinham que tirar as medidas corpóreas de quem iria usá-las; caso o destino da peça fosse a venda, elas deveriam seguir os padrões de medidas pré-estabelecidos para crianças, nas diferentes faixas etárias, e para adultos de ambos os sexos.

A roupa, na maior parte da sua história, seguiu duas linhas distintas de desenvolvimento, resultando em dois tipos contrastantes de vestimenta. A linha divisória mais óbvia aos olhos modernos está entre a vestimenta masculina e a feminina [...] (LAVÉR, 1989, p.7).

Além disso, cada tipo de roupa precisava de determinadas medidas corpóreas. Por exemplo, para fabricar um vestido era necessário saber a medida do busto, costas, cintura, quadris, comprimento do tronco e do braço, tamanho das mangas, largura do punho e da cava. Já para a confecção de calças, precisava-se ter a medida da cintura, quadris, comprimento do corpo e entre pernas.

Outro fator importante para esse ofício era saber escolher os tecidos. Pois, nesse momento, as alunas deveriam se atentar para as estações do ano, o clima da região, os costumes da população, a moda vigente, a estatura física de quem iria usar a roupa, a finalidade do tecido, dentre outros fatores. Pois, existiam roupas que deveriam ser usadas pelo dia e outras para a noite; trajes próprios para cerimônias, prática de esportes e específicos para dormir.

O vestuário infantil variava de acordo com a idade. Não poderia ter muitos enfeites e nem ser apertados, para não impedir os movimentos da criança. As meninas

de até dez anos usavam vestidos empregando-se rendinhas, galões; calças de tecido branco ou claro; camisas e camisolas enfeitadas com rendas, bicos e bordados; calcinhas; casacos de frio e outros acessórios.

Os meninos maiores de sete anos usavam roupas de brim, terninhos, blusa, palitós, coletes, cuecas, calças, casaco ou capa, camisetas de *jersei* ou malhas. Além das roupas, havia outros componentes como: sapatos, chapéus, meias, laços, gravatas, que deveriam combinar de acordo com a ocasião.

Os trajes de homens adultos eram constituídos por duas peças para o uso diário e três para ir a cerimônias. Nas mais diversas utilidades destacam-se a calça; o paletó; o *smoking*, que é uma espécie de paletó confeccionado com bandas ou lapela de seda; o fraque; a casaca, que era considerado traje adequado para cerimônia; o capote ou sobretudo para ser usado no tempo frio; coletes etc.

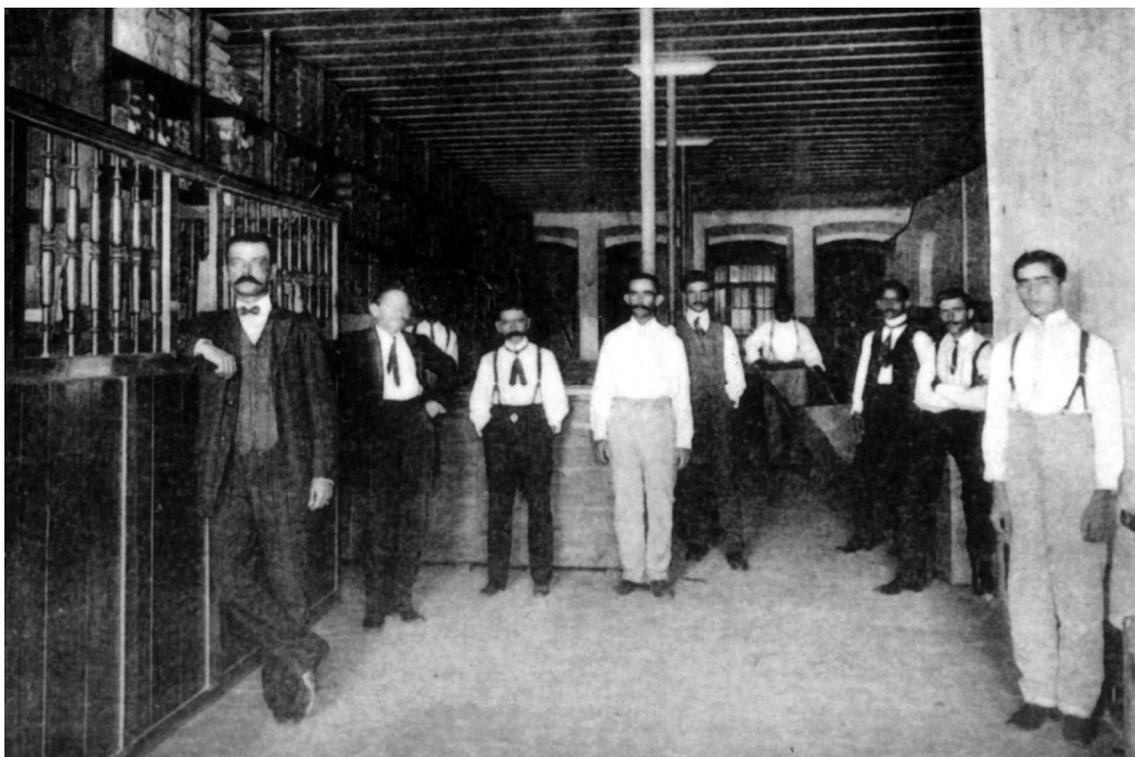


Figura XVII– Trajes masculinos do início do século XX. Fonte: Acervo do PESQUISE.

As senhoras usavam vestidos feitos em lã compostos pelo corpinho e saia que, unidos pela cintura, formavam o conjunto de uma única peça; camisas de dia e noite com aplicação e preguinhas bem finas e rendas; blusas e japonas que tinham a

finalidade de cobrir o busto; casacos; saia, que juntamente com a blusa compunha o *talleur*¹¹¹ ou costume.

A mulher deve primar pela simplicidade, gosto e harmonia de vestuário. Nunca deve fazer questão da qualidade, mas escolher segundo o uso observado os preceitos de higiene. As peças que se enquadram no vestuário feminino são diversas, escolhidas segundo o capricho da mulher (FREITAS, 1954, p.293).



Figura XVIII – Ambiente doméstico, trajes femininos e masculinos do início do século XX. Fonte: Acervo do PESQUISE.

No Curso, as alunas faziam confecções de “*manteaux*”, “*tailleur*”, a gosto da aluna, com corte sob a direção da professora. Os trabalhos eram forrados e costurados à mão e à máquina “Singer”. Essa última auxiliava a aprendizagem dos processos e aumentava o rendimento do trabalho, pois, permitia maior agilidade na execução das tarefas.

O uso em larga escala da máquina de costura, aliada a produção de moldes em papel, remetidos por encomenda postal, favoreceu em diversos países um maior consumo de produtos de luxo. Tecidos, aviamentos, passamanes, acessórios, dentre outros passaram a ser consumidos com mais frequência [...] (NEVES, 2005, p.42).

¹¹¹ O *talleur* “ou costume” teve sua origem no traje que as mulheres usaram no tempo de Luiz XIV e Carlos II em meados do século XVII, quando elas adotaram o desenho masculino do traje para montar, usando a saia do tipo amazona (FREITAS, 1954, p.294).

As roupas brancas tinham suas peculiaridades, pois serviam para a fabricação dos enxovais de cama, mesa e banho de diversos tamanhos, destacando-se colchas, lençóis, toalhas, fronhas, cobertores, roupões, guardanapos, jogos americanos, panos de cozinha e de bandeja, aventais etc.

Além disso, elas também eram destinadas ao fabrico dos trajes íntimos, de uso interior do corpo, que se diferenciavam quanto ao sexo da pessoa. Para as mulheres, eram confeccionadas camisas, saíotes ou anáguas, cintas, chambres, corpinho ou sutiã (corpete com função de modelar o busto). Para os homens, faziam camisa, colarinho (peça da camisa que guarnecia o pescoço), gravata, cuecas, ceroulas etc.

Além da fabricação das roupas descritas, as alunas faziam outras variedades, como: toucas de renda, em filó, seda, cambraia com preguinhas; aplicação direta de figurinos na confecção de “*rabats*”, “*jabots*”, golas de feitiços variados, “*fichûs*”; penteadores; mandriões; chambres; pijamas; ceroulas ou cuecas, em sarjas, tricolines com aplicações de cadarços; dentre outras peças.

Fabricavam para a venda, sob encomendas, enxovais completos para recém-nascidos¹¹² e noivas¹¹³; e confeccionavam uniformes para os Grupos Escolares, Escola Normal, Força Policial e para a Guarda Civil. Em 1930, na relação de bens¹¹⁴ dos Cursos femininos do IPCC, constavam os seguintes materiais disponíveis para as aulas

¹¹² Segundo Freitas (1954), na relação do enxoval de bebês não poderia faltar: cintas ou faixas de 10 a 12 cm de largura por 90 cm de comprimento para apertar o umbigo; fraldas de tecido fino e macio; camisinhas de cambraia, opal e outros tecidos finos; cueiras para proteger as pernas da criança, em flanela ou outro tecido macio; casaquinhos de fustão, flanela, tricô, jérsei etc; mandrião ou vestido cueiro que é a peça moderna que substitui a camisolinha de fustão; camisolas, espécie de vestido comprido que as crianças de ambos os sexos usam até mais ou menos 5 meses; capa de sair à rua; babador; touca, apesar de ser pouco recomendada pelos preceitos higiênicos, é bem aproveitada para os dias frios; sapatinhos de malha, tricô ou crochê; calças de borracha para sair, sempre colocadas sobre a fralda e nunca sobre a pele; macacões para dormir, depois dos 5 ou 6 meses. Roupas de cama: lençóis de cambraia, opal etc; em linho ou algodão para forrar o colchão e para cobertura; fronhas do mesmo tecido sem botões; cobertor de lã bem quente, leve e impermeável, para colocar entre o colchão e o lençol (p.292).

¹¹³ O enxoval das noivas estava dividido em duas partes, uma com coisas de casa, e outra, com roupas pessoais. Segundo Freitas (1954), as roupas de casa eram: colchas de uso diário, para dormir, para dias de festas; cobertores; edredons; lençóis; fronhas; toalhas de mão e de rosto; roupões; luvas de banho; tapetes para banho; roupa de mesa composta por toalha, guardanapo, jogo americano, panos individuais, toalhas para chá; panos de prato e de bandeja; aventais de serviço. O enxoval de roupa pessoal era composto por um jogo de noiva ou luxo, composto por três peças, confeccionadas com sedas laváveis; dois jogos médios composto por três peças, confeccionados com sedas laváveis; três jogos de cambraia de linho ou de algodão; três jogos com duas peças, camisola e calça; uma dúzia de calça para uso diário; seis combinações para uso diário; seis sutiãs em coutil ou tecido reforçado, porém flexível; dois “*liseuses*” de tricô, crochê, tecido de seda ou algodão; dois pijamas, um de lã fina para o inverno e outro de seda para meia estação; dois *peignoirs* ou roupões; uma dúzia de lenços de cambraia ou opal (p.299-300).

¹¹⁴ **Fonte: Inventário do Instituto Profissional Coelho e Campos de 1930.** ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO. Fundo: AJU 1ª V.CRI. Série: PENAL. Volume nº 1. Caixa 2523.

de costura: duas mesas grandes para corte; Máquina Singer de gabinete (com uma, três e cinco gavetas); três quadros para filé; oito carteiras com tamboretas para desenho.

QUADRO 33 – INVENTÁRIO DO ALMOXARIFADO GERAL DA MERCADORIA EM ESTOQUE DA SEÇÃO FEMININA DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS (1930)

Quantidade / Bem	Quantidade / Bem
23 vestidos robes em <i>voile</i>	9 caixas de linha lucila
7 almofadas bordadas para sala	152 meadas de linha Germânia
8 almofadas bordadas menores	5 carrinhos de linha marca “olho”
6 almofadas	19 meadas de linho dmc.
36 calções para criança	4 peças de renda
1 abajur de renda irlandesa	3 ½ metros de tecido crepom
6 toucas para criança	2 ditos de étamine estampado
5 chapéus para criança	1 metro de tricoline preto
6 lenços	1 ½ dito de panamá
2 abajures de papel crepom	3 ½ ditos de tricoline
66 rosas diversas	31 bastidores sortidos
60 flores diversas	9 tesourinhas para bordar
7 <i>cachepeau</i>	1 alicate de corte
2 toucas de renda irlandesa	6 agulhas de tricô
5 robes de panamá de linho	9 ditas de crochê
3 panos de panamá	1 tesoura grande
1 pano de cambraia de linho	4 chapas de máquina para bordar
3 peças de bico irlandês	4 caixas de novelos de linha brilhante
3 peças de bico macramé	16 agulhas para filé
25 aplicações de renda irlandesa	46 agulhas para filé de máquina
2 aplicações de renda irlandesa grandes	6 metros de linho branco
13 panos de talagarça	1 ½ dito de panamá
3 ditos grandes	1 metro e 80 dito de cristal
6 guardanapos pequenos	2 ½ dito de morim
1 pano de linho bege	2 dúzias de carrinho de linha clark
1 limpador de penas	3 carrinhos de linha de oliene
1 pano de linho bege bordado	4 roupetas de veludo para criança
1 dito menor	1 roupetas para criança de oliene
40 panos panamá e cristal	6 roupetas para criança de gabardine
5 panos grandes de renda irlandesa	4 camisinhas
6 ditos menores	1 colcha de lã para criança
18 ditos pequenos	5 agasalhos de flanela
6 almofadas	1 camisa para homem
1 abafador para bule	9 cuecas de bramante pequenas
1 abajur crista com pé	2 cuecas de bramante maiores
1 idem de suspensão	9 roupetas de linho para criança
3 bolsas para pão	6 babadores
1 bolsa para pão de linho	7 roupetas com calça de panamá
26 panos de talagarça	4 vestidos de <i>voile</i> para criança
4 ditos de cristal	6 aventais de panamá
10 ditos de renda irlandesa	1 vestidinho de chita
1 pano de filó	4 vestidinhos de chita de linho

1 dito de cristal	37 vestidos de panamá de linho
15 ditos bordados a mão	54 aventais de panamá de linho
3 ditos para mesa	

Fonte: **Inventário do Instituto Profissional Coelho e Campos de 1930**. ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO. Fundo: AJU 1ª V.CRI. Série: PENAL. Volume nº1. Caixa 2523.

Além dos materiais listados, no estoque do almoxarifado do Instituto foi possível identificar alguns dos produtos confeccionados pelas alunas e os materiais utilizados para isso, como linhas, tecidos, agulhas, máquinas de costura etc.

No almoxarifado do IPCC ficavam estocadas confecções das vestimentas infantis, como calções, vestidinhos, toucas, robes, chapéus, dentre outros elementos que faziam parte da “moda” da época, uma vez que havia uma disciplina destinada apenas à produção de artigos da moda em geral.

Os instrumentos de trabalho e de aprendizagem das alunas eram: alfinete, dedal, utensílios de medida (fitas métricas), tesouras (de corte, alfaiate, para repicar tecidos, rematar costuras, para bordados à máquina), agulhas (de coser, bordados e rendas, cerzir, tapeçaria, filó, filé), alicates, mostreiros para linhas etc. Quase todos se diferenciavam de acordo com o tamanho e a finalidade.

Tal organização demandava um conjunto de materiais específicos para a realização de oficinas e produção de artigos para a venda a utilização destes materiais acompanhava as etapas de aprendizado das alunas pois estas deviam saber não só fazer um determinado objeto mas indicar o que seria necessário para a sua confecção, incluindo os custos de cada um (RODRIGUES, 2000, s/pg.).

Os tecidos, as agulhas e peças de enfeites eram adquiridos nas diversas lojas existentes em Aracaju, conforme se verifica nos anúncios e propagandas dos estabelecimentos comerciais existente nesse período.



Figura XIX– Anúncio de loja. Fonte: Acervo do PESQUISE.

Os anúncios indicam aspectos do comércio da época, permeados por práticas e representações que colaboravam com a divulgação de estilos de vida urbana, a partir dos artigos ofertados.

Ao analisar o interesse pela procura dos Cursos Profissionais femininos em 1930, através da quantidade de alunas matriculadas, verifica-se a partir do quadro 34, que o de “Rendas, bordados, flores etc” era o de maior popularidade.

QUADRO 34 - MATRÍCULA NOS CURSOS PROFISSIONAIS FEMININOS EM 1930

Curso	Alunas matriculadas
Desenho e trabalhos manuais	69
Confecções, modas	67
Rendas, bordados, flores etc.	73
Prendas	03
Música	15
Desenho Industrial	20
Total	247

Fonte: Livro de matrícula de 1923. Arquivo Público Estadual de Sergipe. Fundo E7, caixa nº 183.

Através do número de matrículas, os Cursos poderiam ser organizados na seguinte ordem de interesse: “Rendas, bordados, flores etc”, “Desenho e trabalhos manuais”, “Confecções, modas”, “Desenho Industrial”, “Música” e “Prendas”. Nota-se que muitos Cursos modificaram sua nomenclatura inicial em apenas três anos de funcionamento e outros foram suprimidos, como o de Pintura e Economia Doméstica.

Em compensação, outras profissões surgiram ao longo da existência do Curso Feminino, como a de Desenho Industrial ministrada por Nair Sampaio Barreto; e Mecanografia, ofertada pela professora Iracema Garcez Dória.

Esse último Curso foi criado a partir do decreto-lei nº 118, de 20 de julho de 1938, com a justificativa de “[...] beneficiar a mocidade das classes menos favorecidas, pondo ao seu alcance mais um meio de adquirir conhecimentos práticos que lhes facilitem a conquista do essencial à substância [...]” (SERGIPE, 1938, p.92-93). Isso demonstra a preocupação assistencialista que cercou as finalidades pedagógicas da educação profissional.

3.3 O CURSO DE MÚSICA E A LITERATURA¹¹⁵

O IPCC incentivou práticas escolares que complementavam a formação profissional oferecida. Elas ocorriam através das aulas de música e de apresentações literárias que envolviam ambos os sexos. Serviam para ministrar rudimentos teóricos e práticos dessas áreas, contribuindo também para a transmissão de valores cívicos e patrióticos de amor à nação brasileira.

Essas ações eram consideradas civilizatórias, pois imprimiam concepções de comportamento, moralismos disciplinadores do corpo, políticas educacionais que eram apropriadas pelos sujeitos e viravam representações de mundo.

Nas aulas do Curso de Música os alunos aprendiam hinetos, técnicas vocais, a ler partituras e tocar instrumentos. Eram incentivados a cantar em diversos horários, como ao voltar para a sala de aula; ir embora da escola; para recepcionar ilustres visitantes; e comemorar datas, como da Independência do Brasil e o dia da Bandeira. Segundo Santos (2008, *apud* Gilioli, 2003), a idéia era nacionalizar e civilizar para os bons costumes e criar, através da música, uma identidade cultural no povo brasileiro.

Para orientar os cânticos, utilizava-se um livro que continha hinos escolares voltados para diversas ocasiões, chamado *Hynnario dos Grupos Escolares e Escolas Singulares do Estado de Sergipe*, que foi elaborado para complementar o regimento interno das escolas públicas primárias.

A capa do Hinário pode ser visualizada no anexo 7. Ele foi organizado por Balthazer Góes e aprovado em 1913. Segundo Azevedo (2003), o livro possuía a letra das canções e suas respectivas partituras, dividindo-se em hinos escolares e patrióticos, como o de Sergipe¹¹⁶, o da Independência, o da República e o da Bandeira.

[...] o Hino Sergipano deveria ser cantado em todas as datas célebres da história do Estado, desde sua independência, para a quão o hinário atribuiu duas datas¹¹⁷, 08 de julho e 24 de outubro; mudança da capital em 17 de março; o Hino da Independência do Brasil deveria ser cantado

¹¹⁵ Esse tópico remete às práticas de ensino que ocorreram tanto nos Cursos Masculinos, quanto nos Femininos.

¹¹⁶ O hino sergipano é uma produção de Manoel Joaquim de Oliveira Campos, posta na música de Fr. José de Santa Cecília e deveria ser cantado nas datas célebres de Sergipe.

¹¹⁷ Algumas das datas escolhidas para cantar os hinos remetem-se a: Hino Sergipano: 08 de julho e 24 de outubro (independência de Sergipe), 17 de março (mudança da capital de São Cristovão para Aracaju); Hino da Independência do Brasil: 07 de setembro (dia da independência do Brasil em 1822), 13 de maio (Data da abolição da escravidão em 1888), 18 de julho, 24 de outubro, 15 de novembro (Proclamação da República em 1889); Hino Nacional Brasileiro: 07 de abril; Hino à Bandeira: 19 de novembro (Dia da Bandeira do Brasil).

nos dias 07 de setembro, 13 de maio, 18 de julho, 24 de outubro, 15 de novembro e em qualquer outra data patriótica do país ou do Estado; o Hino Nacional Brasileiro deveria ser cantado em todas as datas célebres do Brasil e de Sergipe especialmente a 07 de abril e finalmente o Hino à Bandeira, que deveria ser cantado no dia 19 de novembro (AZEVEDO, 2003, p.111).

O Hino Nacional Brasileiro e o da Proclamação da República tiveram suas partituras copiadas pelo IPCC em fevereiro de 1929. Eles eram tocados com os seguintes instrumentos: saxofone tenor si bemol; requinta¹¹⁸ mi bemol; primeira clarineta si bemol; segundo clarineta si bemol; marcante si bemol; contra baixo si bemol; terceiros clarinetos si bemol; trompas mi bemol; pandorim; bombo e pratos; barítono si bemol; primeiro bombardino¹¹⁹ em dó; primeiro trombone em dó; saxofone alto mi bemol; saxofone soprano si bemol; segundo e terceiro trombone em dó; segundo pistão si bemol; contra baixo mi bemol; saxofone barítono mi bemol.

O Instituto também copiou as partituras do Hino da Independência do Brasil (música de D. Pedro I) e da Bandeira Nacional Brasileira (no tempo de marcha), por F. Braga. As partituras foram produzidas em março de 1929 por Maninho Pacheco e envolviam os seguintes instrumentos: primeiro pistão em si bemol; saxofone tenor si bemol; primeiro trombone em dó; contra baixo em si bemol; primeira trompa si bemol; segunda trompa mi bemol; segundo pistão si bemol; saxofone alto mi bemol; segundos trombones em dó; bombardino em dó; contra baixo mi bemol; barítono si bemol; primeiro clarinete si bemol; flautim¹²⁰ mi bemol; bateria; saxofone soprano si bemol; requinta mi bemol; terceira clarineta si bemol; segundas clarinetas si bemol;

Todos eles estavam destinados aos festejos cívicos. Os hinos escolares presentes no Hinário eram “Recebamos”, “Empunhemos o livro”, “Oh! Filhos do progresso”, dentre outros. Eles eram cantados com objetivos específicos e em vários momentos do cotidiano escolar. Para receber visitantes, provenientes de cargos públicos ou de outros Estados, os alunos cantavam em coro o Hino “Recebamos”, com a letra de Epiphâneo Dória e a música do Manoel Vieira.

¹¹⁸ Instrumento agudo, que em português é chamado de clarinete em mi bemol, utilizado nas bandas militares e em algumas orquestras sinfônicas (BORBA et al, 1963, p.450).

¹¹⁹ Bombardino é um instrumento de bocal da família dos sax-hornes. Tem geralmente quatro pistões e a sua extensão a três oitavas. O seu tubo, mais largo e cônico que o do barítono, dá-lhe uma suavidade e doçura de timbres (BORBA et al, 1963, p.203).

¹²⁰ Flautim é uma flauta pequena, cujo diapasão é a oitava, nona ou décima superior da flauta tipo (BORBA et al, 1963, p.522).

“Recebamos”
(Epiphâneo Dória)

Recebamos por entre alegrias,
Tão honrosa, tão grada visita,
Ela vem nos trazer incentivos
Animar nos salucta benedicta.
Legionários da luz contra as trevas
Saberemos victorias colher,
Esta honra também saberemos
Da memória jamais esquecer.

O cântico era uma forma de dar as boas vindas aos visitantes, demonstrar que aquele ato iria trazer algum benefício para a Instituição e, assim, contribuir para o aprendizado dos alunos. Além disso, demonstrava a delicadeza, educação e cordialidade dos estudantes, revelando a preocupação do IPCC com os aspectos morais de formação do indivíduo.

Ao voltar para a sala de aula, após os intervalos, havia dois Hinos para serem cantados pelos alunos: “Empunhemos o livro”, uma poesia de Epiphâneo Dória, música de Tobias P. Pinto; e “Soa além o clarim”, poesia de Etelvina de Siqueira, música de J. Silvino de Araújo, destinada às mulheres.

O ato de cantar esses hinos era uma forma encontrada tanto para estimular os alunos a irem entusiasmados para a sala de aula, como para transmitir os valores republicanos acerca da educação e da escola. Essa deveria ser vista como o espaço que possibilitava o acesso a luz (conhecimento), através do estudo e dos livros, promovendo a civilização do sujeito.

“Empunhemos o livro”
(Epiphâneo Dória)

Solo.
Empunhemos o livro colegas,
Estudemos de novo a lição,
A escola é a luz radiante
que funde soberbo clarão.
Coro.
Cantemos hinos à escola,
Que é foco de imensa da luz,
Iluminando os espíritos
Que ao céu da glória conduz.
Nós que conduz. (Três vezes)

A letra do hino “Soa além o clarim” também transmitia entusiasmo para com a escola. Além disso, reforçava o aprendizado de práticas escolares, como formar a fila, e a necessidade da obediência e do comportamento nesse ambiente. Nele, a presença do patriotismo se faz recorrente ao citar a Bandeira Nacional e a educação foi colocada como fator para o alcance da glória e contribuição com a pátria.

“Soa além o clarim”

(Etelvina de Siqueira)

Solo: Introdução a piano

Canto:

Soa além o clarim da vitória,

Vamos todos em rija fileira

Conquistando coroas de glória

Novos louros p’ra nossa bandeira!

Conquistando coroas de glória

Novos louros p’ra nossa bandeira!

Entremos entremos assim unidinhas

À classe voltemos, gentis coleguinhas!

À classe voltemos, gentis coleguinhas!

Entremos entremos assim unidinhas

à classe voltemos, gentis coleguinhas!

Procuguinhas.

O hino “Oh! Filhos do progresso”, com a poesia de Severiano Cardoso e música de Joaquim Honório, deveria ser cantado ao sair da escola. Nele, o ato de estudar foi colocado como símbolo de progresso, alegria e consolo, tanto para o indivíduo, quanto para a nação.

“Oh! Filhos do progresso”

(Severiano Cardoso)

Oh! Filhos do progresso e do estudo!

O Sol do dia vai esmorecer

Em paz nos retiremos p’ra voltarmos

Quando o dia de amanhã alvorecer

Vamos saudosos da nossa escola

Que tanto alegre e tanto consola.

Adeus, por hoje, bom professor,

Que nos ensina com tanto amor.

No Hino também foi ressaltado o papel do Professor, enquanto responsável por esse processo, que devia executar com amor. Assim, as concepções da República eram

incorporadas e aprendidas pelos alunos, como as “idéias referentes ao trabalho e à sua relação com o estudo; à Pátria; à importância da escola, bem como do livro” (AZEVEDO, 2003, p.112).

Praticamente todas as letras dos hinos destacavam elementos da juventude (moços, louros, coleguinhas); a importância do estudo e do trabalho para a vida, valores éticos e morais, que visavam formar cidadãos amantes da pátria e de seus símbolos. Assim, eles complementavam o papel civilizador do IPCC.

No Curso de Música, as mulheres aprendiam a tocar instrumentos ligados à “melodia”, como violino, flauta, piano, violão, dentre outros. E os homens, além de aprenderem os hinos citados, participavam juntamente com alguns funcionários da Banda Coelho e Campos.

Essa Banda tocava peças musicais em diversos ritmos, como óperas, polacas¹²¹, dobrados e valsas. Ela era composta¹²² por alunos e funcionários da Instituição. Destacando-se Maninho Pacheco, Manoel Pereira, Antonio Jorge, Manoel Barboza de Campos, Francino Vieira Lima, João Pereira Pratta, Lelis Monteiro, Pedro Vieira de Queiroz, José Augusto, Manoel Augusto, Joaquim da Cruz, Horacio Joaquim, Claudionor Telles, Emmanoel Ludovice, Isperdião Avelino, Aníbal Oliveira, Francisco Chagas, Themistocles, José Campos, Agenor Garcia, Francisco Augusto, Antonio Francisco, José Bispo, Antonio Ferreira Lima, Antonio Santanna, João Magalhães, Belarmino Cirquino, Ascendino Cruz e João Mario.

Na formação predominavam os instrumentos de sopro, cordas e percussão. A relação dos bens¹²³ pertencentes a esse Curso feita em 1930, sobre a parte instrumental, continha: um estrado para piano; um piano Hamilton de sete oitavas com capa e cadeira; um contrabaixo (rabecão); dois violoncelos; quatro violinos, sendo dois de jacarandá; duas violetas; duas flautas em dó; métodos para harpa, violão, piano; dez estantes automáticas para música; uma crina para arco de violoncelos; dois porta-queixos para violino; um porta-queixo para violão; um estandarte para violino.

Em relação aos objetos que não se relacionavam com a música, na lista de bens do Curso foi informada a existência de: um porta- moringue; uma secretaria; um cabide para chapéus; um armário para arquivo; uma banca com duas gavetas; um quadro negro

¹²¹ A polaca ou polonesa é uma dança originária da Polônia de ritmo sincopado (BORBA et all, 1963, p.391).

¹²² Na documentação encontrada não existem registros sobre o período em que os componentes citados participaram da Banda Coelho e Campos. E alguns nomes estão incompletos.

¹²³ Fonte: **Inventário do Instituto Profissional Coelho e Campos de 1930**. ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO. Fundo: AJU 1ª V.CRI. Série: PENAL. Volume nº 1. Caixa 2523.

com cavalete; trinta cadeiras empalhadas; um lavatório com bacia e toalha; uma almofada para cadeira; um vaso de cedro para papéis. O uniforme¹²⁴ da Banda era calça, túnica e quepe.

Dentre as partituras (ver CD-ROM, anexo 8) pertencentes à banda, foi localizada uma polaca intitulada “Até a volta”, composta por Epiphanio e “Seratas”, com solado à trombone. As partituras foram copiadas em julho de 1929, por Maninho Pacheco. Os instrumentos musicais utilizados foram: bateria; saxofone alto mi bemol; primeiro, segundo e terceiro trombone; primeiro trombone de harmonia; contra baixo si bemol; bombardino; barítono si bemol; primeiras trompas; segundo cornetim si bemol; primeiro cornetim à solo; soprano à solo si bemol; segundas clarinetas; requinta; primeiros clarinos si bemol e adjuntos; clarinete; clarinetos repletos si bemol; segundas trompas mi bemol; contra baixo mi bemol; saxofone barítono mi bemol; saxofone tenor si bemol; segundos piston si bemol.

Nesse mesmo ritmo a Banda reproduziu as partituras da polaca intitulada “Canto da Serra”. Elas foram produzidas em julho e agosto de 1929, por Maninho Pacheco. Os instrumentos eram: requinta mi bemol; primeiros clarinos si bemol; clarinos repletos; segundos clarinos si bemol; soprano si bemol; saxofone alto mi bemol; primeiro cornetim si bemol; segundo piston si bemol; segundos saxofones mi bemol; primeira trompa mi bemol; segundos trombones em dó; primeiros trombones em dó; saxofone tenor si bemol; barítono si bemol; primeiro bombardino à solo; barítono mi bemol; contra baixo mi bemol; contra baixo si bemol; bateria; regência.

Também foram localizadas as partituras de Dobrado (carioca), chamado “Padre Arnaldo Rocha”, e outro intitulado “Escoteiros”, por João Rodrigues Silva. Elas foram copiadas e arranjadas por Maninho Pacheco, em dezembro de 1928 (02 partituras) e em 14 de setembro de 1929 (08 partituras). Os instrumentos usados foram: Saxofone soprano si bemol; segundas clarinetas si bemol; repletos clarinetas si bemol; primeiros clarinetos si bemol; saxofone barítono mi bemol; saxofone alto mi bemol; primeiro piston si bemol; segundas clarinetas si bemol; primeiras trompas mi bemol; terceiras trompas mi bemol; contra baixo mi bemol.

No ritmo valsa, localizou-se a peça chamada “Rosa Desfolhada”, arranjada por Camelier, em 08 de junho de 1929, composta por 19 partituras. Os instrumentos utilizados foram: segundo cornetim si bemol; soprano si bemol; segundos clarinetos;

¹²⁴ Segundo Santos (2004), a Banda musical existente em Japaratuba-SE, chamada Sociedade Filarmônica Euterpe Japaratubense, também utilizou quepe, calça, túnica e sapatos como uniforme.

requinta; primeiro clarinete; segundos trombones (em dó); bombardino; barítonos si bemol; primeiro cornetim si bemol; terceiras clarinetas si bemol; saxofone alto mi bemol; primeiro trombone (em dó); baixo mi bemol; barítono mi bemol; bateria; saxofone tenor si bemol; contra baixo si bemol; primeiro sax si bemol; terceiro sax mi bemol.

Outra valsa tocada na Instituição era: Jeanine “*I Dream of Lilac Time*”, por Nathaniel Shilkret. As partituras foram produzidas em outubro de 1929 e destinavam-se aos seguintes instrumentos: bugle si bemol; requinta mi bemol; helicano si bemol; bateria; primeiro clarinete si bemol; clarinetos repelns si bemol; segundos clarinetos si bemol; soprano si bemol; saxofone alto mi bemol; segundos pistons si bemol; terceiras trompas mi bemol; primeira e segunda trompa mi bemol; primeiro trombone; segundo trombone em dó; saxofone tenor si bemol; barítono si bemol; bombardino; saxofone barítono mi bemol; bombardino mi bemol; contra baixo si bemol.

Também foram localizadas as partituras da valsa “A mais bela”, por Camelier, produzidas em junho de 1929 e instrumentadas por Maninho Pacheco. Além dela, a Banda Coelho e Campos tocava a valsa “Ninita Fontes”, por J.José, com a instrumentação de Maninho Pacheco. Ela foi dedicada à Felino Fontes. No envelope, existem 20 partituras, incluindo a da regência, produzidas nos meses de junho e julho de 1929. Elas envolveram os seguintes instrumentos: primeiros trombones; segundos tenores; primeiro cornetim si bemol; segundas trompas mi bemol; primeiras trompas mi bemol; bateria; contra baixo mi bemol; contra baixo si bemol; bombardino; soprano si bemol; saxofone alto mi bemol; regência; replenos si bemol; primeiros clarinos si bemol; requinta; segundos clarinetos si bemol; segundo cornetim; saxofone tenor si bemol; barítono mi bemol.

Dentre as partituras, havia uma ópera chamada “Ernani – Ópera de Verdi”, com 22 partes, produzidas em novembro de 1929 por Maninho Pacheco. Os instrumentos que a compunham eram: primeiro saxofone alto mi bemol; primeiro saxofone soprano si bemol; segundos clarinetos si bemol; clarinetos replenos si bemol; primeiro clarinete à solo; requinta mi bemol; primeiro cornetim si bemol; terceiro pistom si bemol; segundo soprano si bemol; bateria; primeiro sax mi bemol; terceiro sax mi bemol; segundo trombone em dó; primeiro trombone; barítono si bemol; trombone canto do solista; bombardino; barítono mi bemol; baixo mi bemol; helicom si bemol; segundos piston si bemol; saxofone tenor si bemol.

Tinha também uma Polca¹²⁵ Concertista intitulada “Leonila” por Joakim Honório. As partituras foram produzidas em outubro de 1929, envolvendo os seguintes instrumentos: primeiro bugle si bemol; requinta mi bemol; primeiro clarinete si bemol; clarinetos repelns si bemol; segundos clarinetos si bemol; soprano si bemol; saxofone alto mi bemol; segundos pistons si bemol; terceiras trompas mi bemol; primeira e segunda trompa mi bemol; primeiro trombone; segundo trombone em dó; saxofone tenor si bemol; barítono si bemol; bombardino; saxofone barítono mi bemol; bombardino mi bemol; contra baixo si bemol; bateria.

Através dessas partituras, percebe-se que a Banda do IPCC reproduziu peças musicais oriundas de outros países, como a Alemanha, Itália, França e Polônia. Os alunos se apresentavam nas exposições realizadas na Instituição, que eram abertas ao público; e em algumas datas comemorativas, como “14 de julho”, quando se comemora a “Revolução Francesa” (1789).

Esses eventos mostravam à sociedade que o IPCC preocupava-se com a transmissão de cultura aos alunos, gerava movimentação na Instituição e divulgava os trabalhos que foram confeccionados para a venda. Fatos que podem ser observados na reportagem em anexo 09.

Para fomentar a arte literária na Instituição, foi criada, sob a forma de associação voluntária, a “Sociedade Litteraria Olegário Dantas”. Assim como ocorria nesse tipo de associação, sua fundação foi organizada em duas etapas, resultantes de duas reuniões coletivas para a tomada de decisões. Nelas foram realizadas discussões sobre as finalidades e objetivos da Sociedade e, através do voto, a eleição de quais seriam seus membros.

A primeira reunião foi realizada no dia 08 de novembro de 1928 e teve finalidade de discutir a importância da criação dessa Sociedade no IPCC e quais seriam seus objetivos. Concordou-se que ela serviria para desenvolver a capacidade mental de seus associados, incentivando-os ao cultivo das letras e dos sentimentos patrióticos. Conforme transcrição de um trecho da Ata:

[...] discurso do Sr. Presidente, terminando com a apresentação do nome do ilustre e valoroso sergipano Olegário Dantas, de saudosa memória, para servir de patrono à sociedade. Nome que foi aplaudido por todos, com entusiasmo. O Sr. Presidente falou que “ha muito determinar em

¹²⁵ Dança boêmia em binário alegre que a França incorporou e de qual fez, por sua vez, grande exportação a partir da segunda metade do século XIX (BORBA *et al*, 1963, p.392).

seu coração honra e memória de um destimido batalhador das causas nobres, defensor da liberdade e do direito dos oprimidos, jornalista brilhante, orador de nomeada, heroe e martyr, como fora Olegário Dantas, dando o seu nome a uma sociedade que delle se lembrou com carinho e respecto, aprendendo de sua vida, que entre nós revive, as lições de heroísmo, de amor e de coragem que lhe dera” (DANTAS, 1928, p.2).

Ficou estabelecido que a “Sociedade Litteraria Olegário Dantas” seria fundada no dia 15 de novembro de 1928, sob a Direção de Octávio Espírito Santo. A cerimônia de instalação ocorreu no auditório do IPCC, na presença dos auxiliares imediatos do Instituto, representantes de autoridades civis, militares e eclesiásticas. A Secretária que lavrou a Ata foi Zulnara Ribeiro. A programação obedeceu a seguinte ordem:

Tango – “La compasita”

Fundação da “Sociedade Litteraria Olegário Dantas” e a sua razão de ser pelo Diretor.

Dobrado – Dr. Octavio

Poesia – “Philosophias”, de Hermes Fontes, pela senhorinha Lila de Souza

Discurso – Prof. José Carmelo

Tango – “Chuá Chuá”

Poesia – “Trilogia da vida” de Raul Machado, pela senhorinha Maria Amélia Ferreira

Cançoneta – “O meu desejo”, pela menina Florita Madureira com a orquestra.

Soneto – “Inania Nerba”, de Olavo Bilac, pela senhorinha Olindina Goes

Dobrado – “118”, por Lauro Carmo

Entre apresentações musicais e poéticas, realizou-se a cerimônia de inauguração da Sociedade. Ela teve como componentes importantes personalidades de Sergipe, foram elas: o Presidente de Honra – Exmo. Sr. Cel. Manoel Corrêa Dantas, benemérito Presidente do Estado; o 1º vice-presidente Deputado Humberto Olegário Dantas; o 2º vice-presidente Dr. Leandro Maynard Maciel; o Presidente efetivo Octavio Espírito Santo; a 1ª secretária Zulnara Ribeiro; a 2ª secretária Marina de Marsilac; o Tesoureiro Antonio Menezes; a Bibliotecária Genny de Araujo Pinto; as Oradoras Zaíra Dantas Freire e Ottilia Cardoso Barretto.

Pela importância dos componentes citados na elite aracajuana acredita-se que a Sociedade Litteraria foi um “campo” disputado, cujas posições revelavam hierarquias e

poderes. Ela, assim como a Banda “Coelho e Campos”, foi organizada dentro de um estabelecimento estatal, sob os moldes das associações voluntárias¹²⁶.

Esse modelo associativo desempenhou diversos papéis no IPCC, na formação moral do indivíduo, através das letras das músicas e poesias; na inculcação de valores e elementos patrióticos, como o hino, a bandeira, o uso de uniformes; na presença da democracia, sob o regime de votações; dentre outros elementos reveladores do sentido de suas práticas.

Elas caracterizaram-se por reunir voluntariamente diferentes indivíduos, pertencentes aos mais diversos cargos da sociedade, em prol de uma causa. Essa guiava as ações do grupo e conduzia a organização dos trabalhos.

A partir do final do século XIX e cada vez mais ao longo da primeira metade do século XX, as associações voluntárias se caracterizaram por assumir um ascetismo moral pragmatista, um caráter ético que estimulava a difusão de regras morais [...]. Eram associações que ofereciam aos indivíduos modelos de vida fundados em valores e práticas modernas, defendendo um respeito absoluto à lei [...] (NASCIMENTO, 2008, p.209).

Além disso, a presença das “associações voluntárias”, somadas às práticas do Curso de Mecânica Prática e do de Montadores Eletricistas, revela indícios da influência da cultura norte-americana na formação profissional oferecida pelo IPCC.

Com essas ações, o IPCC demonstrou uma articulação com as concepções e práticas de educação profissional industrial vigentes no país. Uma vez que nas Escolas congêneres criadas era comum o ensino da música e o incentivo às artes para dar noções de cultura geral aos futuros profissionais.

¹²⁶ Segundo Nascimento (2008), “uma das garantias jurídicas mais importantes da vida norte-americana foi o direito de associação que se realizou por meio da adesão pública de alguns indivíduos a uma doutrina e ao compromisso de fazê-la prevalecer”(p.211). Assim, a “essas associações modernas coube também o papel de ser meio da difusão das idéias liberais na sociedade civil, a partir de grupos sociais em transição. Elas estabeleceram, portanto, a liberdade de expressão, a liberdade de culto e estimularam a expansão do movimento associativo com a criação de novas sociedades” (NASCIMENTO, 2008, p.212).

3.4 TRABALHOS PRÁTICOS E TESTES TEÓRICOS: FORMAS DE AVALIAR A APRENDIZAGEM¹²⁷

No IPCC as aulas eram divididas entre teóricas e práticas. Em cada uma delas havia atividades para serem realizadas que eram pontuadas pelo Professor, compondo as notas dos alunos. Através desses registros, avaliava-se o desempenho e a aquisição dos conhecimentos dos aprendizes.

No Instituto, eram realizadas três tipos de avaliação: provas mensais, exames de promoção anuais e atividades práticas (ver anexo 10 – desenho ornamental de um aluno) a partir dos trabalhos confeccionados nas Oficinas. Essas práticas eram utilizadas para “medir” o grau de aprendizagem dos conteúdos por parte dos alunos. Esperava-se que elas revelassem a apropriação dos conhecimentos e a representação do que os alunos tiveram sobre os Cursos e matérias que estudaram.

Os instrumentos avaliativos eram lições, provas escritas, sabatinas, exercícios práticos e trabalhos de oficina. Neles, os alunos submetiam-se aos critérios elencados pelos Professores e Mestres, como assiduidade, comportamento, desempenho teórico, dentre outros elementos. A partir das observações e dos resultados, os docentes faziam registros e compunham um documento chamado de “boletim do Movimento Escolar”, conforme exemplo da transcrição:

Designada pelo Exmo. Senr. Coronel Presidente do Estado para funcionar no Instituto Profissional Coelho e Campos, ali entrei em abril, sendo encarregada do curso médio. Em maio, foi nomeada a professora do referido Instituto a Exma. D. Cezartina Regis, combinamos que esta ficasse com o curso médio, passando eu, então, a lecionar a 2ª classe. Encontrei a promissora matrícula de 54 alunos, sendo a freqüência de 38. Em junho, matriculei 57 alunos e a freqüência manteve-se de 48. No corrente mês, a matrícula sempre crescente foi de 62. Nada poderei dizer de positivo sobre a freqüência deste último mês, visto como estamos em começo. Em relação aos alunos, mandam a justiça e o meu dever profissional, que eu externe neste modesto relatório a satisfação que vou experimentando, não somente sobre o devotamento ao estudo, como na observância escrupulosa da disciplina e da ordem escolar. Deixo, portanto lançado aqui o meu sincero elogio à esperançosa turma de jovens patricios, entregues ao meu fraco esforço. Uma séria dificuldade se me tem “antholhado” no desenvolvimento intelectual das crianças – a escassez de livros para os exercícios de leitura, pois para a freqüência que este boletim acusa, conto apenas com 10 livros.

¹²⁷ Esse tópico remete às práticas de ensino que ocorreram tanto nos Cursos Masculinos, quanto nos Femininos.

Convencida, entretanto, do carinhoso desvelo dos poderes públicos pelo progresso da instrução de Sergipe, nutro a fogueira esperançosa de que este pequeno embaraço será em breve removido e que a marcha do ensino seguirá triunfante, sempre colhendo sazonados frutos para o bem do Estado e justa glória daquele que tão galhardamente o vai governando. A professora Marina Emília de Marsillac. (meses de Abril, Maio e Junho, s/ano) (BOLETIM DO MOVIMENTO ESCOLAR, s/data, s/p.)

Eles eram relatórios entregues à Diretoria da Instituição, que funcionavam tanto como mecanismos de controle sobre o trabalho docente, quanto em relação ao desempenho dos alunos. Essas anotações contribuem para revelar aspectos do cotidiano escolar, as dificuldades encontradas pelos professores no exercício da profissão, a frequência dos alunos, as carências materiais, dentre outros elementos que permeavam a relação ensino/aprendizagem.

No IPCC os alunos estavam submetidos a todo instante à disciplina e às regras de convivência do estabelecimento. Eles deveriam cuidar do seu material escolar, ser pontuais e cumprir as tarefas com zelo. Em caso de desobediência, à critério da Diretoria e de acordo com a gravidade da falta cometida, ficavam sujeitos à repreensão, suspensão e expulsão. Isso era necessário para “civilizá-los”, desenvolvendo valores morais de obediência e submissão aos seus superiores.



Figura XX – Aprendizes do Instituto Profissional Coelho e Campos. Fonte: **Almanack de Sergipe**. p.51. S/ data.

A figura exibida ilustra a exigência feita aos alunos quanto à disciplina. Nota-se que estão enfileirados; os corpos estão eretos; as cabeças erguidas e direcionadas para

quem estava tirando a fotografia. Todos usavam roupas, como calças, terninhos, bermudas e sapatos.

Além desses elementos, a pontualidade dos alunos também era fiscalizada. Praticamente em todas as Seções e Departamentos do IPCC havia relógios na parede, que contribuíam, através do monitoramento das horas, para a disciplinarização dos corpos na execução das tarefas. Assim, serviam para controlar o tempo gasto nas atividades; regular os horários de entrada e saída; as horas dedicadas às aulas teóricas e práticas; a jornada de atividades das Oficinas; como também a assiduidade dos alunos. Todos esses itens eram observados pelos Professores e contavam para compor a nota dos estudantes, quando eram somadas às outras formas de avaliação.

O controle minucioso do tempo e a distribuição ordenada dos horários uniformizavam a vida escolar e permitia o controle das práticas escolares pelos docentes, no sentido de orientar as atividades pedagógicas conforme o ideal de modernização pedagógica. Essa forma de administrar o tempo escolar permitia marcar o ritmo das ações, mediar os rituais, ordenar os ciclos de existência e auto-regular as atividades escolares (ALMEIDA, 2009, p.49-50).

Tais práticas serviam para imprimir valores morais de adequação nos alunos, contribuindo com a incorporação de *habitus* e a conseqüente formação de hábitos, através das apropriações e representações. Os aprendizes precisavam aprender a cumprir regras e horários para que fossem bons profissionais; além de saber administrar o tempo de execução de tarefas com o de repouso e o lazer, para não prejudicar os trabalhos. Dessa forma, o IPCC adaptava os indivíduos às regras de trabalho vigentes na sociedade.

Havia provas mensais cujos resultados eram registrados pelo Professor nas cadernetas, de acordo com as seguintes equivalências numéricas: zero (péssima); um (má); dois e três (sofrível); quatro (regular); cinco (boa); seis (ótima). As duas primeiras notas eram eliminatórias. No julgamento, levava-se em conta a aplicação, a conduta, a assiduidade e o desenvolvimento intelectual do aluno, além das médias anuais. Esses elementos também eram observados nas aulas práticas ocorridas nas Oficinas.

Os exames finais ou de “promoção” aconteciam no primeiro dia útil, depois de 05 de novembro, antes do encerramento do ano letivo. Eles eram compostos por uma prova escrita, uma prova oral e uma prova prática, conforme a exigência da matéria. Os

pontos para os exames eram sorteados no momento de sua realização e deveriam ser dentre os dez do programa de cada disciplina.

A prova oral constituía-se de uma arguição feita pelo Professor, com duração de até vinte minutos, realizada na presença de uma comissão. A organização dessa banca ficava sob a responsabilidade do Diretor, que além de escolher três professores para compô-la, deveria fiscalizar todos os exames, podendo suspendê-los e reorganizá-los caso julgasse conveniente.

Abaixo segue a transcrição do processo de realização de um exame de promoção realizado no dia 18 de novembro de 1927, perante o inspetor do Ensino José Zeferino de Souza, Dona Ottilia Cardoso Barreto, a Farmacêutica Cesartina Regis¹²⁸ e o Diretor Octávio Espírito Santo, para promover alunos para o 1º ano do Curso Técnico¹²⁹:

Aos dezoito dias do mês de novembro de mil novecentos e vinte e sete, no salão onde funcionam as aulas teóricas dos diversos cursos do Instituto Profissional Coelho e Campos, presentes o Dr. Octavio Espírito Santo, diretor do Estabelecimento, o Inr. José Zeferino de Souza, Inspector do Ensino, as Professoras D. Ottilia Cardoso Barreto e Farmacêutica Cesartina Regis, encarregada, a última, das aulas do curso médio, foram submetidas a exame de promoção para o 1º ano do curso técnico os alunos: Neusice Almeida, Antonia Bernadette Almeida, Maria Jocelyna Moura, Josino Luiz Bispo, Belarmina S. José, Adalberto Costa, José Ferreira dos Santos, Antonio Celestino Filho, João Cardoso Travassos, Umberto Silva, Milton Telles, Arnaldo Madureira, José Luiz dos Santos e José Bispo dos Santos. [...]. Apresentadas à mesa as provas de Caligrafia, foram os alunos acima mencionados submetidos à prova escrita de Português e argüidos depois em aritmética, Português, História e Geografia, obedecendo-se o seguinte resultado: Neusice Almeida - aprovada com distinção grau 6; Antonia Bernadette Almeida - aprovada com distinção grau 5,60; Maria Jocelyna Moura - aprovada com distinção grau 5,60; Josino Luiz Bispo - aprovado com distinção grau 5,70; Belarmina S. José - aprovada plenamente grau 5,50; Adalberto Costa - aprovado plenamente grau 5,50; Antonio Celestino Filho - aprovado plenamente grau 5; José Ferreira dos Santos - aprovado plenamente grau 5; José Luiz dos Santos - aprovado simplesmente grau 4; Arnaldo Madureira - aprovado simplesmente grau 4; Umberto Silva - aprovado simplesmente grau 3,90; João Cardoso Travassos - aprovado simplesmente grau 3,90; Milton Telles - aprovado simplesmente grau 3,50; José Bispo dos Santos - aprovado simplesmente grau 3. [...]. Deixaram de ser promovidos por falta de média – José Rodrigues de Almeida, Edu Melo, Ernesto João dos Santos, Aurina dos Santos Lima e Cyro José dos Santos, não respondendo à chamada Evangelnia Mattos, Célia Albertina, João

¹²⁸ Cesartina Regis de Amorin (1890-1998), farmacêutica. Foi uma das primeiras professoras nomeada para a Escola de Aprendizes Artífices e para o Instituto Profissional Coelho e Campos (FREITAS, 2003, p. 05).

¹²⁹ Essa foi uma das nomenclaturas das subdivisões assumidas ao longo do tempo pelo Curso de Adaptação.

Madureira e Maria Lourdes dos Santos. Foi lograda a presente, que foi assinada por todos. Aracaju, 18 de novembro de 1927. Octavio Espírito Santo, José Zeferino de Sousa, Cesartina Regis e Ottilia Cardoso Barreto (ATAS DE PROMOÇÃO DE ALUNOS, s/pg., 1927).

Todos os exames dos Cursos exigiam a apresentação da frequência do aluno nas aulas. Não podia comparecer quem tivesse deixado de frequentar 30% dos trabalhos e lições dadas nas Oficinas; e os que estivessem em débito¹³⁰ com a Instituição.

A classificação dos graus era de 0 a 10. Para a aprovação se exigia o grau mínimo de três e meio, por isso, o aluno que não atingisse a média anual de 3 graus não era admitido no exame final.

A última forma de avaliação era realizada nas Oficinas, a partir da execução das tarefas. Nos Cursos profissionalizantes masculinos os aprendizes desenhavam peças de motores, figuras ornamentais, elaboravam projetos, dentre outras atividades. Nos femininos, as alunas faziam bordados, remendos, cerzidos, desenhavam figurinos de roupas, aprontavam enxovais etc.

Durante os trabalhos os estudantes eram avaliados pelo Professor responsável pela matéria. Os pontos observados relacionavam-se à forma de execução da atividade, como a atenção para cada etapa do processo, o cuidado com o material de trabalho, a organização, o comportamento. Além da pontualidade e da assiduidade. Todos os trabalhos tinham que ser feitos com muito rigor, uma vez que muitos se destinavam à venda, após serem expostos nos mostruários da Instituição.

¹³⁰ A pesquisa não revelou ao certo quais os motivos que faziam os alunos terem débitos na Instituição. Uma das possíveis explicações seriam as taxas que eram cobradas para a realização da matrícula nos Cursos; e a contribuição dada por cada estudante para a manutenção do Serviço de Saúde.

3.5 AS EXPOSIÇÕES DE TRABALHOS

Uma prática comum a quase todas as instituições de ensino profissionalizante brasileiras era a realização de exposições dos trabalhos dos alunos para a sociedade. Geralmente, faziam-se mostruários das peças confeccionadas e solenidades para atrair visitantes. Nessas ocasiões, muitas vezes distribuía-se prêmios e medalhas aos alunos “por capacidade moral, intelectual e industrial”(MORAES, 2003, p.53).

Existiam dois tipos de exposição na Instituição, uma que era a permanente e tinha a finalidade comercial, com a mostra dos produtos fabricados para serem vendidos aos diversos clientes e outra, sem fins lucrativos, visando apenas apresentar os trabalhos confeccionados pelos alunos. Ambas abertas à sociedade, conforme figura do anexo 10.

No primeiro tipo de exposição, eram colocados à venda no mostruário produtos¹³¹ voltados para os diversos ambientes das casas, como: acessórios para cozinha, de fogão, forno, bocas, couraça, grelhas, chapas, vasos de lixo, depósito com boca para leite, filtro Sergipe, pedra de filtro, fogareiro sem pé, guarda-comida, porta-panels, máquinas de ralar côco e de espremer frutas, moringueiro de canela, torrador para café, tamboretas de madeira, escada dupla de madeira, paneleiro; artigos para jardins, como regadores, gadanhos, arado, bancos, poste de ferro fundido; objetos de banheiro: “bidets” de peroba, em macaúba; lavatório de parede; lavatório de ferro com espelho, vaso higiênico com pedal, estrado para banheiro; dentre outros.

Também eram levados para venda artigos destinados à sala, ao quarto e ao escritório, como estantes de música; rolores de fita de cinema; trinchantes; penteadeiras de canela, espriguiçosa, balanço para criança, guarda vestidos (de macaúba ou peroba); bancas para máquina de escrever, grupos de móveis para sala de jantar e de visitas de macaúba com 10 peças; estantes; guarda-casaco de peroba; armário com portas ovais e de pinho; cama de casal (de peroba ou de jaqueira); cama de solteiro (em canela, ferro ou madeira); cadeiras estufadas de braço; penteadeira em cetim; cadeiras simples para crianças; mesas de canela com gavetas; mesa elástica; mesa de centro; berço de ferro para criança com balanço; bancos de ferro; tábuas de peroba; cristaleira; sofá em canela; dentre outros.

¹³¹ Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixa n° 64. Livro protocolo n° 173, com registro da carga e descarga dos artigos remetidos para a exposição permanente do Instituto, de 1933 a 1934.

Os produtos voltados para o público infantil eram berços, balanços, cadeiras, camas, armários e brinquedos, como boneca e automóveis. Também havia móveis escolares, hospitalares, de padaria e de doceria. Os produtos expostos eram os resultados dos trabalhos de alunos, Professores, Mestres e operários. Eles podiam ser visualizados e adquiridos pelos diversos membros da sociedade.

[...] Ao visitarmos as exposições dos trabalhos efetuados no Instituto Profissional Coelho e Campos tivemos a demonstração positiva da capacidade de trabalho do nosso povo e do afeto que o prende a terra. Aracaju, 31/12/1927, por Celso Fontes e M. Fontes (LIVRO DE VISITAS E IMPRESSÕES. S/pg. 1927).

Na exposição do IPCC, havia um “livro de visitas”¹³², no qual, cada visitante podia registrar sua impressão sobre as instalações das Oficinas, bem como os produtos oferecidos, expor opiniões, elogios e críticas. Abaixo segue as transcrições de alguns depoimentos:

Tendo, num momento de feliz resolução, visitado o Instituto Profissional Coelho e Campos, superiormente dirigido pela mocidade inteligente e esforçada de Octavio Espírito Santo a impressão que sente do progresso dessa utilíssima instituição foi sobremodo consoladora. A exposição realizada, ao fechar-se o ciclo de trabalho do ano de 1927, é uma demonstração eloqüente da incontestável utilidade de um instituto dessa natureza. Bem haja a inspiração feliz do benemérito sergipano que ao desprender-se da vida terrena lançou tão fecunda e abençoada semente no seio amorável de nossa terra. Aqueles que foram [...] educados nesta escola magnífica de trabalho, saberão, no futuro, agradecidos, abençoar a memória do grande sergipano, que admiravelmente compreendeu que o trabalho é o capital que mais produz. Em 29/12/1927, Franco Freire, e outros que assinaram em acordo (LIVRO DE VISITAS E IMPRESSÕES. S/pg. 1927).

Aqui deixo consignada a excelente impressão que levo da visita que venho de fazer às dependências deste núcleo de trabalho, onde se constata o esforço de mãos [...], com a perfeição, e o faço cômico de que estão praticando um ato de justiça [...]. Em 31/12/1927, por Deolindo Nascimento, do Sergipe Jornal (LIVRO DE VISITAS E IMPRESSÕES. S/pg. 1927).

Verificando minuciosamente diversas seções deste instituto tenho a dizer que fiquei satisfeito pela boa ordem e não tenho como expressar para avaliar as obras que os nossos patrícios com inteligência fizeram, tão dedicados trabalhos [...]. Em 31/12/1927, por Antonio Pitanga (LIVRO DE VISITAS E IMPRESSÕES. S/pg. 1927).

Da visita que acabamos de realizar ao Instituto Profissional Coelho e Campos, hoje sob a direção honesta, capaz e proficiente do engenheiro

¹³² Localizado no Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixa nº 215.

Octavio Espírito Santo, guardamos a mais consoladora impressão pela ordem e bom gosto que verificamos na exposição dos trabalhos produzidos nas diversas seções do tão útil estabelecimento de ensino profissional. Aracaju, 31/12/1927, pelo Chefe de Polícia e o Delegado da Capital (LIVRO DE VISITAS E IMPRESSÕES. S/pg. 1927).

A minha visita ao Instituto Profissional Coelho e Campos proporcionou-me grande alegria, pois a impressão que recebi foi muito além da expectativa que eu traria, tal o seu estado de desenvolvimento e eficiência. Aracaju, 02 de março de 1928, por Álvaro Paes (LIVRO DE VISITAS E IMPRESSÕES. S/pg. 1927).

Alcides Gomes Valente, Inspetor Fiscal dos impostos Federais, no Estado de Sergipe, visitando este estabelecimento profissional, tem com entusiasmo, verdadeira satisfação de cumprimentar a sua administração pela dedicação, pelo zelo com que dirige esta obra de patriotismo (LIVRO DE VISITAS E IMPRESSÕES. S/pg. 1927).

Todos os depoimentos ressaltaram a atuação da Direção do Instituto para o bom resultado apresentado. Também relataram a ação de José Luiz Coelho e Campos e a valorização da capacidade de trabalho dos sergipanos; revelando a circulação de opiniões e idéias que se tinha sobre aquela instância de formação. Alguns relataram que a educação profissional era um importante elemento para o progresso da pátria, pois formava trabalhadores.

Visito, no momento, o Instituto Profissional Coelho e Campos, de Aracaju em nome da Federação Nacional das Sociedades de Educação e da Diretoria Geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro. Percorri aulas e oficinas, assisti parte de lições e de tudo quanto vi e do conhecimento que tive de mestres e alunos, guardo a melhor impressão. Quando, há tempo, uma comissão Americana foi ao Japão estudar as origens de seu formidável progresso, a América se encheu de admiração porque por ela onde que o Império hipônico tinha milhões de Escolas Técnicas Profissionais. De estabelecimentos assim, técnicos profissionais, como o Instituto Profissional Coelho e Campos, precisa o Brasil [...] para que também, num futuro próximo, possa dar ao mundo um exemplo igual ao que os japoneses deram aos Estados Unidos. Deixo nestas linhas, ao diretor desta casa e aos seus distintos auxiliares, as muitas sinceras felicitações pela alta compreensão de deveres, casa que executou a tarefa que lhes cabe, um trabalho de engrandecimento da Pátria. Aracaju, 19 de agosto de 1930 (LIVRO DE VISITAS E IMPRESSÕES. S/pg. 1927).

Esses registros podem ser vistos como reflexos das relações sociais estabelecidas pelo Diretor Octávio Espírito Santos, representante do IPCC em 1927. Ele fazia uso do seu prestígio e convidava jornalistas, políticos, policiais, delegados, educadores, inspetores, para realizar visitas às exposições do Instituto. “Os momentos de

homenagens eram revestidos de um aspecto capaz de impressionar, seduzir, emocionar, convencer mesmo a todos os espectadores, que ao final saíam das solenidades tendo vivenciado verdadeiros momentos de civismo” (AZEVEDO, 2003, p.107).

Algumas exposições viravam verdadeiras festas, com apresentações musicais da Banda Coelho e Campos, e literárias. Entregavam-se prêmios e diplomas aos alunos que se formavam e realizavam-se discursos. Assim, as cerimônias de exposição e encerramento de aulas revestiam-se de significados que ultrapassavam intenções escolares, abrangendo também interesses econômicos e políticos.

Com múltiplos significados, as festas escolares formavam um conjunto de práticas que as tornariam tradicionais. Interpretar essas práticas seria compreender uma série de procedimentos sistematicamente ritualizados que deram legitimidade à função social da escola, a exemplo das aberturas, saudações, discursos com floreios e erudição, elogiando ora a escola ora os profissionais [...] (VALENÇA, 2005, p. 68).

Em 1930, os alunos do IPCC que completaram seus cursos receberam uma premiação pelos esforços. Formaram-se um ferreiro, dois ajustadores, dois fundidores e três de marceneiros. No Curso Profissional Feminino as concludentes foram seis do curso de “Modas e Confecções”, distribuídas nas atividades de modas; confecções; bordados a fantasia; nas rendas inglesa, irlandesa, inglesa; flores e chapéus; e tricô.

Nessas festas escolares não se comemorava apenas a aprovação dos estudantes, com a recepção do seu respectivo diploma de formatura, elas eram também momentos de celebração do civismo, com a propaganda das autoridades constituídas (AZEVEDO, 2003, p.94).

Esses eventos garantiam a visibilidade tanto do curso, como dos alunos com suas artes e ofícios para a sociedade. Apresentavam a acumulação do capital cultural, através da aquisição de uma profissão, distinguindo-os dos outros componentes da sociedade sergipana.

Em 1938, o IPCC foi atrelado ao Departamento de Educação do Estado, por determinação do decreto-lei nº 41, de 04 de fevereiro. Nesse registro constou as seguintes informações: data da instalação; nome do estabelecimento, do diretor ou profissional responsável e professores; sede e espécie de curso ou disciplinas ensinadas.

Porém, essa mudança pouco modificou as estruturas operacionais do IPCC. Os Cursos profissionalizantes e as práticas de formação apresentadas caracterizaram as

finalidades sociais do IPCC. Instituição que diferenciou-se da EAA de Aracaju por ser Estadual e não possuir a função assistencialista da educação.

A estrutura do IPCC só foi modificada em meados da década de 1940, quando seu regimento sofreu alterações para se adequar a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942). Nesse momento, passou a pertencer ao recém criado SENAI e sua nomenclatura passou a ser “Escola de Aprendizagem Industrial Coelho e Campos”.

Em 1944, o SENAI começou a funcionar em Aracaju. Os funcionários do IPCC foram aproveitados pela nova administração. Montou-se no prédio uma organização diferenciada, pois os cursos teóricos ficaram no período da manhã; os práticos à tarde; e à noite funcionou uma escola para operários. Essa mudança demarcou o término do presente estudo, uma vez que não se pretendeu investigar as mudanças ocorridas com o advento do SENAI.

A PESQUISA SOBRE O INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS: CONTRIBUIÇÕES, DIFICULDADES E POSSIBILIDADES – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o IPCC trouxe contribuições para a pesquisa Histórica em Sergipe. Em meio ao emaranhado documental foram lembradas, numa perspectiva histórico-sociológica práticas escolares de ensino/aprendizagem que vigoraram no início do século XX. Elas foram entendidas como construções sociais, advindas da necessidade de “civilizar” o cidadão.

Eram reflexos dos anseios trazidos com a proclamação da República e das finalidades pensadas para a educação nacional. Assim, o ensino profissionalizante configurou-se no Brasil como fruto da associação de idéias e debates ocorridos nos campos da política, economia, cultura que englobou grupos pertencentes de diversas camadas da sociedade. Ele recebeu financiamentos estatais, federais e de organizações particulares.

A educação profissional no Império caracterizou-se pelos debates que existiram visando definir qual seria sua finalidade. As discussões giravam em torno de perguntas, como: qual a utilidade da educação profissional para a sociedade brasileira? A quem deveria se destinar? Por que oferecer esse ensino? A quem ele beneficiaria? Vale ressaltar que essas questões carregavam o preconceito existente em relação ao trabalho manual, que era considerado como tarefa de escravo, naquele momento.

Sabendo disso, conclui-se que não se abririam Escolas Profissionalizantes para ricos e que as Instituições criadas no Império, portanto, foram respostas dadas a tais questionamentos. Uma vez que fundaram Colégios, Escolas, Institutos, Seminários, que ora destinavam-se ao assistencialismo dos pobres e órfãos, ora formavam técnicos para trabalhar com a Agricultura e nas poucas indústrias existentes.

Elas vieram atender aos problemas do seu tempo, como a necessidade de controlar a vadiagem nas ruas; devolver um lar àqueles que ficaram órfãos; modernizar as práticas agrícolas etc. E à medida que ocorriam mudanças na sociedade, como, por exemplo, a abolição da escravidão (13 de maio de 1888), a chegada de imigrantes, o uso de máquinas na Agricultura, a instalação de fábricas têxteis, o nascimento de indústrias, outras questões iam sendo incorporadas à temática da educação profissional.

Elas ficaram registradas nos discursos proferidos pelos políticos do período, como foi o caso de José Luiz Coelho e Campos. Seus dizeres estavam carregados de intencionalidades partidárias e mostraram posicionamentos sobre questões polêmicas, como o voto, a abolição da escravidão e a defesa do ensino profissionalizante, no século XIX. Os debates existentes entre os intelectuais da época são reveladores dos motivos pelos quais houve a necessidade de investir na educação profissional.

Os anos finais do século XIX, de intensa agitação política coincidem com a afirmação do projeto político republicano, a libertação da mão-de-obra escrava, a consolidação do projeto imigranista e o conseqüente início do processo de organização do mercado livre de trabalho [...] (MORAES, 2003, p.24).

As mudanças e discussões ocorridas, o final do século XIX e início do XX motivaram, portanto, o surgimento de novas perguntas em torno do ensino profissionalizante. O que fazer com a mão-de-obra livre? Como conseguir trabalhadores qualificados para operar as máquinas das indústrias? O que fazer com os analfabetos? Como sanar o problema da pobreza e da delinqüência nas ruas do país?

Dessa forma, as finalidades da educação profissional foram repensadas e outros valores inseridos. “Nas primeiras décadas da República procurou-se combater a mentalidade corrente, valorizando o trabalho como meio de sobrevivência e propagando a necessidade de preparar mão-de-obra para a construção do país”(PATRÍCIO, 2003, p.3).

Por todo o país começaram a surgir Escolas profissionalizantes, Liceus de Artes e Ofícios, que, mesmo mantendo, em alguns casos, a questão assistencial, visavam formar mão-de-obra para as indústrias, diferentemente das Instituições Imperiais.

Essas questões também prevaleceram em Sergipe. Pois, nesse Estado, durante o Império, todas as Escolas de educação profissional criadas mantiveram o caráter assistencialista. Somente em 1922, foi que surgiu uma Instituição desvinculada desses interesses: o Instituto Profissional Coelho e Campos.

Em Sergipe, no início do século XX, os setores de construção civil, transporte, mobiliário utilizavam tecnologia importada para prestar serviços. O Governo buscava de outros Estados e países a mão-de-obra e os produtos que necessitava para compor prédios escolares, militares, casas etc. Isso gerava altos custos e demandou uma oferta de educação profissional que viesse a suprir tais carências estatais.

Assim, a instalação do IPCC aconteceu para sanar essa lacuna. Ela foi uma Instituição que não assumiu o caráter assistencialista da educação profissional e revelou que foi criada para atender ao mercado de trabalho, formando profissionais para atuar nos diversos setores das iminente indústria sergipana.

Ela não foi uma Escola teórica. Ao contrário disso, seus Cursos de formação basearam-se em programas de ensino eminentemente práticos. Assim, através da observação e do contato direto com as máquinas e ferramentas de trabalho, os alunos (homens e mulheres) executavam diversas atividades nas Oficinas para aprender seus ofícios.

Desse processo de fabricação, resultaram encomendas, consertos e confecções. Aliou-se a formação pedagógica com as necessidades industriais do mercado sergipano. E à medida que os Cursos foram se constituindo, as finalidades sociais da Instituição apareciam.

Aos homens foram oferecidos os Cursos de Construções Metálicas; Construções Mecânicas (Mecânica Prática, Fundição, Modelação, Galvanoplastia, Niquelagem); Condutores de Máquinas e Motores, inclusive de automóveis; Montadores Eletricistas; Marcenaria. E com eles, passou-se a fabricar a mobília de residências, escolas, instituições públicas, militares que deixou de ser importada dos Estados Unidos. Também realizaram consertos de peças de fábricas e indústrias, antes feitos em outros Estados. Dessa forma o Instituto formou mecânicos, marceneiros, ferreiros, eletricitas, motoristas, dentre outros profissionais.

Às mulheres foi oferecida a formação em Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, Pintura, Flores e ornamentação, Rendas e bordados, Modas, confecções de roupas brancas e grossas. A formação de costureiras, rendeiras e bordadeiras favoreceu a profissionalização de mulheres, oferecendo-lhes novas oportunidades de geração de renda. Assim, o Instituto fabricou roupas e uniformes para as diversas camadas da sociedade; também realizou serviços de pintura, ornamentação e decoração de móveis, objetos de enfeite de casas e consultórios, dentre outros serviços.

Claro que essas mudanças e incorporações não foram imediatas. Elas aconteceram ao longo do funcionamento da Instituição (1922-1942), à medida que seus serviços foram registrados em anúncios, propagandas e jornais, estimulando as trocas de favores com a sociedade, fazendo com que as encomendas aumentassem e, assim, os resultados das produções aparecessem.

O movimento propagandista foi de extrema importância, porque fez com que as pessoas confiassem na capacidade da Instituição em oferecer serviços de qualidade e, cada vez mais, aumentasse o número de encomendas. Além da função comercial, o IPCC atuou na formação primária, através do Curso de Adaptação, no qual os alunos aprendiam rudimentos da leitura, escrita e do cálculo. Para isso foram utilizados diversos elementos da cultura material escolar, como recursos pedagógicos. Alguns dos livros usados, inclusive, demonstraram que houve a influência de padrões culturais norte-americanos nos ensinamentos da Instituição.

O ensino da música foi estimulado através da Banda “Coelho e Campos” e o da literatura brasileira pela “Sociedade Litteraria Olegário Dantas”. Ambas foram associações voluntárias que se formaram dentro da Instituição e agiram como instâncias de formação moral dos indivíduos, a partir dos valores republicanos de civismo, nacionalidade, patriotismo, educação etc. Pesquisar suas práticas significa trazer a tona o estudo dos modelos de associações voluntárias existentes no país, sob os moldes da cultura Norte-americana. Esse tema, segundo Nascimento (2008, p.205), é “um campo relativamente novo para a investigação histórica no Brasil”.

A pesquisa sobre o IPCC também apresentou os sujeitos que nele atuaram. Falou-se sobre as normas estabelecidas entre os membros do Instituto – diretoria, professores, alunos, mestres, operários e demais funcionários, tanto internamente, quanto nas suas relações com a sociedade sergipana, através das exposições, encomendas de serviços, visitas as fábricas existentes etc. Bem como sobre o funcionamento dos cursos oferecidos, que eram aspectos configurantes das finalidades sociais assumidas pela Instituição em Sergipe.

[...] falar da memória da escola é falar da memória da formação dos indivíduos que por ela passaram, seja na condição de estudantes, de docentes ou de agentes da burocracia escolar. Para todos eles, a instituição funcionou como um espaço permanente de civilidade (NASCIMENTO, 2004, p.)

Assim, verifica-se que o IPCC contribuiu com o ensino profissionalizante em Sergipe ao formar profissionais para atuar no mercado de trabalho; difundir modelos educativos norte-americanos e europeus; aplicar métodos de ensino vigentes no país; aderir às concepções higienistas de educação; introduzir a fabricação de mobílias e uniformes para as escolas; além de inaugurar uma nova fase em sua organização desvinculada do assistencialismo.

Dessa forma, conclui-se que o presente estudo contribuiu com a História da Educação, porque lançou um olhar sobre o Instituto Profissional Coelho e Campos, suas práticas de formação e suas redes de interdependência. Dentre os caminhos percorridos para ter tal constatação está o processo de busca por fontes e os desafios surgidos para analisá-las.

Existem ocorrências que dificultam o trabalho do pesquisador, como os estragos materiais causados aos documentos pelo tempo; o descuido das fontes por parte dos responsáveis pelos arquivos, ocasionando dispersões de informações. Em contrapartida, outros fatores contribuem para o avanço dos estudos, como a localização das fontes e a verificação das controvérsias dos fatos que incitam curiosidade; além do amor pelo saber.

Nesse estudo, a quantidade de fontes encontradas foi grande, sendo desafiadora a escolha de como organizá-las e qual o caminho seguir. Eram atas, portarias, fotos, telegramas, ofícios, documentos de contabilidade, partituras, boletins, livros de ponto, inventários, livros de registros diários das encomendas, jornais, revistas, fotografias, livros didáticos, programas de ensino, folhas de pagamento, fichas de cadastro de professores, dentre outros documentos que registravam informações sobre o IPCC.

Elas versam sobre diversos aspectos da Instituição e, por isso, precisaram ser organizadas, visando cumprir os objetivos traçados na pesquisa. Não seria possível utilizar todas devido às diversas limitações espaço-temporais que se põem ao pesquisador na elaboração do estudo.

Por isso, o olhar lançado sobre as fontes buscou extrair sentidos e significações fundamentadas na necessidade de investigar a função social do IPCC e a questão assistencialista, apresentando seus Cursos de formação, os sujeitos e as práticas escolares. Dessa forma e utilizando os aportes teórico-metodológicos da História Cultural, dentro dos conceitos e categorias estabelecidos, os documentos foram confrontados e analisados.

Sabe-se que essas fontes não são reveladoras da verdade histórica. Mesmo porque isso não seria possível de acontecer, uma vez que os fatos foram narrados e registrados por diferentes sujeitos carregados de intencionalidades que, muitas vezes, são difíceis de serem apreendidas pelo pesquisador. Esse estudo sobre o ensino profissionalizante foi apenas mais uma contribuição dada ao mosaico da História da Educação brasileira.

Porém, embora reconhecendo a contribuição do presente estudo, é necessário reconhecer que ainda há muito para ser estudado. Pois, felizmente, as pesquisas não se esgotam. Elas são datadas e marcadas pelos limites de um tempo, conseguindo apenas registrar algumas marcas e indícios que foram apreendidos de forma reelaborada, a partir da experiência do pesquisador.

Constata-se isso após verificar que muitas foram as reformas do ensino profissionalizante brasileiro. Sua organização em Sergipe esteve estreitamente ligada a cultura brasileira, a economia local e as necessidades impostas em cada período. Por isso, ainda há muito a ser trilhado para compor o quadro do ensino profissional oferecido no Estado, sobretudo pelo IPCC, principalmente no que diz respeito as suas práticas, saberes e representações.

O presente estudo, ao apresentar subsídios para compreensão de alguns aspectos deste ensino, permitiu de forma mais específica entender como ele atuou enquanto espaço civilizador e, assim, configurou suas práticas.

Cabe investigar os tipos predominantes de ensino profissional no Brasil, como o agrícola, comercial, doméstico, técnico e industrial; e também suas relações com o modelo escravocrata, o assistencialismo, as medidas higienistas, os modelos educativos estrangeiros, a industrialização, o ensino técnico masculino e feminino, dentre outros temas que remetem a essa problemática.

Também algumas fontes merecem ter suas informações aprofundadas por outros estudos, como as fichas das professoras e as partituras da Banda Coelho e Campos. E é dessa forma que acontece a despedida do pesquisador e de seu objeto: com a necessidade de reforçar, através da escrita, os resultados obtidos com a pesquisa e a vontade de preencher as lacunas deixadas pelo caminho, através de outros estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. Fontes Orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ALMEIDA, J. S. de. **Ler as letras**: por que educar meninas e mulheres? . São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: Campinas: Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, M. L. de. **Leyda Regis**: reminiscências de formação intelectual e atuação profissional em Sergipe. São Cristovão: Núcleo de Pós-graduação em Educação / Universidade Federal de Sergipe, 2009. (Dissertação de Mestrado).

ARAÚJO, J. de S. **Perfil do leitor colonial**. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

AZEVEDO, C. B. de. **Nos majestosos templos da sabedoria**: a implantação dos Grupos Escolares em Aracaju. São Cristovão, 2003. (Monografia).

AZEVEDO, F. de. As origens das instituições escolares. In: **A cultura brasileira**. Parte III – A transmissão da cultura. 6ª ed. Brasília: Editora UNB, 1996. p.545-601.

_____. **A cultura brasileira**. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BARRETO, L. A. **Graccho Cardoso**: vida e política. Aracaju: Instituto Tancredo Neves, 2003.

_____. O adeus dos amigos e admiradores. **Aracaju: s.n.t., 2007. s/p.**

_____. Coelho e Campos no STF. **Aracaju: s.n.t., 2007. s/p.**

_____. Um político no Império e na República. **Aracaju: s.n.t., 2007. s/p.**

_____. Duas doações, dois exemplos. **Aracaju: s.n.t., 2007. s/p.**

_____. José Luiz Coelho e Campos: político, magistrado e filantropo. **Aracaju: s.n.t., 2007. s/p.**

BARTHES, R. **Imagem e moda**: inéditos vol.3. BENEDETTI, Castilho (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Roland Barthes).

BLAKE, A. V. A. S. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. vol.V. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1899.

BONATO, N. M. da C. Uma escola de formação profissional para o sexo feminino no Distrito Federal: a Escola Profissional Paulo de Frontin (1919). In: **Anais da 24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação da Anped**. Caxambu, Rio de Janeiro: Anped, 2001. v. 1. p. 1-7.

BORBA, T. GRAÇA, F. L. **Dicionário de Música**. vol.I e II. Lisboa: Edições Cosmos, 1963.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de Sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1980.

_____. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. Primeira parte: Itinerário. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (p. 15 – 48)

_____. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004, 2005.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da história: novas perspectivas**. BURKE, P. (org.). Tradução de LOPES, M. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (p.7-37). (Biblioteca básica).

_____. **A Escola dos Annales (1929-1989): revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

BRANDÃO, Z. **A intelligentsia educacional** – um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil. Bragança Paulista/SP: IFAN-CDAPH, Editora da Universidade de São Francisco, 1999.

BRAVO, M. A. F. FONTES, M. de A. **O algodão em Sergipe, apogeu e crises. Relato histórico 1590-1975**. Aracaju, Sergipe: Governo do Estado de Sergipe, Secretaria de Estado da Educação e Cultura, Subsecretaria de Cultura e Arte, 1984. Coleção José Augusto Garcez.

CABRAL, M. **Roteiro de Aracaju**. 2ª ed. Aracaju: Livraria Regina, 1955.

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 1998.

CASTRO, T. de. Aracaju: evolução e crescimento. In: **Boletim Geográfico**. n.200. ano 26. Rio de Janeiro: Fundação IBGE. Setembro / outubro, 1967. p.49-65.

CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

_____. **A História cultural: entre práticas e representações**. Trad.GALHARDO, Maria Manuela. Rio de Janeiro: Editora BERTRAND Brasil S.A., 1988. (Coleção Memória e Sociedade).

CHIZZOTTI, A. A constituinte de 1823 e a educação. In: FÁVERO, Osmar. (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção memória da educação).

COELHO, E. C. **As profissões imperiais**: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

COELHO E CAMPOS, J. L. **Orçamento do Ministério do Império**. Rio de Janeiro: Typographia Imp. E Const. De J. Villeneuve EC, 22 de maio de 1877. p. 1-37. (Discurso).

_____. **Limites da Província de Sergipe**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 14 de agosto de 1882. p. 1-24. (Discurso).

_____. **Orçamento da Agricultura**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 8 de agosto de 1887. p. 1-64. (Discurso).

_____. **Crédito da Marinha**: política do Gabinete. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 02 de julho de 1888. p. 1-32. (Discurso).

_____. **Bancos de Crédito Real**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 23 de outubro de 1888. p. 33-61. (Discurso).

_____. **Discurso proferido na Sessão de 17 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 17 de dezembro de 1890. p. 1-31.

_____. **Discurso proferido na Sessão de 15 de janeiro de 1891**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 15 de janeiro de 1891. p. 32-63.

_____. **Estado de Sítio, actos do governo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 26 de setembro de 1898. p. 1-59.

CUNHA, L. A. Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil Colônia. In: **Revista Fórum Educacional**. Rio de Janeiro, n.4, p. 31-65, out./dez., 1978.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF: FLACSO, 2000.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF: FLACSO, 2000a.

_____. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005a.

CRUZ, M. M. da S. **A trajetória do Grupo Escolar Coelho e Campos (1918/1945)**. Própria, Se: Programa de Qualificação Docente II, Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 2002. (Monografia).

DANTAS, I. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DIAS, M. H. O Diário de São Paulo como fonte. In: VIDAL, D. G.; SOUZA, M. C. C. (orgs.). **A memória e a sombra** – a Escola Brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. (p.21-32).

DILLMONT, T. de. **Trabalhos de agulha**: costura a mão, costura a máquina, cerzidos e remendos, bordado a branco. BEGOSSI, Ligia Junqueira (Trad.). Vol.1. Rio de Janeiro, RJ: EDIOURO Editora Tecnoprint S.A, 1987a.

_____. **Trabalhos de agulha**: bordado a cores, em seda e veludo. BEGOSSI, Ligia Junqueira (Trad.). Vol.2. Rio de Janeiro, RJ: EDIOURO Editora Tecnoprint S.A, 1987b.

_____. **Trabalhos de agulha**: bordado, tapeçaria e tricô. BEGOSSI, Ligia Junqueira (Trad.). Vol.3. Rio de Janeiro, RJ: EDIOURO Editora Tecnoprint S.A, 1987c.

_____. **Trabalhos de agulha**: renda de bilro: De Dieppe Bruxelas Valenciana (em fios dourados), guarnições: festões, cordões, galões, franjas, pingentes, pompons. BEGOSSI, Ligia Junqueira (Trad.). Vol.8. Rio de Janeiro, RJ: EDIOURO Editora Tecnoprint S.A, 1987d.

DINIZ, A. **Aracaju**: síntese de sua geografia urbana. Aracaju, SE, 1963. (Tese de concurso para catedrático do Colégio Estadual de Sergipe).

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungman, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

_____. **A sociedade de corte**. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FARIA FILHO, L. M. de. **República, trabalho e educação** – a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

_____. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marxus Levy. (org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p.193-211.

FÁVERO, O. (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção memória da educação).

FERREIRA, C. E. M. **Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo**. São Paulo: RMC Comunicação, 1991.

FONSECA, C. S. da. **História do ensino industrial no Brasil**. vol.1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1961.

_____. **História do ensino industrial no Brasil**. vol.1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

FORTES, B. **Evolução da paisagem humana da cidade de Aracaju**. Aracaju, SE: 1955.

FRAGO, A. V. e ESCOLANO, A.. A arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. Trad.Alfredo Veiga Neto. In: **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREITAS, A. G. B. de. Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX. In: **Revista do Mestrado em Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. v.4, p.45-65, jan./jun., 2002.

_____. **Vestidas de azul e branco – um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação / NPGED, 2003.

_____. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. (Tese de Doutorado).

_____. A produção dos estudos biográficos em Sergipe e as principais contribuições para a história da educação. In: **Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2006. p.145 – 160.

FREITAS, M. V. de. **Tecnologia: artes e ofícios femininos**. 2ª ed. São Paulo: 1954.

FREITAS, Z. R. de. **História do ensino profissional no Brasil**. São Paulo, 1954

GALLY, C. de M. **Brício Cardoso no cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874)**. São Cristóvão: Núcleo de Pós-graduação em Educação / Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

GILIOLI, R. de S. P. **“Civilizando” pela música: a pedagogia do canto orfeônico na escola paulista da primeira república (1910-1930)**. São Paulo: PPGE/ Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2003. (Dissertação de Mestrado).

GOUVÊA, M. C. S. de. Os Fios de Penélope: a mulher e a educação Feminina no século XIX. In: **Anais do XXVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisas em Educação (Anped)**. Poços de Caldas, RJ: Anped, 2003. p. 1-15.

GUARANÁ, A. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**. Governo de Sergipe / Rio de Janeiro: Pongetti, 1925. (p.174).

HILSDORF, M. L. S. Cultura escolar/ cultura oral em São Paulo (1820-1860). In: **Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação**. VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p.67-96.

- HOLANDA, A. B. de. **Dicionário Aurélio século XXI**. 2002. (Cd-rom).
- HOUAISS, A. VILLAR, M. de S. (Dir.). **Dicionário Eletrônico Houaiss**. São Paulo: Objetiva, 2001. CD-ROM.
- HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- IWAYA, M. Cenário e palco para a instrução: a linguagem arquitetônica do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). In: **História da Educação, Arquitetura e espaço escolar**. BENCOSTA, M. L. A. (org.). São Paulo: Cortez, 2005.
- KUNZE, N. C. **A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941)**. Cuiabá: CEFETMT, 2006.
- KRÜGER, E. **O resgate histórico da função social da educação profissional brasileira, à luz do decreto 2.208/97: um estudo do perfil socioeconômico do aluno do Cefet-RS**. Pelotas, RS: Universidade Federal de Pelotas, 2007. (Dissertação de Mestrado).
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, n.1, janeiro/junho, 2001. p.9-43.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.
- LAURINDO, A. **50 anos do ensino profissionalizante em São Paulo**. São Paulo, 1962.
- LAVAR, J. **A roupa e a moda: uma história concisa**. CARVALHO, Glória Maria de Mello (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. de O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LOPES, E. M. T. **Perspectivas Históricas da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- MACHADO, C. J. dos S. **Mulher e educação: história, práticas e representações**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, 2006.
- MALTA, M. O. e NASCIMENTO, J. C. do. Fontes para a pesquisa em História da Educação: o caso do Instituto Profissional Coelho e Campos. In: **Anais do II Encontro Norte e Nordeste de História da Educação / I Encontro Maranhense de História da Educação. As questões de método na pesquisa em História da Educação**. São Luis: EDUFMA, 2007. (Cd-rom).
- _____. O Instituto Profissional Coelho e Campos nos Jornais Sergipanos: dados preliminares. In: **Anais do III Encontro de Pós-graduação da UFS**. São Cristóvão: EDUFS, 2007.

_____. Subsídios para o estudo do curso profissional feminino do Instituto Profissional Coelho e Campos. In: **Anais do III Seminário Internacional de Educação** - A pesquisa em Educação: abordagens e a questão da inclusão social. v. único. São Cristóvão: EDUFS, 2007.

_____. Fontes para a composição da trajetória do Instituto Profissional Coelho e Campos. In: **Anais do XII Encontro Sergipano de História** "o legado intelectual de José Calasans". São Cristóvão: EDUFS, 2008.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANGANELLI, E. R. **História e genealogia da família Raupp**: de Laudembach à Colônia São Pedro. Porto Alegre: EST, 2006.

MELINS, M. **Aracaju romântica que vi e vivi**. 3ª Ed. Aracaju, SE: UNIT, 2007.

MORAES, C.S. Significado e relevância do Inventário de Fontes para o estudo do Ensino Técnico no Estado de São Paulo. In: **Inventário de Fontes Documentais. Contribuição à pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo**. Moraes, C.S. e Alves, J. (orgs.). São Paulo: Centro Paula Souza/Imprensa Oficial, 2000.

_____. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves. HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da Educação**. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. **A socialização da força de trabalho**: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MOTTA, O. **O meu idioma**. 8ª edição. vol. 46. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Série 2ª - Livros Didáticos – Bibliotheca Pedagogica Brasileira).

MOURA, V. L. B. de. **Pequenos Aprendizes**: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. (Dissertação de Mestrado em História).

MUNIZ, P. R.; BARCELLOS, J. A. S.; SANTI, R. **Lugar de mulher**: pequena história da educação feminina em Porto Alegre (1820-1940). Porto Alegre, RS: Unidade Editorial, s/ano.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NASCIMENTO, E. F. V. C. do. **A Escola Americana**: origens da Educação protestante em Sergipe (1886-1913). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação / NPGED/UFS, 2004.

_____. **Educar, curar, salvar**: uma ilha de civilização no Brasil tropical. Maceió: EDUFAL, 2007a.

NASCIMENTO, J. C. do. **Intelectuais da Educação**: José Calasans, Sílvio Romero e outros professores. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2007.

_____. **Historiografia educacional sergipana**: uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão, Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação / NPGED/UFS, 2003.

_____. **Memórias do aprendizado**: oitenta anos de ensino agrícola em Sergipe. Maceió: Edições Catavento, 2004.

_____. Ensino, pesquisa e memória: problemas metodológicos para o estudo da história da pesquisa e do ensino da química em Sergipe (1923-1926). In: **Cadernos UFS – Química e Educação**. vol. 6. São Cristóvão: Editora UFS, 2004.

_____. Sobre o campo da História da Educação na região Nordeste. In: VASCONCELOS, José Gerard e NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. (Orgs.). **História da Educação no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Edições UFC, 2006. p.29-43.

_____. O Escotismo como associação voluntária. In: **A escola de Baden-Powell**: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

NERY, M. A. A. M. **A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX**: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas. São Cristóvão: Núcleo de Pós-graduação em Educação / Universidade Federal de Sergipe, 2006. (Dissertação de Mestrado).

NEVES, I. D. de M. R. **Espartilhos e colarinhos**: esboço da moda em periódicos no início do século XX em Aracaju (1900-1914). São Cristóvão: Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, 2005. (Monografia).

NUNES, M. T. **A História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, L. E. M. de. Considerações sobre as figuras dos professores régios de línguas clássicas e modernas: notas para o estudo das origens da profissão docente no Brasil (1759-1809). In: **Revista do Mestrado em Educação**. v. 4, jan./jun., São Cristóvão: UFS/NPGED, 2002. p. 106-121.

PATRÍCIO, S. **Educando para o trabalho**: a implantação da Escola de Aprendizizes Artífices de Sergipe (1910-1930). São Cristóvão: Núcleo de Pós-graduação em Educação / Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, A. Album commercial: acção passa-se em Aracajú. In: **Revista o meu reclamo pelo meio**. Aracaju: Typographia Moderna, 1924.

PORTO, F. de F. **Alguns nomes antigos do Aracaju**. Aracaju, SE: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 2003.

QUELUZ, G. L. **Concepções de Ensino Técnico na República Velha: 1909-1930.** Curitiba: Ed. CEFETPR, 2000.

RAMOS, M. E. T. Memória viva. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Ano 1. n.2. p.85-87. (Agosto / 2005).

RIBEIRO, A. C. A. **A Escola Operária Horácio Hora.** São Cristóvão: Núcleo de Pós-graduação em Educação / Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

RIBEIRO, M. A. R. O ensino industrial: memória e história. In: **Histórias e memórias da educação no Brasil – século XX.** BASTOS, M. H. C. STEPHANOU, M. (orgs.). vol.III. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005. (p.209-228).

ROLEMBERG, D. C. Coelho e Campos na História de Sergipe. In: **Revista de Aracaju.** AnoVI. n.6. Aracaju / SE, 1957. (p.133-163).

SANTANA, A. S. de. **As febres do Aracaju:** dos miasmas aos micróbios. Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1997. (Dissertação de Mestrado.)

SANTANA, G. M. de. **Breve história das telecomunicações em Sergipe:** um resumo dos fatos ocorridos na implantação das telecomunicações em Sergipe. Aracaju: Sercore Artes Gráficas, 1997.

SANTOS, P. de S. Antônio Tavares de Bragança. In: **Caderno do Estudante.** Ano II. n.2. São Cristóvão: UFS,1982.

SANTOS, F. A. dos. **Olhares de Clio sobre o universo educacional:** um estudo das monografias sobre Educação no Departamento de História da UFS (1996-2002). São Cristóvão-SE: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da UFS, 2003.

SANTOS, G. C. dos. **A música instrumental em Japaratuba:** trajetória da Sociedade Filarmônica Euterpe Japaratubense. São Cristóvão-SE: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da UFS, 2004. (Coleção Educação é História, 5).

SANTOS, J. A. dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, E. M. T. (org.). **500 anos de educação no Brasil.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.205 a 224.

SCHIMMELPFENG, R. M. Retocando imagens: a Escola Alemã/Colégio Progresso (1930-1945). In: BENCOSTA, M. L. A. (org.). **História da Educação, Arquitetura e espaço escolar.** São Paulo: Cortez, 2005.

SCHWARCZ, L. M. Por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc. **A apologia da história, ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.7-12.

SILVA, A. S. L. **O ensino profissionalizante em Sergipe:** SENAI e o dualismo do sistema educacional (1940-1950). Aracaju, SE: Faculdade Pio Décimo, 2003. (Monografia de conclusão de curso).

SILVA, E. A. V. da. **A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889)**. São Cristóvão, SE: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação / NPGED/UFS, 2004. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, E. S. **História da Música em Sergipe**: vida e obras do Maestro Leozírio Guimarães. In: Anais do III Congresso Internacional de Pesquisa (Auto) Biografia: formação, territórios e saberes. Natal, RN: UFRN, 2008. (Cd-rom).

SOUSA, C. P. de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, A. de C. (org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOUZA, K. A. **O império da eloquência**: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EDUFF: EDUERJ, 1999.

SOUZA, R. F. de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, M. L. (org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p.163-211.

SUBRINHO, J. M. dos P. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju, SE: Programa editorial da Universidade Federal de Sergipe, 1987.

VALDEMARIN, V. T. **Estudando as lições de coisas**: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo. Campinas: Autores Associados, 2004.

VALENÇA, C. de A. **Entre livros e agulhas**: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju (1871-1931). Aracaju: Nossa Gráfica, 2005.

VASCONCELOS, M. C. C. **A casa e os seus mestres**: a Educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VEIGA, C. G. República e educação no Brasil (1889-1971). In: **História da Educação**. Belo Horizonte: Editora Ática, 2007.

VIDAL, D. G. e FARIA FILHO, L. M. de. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

VIDAL, D. G. **Culturas escolares**: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

VILAR, J. W. C. Evolução da paisagem urbana do centro de Aracaju. In: **O ambiente urbano**: visões geográficas de Aracaju. ARAÚJO, H. M. de. (org.) et all. São Cristóvão, SE: Departamento de Geografia da UFS, 2006.

VINHAO, A. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTA, M. L. A. (org.). **História da Educação, Arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

WILLEMS, E. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1950.

FONTES

BARRETO, Fausto e LAET, Carlos de. **Anthologia Nacional ou Coleção de excertos dos principais representantes da língua portuguesa**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

GÓES, Carlos. **Methodo de analyse (lexica e logica) ou sintaxe das relações**. 5ª Ed. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial, 1924.

JESUS, Josué Baptista de. Informação a petição do Sr. Antonio Vila-nova de Menezes. In: **Livro de Ofícios do Instituto Profissional Coelho e Campos**. Aracaju, 06 de junho de 1933. p.22-23. Localização no APES: e7 vol.05.

QUARANTA, Humberto. Decreto nº 814 de 24 de maio de 1923. In: **Leis e decretos do Estado de Sergipe**. Aracaju, Sergipe: Imprensa Oficial, s/ data.

QUARANTA, Humberto. Decreto nº 823 de 25 de junho de 1923. In: **Leis e decretos do Estado de Sergipe de 1923 a 1925**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1929. p.134.

SERGIPE. **Atas de promoção de alunos**. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol. 329. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Correspondências até 1944**. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.100. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe, 1923-1944.

_____. **Correspondências**. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.130. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe, 1923.

_____. **Correspondências**. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.232. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe, 1927.

_____. **Correspondências**. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.144. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe, 1928.

_____. Decreto-lei nº 771, de 10 de fevereiro de 1923. **Diário oficial do Estado de Sergipe**. Poder executivo. Aracaju, 13 de fevereiro de 1923. nº 940. Seção 1, pg.1.

_____. Decreto-lei nº 723, de 16 de junho de 1921. **Mensagem do Presidente Pereira Lobo**. Assembléia Legislativa. Aracaju, 07 de setembro de 1921.

_____. Decreto-lei de 24 de abril de 1922. **Mensagem do Presidente Pereira Lobo**. Assembléia Legislativa. Aracaju, 07 de setembro de 1922.

_____. Decreto-lei nº 819 de 06 de junho de 1923. **Mensagem do Presidente Maurício Graccho Cardoso**. Assembléia Legislativa. Aracaju, 06 de junho de 1923.

_____. Decreto nº 1.114 de 28/12/1929 – dá regulamento ao Instituto Profissional Coelho e Campos. In: **Leis e decretos do Estado de Sergipe de 1929**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1939. Pg. 117- 123. Arquivo Público do Estado de Sergipe – “Biblioteca José Alves”. Caixa nº 16.

_____. Decreto nº 934 de 04 de maio de 1926. In: **Leis e decretos do Estado de Sergipe de 1926**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1930. p.161-177.

_____. Decreto nº 937 de 26 de maio de 1926. In: **Leis e decretos do Estado de Sergipe de 1926**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1930. p.209-215.

_____. Decreto nº 951 de 09/09/1926. In: **Leis e decretos do Estado de Sergipe de 1926**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1939. Pg.359, 360. Arquivo Público do Estado de Sergipe – “Biblioteca José Alves”. Caixa nº16.

_____. Lei n.958 de 16 de outubro de 1926. In: **Leis e decretos do Estado de Sergipe de 1926**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1930. p.19-20.

_____. Decreto-lei nº 1.014 de 01 de fevereiro de 1927. **Mensagem do Presidente Manoel Corrêa Dantas**. Assembléia Legislativa. Aracaju, 07 de setembro de 1927.

_____. “Decreto-lei nº118 de 20 de julho de 1938”. In: **Leis e decretos do Estado de Sergipe de 1938**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1939. P.92-93.

_____. Decreto-lei n.41 de 04 de fevereiro de 1938. In: **Leis e decretos do Estado de Sergipe de 1938**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1939. Pg.14.

_____. **Diversos**. Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol. 328. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Ana Araújo de Sousa e Silva**. Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Anaide Cardoso**. Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Araci Cardoso de Meneses**. Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Cordélia Lacerda Ferreira**. Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Mariana Cardoso de Campos**. Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Daria Alves Gomes**. Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Natalia Souza**. Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Maria Izolina de Souza Freire.** Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Iracema Garcez Doria.** Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Maria Izabel Maynard.** Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Marina Emilia de Marsillac.** Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Zaira Dantas de Azevedo.** Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Zулnara Ribeiro Barreto.** Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Dagmar Hora de Mesquita.** Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Ficha profissional de Eurídice Bezerra.** Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Inventário do Instituto Profissional Coelho e Campos de 1930.** Arquivo do Poder Judiciário. Fundo: AJU 1ª V.CRI. Série: PENAL. Volume nº1. Caixa nº 2523. Aracaju, Sergipe, 1930.

_____. **Livro de Escripuração da sahida do material da Officina Dr. Cincinato Braga.** Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.273. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Livro de matrícula do Instituto Profissional Coelho e Campos.** Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.183. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Livro de Ponto do Curso Profissional Rui Barbosa.** Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.68. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe, 1926, 1927.

_____. **Livro de protocolo de documentos de transferências e requisição de trabalhos em madeiras.** Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.89. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe, 1926.

_____. **Livro de protocolo de entrada e saída de encomendas.** Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.73. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe, 1928.

_____. **Livro de registro da aprendizagem dos alunos.** Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.299. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe, 1942.

_____. **Livro de visitas e impressões.** Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol. 215. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe. 1927.

_____. **Partituras da Banda do Instituto Profissional Coelho e Campos.** Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.351. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Recibos de entregas de obras executadas nas oficinas do Instituto.** Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.346. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe 1927 e 1928.

_____. **Registro das encomendas entregues pelas oficinas de 1927 a 1934.** Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.08. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Registro das encomendas entregues pelas oficinas de 1929.** Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.04. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe, 1929.

_____. **Registro das encomendas entregues pelas oficinas de 1929.** Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol.216. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

_____. **Relação dos materiais distribuídos aos alunos em 1925 a 1927.** Arquivo Público do Estado de Sergipe. Vol. 178. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BARBOSA, R. O desenho e a arte industrial. In: **Obras completas de Rui Barbosa**. Discursos Parlamentares. Vol. 9. t.2. Rio de Janeiro, 1882. pg.1-23. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/FCRB_RuiBarbosa_ODsenho_e_a_ArteIndustrial.pdf . Acesso em 09 de setembro de 2009, às 09 horas.

BARRETO, C. M. Ensino de Arte e Educação Profissional feminina: um estudo de caso sobre a Escola Profissional Feminina de São Paulo. In: **Anais do II Encontro de História da Arte**. Campinas, SP: IFCH-Unicamp, 2006. Disponível em: [HTTP://www.ifch.unicamp.br/pos/hs/anais/2006/posgrad/\(13\).pdf](HTTP://www.ifch.unicamp.br/pos/hs/anais/2006/posgrad/(13).pdf) . Acesso em 09 de setembro de 2009, às 09 horas e 44 minutos.

Biografia de Carlos de Laet. Disponível em: <http://www.biblio.com.br/conteudo/CarlosdeLaet/CarlosdeLaet.htm>. Acesso em 22 de fevereiro de 2010, às 08 horas e 41 minutos.

Biografia de Carlos Góes. Disponível em: <http://leblon.com.br/r-carlos.shtml>. Acesso em 22 de fevereiro de 2010, às 08 horas e 48 minutos.

Biografia de Rui Barbosa. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=2. Acesso em 11 de setembro de 2009, às 09 horas e 24 minutos.

BONATO, N. M. da C. A escola profissional feminina [Rivadavia Correa] através da imagem fotográfica (1904-1926). In: **III Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. v. 1. p. 1-21. Disponível em: <http://www.lab-eduimagem.pro.br/frames/seminarios/pdf/nmcb.pdf>. Acesso em 09 de setembro de 2009, às 09 horas e 40 minutos.

CINTRA, E. P. de U. Do curso de Datilografia aos cursos de Comércio (Propedêutico e Contador): a criação do Instituto Comercial São José (Curitiba, 1942-1943). In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação – a Educação e seus sujeitos na História**. Eixo 02 – História da profissão docente e das instituições educacionais. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/index.htm>. Acesso em 12 de novembro de 2009, às 09 horas e 47 minutos.

Fotografia de José Luiz Coelho e Campos (1843-1919). Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=236> . Acesso em 12 de agosto de 2009, às 09 horas e 27 minutos.

MATOS, A. S. de. **Vultos Presbiterianos (XIII)**: Rev. Eduardo Carlos Pereira - Fundador da Igreja Presbiteriana Independente. Escrito no dia 11 de agosto de 1999. Disponível em: <http://www.ebenezer.org.br/Download/Alderivulto13.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2010, às 08 horas e 34 minutos.

RODRIGUES, Rosane Nunes. Educação Doméstica e a produção de imagens femininas (DF-1920-30). In: **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação – Educação no Brasil: História e Historiografia**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/>. Acesso em 12 de novembro às 11 horas e 45 minutos.

JORNAIS

Correio de Aracaju

Correio de Aracaju, 15 de julho de 1927, Ano XX, n° 485.
Correio de Aracaju, 20 de julho de 1927, Ano XX, n° 497.
Correio de Aracaju, 28 de setembro de 1927, Ano XX, n° 548.
Correio de Aracaju, 29 de setembro de 1927, Ano XX, n° 549.
Correio de Aracaju, 28 de outubro de 1927, Ano XX, n° 572.
Correio de Aracaju, 28 de novembro de 1927, Ano XX, n° 596.
Correio de Aracaju, 20 de dezembro de 1927, Ano XXI, n° 674.

Sergipe Jornal

Sergipe Jornal, 31 de janeiro de 1927, Ano VII, n° 1582.
Sergipe Jornal, 28 de fevereiro de 1927, Ano VII, n° ilegível.
Sergipe Jornal, 31 de março de 1927, Ano VII, n° 1580.
Sergipe Jornal, 29 de abril de 1927, Ano VII, n° 1602.
Sergipe Jornal, 30 de abril de 1927, Ano VII, n° 1603.
Sergipe Jornal, 31 de maio de 1927, Ano VII, n° 1625, pg.2.
Sergipe Jornal, 30 de junho de 1927, Ano VII, n° 1647.
Sergipe Jornal, 27 de maio de 1930, Ano X, n° 2479.

O Liberal

O Liberal, 27 de dezembro de 1929, Ano I, n° 21.
O Liberal, 29 de abril de 1930, Ano I, n° 114.

ANEXOS

ANEXO 1

Inventário do APES – 18 B – Educação E7 a E11

ANO	RESUMO DO CONTEÚDO	CAIXA	TIPOLOGIA DOCUMENTAL
1920 a 1925	Livro de Ponto	120	-
1921 a 1923	Livro de Documentos da Escrituração	222	-
1921 a 1924	Livro de escrituração	143	-
1921 a 1924	Contabilidade	259	-
1921 a 1925	Livro de Caixa do IPCC	156	-
1921 a 1924 1926 a 1927	Contabilidade	99	Prestação de contas
1921 a 1942	Documentos administrativos existentes no Arquivo do IPCC	206	Relação dos documentos que existiam no arquivo do instituto
1922 a 1923	Correspondência anterior à inauguração	209	Telegramas Ofícios Faturas Notas de compras
1923	Contabilidade	10	-
1923	Contabilidade	43	-
1923	Correspondência	130	Ofícios, telegramas
1923	Contabilidade	366	-
1923 a 1924	Livro de Ponto	146	Livro de horas gastas nos Trabalhos
1923 a 1924	Livro de Ponto	147	Informações sobre os profissionais – nome, carga horária
1923 a 1924	Contabilidade	316	-
1923 a 1924	Contabilidade	350	-
1923 a 1925	Correspondência expedida	187	-
1923 a 1925	Livro caixa	193	-
1923 a 1925	Movimento das oficinas	273	-
1923 a 1933	Livro de matrícula	183	Em péssimo estado de conservação. Informações sobre o nome, endereço, filiação e curso dos alunos
1923, 1924, 1946, 1948, 1952, 1954, 1955 e s/ data	Diversos	343	Atas de promoções, exames de Corte e Costura, programas de ensino, fichas de professores
1924	Contabilidade	17	-
1924	Livro de ponto	19	Livro de horas gastas no trabalho de diárias de operários
1924	Contabilidade: livro do movimento das oficinas	84	-
1924	Protocolo	118	Informações sobre o movimento dos materiais usados nas oficinas
1924	Livro de horas gastas no trabalho	128	-
1924	Correspondência	131	-
1924	Livro de movimento diário do IPCC	159	-
1924	Livro borrão de arrecadação	211	-
1924	Contabilidade	256	-
1924	Contabilidade/receita	297	-
1924 e 1925	Livro de Ponto	11	-
1924 e 1925	Livro de Ponto	59	-
1924 a 1926	Livro de escrituração dos bens do instituto	202	-
1924 e 1925	Livro de ponto	247	-
1924 a 1926	Livro diário	140	Entrega de faturas, serviços prestados,

			devedores.
1924 a 1926	Correspondência	254	-
1924 – 1925 1927 – 1928	Folhas de pagamento	323	-
1924 – 1925 1928	Contabilidade	325	-
1924 – 1925 1944 – 1945	Correspondência	326	-
1925	Correspondência	188	-
1925	Correspondência	217	-
1925	Contabilidade	275	-
1925	Contabilidade	276	-
1925	Contabilidade	303	-
1925 a 1926	Pessoal: livro de ponto	60	-
1925 a 1926	Pessoal: ponto diário do curso de adaptação	62	-
1925 a 1926	Pessoal: livro de ponto	91	-
1925 e 1926	Pessoal: livro de ponto	112	-
1925 a 1927	Livro de ponto	214	-
1925 e 1930	Contabilidade	44	-
1925 – 1926 1930 – 1933 1939 – 1943 1945	Diversos	328	Pessoal: diversos fragmentos do livro de ponto, folhas de chamada
1926	Correspondência	02	-
1926	Ponto diário dos alunos do curso de adaptação e curso Técnico	61	-
1926	Registro de expediente	66	-
1926	Contabilidade	76	-
1926	Livro de documentos de transferência e requisições de trabalho em madeira	89	-
1926	Livro de notas dos alunos	138	-
1926	Contabilidade	176	-
1926	Livro contendo requisições de materiais	203	-
1926	Contabilidade	255	-
1926	Diversos	364	Matrícula, nome de professores, conteúdos das aulas
1926 a 1927	Contabilidade	27	-
1926 a 1927	Contabilidade	251	-
1926 - 1927	Contabilidade	296	-
1926 a 1927	Registro de ponto	68	Professores do Curso Profissional da Escola Normal Ruy Barbosa
1926 a 1927	Contabilidade	110	-
1926 e 1927	Contabilidade	145	-
1926 e 1927	Livro de contas correntes	204	-
1926 e 1927	Livro de diários	250	Valor das diárias dos marceneiros e contramestres; ordens de serviços.
1926 e 1927	Correspondência	258	-
1926 e 1927	Contabilidade	302	-
1926 e 1927	Contabilidade	314	-
1926 e 1927	Livro de ponto	358	-
1926 e 1927	Contabilidade	367	-
1926 a 1936	Livro de portarias	111	Portarias, decretos, termos de compromisso, atas.
1927	Correspondência	01	-
1927	Contabilidade	03	-
1927	Contabilidade	29	-

1927	Livro de registro geral dos bens do instituto	103	Obs.: Péssimo estado / difícil de manusear
1927	Livro de chamada dos alunos	113	-
1927	Demonstração do material escolar distribuídos aos alunos	178	-
1927	Folha de comparecimento de professor	179	-
1927	Livro de contas correntes	205	-
1927	Correspondência	232	-
1927	Registro do movimento diário do IPCC	241	-
1927	Contabilidade	264	-
1927	Livro de chamada	309	-
1927	Livro de chamada	310	-
1927	Contabilidade	321	-
1927 e 1928	Livro de chamada	55	-
1927 e 1928	Movimento geral do IPCC	70	-
1927 e 1928	Contabilidade	83	-
1927 e 1928	Contabilidade	85	-
1927 e 1928	Livro de chamada	135	-
1927 e 1928	Livro de chamada	136	-
1927 e 1928	Livro de ponto	253	-
1927 e 1928	Livro caixa	300	-
1927 e 1928	Protocolo – receitas das entregas de obras executadas nas oficinas	346	-
1927 a 1929	Livro de cópias de faturas	09	-
1927 a 1929	Livro de ponto dos pedreiros e serventes	40	-
1927 a 1929	Livro de ponto	123	-
1927 a 1929	Livro de ponto	198	-
1927 a 1929	Livro “Diário” – escrituração mensalista	219	-
1927 a 1929	Recibos de receitas e despesas	322	-
1927 a 1930	Livro de ponto	21	-
1927 a 1930	Livro de movimento do departamento de Ensino Profissional	57	-
1927 a 1930	Livro de termo de visita e de impressões do IPCC	215	Depoimentos dos visitantes sobre as dependências e exposições do IPCC
1927 a 1928 1930	Livro de ponto	248	-
1927 – 1928 1945	Correspondências	327	-
1927 a 1945	Livro de atas	329	Promoção de alunos por exame
1928	Contabilidade	72	-
1928	Livro de registro de entrada e saída de produtos e encomendas	73	-
1928	Livro de ponto	105	-
1928	Livro de protocolo de correspondência	133	-
1928	Correspondência	144	-
1928	Livro de chamada	153	-
1928	Livro de chamada	154	-
1928	Livro de registro de funcionários – vide ficha remessiva – E7 1931-1942	182	-
1928	Livro de movimento do serviço de saúde do IPCC	243	-
1928	Movimento financeiro diário	244	-
1928	Movimento diário	249	-
1928	Livro de ponto	252	-
1928	Livro de chamada	290	-

1928	Contabilidade	295	-
1928 e 1929	Livro de movimento diário	102	-
1928 e 1929	Livro de chamada	155	-
1928 e 1929	Livro de contas correntes	207	-
1928 e 1929	Boletins mensais	223	-
1928 a 1930	Livro para transcrição das petições e informações recebidas	226	-
1928 a 1931	Livro de contas correntes	95	-
1928 a 1933	Correspondência	324	-
1928 a 1934	Livro de movimento da seção de construção metálica	08	-
1928 a 1934	Livro de escrita da seção de construção mecânica	104	-
1928 a 1934	Livro de anotação da seção de madeira	239	-
1928 a 1937	Livro caixa	306	-
1929	Livro de registro de encomendas	04	-
1929	Livro de ponto	38	-
1929	Escrituração do movimento diário	117	-
1929	Livro de ponto	124	-
1929	Livro de chamada	127	-
1929	Livro de encomendas	189	-
1929	Livro de encomendas	190	-
1929	Contabilidade	208	-
1929	Livro de encomendas	216	-
1929	Livro de ponto	237	-
1929	Livro de ponto	238	-
1929	Entrada e saída de materiais e móveis	257	-
1929	Protocolo de correspondências	278	-
1929	Livro do almoxarifado	347	-
1929	Partituras das músicas da banda Coelho e Campos	351	-
1929 a 1930	Livro de ponto da seção de fundição e diário dos operários	41	-
1929 a 1930	Livro de ponto	167	-
1929 a 1930	Livro de chamada	287	-
1929 a 1931	Correspondência	229	-
1929 a 1932	Correspondência	231	-
1929 a 1933	Correspondência	39	-
1929 a 1936	Correspondência	173	-
1930	Contabilidade	36	-
1930	Registro de encomendas	47	-
1930	Registro de material fornecido ao departamento de ensino profissional	58	-
1930	Livro de razão	74	-
1930	Livro de escrituração do almoxarifado	82	-
1930	Livro de ponto	141	-
1930	Livro de ponto	168	-
1930	Livro de chamada	169	-
1930	Livro de registro de guias de recolhimento	177	-
1930	Correspondência	230	-
1930	Registro de contas recebidas pelo cobrador	260	-
1930	Livro de ponto	267	-
1930	Correspondências	281	-
1930 a 1931	Livro de ponto	15	-
1930 a 1931	Livro caixa	119	-
1930 e 1931	Livro de ponto	172	-

1930, 1943 e 1945	Livro de ponto	225	-
1931	Registro de encomendas	49	-
1931	Livro de comparecimento	125	-
1931	Livro de ponto	234	-
1931	Livro caixa	344	-
1931	Livro de controle de material do almoxarifado	349	-
1931 e 1932	Registro de encomendas	14	-
1931 e 1932	Registros dos móveis e utensílios	42	-
1932	Livro de ponto	45	-
1931 e 1932	Livro de costaneira	50	-
1931 e 1932	Livro de ponto	161	-
1931 e 1932	Contas correntes	268	-
1931 e 1932	Livro de transcrição das petições e as dívidas e infrações	286	-
1931 e 1932	Livro de razão	315	-
1931 a 1933	Correspondências	67	-
1931 a 1933	Livro de ponto	116	-
1931 a 1933	Livro de chamada	186	-
1931 a 1933	Livro de ponto	199	-
1931 a 1933	Contabilidade	317	-
1931 a 1934	Livro de ponto	114	-
1931 a 1942	Movimento das seções – vide E7 182 (1928)	Remissiva	-
1932	Registro de encomendas	16	-
1932	Registro dos materiais existentes nas oficinas	20	-
1932	Livro de ponto	284	-
1932	Livro de entrada e saída de materiais das oficinas	307	-
1932 e 1933	Livro de chamada	56	-
1932 e 1933	Livro de ponto	87	-
1932 e 1933	Livro de entrada e saída de arrecadação	126	-
1932 e 1933	Livro de chamada	166	-
1932 e 1933	Movimento dos produtos remetidos e vendidos pela exposição do IPCC	180	-
1932 e 1933	Livro de chamada	356	-
1932 a 1934	Livro de ponto	196	-
1932 a 1934	Livro de chamada	236	-
1932 a 1935	Livro de correspondências	81	-
1932 a 1935	Livro de chamada	185	-
1933	Registro de carga e descarga dos artigos remetidos para exportação permanente do IPCC	64	-
1933	Registro de encomendas	272	-
1933	Livro de entrada e saída de materiais para as oficinas	308	-
1933 e 1934	Correspondências	05	-
1933 e 1934	Livro de chamada	18	-
1933 e 1934	Livro caixa	93	-
1933 e 1934	Livro de controle do almoxarifado	106	-
1933 e 1934	Livro de ponto	132	-
1933 e 1934	Livro caixa	142	-
1933 e 1934	Livro de chamada	184	-
1933 e 1934	Livro de ponto	213	-
1933 a 1935	Livro de ponto	192	-

1933 a 1935	Livro de ponto	220	-
1933 a 1936	Livro de matrícula	279	-
1933 a 1937	Livro de ponto	139	-
1933 a 1937 1942 - 1944	Livro de contas correntes	86	-
1934	Registro de movimentos da seção de Marcenaria	06	-
1934	Livro de chamada	07	-
1934	Livro de chamada	37	-
1934	Livro de chamada	170	-
1934	Livro de chamada	171	-
1934	Protocolo de saída de material	293	-
1934	Correspondência	355	-
1934 e 1935	Livro de ponto	22	-
1934 e 1935	Livro de ponto	65	-
1934 a 1940	Livro do movimento da seção de mecânica	108	-
1934 a 1941	Livro de ponto	90	-
1934 a 1942	Registro de obrigações a pagar	S/nº	-
1934 e 1945	Livro de termo de posse e compromisso	101	-
1935	Livro de registro diário	33	-
1935	Livro de chamada	69	-
1935	Livro de chamada	292	-
1935	Registro de encomendas	274	-
1935	Livro de chamada	305	-
1935 e 1936	Livro de razão	227	-
1935 e 1936	Livro de ponto	246	-
1935 a 1937	Livro de chamada	157	-
1935 a 1938	Livro caixa	28	-
1935 a 1939	Livro de registro de carteiras profissionais	63	-
1935 a 1939	Correspondência	79	-
1936	Livro de chamada	92	-
1936	Livro de chamada	224	-
1936	Livro de ponto	270	-
1936	Livro de encomendas	271	-
1936	Livro de ponto	282	-
1936	Livro de ponto	283	-
1936 a 1937	Livro de ponto	149	-
1936 a 1939	Protocolo	80	-
1936 a 1942	Portarias	24	-
1937	Livro de chamada	162	-
1937	Livro de chamada	277	-
1937 e 1938	Livro de controle de material	53	-
1937 e 1938	Livro de ponto	75	-
1937 e 1938	Livro de movimento da seção metálica	181	-
1937 a 1940	Livro de matrícula	52	-
1937 a 1940	Livro caixa	191	-
1937 a 1944	Contas correntes	304	-
1938	Livro de ponto	34	-
1938	Livro de chamada	109	-
1938	Livro de ponto	148	-
1938 e 1939	Movimento da seção de marcenaria	175	-
1938 e 1939	Livro de materiais	240	-
1938 e 1939	Livro de ponto	288	-
1938 a 1940	Livro de chamada	235	-
1938 a 1941	Livro de chamada	160	-

1938 a 1942	Contabilidade	121	-
1938 a 1944	Diversos	221	-
1938 a 1944	Livro de comunicação de acidentes de trabalho	280	-
1939	Livro de ponto	88	-
1939	Livro de chamada	137	-
1939 e 1940	Folhas de pagamento	318	-
1939 a 1942	Protocolo	71	-
1939 a 1943	Correspondência	158	-
1939 a 1944	Protocolo	100	-
1940	Livro de chamada	151	-
1940	Livro de ponto	233	-
1940 e 1941	Livro de ponto	289	-
1940 a 1942	Livro de ponto	94	-
1940 a 1942	Livro de chamada	115	-
1940 a 1942	Contabilidade	210	-
1941	Livro caixa	13	-
1941	Livro de chamada	164	-
1941 e 1942	Livro de matrícula	23	-
1941 e 1942	Livro de chamada	54	-
1941 e 1942	Livro de chamada	291	-
1941 e 1942	Folhas de pagamento	319	-
1941 e 1942	Livro de pagamento dos diaristas	368	-
1941 a 1943	Livro caixa	265	-
1941 a 1943	Livro caixa	266	-
1941 a 1944	Livro de registro da seção de mecânica	78	-
1942	Livro de chamada	197	-
1942	Livro de movimento da escrita dos aprendizes do curso profissional	299	-
1942	Livro de ponto	332	-
1942	Livro de chamada	333	-
1942	Fichas de funcionários	352	-
1942 e 1943	Livro de ponto	30	-
1942 e 1943	Livro de ponto	98	-
1942 e 1943	Livro de chamada	195	-
1942 e 1943	Livro de chamada	165	-
1942 a 1944	Livro de chamada	200	-
1942 a 1944	Livro caixa	12	-
1942 a 1944	Histórico do IPCC, recortes de jornais	46	Obs.: A caixa não foi localizada no APES
1942 a 1944	Contabilidade	129	-
1942 a 1944	Protocolo de ofícios	150	-
1942 a 1944	Livro de chamada	201	-
1942 a 1944	Livro de razão	269	-
1942 a 1944	Contabilidade	301	-
1942 a 1944	Livro diário	370	-
1942 a 1945	Contabilidade	345	-
1943	Livro de entrada e saída de material	242	-
1943	Livro de matrícula	313	-
1943	Livro de matrícula	335	-
1943 e 1944	Livro de escrita	51	-
1943 e 1944	Livro de ponto	96	-
1943 e 1944	Livro de ponto	312	-
1943 e 1944	IPCC	320	-
1943 e 1944	Livro de ponto	359	-
1943 a 1945	Registro de ordens de serviço	48	-
1943 a 1945	Livro de matrícula	338	-
1944	Livro de registro de encomendas	25	-
1944	Livro de carga	107	-

1944	Ofícios	134	-
1944	Livro de ponto	245	-
1944	Livro de escrituração dos pequenos devedores	261	-
1944	Contabilidade	263	-
1944	Correspondências	298	-
1944	Livro de ponto	336	-
1944	Correspondências	354	-
1944 e 1945	Portarias	26	-
1944 e 1945	Livro caixa	32	-
1944 e 1945	Livro de registro diário do movimento	31	-
1944 e 1945	Livro de registro de contas a receber	35	-
1944 e 1945	Contabilidade	122	-
1944 e 1945	Livro de ponto	152	-
1944 e 1945	Livro de ponto	163	-
1944 e 1945	Livro de ponto	212	-
1944 e 1945	Livro caixa	228	-
1944 e 1945	Correspondências	285	-
1944 e 1945	Livro de portarias	294	-
1944 e 1945	Livro de matrícula	339	-
1944 e 1945	Livro de razão da Escola Industrial Coelho e Campos	357	-
1944 e 1945	Ponto do IPCC	360	-
1945	Livro de ponto	77	-
1945	Livro de ponto	194	-
1945	Livro de ponto	218	-
1945	Livro de ponto	311	-
1945	Livro de ponto	330	-
1945	Livro de ponto	331	-
1945	Livro de ponto da Escola Industrial Coelho e Campos	340	-
1945	Livro caixa	348	-
1945 a 1951 1956	Diversos	342	Atas, contabilidade, diplomas
1949 a 1956 1958 a 1960	Diversos documentos sobre o ensino profissionalizante	341	Controle do movimento escolar, boletins do curso de Iniciação profissional e de Inspeção escolar
S/ data	Livro de chamada de Educação Física do IPCC	334	-

ANEXO 2

**QUADRO 11 - PRIMEIROS ALUNOS MATRICULADOS NO INSTITUTO PROFISSIONAL
COELHO E CAMPOS**

Nome*	Filiação	Residência paterna	Idade	Data da matrícula
Pedro Paulo dos Santos	Paulo Sergio dos Santos	Rua do Aribé (atual Bairro Siqueira Campos)	11	04/06/1923
Manoel José de Oliveira	José Joaquim de Oliveira	Rua Silva Ribeiro	10	04/06/1923
Manoel dos Santos*	Manoel Estevan	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	14	04/06/1923
Francisco*	Incógnitas	Rua Simão Dias	11	04/06/1923
Manoel de Mello*	Marcelino da Silva	Rua Itaporanga	12	04/06/1923
Benicio Góes*	-	Rua Itaporanga	12	-
João Candido de Andrade	Candido de Andrade	Rua Oliveira Ribeiro	13	04/06/1923
Othoniel da Silva Lemos	Manoel da Silva Lemos	Av. Independência (atual Av. João Ribeiro)	14	04/06/1923
Manoel Raymundo dos Santos*	Manoel Raymundo dos Santos	Rua de Campos	15	04/06/1923
Miguel de Farias*	Fiel Honório de Farias	Rua Itaporanga	14	04/06/1923
Pedro de Farias*	Fiel Honório de Farias	Rua Itaporanga	13	04/06/1923
Manoel de Oliveira Prado	Francisco Prado	Rua do Serigy	15	04/06/1923
Antonio de Oliveira Prado	Francisco Prado	Rua do Serigy	14	04/06/1923
Joel Gonzaga	José Luiz Gonzaga	Rua de São João	13	04/06/1923
A. Barretos dos Santos*	Mauricio Barreto dos Santos	Rua de Estância	10	04/06/1923
João Francisco dos Santos	Antonio Paulo dos Santos	Rua de Itaporanga	15	04/06/1923
Horácio*	Santo Manoel Monteiro	Rua do Rosário	15	04/06/1923
José dos Anjos*	Brasilino José dos Anjos	Av. Simeão Sobral	10	04/06/1923
Pedro*	José Francisco da Cruz	Av. Independência (atual Av. João Ribeiro)	14	04/06/1923
Manoel de Moura	Manoel Pergentino de Moura	Av. Independência (atual Av. João Ribeiro)	13	04/06/1923
Rayan de Moura	Manoel Pergentino de Moura	Av. Independência (atual Av. João Ribeiro)	15	04/06/1923
A. Passos*	Josias Passos	Rua Simão Dias	11	04/06/1923
José Ribeiro	Virgílio Ribeiro	Av. Cecília	13	04/06/1923
Oscar de Campos*	Bernardino Pereira Campos	Rua de Maruim	14	04/06/1923
M. Dantas*	Maria Natividade	Rua de Estância	13	04/06/1923
Ferreira*	Rosa de Andrade Ferreira	Rua São Benedito	13	04/06/1923
Ilegível	José Thomaz de Aquino	Rua de Estância	12	04/06/1923
Ilegível	Aurelino Mattos Freire	Rua das Almas	10	04/06/1923
Ilegível	Manoel de Sant'Anna	Rua de Maruim	14	04/06/1923

Ilegível	Miguel Archangelo	Av. Independência (atual Av. João Ribeiro)	12	04/06/1923
Manoel Messias dos Santos	José Vicente Marcellos	Rua Riachão	14	27/06/1923
Antonio Custodio*	José Menino de Oliveira Junior	Rua de Sto. Amaro	12	22/06/1923
Mario Cardoso	Manoel João	Rua de S. João	13	26/06/1923
Dario Xavier	João Xavier	Rua da Victoria (atual Av. Carlos Bulamarque)	13	26/06/1923
Julio Paulo dos Santos	João Paulo dos Santos	Rua de Pacatuba	12	26/06/1923
João Baptista Menezes	Florêncio Torres de Menezes	Rua do Lagarto	14	25/06/1923
Apollonio dos Santos	Cyriaco José dos Santos	Rua do Aribé (atual Bairro Siqueira Campos)	14	22/06/1923
Bendito da Silva*	Julio Alves da Silva	Rua da Victoria (atual Av. Carlos Bulamarque)	14	20/06/1923
José Nelson de Sant'Anna	Octavio dos Santos (falecido)	Rua da Victoria (atual Av. Carlos Bulamarque)	13	20/06/1923
Walter Moreira Santos	Nilson Moreira Santos	Rua do Rosário	11	20/06/1923
Antonio Ribeiro dos Santos	Vicente Ribeiro dos Santos	Rua de Laranjeiras	11	20/06/1923
João Ferreira dos Santos	Deocleciano dos Santos	Rua de Vila Christina	15	20/06/1923
Dario Rocha*	Maria Senhora da Rocha	Rua do Aracajzinho	14	11/07/1923
Antonio José dos Santos	Damião José Cupertino dos Santos	Rua de N. Sra. Das Dores	15	19/07/1923
Ilegível	Maria Generosa de Araújo	Rua da Victoria (atual Av. Carlos Bulamarque)	12	18/07/1923
Ilegível	Maria Nazareth	Rua do Lagarto	10	16/07/1923
Paulo C. Madureira	Gonçalo Paes Madureira	Rua de São Cristóvão	12	16/07/1923
Ilegível	Antonio Vieira	Rua do Aribé (atual Bairro Siqueira Campos)	13	16/07/1923
Ilegível	Pedro José de Sant'Anna	Rua de Simão Dias	15	04/07/1923
João Victor dos Santos	João Gomes dos Santos	Rua de Vila Christina	10	09/07/1923
Antonio Souza*	Venceslau Pinto Vasconcellos	Rua Divina Pastora	14	06/07/1923
Ambrosio dos Santos	Manoel Corumba dos Santos	Rua Divina Pastora	14	06/07/1923
Walde de Sant'Anna*	José Adolpho de Sant'Anna	Rua Sylvio Romero	14	06/07/1923
De Jesus*	José Norberto dos Santos	Rua de Santa Luzia	10	06/07/1923
Santos Figueiredo*	Incógnitas	Rua de Estância	10	28/07/1923
Antonio Roque Costa Filho	Antonio Roque da Costa	Rua de São Cristóvão, n. 254	11	28/06/1923
da Silva*	José Pereira da Silva	Rua da Conceição (atual Rua João Pessoa)	13	10/07/1923
Ilegível	Luiz Gonzaga da Silva (falecido)	Rua da Tiririca	10	07/06/1923
Ilegível	João Bernardo	Rua de São Roque	10	07/06/1923
Ilegível	Oilobaldo de Oliveira	Rua de Itabaianinha	11	08/06/1923
Jaziel Mendonça	Miguel Archangelo de Jesus	Rua de Laranjeiras	15	09/06/1923
Carlos Mendonça	Miguel Archangelo de Jesus	Rua de Laranjeiras	13	09/06/1923

Jachson de Albuquerque	Manoel Albuquerque	Av. Independência (atual Av. João Ribeiro)	11	09/06/1923
Waldemar José dos Santos	Manoel Asarias dos Santos	Rua das Almas	10	11/06/1923
Irineu Sobral de Menezes	Dr. Irineu Pinto	Rua de São Pedro	14	12/06/1923
João Luiz dos Santos	Luiz Gonzaga da Silva (falecido)	Rua da Tiririca	12	07/06/1923
José Cassiano	José Corrêa de Mello	Rua de Propriá	12	12/06/1923
João Venâncio de Oliveira	Manoel Venâncio de Oliveira	Rua de Simão Dias	13	14/06/1923
João Menezes dos Santos	José Amâncio dos Santos	Rua de Maruim	18	18/06/1923
José Paes da Costa Jamão	Maria de Oliveira Costa	Rua de Simão Dias	10	18/06/1923
Francisco Ribeiro Dias	Sebastião Ribeiro Dias	Rua de Simão Dias	16	15/06/1923
Alípio da Silva	Maria da Silva	Rua da Vila Cristina	14	14/06/1923
Nilson Góis	Joaquim Olympio Mangueira	Av. Ignácio Barbosa	12	04/06/1923
Junot Barroso	Lourenço Telles Barroso	Praça Tobias Barreto, n.64	11	30/05/1923
Ilegível	Antonio Mello	Rua da Cadeia, n.83 (primeiro trecho da Rua José do Prado Franco até Rua Santa Rosa)	13	02/06/1923
Nelson Conceição Oliveira	Augusto Conceição	Rua de Santa Luzia	13	28/05/1923
Paulo Carneiro	Laurentino de Amaral Carneiro	Rua de Itaporanga	15	01/06/1923
Pinto da Cruz*	Olinda Maria da Cruz	Rua da Victoria (atual Av. Carlos Bulamarque)	13	04/07/1923
Lopes*	Pedro Lopes	Rua do Lagarto	13	28/05/1923
João Victor dos Santos	Victor Domingos dos Santos	Rua de São João	12	29/05/1923
Antonio de Menezes	Antonio Telles	Rua de Laranjeiras	16	30/05/1923
Ambrosio F. da Cruz	João Florêncio da Cruz	Av. Ignácio Barbosa	10	03/07/1923
Walde Breda*	Carlos Breda	Av. Independência (atual Av. João Ribeiro)	14	30/06/1923
Ilegível	Joanna Maria da Glória	Rua do Rosário	12	30/06/1923
Paulo dos Santos*	João Paulo dos Santos	Rua do Ouvidor (antiga Av. Presidente Barbosa)	11	30/06/1923
Ilegível	Arthur José de Sant'Anna	Subúrbio de Aracaju	15	16/05/1923
Ilegível	José Erico dos Santos	Rua Estrada Nova (Av. João Ribeiro)	11	25/05/1923
Ilegível	Aristides Oliveira (falecido)	Rua Sylvio Romero	16	12/05/1923
Ilegível	Oséas Britto	Rua da Estância	11	25/05/1923
Ilegível	Manoel Pedro de Jesus	Socorro - Sergipe	14	19/05/1923
José Ludovice de Menezes	Francisco Vieira de Menezes (falecido)	Rua de Itaporanga, n.176	15	22/05/1923
José Macieira Lima	Francisco Macieira Lima (falecido)	Av. Rio Branco, n.166	13	15/05/1923
João Dantas de Carvalho	José Dantas de Carvalho	Rua da Estância, n.104	14	22/05/1923
Joaquim Ferreira Mauricio	Serapião Ferreira Mauricio	Rua de Itaporanga, n.54	15	21/05/1923

Luiz Pinto de Freitas Barreto	Francisco de Freitas Barreto	Rua do Gerú	14	19/05/1923
Lindolpho Costa Calasans	Durval Calasans	Rua de Itabaianinha	15	19/05/1923
Manoel Serapião de Góes	Octávio Francisco de Góes (falecido)	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	14	21/05/1923
Ascendino Avelino da Cruz	José Avelino da Cruz	Av. Independência (atual Av. João Ribeiro)	15	01/08/1923
Pedro Gomes da Silva	Manuel Gomes da Silva	Rua de São Roque	13	01/08/1923
João José de Sant'Anna	Candido José de Sant'Anna	Av. Independência (atual Av. João Ribeiro)	13	01/08/1923
Euclides Pereira da Silva	José Pereira da Silva	Rua do Pega Prá Lascar (nome dado as casas de palha da Rua Victoria, atual Av. Carlos Bulamarque)	10	01/08/1923
Julio Domingues Ferreira	José Domingues Ferreira	Rua de Siriri	15	01/08/1923
Aristeu Francisco Borges	João Borges de Lacerda (falecido)	Rua de Capela	10	26/07/1923
José Bastos	Jeronymo Bastos (falecido)	Rua do Ouvidor (antiga Av. Presidente Barbosa)	15	30/07/1923
Manuel Lopes	José Dias dos Santos	Rua de Laranjeiras	15	30/07/1923
Lourenço Pereira Sousa	Idelfonso Gonzaga Sousa (falecido)	Rua de Itaporanga	10	30/07/1923
Moacyr Rego Silva	João Francisco dos Santos	Barra dos Coqueiros	13	30/07/1923
José Campos da Silva	Lourival José da Silva	Barra dos Coqueiros	10	30/07/1923
Lindolpho Menezes Costa	Leovegildo Costa	Rua de Villa Nova (atual Rua Duque de Caxias)	14	30/07/1923
Alcides Campos da Silva	Lourival José da Silva	Barra dos Coqueiros	11	30/07/1923
José Ferreira Lima	Laurentino Ferreira Lima	Rua de Laranjeiras	16	31/07/1923
José Bolívar dos Santos	Carlos Corrêa	Rua do Aribé (atual Bairro Siqueira Campos)	11	31/07/1923
Nelvy Cleto Amado	Arthur Cleto de Oliveira	Rua do Aribé (atual Bairro Siqueira Campos)	13	31/07/1923
José Coelho de Mello	Dacio Mello	Av. Rio Branco	13	31/07/1923
Manuel Carneiro de Mello	Oscar Carneiro de Mello	Rua da Boa Viagem	13	01/08/1923
João de Oliveira Moura	Erico Aurelio de Moura	Rua Boa Viagem	13	01/08/1923
Francisco Costa	José Florentino Costa	Rua Laranjeiras	14	01/08/1923
Francisco Xavier dos Santos	Joanna Maria dos Santos	Rua de Propriá	13	01/08/1923
Alves Andrade*	Pedro Alves Andrade	Barra dos Coqueiros	16	01/08/1923
Carlos de Sousa*	João Carlos	Rua de Propriá	11	01/08/1923
Symphronio Barbosa Santos	Antonio Barbosa (falecido)	Rua do Arauá	13	01/08/1923
João Francisco Mesquita	Joaquim Mesquita	Rua do Rosário	11	01/08/1923
Florindo Frontin	Joaquim Macedo	Rua São Cristóvão	15	01/08/1923
Antonio Roque da Costa Filho	Antonio Roque da Costa	Rua São Cristóvão	11	28/06/1923
Orlando Nunes Mota	Manuel Motta (falecido)	Rua de Laranjeiras	13	06/08/1923
Abelardo	Liberato José de Sousa	Av. B. Rio Branco	14	03/08/1923

Beuttenmüller Sousa	(falecido)			
Adherbal Ferreira de Sant'Anna	Arthur Ferreira de Sant'Anna	Rua do Arauá	14	06/08/1923
Odilon de Oliveira	Francisco de Oliveira	Rua Itabaianinha	13	03/08/1923
Nivaldo Rollemberg Vasconcellos	Pedro Alexandrino de Sousa	Av. Rio Branco	14	03/08/1923
Odilon Angelo da Silva	Manuel Bispo da Silva	Barra dos Coqueiros	14	04/08/1923
José Elias de Lima	Isidoro Bispo de Lima	Rua Laranjeiras	12	03/08/1923
Cícero Antonio Barros	Antonio Vicente Barros	Rua Fonte Grande	15	03/08/1923
Dionysio Eleutério de Góes	Octavio Francisco de Goés	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	11	03/08/1923
Pedro Antonio Costa	Antonio Bispo da Costa	Rua de Estância	16	02/08/1923
Waldomiro Santos	Mario dos Santos	Rua Laranjeiras	13	03/08/1923
João Baptista Santos	Joviano José dos Santos	Rua Siriri	15	02/08/1923
José Andrade	Maximino José de Andrade	Rua Laranjeiras	15	02/08/1923
Nivaldo Vasconcellos	Ernesto Julião de Vasconcellos	Rua São Cristóvão	14	02/08/1923
Januario Francisco Gouveia	José Francisco Gouveia	Rua Sant'ago	14	02/08/1923
Antonio Bispo da Silva	Manuel Bispo da Silva	Rua Santa Luzia	12	03/08/1923
Adalber Vieira Baptista	João Vieira Baptista	Rua do Aribé (atual Bairro Siqueira Campos)	13	04/08/1923
José Hononato dos Santos	Hononato José dos Santos	Rua Itabaianinha	15	06/08/1923
José Alves de Oliveira	Manoel Alves de Oliveira	Bairro Industrial	14	06/08/1923
Nicodemos Pedro de Oliveira	Josepha A. Pedro Oliveira	Rua Itabaianinha	10	06/08/1923
Antonio Alves de Oliveira	Manoel Alves de Oliveira	Bairro Industrial	15	06/08/1923
Waldemar Mendes Souza	Pedro Barbosa de Souza	Av. Independência (atual Av. João Ribeiro)	12	07/08/1923
José Seabra Fontes	José Jorge Seabra (falecido)	Rua da Victoria (atual Av. Carlos Bulamarque)	14	12/08/1923
Antonio Dias Almeida	Maria Izabel	Rua Divina Pastoria	13	13/08/1923
Augusto Ray dos Santos*	José Francisco dos Santos	Rua São João	10	13/08/1923
R. dos Santos*	José Francisco dos Santos	Rua São João	13	13/08/1923
de A. Souza*	Csrgenio Avuju* (falecido)	Rua Itaporanga	14	10/08/1923
Helvécio Octavio Almeida	Octavio Almeida	Rua Santa Luzia	14	05/09/1923
Josaphat Bispo dos Santos	José Arestides Bispo	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	13	11/09/1923
José Bispo da Cruz	José Arestides Bispo	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	14	11/09/1923
José Peixoto Bonfim	Manoel José Bonfim	Rua de Sararig^a	11	12/09/1923
Josias Almeida Azevedo	Antonio Paes de Azevedo	Av. Confiança	14	19/09/1923
Jorge Silva	Felinto Silva	B. São Paulo	13	27/09/1923

Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe. Fundo E7, caixa n° 183. Livro de matrícula de 1923. Obs: alguns nomes possuem este símbolo (*) porque estão incompletos, uma vez que o documento original estava ilegível ou estragado.

ANEXO 3

**QUADRO 13 - PRIMEIRAS ALUNAS DO CURSO PROFISSIONAL FEMININO
DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS (1927)**

Nome*	Filiação	Residência paterna	Idade	Data da matrícula
Nair Oliveira	José Oliveira	Aracaju / capital	14	-
Evangelina Telles	João José Telles	Aracaju / capital	13	-
Anna Oliveira Andrade	Antonio Victor Andrade	Aracaju / capital	15	-
Rachel Telles de Menezes	Manoel Telles	Aracaju / capital	11	-
Luidura Marques*	Codolino M. de Santana	Aracaju / capital	8	-
Jacy Marques	Codolino M. de Santana	Aracaju / capital	7	-
Dulce Almeida	Laurentino Bispo dos Santos	Aracaju / capital	15	-
Rachel Cortes Rolemebrg	Aunfbal Rolemeberg	Aracaju / capital	15	-
Consuelo Rolemebrg	Jovenal Rolemeberg	Aracaju / capital	18	-
Dalila Cortes Rolemeberg	Aunfbal Rolemeberg	Aracaju / capital	11	-
Maria Adolphina	Apolônio E. da Paixão*	Aracaju / capital	5	-
Benigna da Paixão	Apolônio E. da Paixão*	Aracaju / capital	26	-
Gedalva Lima Santos	João Lima Santos	Aracaju / capital	11	-
Jahir Lima Santos	João Lima Santos	Aracaju / capital	12	-
Nautila Mota Rodrigues	José Filemon R. Santos	Aracaju / capital	11	-
Nair Moreira	Antonio Moreira	Rua Divina Pastora	17	-
Enedina de Oliveira Santos	Alexandre José dos Santos	Rua Estância	15	-
Maria da Rocha Matos	Manoel Primo de Matos	Rua Siriri	15	21/04/1927
Belisana Bispo	Manoel M. Bispo	Rua Siriri	18	21/04/1927
Noemia Curvello	Ricardo Curvello	Rua Estância	12	20/04/1927
Maria H. Santos	Ismael Barros dos Santos	Rua Siriri	12	26/04/1927
Amahilde Santos	Ismael Barros dos Santos	Rua Siriri	9	26/04/1927
Daria Macedo Soares	Joaquim Macêdo	Rua do Rosário	17	04/05/1927
Maria de Lourdes dos Santos	Acelino dos Santos	Rua Maruim	14	09/05/1927
Célia Albertina dos Santos	Alberto Theodoro dos Santos	Rua Maruim	13	09/05/1927
Maria Cecília dos Santos	Aucelino Bispo dos Santos	Rua Gararú	17	09/05/1927
Elvira Lima dos Santos	Balbino José de Lima	-	9	10/05/1927
Lucia Francisca Santos	Francisco Antonio dos Santos	Rua do Carmo	15	10/05/1927
Maria José dos Santos	José Francolino dos Santos	Rua Gerú	15	11/05/1927
Nairdes Rodrigues dos Santos	Marciano R. da Silva	Rua São Cristóvão	13	11/05/1927
Maria Audrelina Santos	José dos Santos	Rua São Cristóvão	14	11/05/1927
Guiomar Fernandes da Silva	Antonio F. da Silva	Rua Estância	9	11/05/1927
Belarmina S. José	Sabino Francisco de Jesus	Rua Itaporanga	13	11/05/1927
Helena Nunes da Chagas	Procidonio Theofilo das Chagas	Rua Maruim	11	17/05/1927
Carmelita Nunes da Chagas	Procidonio Theofilo das Chagas	Rua Maruim	9	17/05/1927
Maria de Lourdes Sant'anna	Pedro José de Sant'anna	Rua Laranjeiras	7	24/05/1927
Clarice de Sant'anna	Pedro José de Sant'anna	Rua Laranjeiras	6	24/05/1927
Antonina Santos	Maria Octavia	-	12	30/05/1927
Mariana Santos	Hermenegildo Santos	Rua Maruim	13	30/05/1927
Joana Cardoso	Euclides Hermínio	Rua Laranjeiras	15	30/05/1927
Maria de Faro Sobral	Franklin Sobral	Av. Pedro Calazans	12	30/05/1927
Thereza Silva	Antonio Joaquim Silva	Rua Gararú	23	30/05/1927
Josefina Telles de Menezes	Domingos Telles	Rua São Cristóvão	13	30/05/1927
Izaura Lopes	Francisco Lopes	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	15	31/05/1927
Maria José Cruz	Firmo José da Cruz	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	12	31/05/1927
Alfonsina Siqueira	Minervina Siqueira	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	17	01/06/1927
Carmozita Machado	Manoel Machado	-	16	01/06/1927

Eduba Machado Santos	Manoel Machado	-	12	01/06/1927
Adelina Costa	Octacílio Costa	Rua Siriri	17	01/06/1927
Florisa Gomes	Olimpio Gomes	Rua Divina Pastora	15	01/06/1927
Odília Gertudes de Oliveira	Antonio José de Oliveira	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	12	04/06/1927
Noêmia Maria de França	Henrique Almeida Souza	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	9	04/06/1927
Luzia Marques dos Santos	José Marques dos Santos	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	12	04/06/1927
Etelvina José de Oliveira	Ariotides José de Oliveira	Rua da Victoria (atual Av. Carlos Bulamarque)	10	06/06/1927
Aurélia Nunnes dos Santos	Luintino Pereira dos Santos	Rua Divina Pastora	15	06/06/1927
Eliza E. dos Santos	Eloy Francisco dos Santos	Rua Divina Pastora	15	06/06/1927
Noemia Alves Silva	Pedro Alcântara Silva	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	11	06/06/1927
Noelia Alves Silva	Pedro Alcântara Silva	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	8	06/06/1927
Lindaura Pacheco	João Tavares	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	15	07/06/1927
Maria de Lourdes Santos	Antonio José dos Santos	Rua Divina Pastora	15	07/06/1927
Beatriz Adelina	Manoel Aquino	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	15	07/06/1927
Nivalda Almeida Silva	Maria José de Almeida	Rua Siriri	13	08/06/1927
Julita Correia Dantas	Maria Correia Dantas	Rua Siriri	13	08/06/1927
Avelina Maria de Jesus	Inocencio Vieira de Mattos	Rua Frei Paulo	15	08/06/1927
Elza Gonçalves	Francisco Gonçalves	Rua Divina Pastora	13	09/06/1927
Nubia Fernandes da Silva	Antonio Fernandes	Rua São Cristóvão	12	09/06/1927
Nivalda Fernandes da Silva	Antonio Fernandes	Rua São Cristóvão	11	09/06/1927
Noelia Oliveira Vasconcelos	Ernesto Jolião Vasconcelos	Rua São Cristóvão	13	10/06/1927
Lourdes de Almeida Santos	Profirio José dos Santos	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	12	10/06/1927
Darina Leão*	Jovanina Machado Leão	Rua Boquim	14	10/06/1927
Dulcineia Conceição Silva	João Luiz da Silva	Praça Tobias Barreto	14	10/06/1927
Maria Pereira	Izaura Pereira	Rua Boquim	14	10/06/1927
Annita Menezes	José T. Menezes	Rua Divina Pastora	17	13/06/1927
Ilda Faro Sobral	Franklin Sobral	Av. Pedro Calazans	15	13/06/1927
Ilda Mello	Manoel Pedro	Rua Bello Horizonte	11	14/06/1927
Clara de Santanna	Julio Candido de Santanna	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	13	13/06/1927
Lidia Gonçalves Baptista	Gabriel Archanjo Baptista	Rua Simão Dias	16	13/06/1927
Olga Rodrigues Furtado	Manoel Esteves Furtado	Rua Lagarto	14	13/06/1927
Pastoura Ferreira da Silva	Manoel da Silva Santos	Rua Itaporanga	16	13/06/1927
Lourdes Ferreira Silva	Lourenço José dos Santos	Rua Itaporanga	14	13/06/1927
Maria de Lourdes Barreto	Manoel Muniz Barreto	Rua São Cristóvão	7	15/06/1927
Italina dos Santos Moura	Antonio Moura Filho	Rua São Paulo	12	17/06/1927
Maria Ritta de Jesus	João Ficiano de Deus	Rua Riachão	13	21/06/1927
Victoria Dantas Mello	-	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	15	21/06/1927
Luiza Dantas Mello	-	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	14	21/06/1927
Clara Dantas Mello	-	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	12	21/06/1927
Maria Alves da Glória	Francisco Alves de Moraes	Rua do Rosário	10	22/06/1927
Nazareth Machado	Cantidiano Machado Santos	-	10	30/06/1927
Geruza Machado	Cantidiano Machado Santos	-	8	30/06/1927
Cecília Souza Cruz	João Avelino Cruz	-	12	30/06/1927
Maria Magdalena Motta	João Lopes da Motta	Rua Santo Amaro	14	30/06/1927
Marieta Rosa da Conceição	Maria Rosa da Conceição	Rua do Bonfim (atual Av.	13	04/07/1927

		07 de setembro)		
Maria Laura dos Santos	Emerindo Ferreira dos Santos	-	10	04/07/1927
Maria de Lourdes Lopes	João Ribeiro da Silva Lopes	Rua Simão Dias	13	04/07/1927
Maria Louzana Lopes	João Ribeiro da Silva Lopes	Rua Simão Dias	14	04/07/1927
Euthynia Silva	Arminda Silva	Rua Artigo Bello	12	04/07/1927
Maria José Cavalcanti	Cassimiro Cavalcanti	Rua Lagarto	18	04/07/1927
Judith Ramos Andrade	Joaquino R. Andrade	Rua Itabaiana	18	04/07/1927
Noêmia Maduareira	Gonçalo Madureira	Rua São Cristóvão	13	04/07/1927
Rita Vieira da Silva	Antonio Vieira da Silva	Rua São Cristóvão	12	04/07/1927
Bernadete dos Santos	Maria Anunciação Jesus	Rua Maruim	11	04/07/1927
Benjaminita de Souza	José S. dos Santos	Rua Estância	18	05/07/1927
Hila de Souza	José S. dos Santos	Rua Estância	15	05/07/1927
Elizabeth dos Santos	José dos Santos	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	14	05/07/1927
Josepha Correia Dantas	José Correia Dantas	Rua São Cristóvão	14	05/07/1927
Adaltiva Bezerra de Santanna	João Manoel Santanna	Rua Artigo Bello	10	05/07/1927
Cecília Costa	A. Luiz Gonzaga	Rua Artigo Bello	8	05/07/1927
Doralice Menezes	Fabrcício Menezes	Rua Siriri	15	05/07/1927
Antonio Bernadete Almeida	João Viana de Almeida	Rua São Cristóvão	15	05/07/1927
Maria de Lourdes Bôto	Eberoz de Almeida Bôto	Rua Siriri	12	06/07/1927
Ozana B. de Santanna	J. Eloy B. de Santanna	Rua Artigo Bello	9	06/07/1927
Deusdete Braga de Souza	José Calazans de Souza	-	14	06/07/1927
Guiomar de Mello	Maria Ramos	Rua São Cristóvão	13	07/07/1927
Maria Aurelina Dantas	José Correia Dantas	Rua São Cristóvão	10	07/07/1927
Maria da Glória Dantas	José Correia Dantas	Rua São Cristóvão	18	09/07/1927
Nadir de Souza	José Z. de Souza	Rua Arauá	9	11/07/1927
Maria de Santanna	José Francisco de Santanna	Rua Laranjeiras	14	11/07/1927
Maria Lima de Oliveira	Samoel Lima de Oliveira	Rua Divina Pastora	12	11/07/1927
Maria Izabel Costa	Nisséas Costa	Rua Siriri	15	11/07/1927
Cresa de Oliveira Bôto	Cecília Boto	Rua Laranjeiras	9	12/07/1927
Odeli Santiago	José Joaquim Santiago	Rua Simão Dias	18	11/07/1927
Maria Felinada Conceição	José Gonçalves dos Santos	Rua Estância	14	11/07/1927
Deusdete Pereira da Silva	Izaura Lima	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	12	13/07/1927
Enedina Moreira	Manoel Moreira	Rua São Cristóvão	18	13/07/1927
Lourdes Oliveira	Almi Oliveira	Rua Simão Dias	17	15/07/1927
Clarisse Augusta Martins	Thomé Augusto Martins	Av. Pedro Calazans	16	15/07/1927
Anna dos Nascimento	Pedro Eneas do Nascimento	Av. Pedro Calazans	16	15/07/1927
Mircca Archanjo Santos	Miguel Archanjo Satanna	Rua Propriá	13	15/07/1927
Laudelina da Silva Britto	Antonio Britto	Rua Siriri	15	15/07/1927
Annita da Silva Britto	Antonio Britto	Rua Siriri	14	15/07/1927
Dulce Lacerda	Elizeu Caldeira Lacerda	Rua Siriri	11	15/07/1927
Jacy Gonçalves Santos	Eloisa Santos	Rua do Péga pra Lascar (nome dado as casas de palha da Rua Victoria, atual Av. Carlos Bulamarque)	9	15/07/1927
Noemia Fernandes Lima	Zacharia Fernandes Lima	Rua Estrada Nova (Av. João Ribeiro)	13	15/07/1927
Cordelia Fernandes Lima	Zacharia Fernandes Lima	Rua Estrada Nova (Av. João Ribeiro)	10	15/07/1927
Maria Senhora*	José Maximino	Rua Divina Pastora	12	15/07/1927
Maria José Bonfim	Maria Magdalena Bonfim	Rua Siriri	15	15/07/1927
Edith Rocha	Manoel Garcia Rocha	Rua Siriri	13	15/07/1927
Maria Angélica da Rocha	Manoel Garcia Rocha	Rua Siriri	11	15/07/1927
Lucia Vieira da Rocha	Izabel Rocha	Rua Siriri	7	15/07/1927
Ofelina Rolemberg	Juvenal Rolemberg	Rua Santo Amaro	20	15/07/1927
Jacy Fontes	-	Rua Estância	7	15/07/1927

Maria de Lourdes da Rocha	José da Rocha Leite	Rua Simão Dias	15	15/07/1927
Maria José Almeida	João Vianna de Almeida	Rua São Cristóvão	11	15/07/1927
Zuila de Souza*	Seferino de Souza	Rua Arauá	20	25/07/1927
Maura Rosa Cardoso	João Cardoso	Rua Lagarto	11	25/07/1927
Morenita Maria de Jesus	Emília Maria de Jesus	Rua Maruim	12	25/07/1927
Maria Pereira de Santanna	Octacílio Santanna	Rua Laranjeiras	12	19/07/1927
Litéria Rolemberg Silva*	-	Rua Arauá	-	21/07/1927
Sinesia Oliveira*	Augusto de Oliveira	Rua Boquim	13	21/07/1927
Edith Maria de Jesus	José Jucontino dos Santos	Rua do Bonfim (atual Av. 07 de setembro)	14	26/07/1927
Marieta Lima de Jesus	Clara Lima de Jesus	Rua Siriri	12	26/07/1927
Edith Britto	Maria Francisca de Britto	Rua Siriri	16	25/07/1927

Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe. Fundo E7, caixa nº 183. Livro de matrícula de 1923. Obs: alguns nomes possuem este símbolo (*) porque estão incompletos, uma vez que o documento original estava ilegível ou estragado.

ANEXO 4

QUADRO 17 - REGISTRO DAS CARTEIRAS PROFISSIONAIS DOS OPERÁRIOS DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS

Nome	Informações gerais	Observações
Vicente Ferreira Filho	Carteira profissional: 2723 Série: 16 ^a Data da admissão: 07/11/1924 Formação: Marceneiro Salário: 500\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Vicente Ferreira de Sant'Anna e Francisca Maria de Jesus. Nascido em Penedo, Alagoas, em 02/01/1892. Casado. Instrução primária. Residência: Divina Pastora, 95. Aracaju. Admitido em 07/11/1924 como empreiteiro. Retirou-se do serviço em 04/05/1925, continuando a trabalhar em 27/11/1925. Saiu em 02 de junho (s/ano) por espontânea vontade. Reentrou em 11/08/1927, como diarista, na seção de máquinas, com a diária de 10\$000. Foi nomeado contra-mestre com 300\$000 mensais. Nomeado Mestre da Seção de Marcenaria em 30/08/1928, com 40\$000 mensais. Em 1929, passou a ganhar 450\$000. Em 1930, passou a receber o ordenado de 500\$000, sendo em 1931 esse baixado para 450\$000. Em janeiro de 1934, foi nomeado, por Decreto, Mestre da Seção de Marcenaria, com os vencimentos mensais de 500\$000.
Lourival Pinheiro de Mello	Carteira profissional: 2245 Série: 16 ^a Data da admissão: 17/10/1927 Formação: Marceneiro Salário: 9\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Antonio Pinheiro de Mello e D. Maria Christina dos Santos. Nascido em Maruim, SE, em 26/11/1905. Casado. Residente à Rua Simão Pias, atualmente Annapolis, n° 54. Admitido como empreiteiro, depois virou diarista, recebendo 9\$000. Em 16/10/1931, passou a trabalhar por empreitada. Em 01/10/1931, voltou a ser diarista com 8\$000 diários.
Paulo Ribeiro de Brito	Carteira profissional: 3072 Série: 16 ^a Data da admissão: 17/10/1933 Formação: Marceneiro Salário: 4\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Manoel Ribeiro de Brito e D. Anna D. de Brito, solteiro, nascido em São Cristóvão, SE, à 04/01/1898. Residente à Rua Riachão, n° 53, Aracaju. Foi acidentado quando trabalhava na seção de máquinas da Oficina de Marcenaria, sofrendo esfacelamento do dedo indicador da mão esquerda no dia 03/03/1926. Em 31/07/1937, sua diária foi aumentada para 7\$500, depois para 8\$000 em 25/04/1941.
Theodomiro Vieira da Silva	Carteira profissional: 3001 Série: 16 ^a Data da admissão: 03/03/1927 Formação: Marceneiro Salário: 5\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Estevan V. da Silva e Maria Luiz V. Silva, nascido em Muribeca, SE, em 28/06/1900. Casado. Residente à rua de Itabaiana, n° 404, em Aracaju. Seu salário passou para 7\$500 em 16/09/1928. Sua remuneração chegou a 9\$000 em 16/02/1930, mas foi rebaixado para 8\$000 no dia 28 do mesmo mês, quando foi dispensado por falta de serviços. Entrou novamente para o IPCC em 11/01/1931, ganhando 8\$000 diárias, e novamente foi dispensado por falta de serviços no dia 01 de março. Reentrou no dia 08/04/1931, ganhando 8\$000, trabalhou com empreitada, depois como diarista com a remuneração de 9\$000.
Pedro Souza	Carteira profissional: 3071 Série: 16 ^a Data da admissão:	Filho de Pedro Rodrigues Lima e Maria da Conceição Souza, nascido em Socorro, SE, em 26/12/1908. Solteiro. Residente à rua São Luiz, n° 7, Aracaju.

	27/04/1931 Formação: Marceneiro Salário: 7\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Foi demitido em 27/04/1931 como empreiteiro; de 1º a 15 de outubro trabalhou como diarista com o ordenado de 7\$000 diários, depois voltou a ser empreiteiro. Em 01/03/1933, foi transferido para a Seção de Modelação.
Américo Vasconcelos	Carteira profissional: 3002 Série: 16ª Data da admissão: 04/04/1933 Formação: Marceneiro Salário: 300\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Juvêncio Vasconcelos e Lucia F. Vasconcelos. Nasceu em Penedo, AL, em 13/06/1895. Casado. Residente à Rua Belém, nº 30, Aracaju. Iniciou suas atividades como empreiteiro, depois passou a ser diarista, recebendo 8\$000 diários. Em 01/05/1934, foi admitido como Contra-mestre da seção de Marcenaria, e sua remuneração passou a ser 300\$000.
Ascendino José dos Santos	Carteira profissional: 2695 Série: 16ª Data da admissão: 01/09/1934 Formação: Marceneiro Salário: 7\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Francisco dos Santos e Maria dos Santos. Nasceu em Maruim, SE, em 25/01/1902. Solteiro. Residente à rua de Capela, nº 72, Aracaju. Em 16/01/1937, passou a ganhar 8\$500 diários.
Annibal Rodrigues Oliveira	Carteira profissional: 2455 Série: 16ª Data da admissão: 04/11/1922 Formação: Marceneiro - modelador Salário: 7\$500 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Félix Rodrigues de Oliveira e de Maria de Oliveira. Nasceu em Maruim, SE, no dia 09/03/1890. Casado. Instrução primária. Residente à Rua Estância, nº 464, Aracaju. Entrou no IPCC com a remuneração de 7\$500 diários. Após a fundação e inauguração do Instituto, passou a ser encarregado da Seção de Modelação com a diária de 11\$000.
José Caetano da Silva	Carteira profissional: - Série: - Data da admissão: 10/03/1933 Formação: Marceneiro Salário: 4\$500 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de José Venâncio da Silva e de d. Josepha Maria de Jesus. Nasceu em Paripiranga, BA, em 03/12/1911. Solteiro. Instrução primária. Residente à Travessa Silva Ribeiro, Aracaju. Trabalhou na Seção de Marcenaria (Máquinas).
Joaquim Oliveira	Carteira profissional: 3058 Série: 16ª Data da admissão: 01/10/1935 Formação: Marceneiro Salário: 9\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Candido Rodolpho de Oliveira e Maria de Oliveira. Nasceu em Maruim, SE, em 01/06/1899. Casado. Marceneiro, instrução primária. Pertencia ao Sindicato dos Marceneiros e Carpinteiros do Estado de Sergipe. Trabalhava na Seção de Marcenaria do Instituto.
Deusedith Laudelino dos Santos	Carteira profissional: 9394 Série: 16ª Data da admissão: 15/06/136 Formação: Marceneiro Salário: 9\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Felisberto Laudelino dos Santos e Joanna Freire. Nasceu em 05/02/1914. Solteiro. Marceneiro de instrução primária. Residia na rua Itabaianinha, nº 123, Aracaju. Faleceu em 05/10/1938.
José Francisco	Carteira profissional: 6390 Série: 16ª	Filho de Domingos F. Nascimento e de Maria do Nascimento. Nasceu no dia 01/08/1901. Operário batedor

	Data da admissão: 05/10/1938 Formação: Operário batedor Salário: 4\$5000 Horário de trabalho: 07h às 16h	de instrução nula. Casado com Antonia Marques Dantas.
João Ricardo dos Santos	-	Entrou para o serviço em agosto de 1926, em regime de diarista. Nasceu em 06 de junho de 1892.
Lourival Pinheiro de Melo	-	Entrou para o serviço em 17 de outubro de 1927, em regime de diarista. Nasceu em 25 de novembro de 1905.
Adolfo José dos Santos	-	Entrou para o serviço em 01 de maio de 1923, em regime de diarista. Nasceu em 18 de abril de 1882.
Valdemar Francisco Reis	-	Entrou para o serviço em 01 de abril de 1931, em regime de diarista. Nasceu em 15 de agosto de 1917. Foi admitido como aprendiz de marceneiro.
José Paulo Santos	-	Entrou para o serviço em 01 de agosto de 1927, em regime de diarista. Nasceu em 15 de novembro de 1902.
José Caetano da Silva	-	Entrou para o serviço em 10 de março de 1935, em regime de diarista. Nasceu em 03 de dezembro de 1911. Admitido como servente.
Claudiomar Souza Lima	-	Entrou para o serviço em novembro de 1939, em regime de diarista. Nasceu em 13 de julho de 1923. Entrou como aprendiz com a gratificação de Cr\$1,00.
Gentil Costa	Carteira profissional: 3053 Série: 16ª Data da admissão: 03/09/1929 Formação: Serralheiro Mecânico Salário: 9\$000	Filho de Sergio Costa e Maria da S. Costa, nascido em Riachuelo, SE, em 15/12/1903. Casado. Residente à Rua Laranjeiras, nº 340, Aracaju. Em 1934, passou a ganhar 12\$000. Pela portaria nº 16 de 08/01/1936, foi nomeado Mestre da Seção de Niquelagem com a mensalidade de 300\$000.
José Petronildo dos Santos	Carteira profissional: 9393 Série: 16 Data da admissão: 16/08/1929 Formação: serralheiro Salário: 3\$500	Filho de Petronildo B. Santos e Maria F. de Souza. Nasceu em Aracaju, SE, em 05/04/1913. Casado com Maria de Lourdes dos Santos. Serralheiro Mecânico de instrução primária. Entrou no IPCC em 16/08/1929 como aprendiz da Seção de Metálica.
Antonio Bezerra dos Santos	Carteira profissional: 9277 Série: 16ª Data da admissão: 26/03/1936 Formação: Aprendiz serralheiro Salário: 5\$000	Filho de João Bezerra e Maria Bezerra. Natural de Alagoas. Nasceu em 02/08/1911. Casado. Instrução primária. Residente à rua Vitória, nº 333, Aracaju. Entrou para trabalhar na Seção de Marcenaria. Afastou-se em 27/08/1937 por vontade própria.
Antonio Gomes Santos	Carteira profissional: 6969 Série: 16ª Data da admissão: 16/09/1932 Formação: Serralheiro mecânico Salário: 4\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Manoel Gomes e Maria O. Santos, nasceu em Japaratuba, SE, em 05/02/1912. Casado. Serralheiro mecânico, com instrução primária. Residente à Rua Bandeira de Mello, n.67. Bairro Coqueiros. Pertencia ao Sindicato dos Operários em Construção Civil do Estado de Sergipe. Entrou para o IPCC como aprendiz em serralheria mecânica. Deixou o Instituto em 16/10/1930 e voltou em 16/09/1932 como ajudante de serralheiro mecânico, recebendo 2\$000 diários. Em 1934, passou a ser oficial serralheiro com a diária de 4\$000. Afastou-se do Instituto

		por vontade própria no dia 27/06/1938.
João Mario de Souza	Carteira profissional: 6846 Série: 16 ^a Data da admissão: 20/02/1926 Formação: Serralheiro Mecânico Salário: 10\$000	Filho de Manuel Messias de Souza e de Rosamelia Souza. Nasceu em Capela, SE, em 22/03/1908. Casado. Residente à Rua de São Paulo, Aracaju. Trabalhou na Seção de Construções Metálicas.
José Bispo dos Santos	Carteira profissional: 6901 Série: 16 ^a Data da admissão: 12/06/1926 Formação: Serralheiro Mecânico Salário: 4\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de João Bispo dos Santos e Maria da Conceição Alves. Nasceu em Aracaju, SE, no dia 19/12/1914. Solteiro. Instrução primária. Residente à rua Muribeca, n.1241, Aracaju. Pertencia ao Sindicato da Construção Civil. Entrou no IPCC como aprendiz de serralheiro com a diária de \$500. Passou a oficial de serralheria mecânica, ganhando 2\$000 diárias em 1930. Em 1935, esse valor foi aumentado para 4\$000, quando se tornou oficial serralheiro, trabalhando na Seção Mecânica.
Archibaldo Telles de Menezes	Carteira profissional: 4394 Série: 16 ^a Data da admissão: 08/05/1931 Formação: Torneiro Mecânico Salário: 7\$000	Filho de Domingos Telles de Menezes e Francisca Maria Menezes. Nasceu em Estância, SE, em 23/05/1906. Casado. Residente à Rua Bairro Industrial, n° 33, Aracaju.
Antonio Lisboa	Carteira profissional: 4886 Série: 16 ^a Data da admissão: 09/12/1927 Formação: Torneiro Mecânico Salário: 7\$000	Filho de Herculano José de Sant'Anna e Anita Luiza da Conceição. Nasceu em Estância, SE, em 16/10/1906. Solteiro. Residente à Rua Japarutuba, n° 53, Aracaju. Em 01/06/1934, passou a receber 9\$000 diários.
João de Deus	Carteira profissional: 9588 Série: 16 ^a Data da admissão: 16/01/1937 Formação: Ferreiro Salário: 4\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Antonio F. dos Santos e Idalina M. de Jesus. Nasceu no dia 08/03/1917. Solteiro. Instrução primária. Residia na Rua São Paulo, n° 11, Aracaju.
Durval Ferreira da Silva	Carteira profissional: 10.987 Série: 16 ^a Data da admissão: 29/09/1937 Formação: Ferreiro Salário: 7\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de João F. da Cruz e de Janira M. da Silva. Nasceu no dia 23/12/1909. Casado. Mecânico de Instrução Primária.
José Luiz da Silva	Carteira profissional: 9392 Série: 16 ^a Data da admissão: 04/11/1935 Formação: Ferreiro Salário: 9\$000 Horário de trabalho: 07h às	Filho de Jeremias José Luiz e de Maria da Conceição. Nasceu em 19/03/1886. Casado. Instrução primária. Residia na rua João Andrade, n° 39, Aracaju. Contratado para trabalhar na Seção de Metálica. Em 11/10/1937, foi transferido para a Seção de Mecânica.

	16h	
Norberto Barretto Santos	Carteira profissional: 6910 Série: 16ª Data da admissão: 19/09/1933 Formação: Ferreiro Salário: 4\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Candido José Santos e Maria Ignez Conceição. Nasceu em Riachuelo, SE, em 07/09/1889. Casado. Instrução primária. Residente à Rua Bonfim, nº 311. Aracaju. Pertencia ao Sindicato dos operários em construção civil do Estado de Sergipe. Sofreu um acidente de trabalho no dia 15/12/1938.
José Gomes Bonfim	Carteira profissional: 4340 Série: 16ª Data da admissão: 12/02/1934 Formação: Ferreiro Salário: 8\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de João Gomes Bonfim e Jevita Santos. Nasceu em 13/08/1897, Japarutuba, SE. Casado. Residente à Rua de São Cristóvão, nº 422, Aracaju. Trabalhou na Seção Metálica.
Tomaz José Rodrigues	Carteira profissional: 11.994 Série: 16ª Data da admissão: 23/06/1936 Formação: fundidor Salário: 4\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Secundino José Rodrigues e Francisca Rodrigues Santana. Nasceu em Santa Rosa, SE, em 11/12/1903. Casado. Fundidor de Instrução primária.
Sizino Moreira Valentin	Carteira profissional: 9896 Série: 16ª Data da admissão: 17/10/1927 Formação: Fundidor Salário: 8\$000	Filho de Candido Valentin e de Maria Cupertina Valentin. Nasceu em Alagoas, no dia 03/08/1902. Casado com Maria Regina Valentin. Fundidor de Instrução primária. Residia no Bairro Joaquim Távora, Aracaju.
João Laurindo dos Santos	Carteira profissional: 9396 Série: 16ª Data da admissão: setembro de 1926 Formação: fundidor Salário: 4\$000	Filho de José L. dos Santos e de Maria Norberta dos Santos. Nasceu em 05/02/1905. Casado. Fundidor de instrução primária, residia na rua de São Paulo, s/n. Obs.: no registro consta que ele atuou como servente.
Humberto Silva	Carteira profissional: 7357 Série: 16ª Data da admissão: 01/08/1935 Formação: Fundidor Salário: 5\$000	Filho de Francisco José da Silva e Esther Silva. Nasceu em Própria, SE, em 03/11/1911. Solteiro. Instrução primária. Residente à Rua Dom Quirino, nº 17, Aracaju. Entrou para o IPCC como aprendiz em 02/02/1924 e saiu em 03/08/1930. Em 01/08/1935, voltou ao Instituto como oficial de fundição mecânica.
Manuel Ezequiel dos Santos	Carteira profissional: 4479 Série: 16ª Data da admissão: 01/04/1926 Formação: Fundidor Salário: 5\$000	Filho de José Saraphim dos Santos e Maria E. dos Santos. Nasceu em Nossa Senhora das Dores, SE, no dia 03/03/1901. Casado. Foi admitido como oficial da Seção de Fundição. Quando se tornou Mestre dessa Seção, passou a receber 12\$000 diários. Em 30/08/1935, recebia 400\$000 mensais.
José Silvânio da Cruz	Carteira profissional: 17182 Série: 16ª Data da admissão: 03/01/1941 Formação: Aprendiz de	Filho de José E. Cruz e Maria J. da Conceição. Nasceu no dia 08/08/1924. Solteiro. Instrução primária. Residia na Rua Bairro Industrial, nº 137, Aracaju. Sofreu um acidente de trabalho no dia 22/01/1941. Saiu do IPCC no dia 30/07/1941 por sua própria vontade.

	Mecânica Salário: gratificação	
José Rocha Machado	Carteira profissional: 17.085 Série: 16 ^a Data da admissão: 16/01/1936 Formação: Aprendiz Mecânico Salário: 1\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Beanor S. Machado e Emelia S. Machado. Nasceu no dia 12/08/1921. Solteiro. Instrução primária. Residia na Rua Estância, n° 1492, Aracaju. Profissão: Soldador Mecânico Entrou no IPCC como aprendiz serralheiro com a diária de \$500 e progressivamente aumentou para a quantia de 2\$000. Passou para a Seção de Oxigênio com a diária de 4\$500. Sofreu um acidente de trabalho, no dia 21/06/1938, causado por pancada de malha no joelho. No dia 22/11/1939, sofreu outro acidente gerado pela introdução de fragmento de ferro no olho esquerdo.
Aristides Freitas	Carteira profissional: 13.935 Série: 16 ^a Data da admissão: 19/12/1936 Formação: Ajudante de Mecânico Salário: 1\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Manuel Freitas e Laura Freitas. Nasceu no dia 18/04/1920. Solteiro. Instrução primária. Residia na Travessa João Ribeiro, n° 681.
José Cezario do Nascimento	Carteira profissional: 9391 Série: 16 ^a Data da admissão: 01/03/1926 Formação: Aprendiz de Mecânico Salário: 1\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Manoel M. do Nascimento e Maria Josefa. Nasceu em 25/02/1911. Casado. Fundidor de instrução primária. Trabalhava na Seção de Mecânica.
José Vieira da Silva	Carteira profissional: 9116 Série: 16 ^a Data da admissão: 13/09/1932 Formação: Mecânico Salário: 4\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de João B. Sant'Anna, nasceu em Muribeca, SE, em 07/05/1915. Solteiro. Mecânico de Instrução primária. Entrou para trabalhar como servente recebendo a quantia de 3\$000. Depois passou a trabalhar na Seção de Construções Mecânicas com a diária de 4\$000. Sofreu um acidente de trabalho (penetração de fragmento de metal no olho esquerdo) causado pela solda esmeril. Foi socorrido pela Cia. Sul América Terrestres Marítimas e Acidentes.
Jasmim José Sant'Anna	Carteira profissional: 7900 Série: 16 ^a Data da admissão: 07/01/1936 Formação: Ajustador Mecânico Salário: 7\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Domingos José Sant'Anna e de Eufrosina Sant'Anna. Nasceu em Laranjeiras, SE, no dia 09/12/1909. Casado. Ajustador Mecânico de Instrução primária. Trabalhou na Seção de Mecânica. Em 11/03/1936, foi para a Seção de Niquelagem, recebendo o mesmo valor.
Nivaldo Teles de Resende	Carteira profissional: 9555 Série: 16 ^a Data da admissão: 01/07/1935 Formação: Mecânico Salário: 1\$000	Filho de Antonio Barroso e Maria R. de Jesus. Nasceu em Maruim, SE, em 27/02/1916. Solteiro. Mecânico de instrução primária.

	Horário de trabalho: 07h às 16h	
Lourival Seabra Santos	Carteira profissional: 9129 Série: 16 ^a Data da admissão: 15/02/1927 Formação: Aprendiz de Mecânico Salário: \$2000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Julio B. Santos e de Adelina S. Santos. Nasceu em 09/08/1915. Solteiro. Mecânico de instrução primária. Residia na rua Desembargador Maynard, n° 148, Aracaju. Entrou no IPCC em 15/02/1927 como aluno, recebendo gradativamente as diárias de \$200, \$500, 1\$000, 1\$500, 2\$500, 4\$000, 5\$000. Em seguida, passou a ser encarregado do serviço da solda a oxigênio e passou a receber 7\$000 diários. Deixou o serviço em 22/10/1937 para atuar na carreira militar. No ano seguinte, voltou ao IPCC e exerceu a mesma função anterior.
José da Silva	Carteira profissional: 9128 Série: 16 ^a Data da admissão: 03/08/1928 Formação: Aprendiz de Mecânico Salário: 1\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Caetano José da Silva e de Cândida Maria da Silva. Nasceu em 16/11/1911. Solteiro. Mecânico de instrução primária. Residia na rua Itaporanga, n° 206. Sua diária aumentou gradativamente até chegar a 5\$000.
Albino Rufino de Santanna	Carteira profissional: 8752 Série: 16 ^a Data da admissão: 03/03/1927 Formação: Aprendiz de Mecânico Salário: \$5000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de José Rufino de Santanna e de Julia de Araujo. Nasceu no dia 02/06/1911. Solteiro. Mecânico de instrução primária. Residia na rua Muribeca, n° 61, Aracaju. Passou a receber a diária de 6\$500 atuando como fundidor.
Pedro França Vieira	Carteira profissional: 7840 Série: 16 ^a Data da admissão: 26/05/1931 Formação: Mecânico Salário: 7\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Luiz de França Vieira e Maria J. do Espírito Santo. Nasceu em Riachuelo, SE, no dia 03/09/1913. Casado. Instrução primária. Residia na Rua Siriri, n° 10, Aracaju. Trabalhava na Seção de Mecânica, até o dia 25/09/1937, quando deixou o serviço por sua vontade.
Arthur Marinho	Carteira profissional: 7972 Série: 16 ^a Data da admissão: 17/08/1928 Formação: Mecânico Salário: 8\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Manoel Marinho e Maria L. de Jesus, nasceu em Divina Pastora, SE, em 02/08/1902. Casado. Mecânico. Instrução primária. Residia na Rua Laranjeiras, n° 426, Aracaju. Entrou para o IPCC em 17/08/1928, como mecânico, com a diária de 8\$000. Depois passou a ser Contra-mestre da Seção de Mecânica, recebendo 300\$000 mensais. Sofreu um acidente de trabalho em 16/09/1937. Deixou o Instituto em agosto de 1938.
Jucundino Andrade de Sant'Anna	Carteira profissional: - Série: 16 ^a Data da admissão: 18/12/1934 Formação: Mecânico Salário: 7\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de José Francisco Sant'Anna e Josepha da C. Andrade. Nasceu em Annapolis (atual Simão Dias), SE, em 11/09/1911. Casado. Mecânico de Instrução primária. Residente à Rua Visconde do Rio Branco, n° 54. Trabalhava na Seção Mecânica. Em 1937, sua remuneração aumentou para 9\$000 diários.

José Lacerda	Carteira profissional: 14456 Série: 16 ^a Data da admissão: 16/09/1935 Formação: Ajudante de Serralheiro Salário: 3\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Amado Lacerda. Nasceu no dia 25/08/1911. Solteiro. Instrução primária.
Martins Ribeiro	Carteira profissional: 12.327 Série: 16 ^a Data da admissão: 17/11/1930 Formação: Servente Salário: 4\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Antonio Ribeiro e Fausta de Jesus. Nasceu no dia 15/06/1911. Solteiro. Instrução primária. Residia na Rua Alagoas, n° 86, Aracaju.
Epaminondas Santos	Carteira profissional: 13.753 Série: 16 ^a Data da admissão: 16/03/1936 Formação: Lustrador Salário: 4\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de José F. Santos e Deolinda de Jesus. Nasceu no dia 30/08/1913. Solteiro. Instrução primária.
Joaquim José dos Santos	Carteira profissional: 13.392 Série: 16 ^a Data da admissão: 21/11/1936 Formação: Servente Salário: 4\$500 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Justiniano dos Santos e Angelina M. do Sacramento. Nasceu no dia 15/08/1888. Solteiro. Servente com instrução primária.
Juvêncio Pereira	Carteira profissional: 11.441 Série: 16 ^a Data da admissão: 06/08/1936 Formação: Ajudante de Serralheiro Salário: 2\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Manoel Pereira e Joventina Pereira. Nasceu no dia 22/08/1918. Solteiro. Residia na Rua Rosário, n° 29, Aracaju.
José Santa Barbara	Carteira profissional: 10.516 Série: 16 ^a Data da admissão: 02/11/1935 Formação: Lustrador Salário: 4\$5000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Vitória S. Bárbara e Maria Anunciação. Nasceu no dia 01/11/1915. Solteiro. Residia na Rua Santa Luzia, n° 332, Aracaju.
Balbino Baptista Basson	Carteira profissional: 9058 Série: 16 ^a Data da admissão: 03/11/1931 Formação: Servente, depois	Filho de Manoel P. de Jesus e de Feliciano M. de Jesus. Nasceu em Laranjeiras, SE, no dia 11/12/1876. Casado. Vigia de instrução primária. Residia na rua Laranjeiras, n° 431. Aracaju. Entrou no IPCC como servente com a diária de 2\$000. Em

	Vigia Salário: 5\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	dezembro de 1932, passou a ser vigia, com a diária de 4\$000. Sofreu um acidente (queda), com deslocamento da mão esquerda, quando exercia suas funções.
Porphyrio Pereira Leite	Carteira profissional: 7828 Série: 16 ^a Data da admissão: 27/02/1937 Formação: Jardineiro Salário: 3\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Manoel F. Dias e de Maria J. dos Santos. Nasceu em São Paulo, SE, a 16/09/1876. Casado. Instrução: nula. Residia à Rua São Cristovão, n° 467, Aracaju.
Manoel Barros dos Santos	Carteira profissional: 7837 Série: 16 ^a Data da admissão: 13/08/1937 Formação: Jardineiro Salário: 3\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Domingos Barros dos Santos e de Emelinda Siqueira Mello. Nasceu em Aquidabã, SE, no dia 16/09/1906. Casado. Trabalhador braçal. Instrução: nula.
Manuel Jaime de F. de Jesus	Carteira profissional: 11970 Série: 16 ^a Data da admissão: 16/02/1934 Formação: Niquelador Salário: 8\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Antonio J. de Jesus e de Maria R. de F. de Jesus. Nasceu em 15/02/1916. Solteiro. Niquelador com instrução primária. Residia na Rua Itaporanga, n° 67, Aracaju. Deixou o IPCC em 23/06/1939 por sua vontade própria.
Manuel Domingos Silva	Carteira profissional: 13.370 Série: 16 ^a Data da admissão: 10/10/1936 Formação: Pedreiro Salário: 4\$000 Horário de trabalho: 07h às 16h	Filho de Salustiano J. da Silva e Maria Candida da Silva. Nasceu no dia 11/02/1890, em N. Sra. Do Carmo, Sergipe. Casado. Residia na Rua Riachão, n° 59, Aracaju.

Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe, fundo E7, caixa n° 63. **Registro das carteiras profissionais dos trabalhadores do Instituto Profissional Coelho e Campos.**

ANEXO 5

**QUADRO 26 – INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS DAS PROFESSORAS DO
INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS**

Nome	Dados pessoais	Função no Instituto Profissional Coelho e Campos
Anna de Araújo Souza e Silva	Nasceu em 24 de junho de 1896. Residia à rua de Santa Luzia, n.232, em Aracaju, Sergipe. Era natural de Itabaianinha, filha de Antonio Araújo e Silva e Maria do Carmo de Carvalho Araújo. Entrou para o serviço público em 03 de julho de 1913, como Diretora da Instrução Pública para substituir a professora de Gerú, município de Itabaianinha.	No dia 16 de outubro de 1926 foi nomeada vitaliciamente para assumir a cadeira de Economia Doméstica do IPCC. Porém, pela portaria n° 20 de Octavio Espírito Santos, dia 20 de julho de 1927, considerando que o curso de Economia Doméstica não tinha eficiência precisa para ser conservado sem número suficiente de alunas, resolveu designar a professora Anna de Araújo Souza e Silva para ajudar no curso de “Rendas, Bordados, etc”.
Anaide Cardoso	Nasceu em Aracaju, no dia 12 de junho de 1887. Não possuía defeitos físicos, era morena, tinha olhos castanhos, filha de Severiano Cardoso e Maria Antonia Cardoso.	Foi nomeada pelo decreto de 09 de junho de 1926 como professora catedrática do Curso Profissional Feminino da Escola Normal Rui Barbosa. Passou a atuar no IPCC com a transferência desse curso para lá, ficando como professora do Ensino Industrial Classe I. Não fez concurso.
Aracy Aralice Cardoso	Nasceu no dia 18 de janeiro de 1904, filha de Manoel Maurício Cardoso e Maria de Araújo Cardoso. Possuía o diploma de Professora.	Entrou no IPCC em 16 de julho de 1934 como professora interina de Português e Aritmética do Curso Prático de Mecânica. Foi efetivada no dia 06 de março de 1936.
Cesartina Regis de Amarin	Nasceu em 1890 e morreu em 1998. Era farmacêutica.	Designada para lecionar no curso Primário do IPCC por portaria n° 14 de 05 de maio de 1927. Foi dispensada a título de economia no dia 22 de novembro de 1927.
Cordélia Lacerda Ferreira	Filha de Francisco Carneiro Nobre de Lacerda e Irina Nobre de Lacerda, natural de Aracaju, casada.	Foi nomeada em 27 de março de 1935 para assumir a cadeira de pintura, metaloplastia e pirogravura do IPCC.

		Muito contribuiu para as atividades do instituto, preparando as jovens para as tarefas da decoração e da pintura.
Dagmar Hora de Mesquita	Nasceu em 19 de outubro de 1899. Filha de Lourenço Freire de Mesquita Dantas e Rosa Hora de Mesquita. Foi nomeada adjunta do Grupo General Siqueira. Possuía o diploma de Professora.	Pelo decreto de 10 de fevereiro de 1938, foi designada como Adjunta do Curso Profissional Feminino do IPCC.
Daria Alves Gomes	Nasceu em 25 de maio de 1886, filha de Francilino Leal Gomes e Maria Alves Gomes, residia na avenida Barão de Maruim, número 1926.	Foi nomeada pelo decreto de 18 de outubro de 1926 para o cargo de Adjunta da cadeira de “Modas, confecções roupas brancas e grossas” da Escola Normal Rui Barbosa, sendo transferida com o curso para o IPCC, em 1927. Na disciplina que ministrava, ensinava aplicações gerais em roupas e dispunha de um conjunto de materiais próprios para isso, como agulhas, linhas, tecidos, cordados etc.
Elvira Diniz	Nasceu em 03 de setembro de 1884. Filha de Felix Diniz Barreto e Flora F. Barreto.	Nomeada em 1926 como Professora Adjunta do Curso Profissional Feminino da Escola Normal Rui Barbosa, passando, posteriormente, a servir no IPCC.
Eurídice Bezerra	Nasceu em 18 de março de 1891, solteira, residia na rua de Capela, número 164, filha de João Amâncio Bezerra e Herminia Bezerra.	Foi nomeada como inspetora da Escola Normal Rui Barbosa e pelo decreto de 26 de setembro de 1926, foi nomeada vitaliciamente para o cargo de professora adjunta da cadeira de “Confecções de modas, roupas brancas e grossas” do IPCC.
Iracema Garcez Dória	Filha de Epifanio da Fonseca Dória e Maria Garcez Dória, nasceu em 26 de agosto de 1916. Residia na Rua de Santa Luzia, nº 180.	Foi nomeada pelo Decreto de 23 de julho de 1938 para o cargo de professora de Mecanologia do IPCC.
Julieta de Castro Almeida	-	-
Maria Izabel Maynard	-	Foi nomeada como inspetora das alunas do Curso Profissional Feminino no dia 12 de março de 1927.
Maria Izolina de Souza Freire	Natural de Estância, filha de Salustiano de Sousa Freire e Josepha Freire Souza, nasceu em 24 de fevereiro de 1897. Residia na Rua de Pacatuba, nº 232.	Foi nomeada em 06 de outubro de 1926 como professora catedrática do Curso Profissional Feminino da Escola Normal Rui Barbosa, passando, posteriormente,

		a servir no IPCC.
Maria Luiza Pizzi Gomes	Filha de João Baptista Pizzi e Laura Linura Pizzi.	Por portaria de 13 de maio de 1935 foi designada para a cadeira de Piano do Curso Profissional Feminino.
Mariana Cardoso de Campos	-	Entrou para o serviço público em 30 de maio de 1940 como adjunta da disciplina “Trabalhos de agulhas, rendas, e bordados” do IPCC.
Marina Emilia de Marsilac	Nasceu no dia 06 de novembro de 1906. Filha de João Alfredo Marsilac Mota e Francisca Fontes de Marsilac. Residia na rua Itabaiana, nº 181. Possuía o diploma de Professora. Entrou para o Estado em 19 de fevereiro de 1926, para o cargo de Adjunta do Grupo Escolar General Valadão.	Por decreto de 06 de outubro de 1926, tornou-se adjunta de música da Escola Normal Rui Barbosa até 1927, quando passou a servir no IPCC como professora do curso de Adaptação, sendo efetivada em 1930.
Natalia Souza	Nasceu em 24 de dezembro de 1909, em Japaratuba/Sergipe, filha de Basílio Magno de Souza e Elisa da Silva Souza. Residia na rua de Arauá, nº 466.	Foi designada como adjunta de “Prendas” do Curso Profissional Feminino do IPCC, em 10 de setembro de 1934, tendo sido efetivada para o cargo em 1938.
Otilia Cardoso Barreto	-	Foi designada para lecionar no curso Primário do IPCC pela portaria nº 12 de 04 de abril de 1927.
Zaira Dantas de Azevedo	Ela nasceu em 27 de abril de 1904, no Rio de Janeiro, filha de Olegário Dantas e Izaira Dantas.	Foi nomeada em 12 de maio de 1928 como Adjunta da cadeira de Trabalhos Manuais. Pelo decreto de 30 de janeiro de 1930, foi nomeada Professora catedrática do Curso Profissional Feminino do IPCC de “Desenho e Trabalhos Manuais”.
Zinah Montes	-	No dia 16 de maio de 1928 foi contratada como Adjunta do curso de Trabalhos Manuais do IPCC.
Zulnara Ribeiro	Nasceu no dia 01 de agosto de 1906, filha de José Magno Ribeiro e Isabel Cordeiro de Miranda. Possuía o diploma de Professora. Foi nomeada adjunta do Grupo Modelo em 07 de fevereiro de 1923 por um ano. Em 1927, foi nomeada adjunta do Grupo General Valadão até 31 de dezembro do mesmo ano.	No dia 01 de fevereiro de 1928, foi contratada como Professora Primária do IPCC, sendo efetivada em 19 de fevereiro de 1930.

Fonte: Fichas profissionais dos funcionários do Instituto Profissional Coelho e Campos. Localizadas no Arquivo Público Estadual de Sergipe. Vol.343. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

ANEXO 6

A Moda de Hoje

Um lindo chapéu

(Communicado epistolar da
D.T.M.)



PARIS, MAIO.—O chapéu modifica inteiramente a fisionomia da mulher. Um mau chapéu torna desinteressante o mais bello rosto. O chapéu elegante; bem combinado, enfeita sempre a mulher.

Aliás, isso se dá, igualmente, com outros artigos da toilette. O vestido representa, sem duvida, o principal traje feminino. Todavia, um bom vestido perde o seu grande effeito se tiver acompanhado um chapéu, enquanto que um mau vestido não prejudica tanto o effeito de um bom chapéu.

Por que? Porque, na mulher, pôde-se admirar, independentemente do resto do corpo, o rosto. O rosto, se é bello, agrada por si só. Os pintores pintam, muitas vezes, cabeças e fazem, com ellas, obras primas de maravilha. Não consta que, nenhum haja porém, conseguido o mesmo resultado, apenas, com a pintura de um corpo. A propria Venus de Milo, não tem braços, mas tem uma formosissima cabeça.

Eis porque, minhas amigas, nunca me dispense de enviar-lhes modelos interessantes de chapéus.

Figura XXI – Reportagem de jornal sobre o uso do chapéu.
Fonte: Sergipe Jornal, 27 de maio de 1930.

ANEXO 7



Figura XXII – Capa do Hymnario dos Grupos Escolares e Escolas Singulares do Estado de Sergipe. Fonte: AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Nos majestosos templos da sabedoria:** a implantação dos Grupos Escolares em Aracaju. São Cristovão, 2003. (Monografia). p.110.

ANEXO 8

CD-ROM COM AS PARTITURAS DA BANDA DO INSTITUTO PROFISSIONAL COELHO E CAMPOS

ANEXO 9

O Instituto "Coelho e Campos" commemorou, hontem, condignamente, o 14 de Julho

Bella exposição dos seus bem acabados productos

O Instituto Profissional «Coelho e Campos» muito tem lucrado com a intelligente e honesta direcção do digno moço engenheiro-mechanico Octavio do Espirito Santo.

E a mais cabal prova, a demonstração mais frisante dessa nossa asserção, tiveram todos aquelles que, hontem á tarde, visitaram os diversos departamentos do citado estabelecimento de ensino profissional, e, principalmente a exposição dos bellissimos productos manufacturados nas suas officinas de marcenaria e mechanica.

Tambem nos despertou extremamente a attenção a exposição dos trabalhos manuaes, confeccionados pelas alumnas do «Curso Profissional Feminino», anexo ao Instituto «Coelho Campos».

Ás 15 horas o exmo Sr. Coronel Manoel Dantas, integro presidente do estado, acompanhado de pessoas de sua dignissima familia e alguns auxiliares da administração, visitou e percorreu, demoradamente, as principaes dependencias do Instituto, sendo, depois, conduzido a um salão, onde se realizou uma sessão civica, commemorativa da grande data que hontem passou.

Abrindo a sessão respectiva, falou, com muita eloquencia e bom senso, o Sr. Octavio do Espirito Santo, que, em seguida, offereceu a palavra ao Dr. Clodomir Silva, orador escolhido, que, brilhantemente, discorreu sobre a grandiosidade e magnitude do 14 de Julho, o grande dia da liberdade, para cuja conquista muito cooperaram os humildes artífices do progresso material. O Dr. Clodomir, ao terminar seu bello discurso, foi fortemente applaudido pela grande assistência.

Antes de ser encerrada a civica reunião, mme. Octavio do Espirito Santo cantou, muito bem, uma serenata de Schubert, em inglez, merecendo francos applausos de todos.

E não agradavelmente e de maneira tão patriótica foi o 14 de Julho commemorado pelo Instituto «Coelho e Campos».

Figura XXIII - Reportagem de jornal.

Fonte: Jornal Correio de Aracaju. 15 de julho de 1927.

ANEXO 10

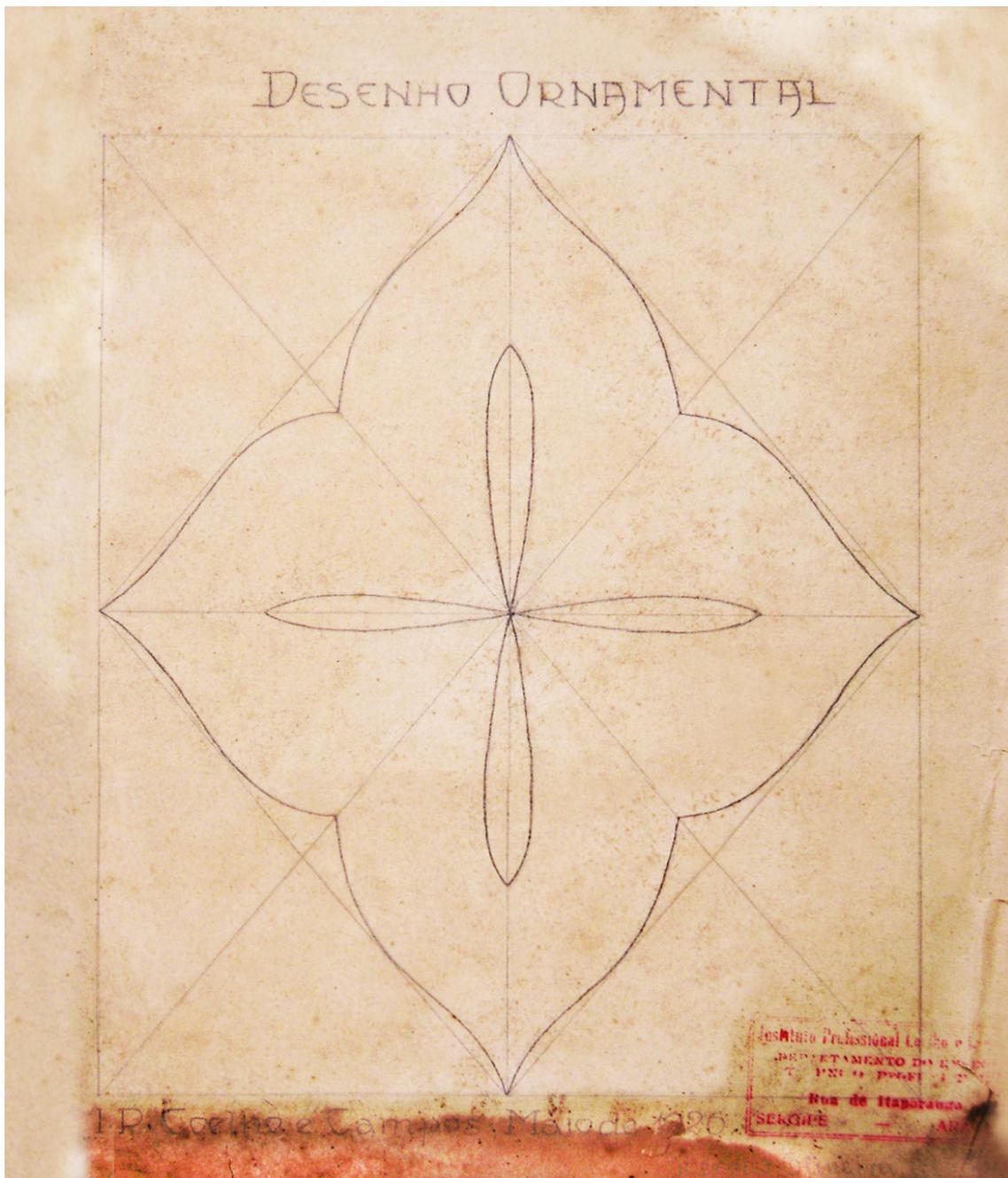


Figura XXIV – Trabalho de Desenho um aluno do Instituto Profissional Coelho e Campos feito em maio de 1926. Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe. **Partituras da Banda do Instituto Profissional Coelho e Campos**. Vol.351. Catálogo E7. Aracaju, Sergipe.

